



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS
GABINETE DO REITOR**

RESOLUÇÃO Nº 46-CONSUP/IFAM, 10 de setembro de 2018.

O Reitor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, neste ato como Presidente do Conselho Superior, órgão de caráter consultivo e deliberativo da Administração Superior, no uso de suas atribuições conferidas pelo § 3º do Art. 10 da Lei Nº 11.892, de 29.12.2008;

CONSIDERANDO a apresentação pela PROEN das Propostas de Reformulação dos Projetos Pedagógicos de Cursos Téc. Nível Médio em Enfermagem *campus* SGC e de Edificações Manaus-Centro, na Forma Subsequente referentes aos processos nº 23443.020489/2018-60 e 23443.020371/2018-31;

CONSIDERANDO a designação do conselheiro José Dilton Lima dos Santos, como relator dos processos acima identificados, itens 1.5.1.18 e 1.5.1.19, que constou na Pauta da 39ª reunião ordinária do Conselho Superior, realizada no dia 31 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO os Pareceres e Voto do Conselheiro relator, pela Aprovação da Reformulação dos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnico de Nível Médio, na Forma Subsequente, *campus* São Gabriel da Cachoeira e Manaus-Centro;

CONSIDERANDO a votação dos conselheiros, os Projetos Pedagógicos dos Cursos foram aprovados por unanimidade, de acordo com os Pareceres do relator, em sessão da 39ª Reunião Ordinária do CONSUP realizada em 31 de agosto de 2018;

CONSIDERANDO o Art. 12, combinado com o inciso X do Art. 42, do Regimento Geral do IFAM, aprovado pela Resolução nº 2, de 28 de março de 2011, e as Recomendações de nº 048 e 056 datadas de 13 de agosto de 2018.

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar, a Reformulação dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, conforme previsto no § 3º do Art. 2º da Lei Nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, identificados no Art. 2º, desta Resolução.

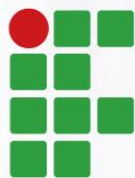
Art. 2º Aprovar os Projetos Pedagógicos dos Cursos Técnicos de Nível Médio, na Forma Subsequente, oferecidos pelos *campi* conforme quadro abaixo especificados:

Denominação do Curso	Matriz Curricular/ Ano oferta	C.H. das Disciplinas (H)	C.H.do Estágio (H)	Atividades Complementares (H)	C. H. Total (H)
Técnico de Nível Médio em ENFERMAGEM , <i>campus</i> São Gabriel da Cachoeira.	2018	1.200	600	100	1.900
Técnico de Nível Médio em EDIFICAÇÕES , <i>campus</i> Manaus-Centro.	2018	1.340	300	60	1.700

Art. 3º Autorizar, nos *campi* São Gabriel da Cachoeira e Manaus-Centro, a Reformulação dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente, especificados nesta Resolução, a partir do Ano Letivo de 2018.2

Dê-se ciência, publique-se, cumpra-se.

ANTONIO VENÂNCIO CASTELO BRANCO
Reitor e Presidente do Conselho Superior



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
ENFERMAGEM NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus São Gabriel da Cachoeira

2018

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República

Rossieli Soares da Silva
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Elias Brasilino de Souza
Diretor Geral do *campus* São Gabriel da
Cachoeira

Roberta Enir Faria Neves de Lima
Diretora do Departamento de Desenvolvimento
Educativo, *Campus São Gabriel da Cachoeira*

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela **PORTARIA N.º 363- GAB/DG/CSGC/IFAM** de 22 de setembro de 2017 para comporem a “**Comissão para Revisão/Adequação do Projeto Pedagógico de Curso do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem Forma Subsequente**” do IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira.

PRESIDENTE	Ivan da Silva Mendonça
MEMBROS	Eleucimar Monteiro da Cunha Professor EBTT – Enfermagem Mirely Ferreira dos Santos Maria Professor EBTT – Enfermagem Rosineide Gama Feitosa Professor EBTT – Enfermagem Rafael Regis Aquino Maciel Professor EBTT – Enfermagem Diemerson de Souza Nascimento Professor EBTT- Diretor de Ensino Simone Costa da Silva Professor EBTT-Coordenadora de Ensino Luís Gustavo Marcolan Professor EBTT-Coordenador de Cursos Subsequentes WillanFlagner de Oliveira Ferreira Pedagogo Viviane Alberta Fernandes Gonçalves Pedagoga Tarcísio Luis Leão e Sousa Professor EBTT – Matemática Edilson Martins Melgueiro



	<p>Professor EBTT – Linguística Sinara Jobim Dutra</p> <p>Professor EBTT – Espanhol Maeda Batista dos Anjos</p> <p>Professor EBTT – Biologia João Renato Aguiar Soares Júnior</p> <p>Professor EBTT – Informática Luclécia Cristina Morais da Silva</p> <p>Professor EBTT – Antropóloga Elaine Maria de Melo Fernandes</p> <p>Professor EBTT – Libras</p>
--	---

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	6
2	JUSTIFICATIVA e histórico	7
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	10
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas Unidades Manaus e São Gabriel da Cachoeira.	11
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	12
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	14
3	OBJETIVOS	15
3.1	OBJETIVO GERAL	15
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
3.3	PROCESSO SELETIVO	16
3.4	TRANSFERÊNCIA	17
4	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	18
4.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	19
4.2	ITINERÁRIO FORMATIVO	20
5	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
5.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	22
5.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	27
5.3	MATRIZ CURRICULAR	29
5.4	carga horária do curso	32
5.5	Representação gráfica do Perfil de formação	36
5.6	EMENTÁRIO DO CURSO	37
5.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	44
5.7.1	Atividades complementares	45
	Estágio Profissional Supervisionado	49

5.7.2	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.....	51
6	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	59
6.1	Procedimentos para solicitação	61
7	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	62
7.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	64
7.2	NOTAS.....	65
7.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA.....	66
7.4	PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE	67
7.5	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	70
8	CERTIFICADOS E DIPLOMAS.....	71
9	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	72
9.1	BIBLIOTECA	72
9.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	82
	Torneiras de inox.....	84
	Cadeira de Rodas 1009 Nylon Jaguaribe Pneu Inflável	84
	Braço para Treino de Injeção	84
	Braço para Treino de Injeção Deltoide e Veia	84
	Esqueleto Humano Desarticulado Tamanho Natural, com Origem e Inserção Muscular.....	84
	Arcada Dentária com Língua e Escova	84
	Torso Bissexual 85cm com 24 Partes e Coluna Exposta.....	84
	Corte de Pele Ampliada em Camadas	84
	Pélvis masculina tamanho natural 2 partes.....	84
	Modelo para Auto Exame da Mama Colete.....	84
10	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	85
10.1	CORPO DOCENTE	85

10.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	87
	Referências	91

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Ambiente e Saúde.
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1200 horas
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO e PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	600 horas
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	100 horas
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1900 horas
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	2 anos
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Anual
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM CAMPUS SÃO GABRIEL
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	40 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

Na região do Alto e Médio Rio Negro é grande a necessidade de formação de Técnicos em Enfermagem para atuar em hospitais, clínicas, redes ambulatoriais, unidades básicas de saúde, consultórios médicos, atendimento domiciliar, programas governamentais de saúde, laboratórios de análises clínicas e unidades de diagnóstico, creches, instituições e casas de ressocialização, abrigo e repouso, dentre outros, nos quais a assistência à saúde seja necessária. Dentre os citados acima, destaca-se principalmente o atendimento à saúde indígena na região.

Alinhado aos princípios norteadores, voltados para a promoção, a prevenção e a assistência à saúde da população em geral, este curso adota a ideia de saúde como condição de cidadania que deve assegurar mais e melhores anos à vida das pessoas, apontando especificidades para os trabalhadores da área e reafirmando a necessidade do compromisso destes com uma concepção de saúde que transcende a visão setorial e diversifica os seus campos de prática profissional.

Entendida em sentido amplo, a Saúde é considerada um “bem comum” dentro da perspectiva da qualidade de vida. O processo saúde-doença representa o conjunto de relações e variáveis que produzem e condicionam o estado de saúde e a doença de uma população, que varia, nos diversos momentos históricos, na diversidade étnica e sociocultural.

Atualmente, o IFAM-Campus São Gabriel da Cachoeira oferece um curso técnico na área de saúde voltado para formação de agentes comunitários de saúde e está organizado de forma a oferecer a continuidade de formação desses profissionais como também a possibilidade dos Auxiliares de Enfermagem complementar sua formação para obtenção do diploma da habilitação técnica.

O Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem – Eixo Tecnológico Ambiente e Saúde, na Forma Subsequente, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos instituído no Parecer CNE/CEB Nº 3/2014 e pela Resolução CNE/CEB Nº 4, de 6 de junho de 2012 que dispõe sobre a alteração na Resolução CNE/CEB Nº 3/2008, definindo a nova versão do Catálogo

Nacional de Cursos Técnicos de Nível Médio, atende ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei Federal nº. 9.394/96, no Parecer CNE/CEB 39/2004 sobre a Aplicação do Decreto nº 5.154/2004 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no Ensino Médio, no Parecer CNE/CEB 07/2010 e na Resolução CNE/CEB Nº 4, de 13 de julho de 2010 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, no Parecer CNE/CEB Nº. 11/2012 e na Resolução CNE/CEB Nº 6, de 20 de setembro de 2012 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Resolução CONSUP/IFAM Nº 94, de 23 de dezembro de 2015 que Aprova o Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas. E Portaria Nº 18-PROEN/IFAM, de 1º de fevereiro de 2017, que estabelecer as Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

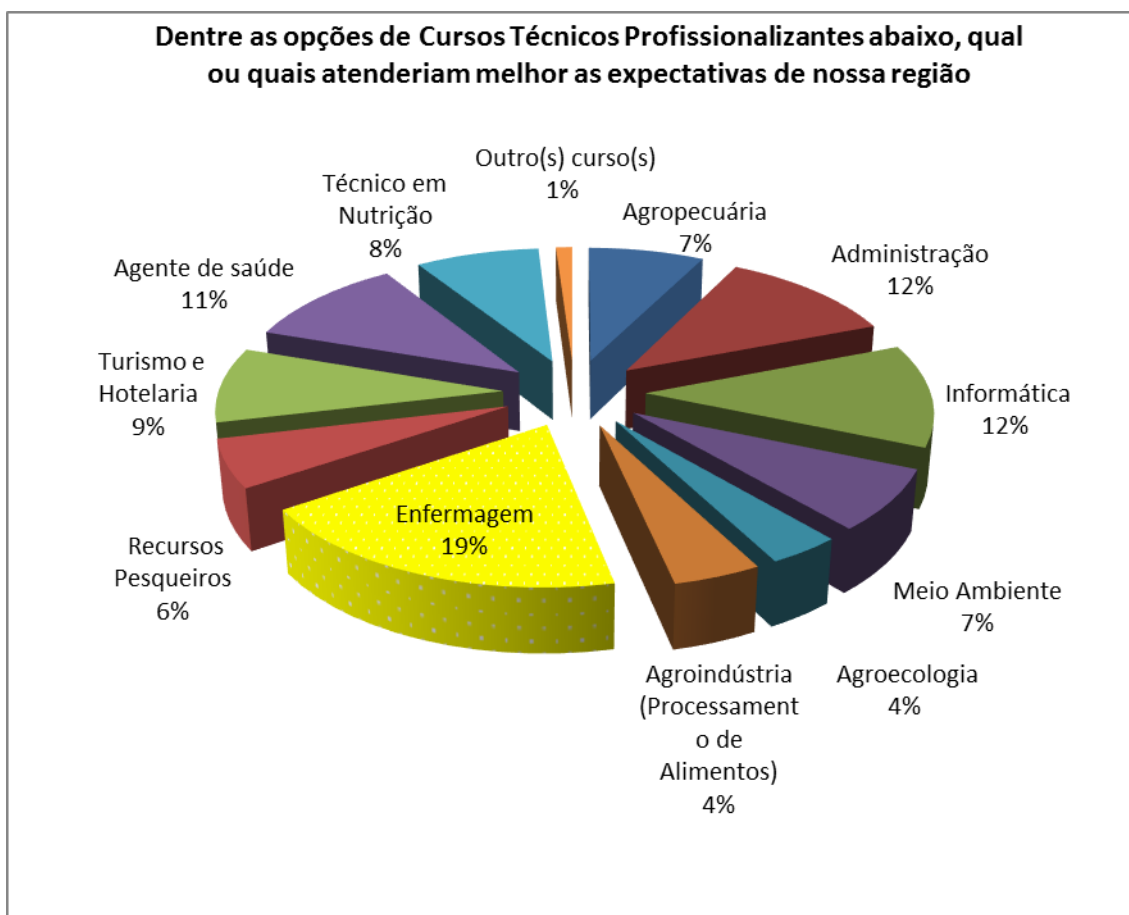
Atende, também, ao disposto na Lei Federal nº 7.498/86, regulamentada pelo Decreto nº 94.406/87 que disciplina o exercício profissional da Enfermagem, como privativo do Enfermeiro, do Técnico em Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e do Parteiro, sujeito ao registro prévio no respectivo Conselho Regional de Enfermagem; na Resolução COFEN nº 0441/2013 que dispõe sobre o estágio curricular supervisionado e nas demais normas do COFEN /COREN-AM.

O trabalho de enfermagem é realizado por diferentes categorias de trabalhadores e o cenário atual demanda por profissional com maior qualificação técnica para elevar a qualidade na assistência. Segundo as estatísticas da ATESEG-Associação dos Trabalhadores de Enfermagem de São Gabriel da Cachoeira (2013), atualmente encontram-se exercendo a profissão aproximadamente 127 técnicos em Enfermagem nas diversas Instituições governamentais e não governamentais no município.

Com o crescimento populacional, principalmente nas comunidades indígenas e levando em conta, a localização, as distâncias dos grandes centros, as características geográficas, as dificuldades de acesso e o alto custo de vida, que configuram um panorama pouco atrativo para a vinda e

permanência de profissionais de saúde, faz-se necessária a oferta de cursos técnicos no intuito de capacitar a população local para atuar nesta área. Nesse intuito o IFAM-CSGC realizou uma consulta à comunidade sobre o interesse em possíveis cursos técnicos de nível médio a serem ofertados pelo campus. Na qual se comprovou a preferência de formação na área de saúde, conforme gráfico abaixo:

Figura 1- Fluxograma de Tramitação para Aprovação de Novos Cursos EPTNM.



Fonte: IFAM – CSGC, 2011.

Esta dinâmica justifica a formação de Técnicos em Enfermagem considerando que a enfermagem representa 40% dos trabalhadores da saúde segundo estudo da Fiocruz e junto com os médicos, representam em torno de 70% da força de trabalho em Saúde que opera no SUS, de acordo com a Pesquisa da Enfermagem no Brasil.

O curso oferecido pelo *campus* São Gabriel da Cachoeira – IFAM, considera todos esses aspectos e vem responder as expectativas da população com o objetivo de habilitar técnicos de Enfermagem que possam atuar nos diferentes níveis de atenção à saúde, em todo o ciclo vital humano e em graus de complexidade em diferentes contextos e situações, com iniciativa e postura empreendedora, com ética, e visão integral, considerando a segurança do paciente a sua integralidade.

Nesse contexto, o *campus* São Gabriel da Cachoeira – IFAM, se propõe a permanente atualização do Plano de Curso, acompanhando as transformações tecnológicas e socioculturais do mundo do trabalho, especialmente aquelas voltadas ao segmento da enfermagem, mediante contato com especialistas da área e com o setor produtivo.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas Unidades Manaus e São Gabriel da Cachoeira.

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Uruará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de

Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM)**, passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Apartir de 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

HISTÓRICO DO CAMPUS

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira**, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um

ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

O Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente tem como objetivo formar profissionais capacitados para atender indivíduos, família e comunidades em todos os níveis de atenção, primando pela promoção, prevenção, recuperação e reabilitação da saúde da comunidade em conjunto com as equipes de Saúde em todas as suas complexidades.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Formar técnicos em enfermagem capazes de atuar como agentes na promoção da saúde, na prevenção das doenças, e na recuperação dos que adoecem, visando à integralidade do ser humano;
- Estabelecer relações entre o trabalho, a ciência, a cultura e a tecnologia e suas implicações para a educação profissional e tecnológica, além de comprometer-se com a formação humana, buscando responder às necessidades do mundo do trabalho;
- Contribuir para a formação crítica e ética frente às necessidades em saúde, atendendo as demandas dos serviços de saúde da região;
- Possibilitar reflexões acerca dos fundamentos científico-tecnológicos da formação técnica, relacionando teoria e prática nas diversas áreas

do saber;

- Interagir com os demais membros da equipe multiprofissional, ampliando a sua esfera de atuação e a mobilidade profissional na área;
- Preparar-se para atender às complexidades do mundo do trabalho, na área fim, considerando as transformações socioculturais e tecnológicas e o investimento, por parte do governo, em programas de saúde.

3.3 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo *campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM, ocorrerá:

- I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão Geral de Gestão de Concursos e Exames – CGGCE, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-reitora de Ensino;
- II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;
- III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda dos serviços em saúde e a oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do ensino médio, constando de provas escritas contemplando conteúdos compatíveis ao nível de escolaridade exigida para o

ingresso no curso. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

3.4 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução Nº 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

4 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico de Nível Médio em Enfermagem formado pelo *campus* São Gabriel da Cachoeira -IFAM deverá ter clara a sua função e responsabilidade social e ter conhecimentos integrados aos fundamentos do trabalho, da ciência, cultura e tecnologia, com senso crítico e postura ética.

Atua na promoção, prevenção, recuperação e reabilitação dos processos saúde doença. Colabora com o atendimento das necessidades de saúde dos pacientes e comunidade, em todas as faixas etárias. Promove ações de orientação e preparo do paciente para exames. Realiza cuidados de enfermagem, tais como: curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais, dentre outros. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos.

A competência profissional dos trabalhadores da saúde tem como referência doutrinária a Reforma Sanitária Brasileira e o Sistema Único de Saúde (SUS), como estratégia de reordenação setorial e institucional. O Técnico de Nível Médio em Enfermagem é um profissional que participa de ações de promoção, prevenção, recuperação e manutenção da saúde, trabalhando em equipes de saúde multiprofissionais, visando à melhoria da qualidade de vida da população.

São aspectos do perfil profissional do Técnico de Nível Médio em Enfermagem:

- Raciocínio lógico;
- Cooperatividade;
- Capacidade de observação;
- Autonomia intelectual;
- Senso crítico;
- Iniciativa;
- Ética;
- Capacidade de comunicação;
- Capacidade de trabalhar em equipe;
- Solidariedade;

- Espírito empreendedor;
- Bom relacionamento interpessoal;
- Flexibilidade.

Para acompanhar as transformações da área de saúde e desempenhar com aptidão suas atividades profissionais, os profissionais técnicos devem ter, ainda, uma formação ampla, que lhes possibilite continuar sua educação de forma permanente.

4.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O Técnico de Nível Médio em Enfermagem atuará na assistência primária, secundária ou terciária sob a supervisão do enfermeiro, nas seguintes atividades:

- I. Proteção e prevenção em saúde;
- II. Aplica as normas de biossegurança nas ações de enfermagem e assistência em saúde coletiva;
- III. Recuperação e reabilitação (assistência a clientes/pacientes em tratamento cirúrgico, assistência em saúde mental, assistência em situação de urgência e emergência, assistência à criança, ao adolescente e à mulher, assistência à paciente em estado grave);
- IV. Apoio ao diagnóstico (preparação e acompanhamento de exames diagnósticos);
- V. Gestão em saúde (organização do processo de trabalho em saúde e em enfermagem) sob a supervisão do enfermeiro;
- VI. Realiza curativos, administração de medicamentos e vacinas, nebulizações, banho de leito, mensuração antropométrica e verificação de sinais vitais;
- VII. Auxilia a promoção, prevenção, recuperação e reabilitação no processo saúde-doença;
- VIII. Prepara o paciente para os procedimentos de saúde. Presta assistência de enfermagem a pacientes clínicos e cirúrgicos e gravemente enfermos.
- IX. Identificar os determinantes e condicionantes do processo saúde-doença.

4.2 ITINERÁRIO FORMATIVO

Ações educativas destinadas ao desenvolvimento de competências necessárias à inserção e permanência dos Discentes na vida profissional, na área de saúde, tendo como premissas a organização por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, em função da estrutura sócio ocupacional e tecnológica e a articulação de esforços das áreas da educação, do trabalho e emprego, e da ciência e tecnologia na formação e especialização nos curso Técnico de Enfermagem de nível médio. E especialização técnica em enfermagem do trabalho. Especialização técnica em instrumentação cirúrgica. Especialização técnica em saúde mental. Especialização técnica em terapia intensiva. Especialização técnica em estratégia de saúde da família. Especialização técnica em saúde do idoso. Especialização técnica em emergência e urgência. Especialização técnica em hemodiálise. Especialização técnica em oncologia. Especialização técnica em diagnóstico por imagem, Especialização técnica em centro cirúrgico.

5 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A organização curricular do curso observa as determinações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político-Pedagógico do IFAM.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio possuem uma estrutura curricular fundamentada na concepção de eixos tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pela Resolução CNE/CEB nº. 03/2008, com base no Parecer CNE/CEB nº. 11/2008 e instituído pela Portaria Ministerial nº 870/2008. Resolução CNE nº 06/2012 que trata dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

O curso será desenvolvido em quatro módulos um a cada semestre totalizando 2 (dois) anos, ofertando a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O currículo será construído por meio de aulas presenciais, sendo que o mesmo deve consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Médio, possibilitando, assim, a continuidade dos estudos.

O currículo deverá ainda, aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico. Finalmente, o currículo do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente deverá oportunizar ao educando a compreensão dos fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, buscando sempre a relação entre teoria e prática.

5.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

O Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente do *campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM, pretende proporcionar uma formação comum e específica, buscando atingir o grau de abrangência de sua atuação profissional.

A relação indissociável entre trabalho, ciência, tecnologia e cultura, manifestado através de um planejamento interdisciplinar, por exemplo, na escolha de um tema, tópicos ou ideia que perpassa todas as ciências ou um processo científico, um fenômeno natural ou um problema social que requer interpretações científicas.

Para entender o processo de construção do conhecimento como um ato coletivo, em que as experiências de vida dos educandos são problematizadas, e provocam a reflexão crítica para a desconstrução/reconstrução da bagagem cultural, propõe-se o desenvolvimento em três módulos.

No qual o currículo será construído por meio de aulas presenciais, conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução Nº 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. No decorrer do curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente serão considerados os seguintes princípios pedagógicos:

A. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Este princípio demonstra que o ensino deve ser compreendido como o espaço da produção do saber, por meio da centralidade da investigação como processo de formação para que se possam compreender fenômenos, relações e movimentos de diferentes realidades e, se necessário, transformar tais realidades. De acordo com o art. 6º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio (2012), um dos princípios da Educação Profissional Técnica de Nível Médio é a “articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social, assumindo a pesquisa como princípio pedagógico”.

B. Leitura crítica da realidade e inclusão construtiva na sociedade da informação e do conhecimento.

A sociedade atual tem sido denominada sociedade da informação por diversos motivos:

- a) o fluxo intenso e ininterrupto de informações;
- b) as tecnologias mais aperfeiçoadas e variadas destinadas à sua produção, difusão e armazenamento;
- c) a possibilidade de acessá-las rapidamente ou em tempo real;
- d) o fato de elas se materializarem não apenas na forma escrita mas também na audiovisual.

Daí a importância do educador como mediador entre os meios de informação e comunicação e o aluno, orientando-o a respeito do modo crítico e reflexivo de lidar com as informações ao buscá-las, selecioná-las, organizá-las e dar-lhes sentido, questionando sempre: quem as produziu; de que modo o fez; porque e para que as divulgou; a quem elas beneficiam ou prejudicam; o que se pode fazer com elas e que destino se deve a elas atribuir.

C. A aprendizagem como processo de construção coletiva em situações e ambientes cooperativos.

Nos processos de formação que promovem aprendizagens construtivas, são privilegiadas as situações e os ambientes em que são levantados alguns tipos de problemas que só podem ser solucionados em grupo e de modo cooperativo. Essa importância atribuída à aprendizagem cooperativa e a sua superioridade sobre a individual e competitiva se deve a algumas características resultantes do convívio dos aprendizes trabalhando em parceria.

Embora a aprendizagem cooperativa apresente inúmeras vantagens sobre a individual ou a competitiva, ela apenas propicia melhores condições para que o aluno se desenvolva, não sendo a condição única para que isso aconteça. Ao contrário, o trabalho individual é parte importante da aprendizagem cooperativa e significativa do indivíduo e para o êxito de todo grupo. É individualmente que o aluno se prepara para as tarefas que realizará

em equipe e para exercitar e consolidar as habilidades e conhecimentos que desenvolveu trabalhando com ela.

Algum tipo de competitividade deve ser estimulado no educando, pois muitas vezes ele se verá sozinho para resolver determinados problemas cuja solução significa neutralizar ou diminuir o poder de forças, vontades e/ ou valores contrários àqueles que o mobilizaram à ação, concorrendo com ele na obtenção de um mesmo fim ou de resultados até opostos.

D. Compartilhamento da responsabilidade do ensino-aprendizagem por professores e alunos.

O professor compartilha a responsabilidade e o controle do ensino-aprendizagem com seus alunos: é ele quem propõe os objetivos das atividades educacionais, providencia as bases materiais, disponibiliza instrumentos para que os alunos trabalhem, lança desafios e estímulos para que eles desejem atuar e controla a continuidade dos processos iniciados – mas a efetivação da aprendizagem dependerá não apenas dele, mas de os alunos se responsabilizarem também por ela, discutindo com ele as propostas, aceitando os desafios lançados e/ ou sugerindo outros, utilizando os recursos que lhe foram oferecidos de acordo com suas possibilidades, necessidades e preferências, mobilizando suas capacidades pessoais e relacionando-se entre si e com o professor, para atingir as metas estabelecidas por meio da gestão participativa da aprendizagem.

Ao auxiliar seus alunos em sua formação, o professor:

- a) Parte dos interesses e motivações dos mesmos;
- b) Consideram os conhecimentos, as habilidades e experiências que já trazem consigo;
- c) dosa a quantidade e os tipos de tarefas que lhes serão propostas;
- d) diversifica essas tarefas e os meios utilizados para realizá-las;
- e) esclarece as razões de sua proposição bem como os objetivos que as orientam e os resultados que poderão ser atingidos por seu intermédio;
- f) relaciona as atividades entre si e os conhecimentos e habilidades desenvolvidos em cada uma e;
- g) incentiva a cooperação, a reflexão e a criticidade.

E. Respeito à diversidade, valorização da subjetividade e promoção da inclusão.

Mesmo em classes pouco heterogêneas, diferentes são as características físicas, étnicas, psicológicas e emocionais, as histórias de vida, as condições socioculturais, o ponto de partida, o ritmo de aprendizagem e a sociabilidade dos alunos, resultando dessas diferenças as facilidades ou dificuldades de cada um em se desenvolver, atingir os objetivos propostos para o ensino/aprendizagem, integrar-se ao grupo e sentir-se a ele pertencente (ou seja, nele incluído). Por isso, em respeito à diversidade e ao direito à inclusão de todos, devem ser oferecidos e disponibilizados aos alunos uma variedade de materiais, recursos didáticos, tecnologias, linguagens e contatos interpessoais que poderão atender as suas diferentes formas de ser, de aprender, de fazer e de conviver e a seus diferentes tipos de conhecimento, de interesse, de experiência de vida e de contextos de atuação.

F. Ética de identidade, estética da sensibilidade e política da igualdade.

O desenvolvimento da ética da identidade tem como objetivos, também:

- a) O desenvolvimento de maior autonomia do educando para gerenciar, futuramente, sua vida pessoal, social e profissional;
- b) Proporcionar-lhe parâmetros para desenvolvimento de valores e atitudes de respeito a si e aos outros nos diferentes papéis em que pode atuar social e profissionalmente;
- c) Estimulá-lo a se atualizar e a se capacitar continuamente para o seu aprimoramento profissional e relacional.

No exercício da cidadania, propicia:

- a) A percepção e a prevenção de situações que representem riscos ou desrespeito à integridade física, mental, moral e social das pessoas;
- b) A racionalidade no uso dos recursos materiais, a solidariedade no trato com as pessoas e a prudência e sensatez em ambos os casos;
- c) O discernimento do momento propício e da situação adequada para oferecer ou pedir ajuda, cooperar ou competir (concorrer);
- d) A empatia, no relacionamento com as pessoas com as quais lida, em seu trabalho;

A atenção cuidadosa com a qualidade no processo de atendimento às pessoas, nas condições ambientais e sociais em geral.

G. Autonomia, protagonismo e aprender a aprender.

O professor estimula o aluno com sua própria percepção de ser aprendiz, em eterna construção, e a de que pode se desenvolver continuamente. O aluno deve desempenhar o papel de protagonista e não de coadjuvante ou de figurante no processo educativo. Assim procedendo, o aluno estará a meio caminho do desenvolvimento da competência de aprender a aprender.

H. Contextualização do ensino-aprendizagem.

Para que os objetos de aprendizagem despertem algum interesse no estudante, devem ser apresentados da forma como estão incorporados ao contexto de inserção e em suas ligações com os outros elementos que o compõem. Só assim – estabelecendo-se a corrente de ligações entre diversos elementos desse contexto -- é que o objeto e o sujeito que o aprende se interligarão, resultando, daí, as condições ideais para uma aprendizagem significativa.

I. Interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e formação de profissional.

Na interdisciplinaridade, os diversos conhecimentos sobre um objeto – inter-relacionados por um eixo integrador e sob perspectivas e enfoques específicos – dialogam entre si, questionando-se, complementando-se, aprofundando-se ou esclarecendo-se uns aos outros, embora continuem a manter sua autonomia, seus objetos específicos e suas fronteiras muito bem demarcadas.

As práticas da Inter e da transdisciplinaridade desenvolvem nos educandos a capacidade de interpretar a “realidade” sob diferentes enfoques e construir conhecimentos com informações e procedimentos de diferentes ciências, propiciando, assim, a sua formação profissional.

De acordo com o artigo 5º das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Médio (2012), “Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio têm por finalidade proporcionar ao estudante conhecimentos, saberes e competências profissionais necessários

ao exercício profissional e da cidadania, com base nos fundamentos científico-tecnológicos, sócios históricos e culturais”.

J. Problematização do conhecimento.

Questões, problemas, necessidades, insatisfações, incertezas, curiosidades são desafios que mobilizam muito mais a inteligência, a vontade, as competências, do que a saciedade, a certeza, a ideia de que não há nada a se fazer porque todas as coisas estão nos seus devidos lugares e tudo se encaminha como deve ser.

5.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na tendência de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o aluno está inserido e tem as condições necessárias para nela intervir através das experiências realizadas na Escola. O desenvolvimento deste projeto político pedagógico, em consonância com a RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas e com a Proposta Pedagógica do IFAM-CSGC, pautam-se nos princípios da aprendizagem com autonomia e do desenvolvimento de competências profissionais, entendidas como a capacidade de mobilizar, articular e colocar em prática valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pelo trabalho de técnico em enfermagem.

As competências profissionais descritas na organização curricular foram definidas com base no perfil profissional de conclusão, considerando processos de trabalho de complexidade crescente relacionados com a enfermagem. Tais competências desenham um caminho metodológico que privilegia a prática pedagógica contextualizada, colocando o aluno perante situações problemáticas que possibilitem o exercício contínuo da mobilização e da articulação dos saberes necessários para a ação e a solução de questões inerentes à natureza do trabalho nesse segmento.

A incorporação de tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras previstas para este curso atende às constantes transformações que lhes são impostas e às mudanças socioculturais relativas ao mundo do trabalho, pois propicia aos alunos a vivência de situações contextualizadas, gerando desafios que levam a um maior envolvimento, instigando-os a decidir, opinar, debater e construir com autonomia o seu desenvolvimento profissional. Oferece, ainda, a oportunidade do trabalho em equipe, assim como o exercício da ética, da responsabilidade social e da atitude empreendedora.

As situações de aprendizagem previstas para cada semestre serão desenvolvidas no decorrer do curso, considerando contextos similares àqueles encontrados nas condições reais de trabalho e estimulando a participação ativa dos alunos na busca de soluções para os desafios que dele emergem.

Estudo de casos, proposição de problemas, pesquisa em diferentes fontes, contato com instituições de saúde e especialistas da área, apresentação de seminários, visitas técnicas, trabalho de campo e simulações de contextos, atividades em laboratórios e o estágio profissional supervisionado compõem o repertório de atividades do trabalho, que serão especificadas no planejamento dos docentes a ser elaborado sob a coordenação da equipe técnica pedagógica do *campus*.

Cabe ressaltar que, na mediação dessas atividades, o docente deve atuar no sentido de possibilitar a identificação de problemas diversificados e desafiadores, orientando na busca de informações, estimulando o uso do raciocínio lógico e da criatividade, incentivando respostas inovadoras e criando estratégias que propiciem avanços, tendo sempre em vista que a competência é formada pela prática e que esta se dá em situações concretas. Neste ponto de vista, a concepção de avaliação deixa de ser meramente constatatória e pragmática, para uma avaliação democrática onde aluno e professor são corresponsáveis pelo avanço e recuo no processo ensino e aprendizagem.

Assim, o conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao professor auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos propostos.

Nessa perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. O conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido e reelaborado pelo educando. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do aluno, confrontada com o saber empírico.

A aprendizagem do educando deve ocorrer quando o conhecimento novo se sustenta numa estrutura cognitiva já existente, ou quando o professor provê a estrutura de que o educando ainda não dispõe. Com isso ocorre o princípio da aprendizagem significativa que supõe, como passo inicial, verificar aquilo que o educando já sabe e que supere sua visão parcial e confusa e vai ao encontro de uma visão mais clara e unificadora.

5.3 MATRIZ CURRICULAR

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM

CAMPUS: SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA

EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE E SAÚDE

CURSO: TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM

FORMA: SUBSEQUENTE

ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018

DURAÇÃO DO CURSO: 24 Meses

O Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa

articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI Nº 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.º 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);

- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10//2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);
- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das

tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

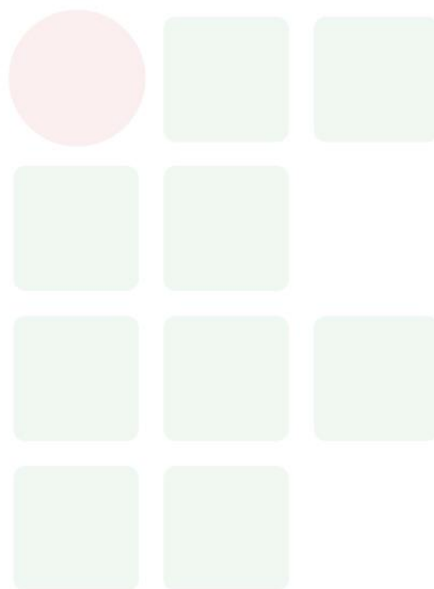
Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

5.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para o Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente, oferecido pelo *campus* São Gabriel da Cachoeira - IFAM, conforme Parecer CNE/CEB nº 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB nº 02 de 30/01/2012, Resolução CNE/CEB nº 06/2012, o aluno deverá cursar o Total da Carga Horária do Curso, 1.900h, formalizada na PORTARIA Nº 18-PROEN/IFAM, de 1º de fevereiro de 2017 que estabeleça as Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, logo então este presente Projeto Pedagógico de Curso apresenta as cargas horárias da seguinte forma:

- a) Cursar a Carga horária de 1200 horas/aula dedicadas a Formação Profissional;
- b) Cumprir 600 horas de Estágio Profissional Supervisionado obrigatório;
- c) Cumprir 100 horas de Atividades complementares;

Carga Horária da Formação Profissional	1200
Carga Horária de Atividades Complementares	100
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado e Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT	600
Carga Horária Total	1900



Quadro 1- Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM campus SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA								
EIXO TECNOLÓGICO: AMBIENTE E SAÚDE CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM								
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE			REGIME: SEMESTRAL			
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA 1900 (h)					
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral	
			Teórica	Prática	AVEA			
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	FORMAÇÃO	MÓDULO I	1-Libras	20	20	-	02	40
			2-Ética Profissional.	20	20	-	02	40
			3-Antropologia da Saúde.	20	20	-	02	40
			4-Fundamentos de Enfermagem.	50	50	-	05	100
			5-Informática.	20	20	-	02	40
			6- Anatomia e Fisiologia Humana.	30	30	-	03	60
			7-Matemática Aplicada a Saúde.	20	20	-	02	40
			8-Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos I.	20	20	-	02	40
			SUBTOTAL I MÓDULO	200	200	-	20	400
	PROFISSIONAL	MÓDULO II	9-Enfermagem em Saúde Pública.	40	40	-	04	80
			10-Enfermagem em Clínica Médica.	30	30	-	03	60
			11-Enfermagem em Clínica Cirúrgico.	30	30	-	03	60
			12-Espanhol.	40	20	-	02	40
			13- Microbiologia e Parasitologia.	40	20	-	02	40
			14-Farmacologia.	40	20	-	02	40
			15-Biossegurança.	40	20	-	02	40
			16-Diversidades Culturais e linguísticas	40	20	-	02	40
	SUBTOTAL II MÓDULO	200	200	-	20	400		
	ESPECÍFICA	MÓDULO III	17-Enfermagem no Cuidar da Saúde Indígena	20	20	-	02	40
			18-Nutrição e Dietética	20	20	-	02	40
			19-Enfermagem Ginecologia e Obstetrícia	20	20	-	02	40
			20-Enfermagem Geriátrica	20	20	-	02	40
			21- Enfermagem em Centro Cirúrgico.	20	20	-	02	40
			22-Metodologia da Pesquisa II.	20	20	-	02	40
			23-Enfermagem em Urgências e Emergências	20	20	-	02	40
24-Enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva.			20	20	-	02	40	
25-Enfermagem em Saúde Mental			20	20	-	02	40	

		26-Enfermagem Pediátrica.	20	20	-	02	40	
		SUBTOTAL III MÓDULO	200	200	-	20	400	
	MÓDULO IV	ESTÁGIO EM AMBIENTE HOSPITALAR						
		1.1-Enfermagem em Clínica Medica	-	50	-	30	50	
		1.2-Enfermagem em Clínica Cirúrgica	-	40	-		40	
		1.3-Enfermagem Urgência e Emergência	-	50	-		50	
		1.4- Enfermagem Obstétrica	-	25	-		25	
		1.5 -Enfermagem Pediátrica	-	25	-		25	
		1.6 -Enfermagem em Centro Cirúrgico	-	10	-		10	
		SUBTOTAL	-	200	-		200	
		ESTÁGIO EM SAÚDE INDÍGENA						
		2.1- Casa de Saúde Indígena	-	100	-	30	100	
		2.2-Distrito saúde Indígena do Alto Rio Negro	-	50	-		50	
		2.3- Estágio Comunidade Indígena.	-	50	-		50	
		SUBTOTAL	-	200	-	200		
		ESTÁGIO EM SAÚDE COLETIVA						
		3.1- Enfermagem em Saúde Mental	-	40	-	20	40	
		3.2- Unidades Básicas de Saúde	-	160	-		160	
		SUBTOTAL	-	200	-		200	
		SUBTOTAL ESTÁGIO SUPERVISIONADO		600			600	
		TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL						1200h
		ATIVIDADES COMPLEMENTARES						100h
	ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT						600h	
	TOTAL						1.900h	

5.5 REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DO PERFIL DE FORMAÇÃO

Figura 2 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente



SUBSEQUENTE

5.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento do

Quadro 2, no qual apresenta as ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec.: Núcleo Tecnológico

Quadro 2- Ementário

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Libras	1º/Subsequente	2	40h
Conceitos sobre surdez, deficiência auditiva (DA), surdo-mudo, Libras. Fundamentos históricos dos surdos, aspectos linguístico e teórico da Libra. Legislação específica. Prática em Libras – vocabulário (glossário específico na área da saúde Enfermagem).			
Perfil do Docente: Libras			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Letras/Libras ou com habilitação em Libras.			

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Ética Profissional	1º/Subsequente	2	40h
Conceito de ética moral e valor; Princípio de bioética; Declaração universal dos direitos humanos; História e cultura Afro- brasileira e indígena; Direitos dos pacientes; Código de ética dos profissionais de enfermagem; Lei do exercício profissional; Noções de: Aspectos éticos relacionados á transplante, Doação de órgãos e transfusão de sangue; Noções de: Biologia genética e engenharia genética; Aborto, eutanásia e direito de morrer com dignidade e processo de morrer.			
Perfil do Docente: Ética Profissional			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.			

Disciplina: Antropologia da Saúde	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	2	40h
<p>Conceitos básicos da antropologia: cultura, relativismo, diferença e identidade; Iniciação aos estudos antropológicos acerca da Saúde e os aspectos socioculturais do doente; definição e teorização cultural do corpo, processo Saúde-Doença; os sistemas médicos ocidentais e não ocidentais; Constituição subjetividade e cultura; os especialistas (feiticeiros, curandeiros, pajés, medicina alternativa, médicos, etc...); a dimensão comunitária e associativa das doenças, terapias e curas; corpo, doença e simbolismo; experiência e interpretação da doença e do sofrimento (Disease/Illness); gênero, sexualidade e saúde.</p>			
Perfil do Docente: Antropologia da Saúde			
<p>Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em áreas afins da saúde e ciências humanas, ou que tenha pós-graduação em antropologia.</p>			

Disciplina: Fundamentos de Enfermagem	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	5	100h
<p>Introdução enfermagem arte de cuidar e assistir o paciente no processo de promoção, manutenção e recuperação da saúde, consiste no ensino das diversas técnicas de cuidados. Desenvolvimento de habilidades e aquisição de destrezas e habilidades na assistência ao paciente. Vias de administração e absorção de fármacos. Inserção do aluno no ambiente hospitalar, à admissão e alta do paciente, educação em saúde aos pacientes internados e seus familiares.</p>			
Perfil do Docente: Fundamentos de Enfermagem			
<p>Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.</p>			

Disciplina: Informática Aplicada à Saúde	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	2	40h
<p>Conhecimento acerca da Tecnologia e Informática no curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente utilizando conceitos e métodos básicos de sistemas de informação em saúde, enfatizando as suas aplicações na formação profissional.</p>			
Perfil do Docente: Informática Aplicada à Saúde			
<p>Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Informática ou Bacharelado em Engenharia da Computação, Ciências da Computação, Sistemas de Informação ou áreas de Tecnologia da Informação.</p>			

Disciplina: Anatomia e Fisiologia Humana	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	3	60

Definir Anatomia e Fisiologia humana; identificar a célula como unidade funcional do corpo humano e suas respectivas estruturas; definir tecido, órgão, aparelho, sistema e organismo; identificar os tipos de tecidos, sua construção e funções; enumerar e localizar os principais ossos e músculos do corpo humano.

Perfil do Docente: Anatomia e Fisiologia Humana

Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura Plena em Educação Física ou áreas da saúde.

Disciplina: Matemática Aplicada a Saúde	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	2	40h
Proporcionar ao aluno o conhecimento dos cálculos e administração de fármacos, regra de três na aplicação e biotransformação dos medicamentos no organismo.			
Perfil do Docente: Matemática Aplicada a Saúde			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Matemática.			

Disciplina: Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos I	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	1º/Subsequente	2	40h
O que é ciência. Método, metodologia e técnica. Tipos de pesquisa. Técnicas de estudo. Etapas do trabalho acadêmico. Linguagem científica, senso comum e produção acadêmica. Estrutura da pesquisa. Pré-projeto de pesquisa. Artigo. ABNT. Mostra de resultados parciais de dados de pesquisa.			
Perfil do Docente: Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos I			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena ou Bacharelada em qualquer área do conhecimento com mestrado em qualquer área.			

Disciplina: Enfermagem em Saúde Pública	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	4	80h
Aspectos conceituais entre saúde coletiva e saúde pública. Reflexões acerca da Nova Saúde Pública. Abordagens sobre a História da Saúde Pública. Reforma sanitária no Brasil. Políticas Nacionais de Saúde Coletiva- SUS (Sistema Único de Saúde). Modelos técnico-assistenciais de políticas de saúde. Organização dos serviços de saúde e programas de Saúde. A enfermagem no processo e produção de serviços de saúde. Sistema nacional de vigilância epidemiológica. Níveis de atenção à saúde. Papel do técnico de enfermagem na assistência primária, secundária e terciária. Programa Nacional de Imunização. Perspectivas de atuação do técnico de enfermagem em saúde coletiva PSF.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Saúde Pública			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.			

Disciplina: Enfermagem em Clínica Médica	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	3	60h
Assistência de enfermagem integral e humanizada aos pacientes que apresentam alterações clínicas através dos cuidados da assistência de enfermagem às doenças de maior prevalência na clínica médica de acordo com o perfil epidemiológico regional.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Clínica Médica			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.			

Disciplina: Enfermagem em Clínica Cirúrgica	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	3	60h
Conceito dos termos e tipos de cirurgias empregados a pacientes clínicos na área hospitalar; Assistência integral e humanizada de enfermagem a pacientes cirúrgicos nos períodos pré-operatório e pós-operatório; Estrutura, organização e funcionamento da clínica cirúrgica.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Clínica Cirúrgica			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.			

Disciplina: Espanhol	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	2	40h
Desenvolvimento das quatro habilidades: fala, leitura, audição e escrita em língua espanhola. Estudo do vocabulário específico da área da saúde. Busca de compreensão de diferentes tipologias textuais que envolvem o âmbito da saúde. Compreensão básica da língua espanhola, a fim de comunicar-se nas situações essenciais do dia a dia da esfera profissional.			
Perfil do Docente: Espanhol			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Espanhol.			

Disciplina: Microbiologia e Parasitologia	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	2	40h
Conceitos básicos de Microbiologia e Parasitologia. Classificação biológica e aspectos da biologia de microrganismos patogênicos e de parasitas que afetam a saúde humana. Mecanismos de transmissão de doenças e ciclo de vida dos parasitas que afetam a saúde humana. Estudo dos sintomas, do agente etiológico, das formas de contágio e de tratamento e das medidas profiláticas relacionados à doenças humanas que são causadas por microrganismos e por parasitas, com ênfase em doenças endêmicas da região Norte do Brasil.			
Perfil do Docente: Microbiologia e Parasitologia.			

Perfil do Docente: Microbiologia e Parasitologia			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou Licenciatura Plena em Biologia ou áreas da saúde.			

Disciplina: Farmacologia	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	2	40h
Conhecimento histórico da farmacologia. Compreender as relações entre Farmacocinética e Farmacodinâmica, Conhecer e compreender a Classificação dos Medicamentos e os Cuidados de Enfermagem na Administração de Medicamentos, Identificar e Compreender a administração de medicamentos.			
Perfil do Docente: Farmacologia			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou áreas da saúde.			

Disciplina: Biossegurança	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	2	40h
Norma de descontaminação, limpeza, prepara, desinfecção de materiais. Princípios gerais de biossegurança. Normas de biossegurança. Normas básicas e protocolos de prevenção da infecção hospitalar.			
Perfil do Docente: Biossegurança			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou áreas da saúde.			

Disciplina: Diversidades Culturais e Linguísticas	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	2º/Subsequente	2	40h
Elementos da cultura e noções básicas da gramática das línguas oficiais do Município de São Gabriel; Baniwa, Tukano, Nheengatu.			
Perfil do Docente: Diversidades Culturais e Linguísticas			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Letras e línguas com pós-graduação em Linguística.			

Disciplina: Enfermagem no Cuidado à Saúde Indígena	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	3º/Subsequente	2	40h
Conhecimento do universo sociocultural dos Povos Indígenas no Brasil e os mecanismos Jurídicos-político de proteção a estes povos; Analisar o histórico da política de saúde indígena no Brasil, fomentar a reflexão sobre a Saúde tradicional x Saúde Alopática; Conhecer os Modelos, diretrizes e estruturas de atenção à saúde indígena, fomentar a importância da Educação em saúde			

indígena no âmbito individual e coletivo; Conhecer os Desafios da Saúde Indígena.

Perfil do Docente: Enfermagem no Cuidado à Saúde Indígena

Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.

Disciplina: Nutrição e Dietética	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	3º/Subsequente	2	40h
Política nacional de Alimentação e Nutrição, Identificar os grupos de alimentos, suas características nutricionais, importância para uma dieta saudável e alterações por deficiência ou excesso, Observar a necessidade energética e cálculo de dieta balanceada para indivíduo sadio, segundo o Guia Alimentar para a população brasileira, Identificar as diferenças entre dieta normal e dietas especiais, Conhecer sobre Terapia Nutricional, Dietoterápica nas patologias e Métodos de Avaliação Nutricional.			
Perfil do Docente: Nutrição e Dietética			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou Bacharelado em Nutrição.			

Disciplina: Enfermagem em Ginecologia e Obstetrícia	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	3º/Subsequente	2	40h
Planejamento familiar. Pré-Natal. Gestação, parto, puerpério e aborto. Aleitamento materno: importância, anatomia, fisiologia da mama; mitos e técnicas de amamentação, cuidados gerais com a mama. Assistência de enfermagem à puérpera. Menarca: menopausa e climatério. Intercorrências durante o período gestacional Câncer de mama. Câncer de colo de útero.			
Perfil do Docente: Enfermagem em ginecologia e Obstetrícia			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			
Disciplina: Enfermagem em Geriatria	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	3º/Subsequente	2	40h
Políticas Públicas de Atenção à Saúde do idoso; Fundamentos de gerontologia e geriatria; Fisiologia do Envelhecimento; Assistência de Enfermagem integral e humanizada em doenças de maior prevalência na 3ª idade; Integração família/idoso; Promoção do autocuidado e autonomia, cuidados paliativos.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Geriatria			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			

Disciplina: Enfermagem em Centro Cirúrgico	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
	3º/Subsequente	2	40h

Conceito de Estrutura, organização e funcionamento da Unidade Cirúrgica; Equipamentos utilizados no centro cirúrgico, Composição da equipe multidisciplinar que atua no centro cirúrgico e função de cada componente, Principais cirurgias, Principais intercorrências no período Intra e pós-operatório imediato, drogas mais utilizadas no centro cirúrgico. Atuação da enfermagem ao paciente no período Trans operatório e no controle das infecções hospitalares no ambiente cirúrgico.

Perfil do Docente: **Enfermagem em Centro Cirúrgico**

Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Metodologia da Pesquisa II	3º/Subsequente	2	40h
Relatório parcial de pesquisa. Instrumentos de registro da pesquisa. Leitura de textos científicos. Documentação do trabalho acadêmico. Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Produção de material escrito. Leitura de textos. Seminário.			
Perfil do Docente: Metodologia da Pesquisa II			
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena ou Bacharelada em qualquer área do conhecimento com mestrado em qualquer área.			

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Enfermagem em Urgência e Emergência	3º/Subsequente	2	40h
Princípios gerais em situações de emergência e/ou urgência; Estrutura, organização e funcionamento das Unidades; Responsabilidade da equipe de atendimento; Assistência integral e humanizada de enfermagem, nas diferentes fases do ciclo vital; Primeiros socorros; Atendimento prioritário na emergência.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Urgência e Emergência			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva	3º/Subsequente	2	40h
Estrutura, organização e funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva; Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente crítico nas diferentes fases do ciclo vital; Papel e atuação do técnico de enfermagem, funções e competências.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Enfermagem em Saúde Mental			

	3º/Subsequente	2	40h
A evolução da saúde mental. Política Nacional de Saúde Mental. Epidemiologia da saúde mental. Transtornos mentais: fatores de influência, sinais e sintomas, tipos, tratamento. Doenças psiquiátricas: conceitos e generalizações das neuroses, psicoses, alcoolismo e outras drogas. Emergências psiquiátricas. Promoção e prevenção em saúde mental. Legislação específica de saúde mental. CAPS.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Saúde Mental			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			

	Módulo	C.H. Semanal	C.H. Total
Disciplina: Enfermagem em Pediatria	3º/Subsequente	2	40h
Políticas públicas de atenção à saúde atender da criança; Cuidados de enfermagem ao Recém-nascido, Características do crescimento, desenvolvimento e parâmetros vitais; Imunização; Assistência integral e humanizada de enfermagem à criança hospitalizada; Doenças prevalentes na infância e adolescente; Violência; Educação em saúde escolar.			
Perfil do Docente: Enfermagem em Pediatria			
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem			

5.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

De acordo com a Lei Nº 11.788, de 25/09/2008, o Estágio Profissional Supervisionado é uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho e visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Estágio Profissional Supervisionado, também previsto na formação do aluno conforme parecer CNE/CEB Nº 11/2012 e Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Profissional, representa uma oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilita aos mesmos atuarem diretamente no ambiente profissional permitindo a demonstração de suas competências laborais.

São muitas as vantagens da prática profissional para o aluno, pois, possibilita a aplicação prática de seus conhecimentos técnicos; conhecimento das próprias deficiências e busca de aprimoramento; permite adquirir uma atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo consciência de produtividade; oportuniza condições de avaliar o processo de ensino-aprendizagem; incentiva o exercício do senso crítico, bem como, a observação e a comunicação concisa das ideias e experiências adquiridas; permite o conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das empresas e instituições em geral.

Os procedimentos e os programas de estágio são regulamentados pela Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEE) do *Campus Avançado IFAM de São Gabriel da Cachoeira* de acordo com legislação vigente e incluem a identificação das oportunidades de estágio, a facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, o encaminhamento dos estudantes às oportunidades de estágio, a preparação da documentação legal e o estabelecimento de convênios entre as empresas e a Instituição de Ensino visando buscar a integração entre as partes e o estudante, além do acompanhamento do estágio através da supervisão.

Ao final do cumprimento da carga horária do Estágio Profissional Supervisionado, o aluno deverá elaborar Relatório Final de acordo com as normas estabelecidas, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada.

O Estágio Profissional Supervisionado no Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente representa a possibilidade para o estudante colocar em prática o aprendizado profissional adquirido ao longo do curso, no entanto, para fins de finalização da carga horária da formação profissional o estudante apresentará um Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT ao final do quarto módulo do curso, que será cumprido ao longo dos quatro períodos do curso Técnico de Enfermagem com início partir do primeiro módulo, e finalização a partir do quarto módulo quando o aluno apresentará seu projeto final para uma banca examinadora .

5.7.1 Atividades complementares

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente com carga horária de 100 horas. Todo aluno matriculado no curso deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido ao curso. A escolha do módulo em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que a mesma seja realizada nos módulos iniciais, pois no último módulo o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado e Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela coordenação do curso.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último módulo, deverá protocolar ao coordenador de curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro de atividades complementares. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos tiverem como base a Resolução Nº23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças e necessárias adequações entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio.

Atividades Complementares

ATIVIDADES COMPLEMENTARES	CARGA HORÁRIA A SER VALIDADA POR EVENTOS	DOCUMENTOS A SEREM APRESENTADOS
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro. 10 (dez) horas por trabalho apresentado. 5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	Declaração ou Certificado de participação.
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 20 horas	Declaração ou certificado emitido pela Coordenação de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 100 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga

		horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes em DVD/ cinema	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 40 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica. 60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor. 60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor. 60 (trinta) horas para artigos científicos publicados em	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.

	revistas nacionais e internacionais.	
Participação como Representante de turma no IFAM	10 (dez) horas por semestre como representante	Declaração emitida pela Coordenação de Gestão Educacional e Assuntos Didático-Pedagógicos
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO

De acordo com a Lei Nº 11.788, de 25/09/2008, e lei 7498/86 do Conselho Federal de Enfermagem o Estágio Profissional Supervisionado obrigatório é uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho e visa à preparação para o trabalho produtivo dos estudantes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.

O Estágio Profissional Supervisionado, também previsto na formação do aluno conforme parecer CNE/CEB Nº 11/2012 e Referenciais Curriculares Nacionais para Educação Profissional, representa uma oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilita aos mesmos atuarem diretamente no ambiente profissional permitindo a demonstração de suas competências laborais.

São muitas as vantagens da prática profissional para o aluno, pois, possibilita a aplicação prática de seus conhecimentos técnicos; conhecimento das próprias deficiências e busca de aprimoramento; permite adquirir uma

atitude de trabalho sistematizado, desenvolvendo consciência de produtividade; oportuniza condições de avaliar o processo de ensino-aprendizagem; incentiva o exercício do senso crítico, bem como, a observação e a comunicação concisa das ideias e experiências adquiridas; permite o conhecimento da filosofia, diretrizes, organização e funcionamento das empresas e instituições em geral.

Os procedimentos e os programas de estágio são regulamentados pela Coordenação de Integração Escola-Empresa (CIEE) do *Campus Avançado IFAM de São Gabriel da Cachoeira* de acordo com legislação vigente e incluem a identificação das oportunidades de estágio, a facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, o encaminhamento dos estudantes às oportunidades de estágio, a preparação da documentação legal e o estabelecimento de convênios entre as empresas e a Instituição de Ensino visando buscar a integração entre as partes e o estudante, além do acompanhamento do estágio através da supervisão.

Ao final do cumprimento da carga horária do Estágio Profissional Supervisionado, o aluno deverá elaborar Relatório Final de acordo com as normas estabelecidas, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade técnica durante o período da prática profissional supervisionada.

O Estágio Profissional Supervisionado no Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente representa a possibilidade para o estudante colocar em prática o aprendizado profissional adquirido ao longo do curso, no entanto, para fins de finalização da carga horária da formação profissional o estudante apresentará um Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT ou um Relatório ao final do quarto módulo do curso, que será cumprido ao longo dos quatro períodos do curso Técnico de Enfermagem com início partir do primeiro módulo, e finalização apartir do quarto modulo quando o aluno apresentará seu projeto final para uma banca examinadora .

O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora, o discente poderá optar em elaborar um relatório final de conclusão de curso ou um Projeto de Conclusão de Curso Técnico sendo obrigatório a realização do Estágio Profissional. Supervisionado.

5.7.2 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

O Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) constitui-se em uma atividade acadêmica onde é possível articular os conhecimentos obtidos ao longo do curso, aplicando e ampliando o conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado à profissão. Igualmente ao Estágio Profissional Supervisionado, tem como finalidade complementar o processo ensino aprendizagem e habilitar legalmente o técnico de nível médio integrado.

De acordo com o artigo 173 da Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015, o Projeto de Conclusão do Curso Técnico (PCCT) envolve a construção de um projeto, seu desenvolvimento e sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente, o aluno deverá realizar o Estágio Profissional Supervisionado e o PCCT. Este último deverá ser desenvolvido no decorrer do curso técnico a partir do 1º módulo com a disciplina **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos I**. Para cada PCCT será permitido até quatro alunos como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovada por meio das aferições do professor orientador. O(s) aluno(s) deverá(ão) escolher seu orientador, coorientador (opcional) e o tema de seu Pré-Projeto de Conclusão de Curso a partir do 2º módulo, desenvolvendo-o sob orientação, acompanhamento e avaliação docente.

A elaboração do PCCT implicará em normas metodológicas e científicas, de organização e contribuição para a ciência, de sistematização e aprofundamento do tema abordado, sem ultrapassar, contudo, o nível de graduação técnica. Os temas poderão ser inovadores ou extensão de trabalhos já existentes, inclusive extensão de trabalhos realizados no PIBIC-JR ou PIBEX, desde que contemplem a abordagem científica de temas relacionados à prática profissional, inserida na dinâmica da realidade local, regional e nacional.

Os projetos serão autossustentáveis, o que implica que o IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira não será obrigado a oferecer nenhuma contrapartida

pecuniária, nem aos discentes e nem aos docentes orientadores, disponibilizando apenas a estrutura adequada para o desenvolvimento das atividades do projeto que deverão ser desenvolvidos nos laboratórios de Enfermagem ou nas demais dependências do IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira. Havendo necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no Pré-Projeto de Conclusão do Curso, a ser protocolado ao coordenador do curso técnico.

Na impossibilidade de o projeto não ser concluído dentro do prazo definido no cronograma elaborado pela coordenação de estágio, o aluno ficará retido no componente PCCT e deverá, juntamente com o seu orientador, encaminhar a coordenação de estágio uma solicitação de novo prazo de entrega e defesa, porém, a mesma será no ano letivo seguinte. A solicitação deverá ser encaminhada via protocolo e com justificativa e assinatura do(s) aluno(s) e orientador (s). Vale destacar que enquanto o aluno não entregar a versão final do PCCT, o mesmo terá o seu processo de emissão do diploma paralisado até que seja sanada essa pendência.

Atribuições e Compromissos Do (a) coordenador (a):

O coordenador do estágio do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente será o responsável por gerenciar a operacionalização dos PCCT, considerando as normas/resoluções vigentes, quadro docente, recursos financeiros e calendário acadêmico. Serão de sua responsabilidade, as seguintes atividades:

- a) Definir o cronograma das atividades do PCCT de acordo com o calendário acadêmico (prazo de inscrição/entrega do Pré-Projeto; Resultado das avaliações dos Pré-Projetos; Termos de Compromisso de Orientação do PCCT; Início das atividades de PCCT; Entrega do PCCT; Defesa do PCCT; Entrega da versão corrigida do projeto)
- b) Receber os Pré-Projetos protocolados e cadastra-los a fim de ter um controle de quais alunos optaram por desenvolver o PCCT, e seus respectivos orientadores e coorientadores;

- c) Gerenciar as eventuais alterações de orientação do PCCT zelando pelo registro de tais ocorrências no Termo de Alteração de Orientação do PCCT;
- d) Organizar e presidir uma comissão para avaliação dos Pré-Projetos;
- e) Apresentar aos alunos e comunidade os resultados dos Pré-Projetos, informados as sugestões definidas pela comissão de avaliação;
- f) Definir e convidar os membros que irão compor a banca de avaliação do PCCT;
- g) Receber os PCCTs concluídos e encaminhar aos membros da banca, com as respectivas fichas de avaliação;
- h) Elaborar a ata de defesa;
- i) Receber as fichas de avaliação do projeto final;
- j) Receber os PCCTs corrigidos e encaminhar a biblioteca;
- k) Encaminhar ao Controle Acadêmico a relação de alunos aprovados e reprovados, com as respectivas atas de defesa;

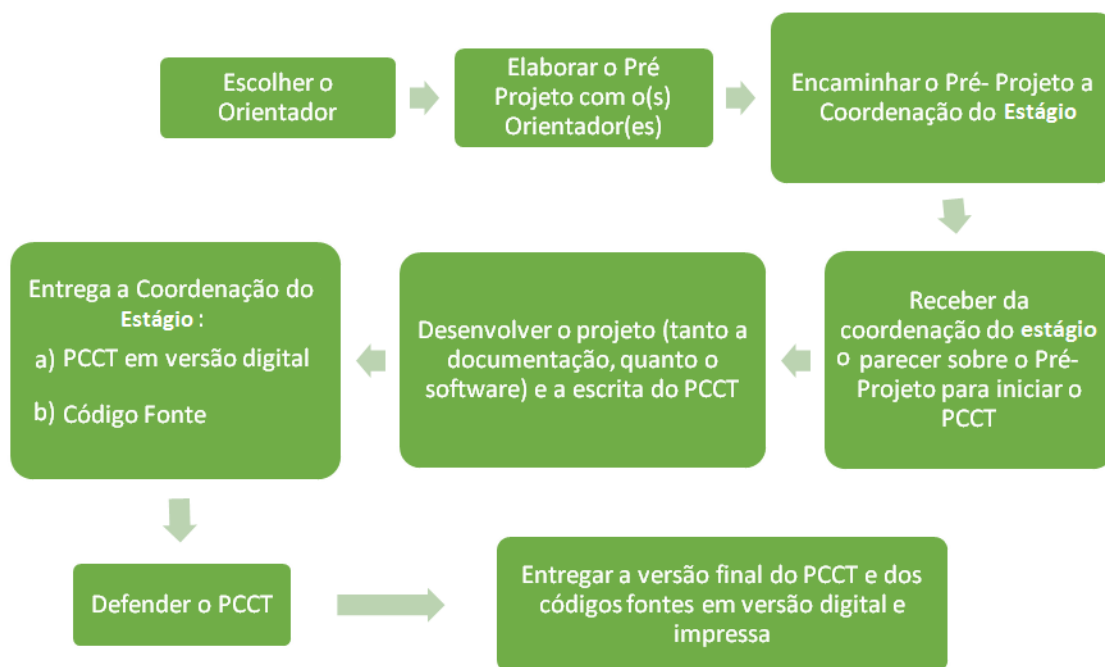
Do (a) estudante:

- a) Escolher um orientador, e se necessário um coorientador;
- b) Definir a temática do PCCT, em conjunto com o orientador, conforme a área de conhecimento do curso;
- c) Elaborar e desenvolver o Pré-Projeto, bem como o PCCT, sob a orientação e acompanhamento do orientador.
- d) Cumprir o plano e cronograma de atividades estabelecido em conjunto com o orientador;
- e) Inteirar-se do cumprimento destas diretrizes e demais normas afins em vigor;
- f) Entregar no prazo estabelecido uma versão digital do Projeto de Conclusão do Curso com o respectivo código fonte, via protocolo, ao coordenador que irá encaminhá-los à banca examinadora.
- g) Após a aprovação do PCCT e das devidas correções sugeridas pelos membros da banca examinadora, o aluno deverá encaminhar um exemplar encadernado e um exemplar em

formato digital com o código fonte, via protocolo, ao coordenador de estágio.

A

Figura 3 ilustra o processo pelo qual o(s) aluno(s) deverá(ão) seguir ao



fazer o PCCT.

Figura 3. Processo de Atividades do PCCT

Fonte: IFAM/CSGC (adaptada).

Do (a) Orientador (a):

O orientador deverá pertencer ao quadro de funcionários do IFAM com formação em Bacharelado em Enfermagem ou áreas afins, e suas atribuições e compromissos são:

- a) Orientar e acompanhar o(s) aluno(s) na escolha do tema de estudo, no planejamento das atividades e no desenvolvimento da proposta de trabalho;
- b) Analisar e avaliar as etapas produzidas, apresentando sugestões de leituras, estudos ou experimentos complementares, contribuindo na busca de soluções de problemas surgidos no decorrer dos trabalhos realizados;
- c) Acordar com o(s) aluno(s) os dias e horários para orientação;

- d) Informar o(s) orientando(s) sobre o cumprimento das normas, procedimentos, critérios de avaliação do PCCT e dos prazos de entrega dos documentos e defesa;
- e) Presidir a banca examinadora, e em sua ausência legal, indicar por escrito ao coordenador do estágio e em um prazo de 05 dias úteis, um substituto;
- f) Conduzir à revisão do PCCT, quando determinado pela banca examinadora;

Membros da Banca Examinadora:

A banca será formada pelo professor orientador, um professor da área técnica e um convidado (professor, pesquisador ou profissional com, no mínimo, nível de Graduação Superior), sendo que a escolha dos membros será feita pelo coordenador do estágio em conjunto com o professor orientador. O membro convidado poderá ser tanto da instituição como externo, desde que o mesmo não cause ônus para o IFAM *Campus* São Gabriel da Cachoeira.

Os membros da banca receberão, com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência da data de apresentação, os trabalhos para minucioso exame, reservando-se para o dia da defesa os comentários pertinentes. Os membros da banca terão como atribuições:

- a) Efetuar leitura antecipada e minuciosa do PCCT;
- b) Propor, se necessário, alterações no trabalho;
- c) Avaliar a escrita do PCCT, a apresentação e defesa do(s) aluno(s), a documentação e o software gerado, aplicando conceitos de: aprovação, recomendação para ajustes ou reprovação;
- d) Encaminhar os resultados da defesa ao coordenador do curso para as providências cabíveis;
- e) Assinar a Ata de defesa do PCCT;

Pré-Projeto de Conclusão do Curso Técnico

A elaboração do Pré-Projeto de Conclusão do Curso Técnico deverá ser construída em conjunto com o orientador, e se houver, com o coorientador, devendo seguir o modelo conforme apresentando no Apêndice D que se constitui de:

- a) Título do Projeto;
- b) Resumo;
- c) Palavras-chaves;
- d) Objetivos (Geral e Específico);
- e) Apresentação do Problema a ser investigado e Justificativa;
- f) Método de Pesquisa;
- g) Cronograma de Execução;
- h) Resultados Esperados;
- i) Referências Bibliográficas.

A entrega deverá respeitar o prazo definido pela coordenação do curso, correndo o risco de o(s) aluno(s) que não efetuar no prazo definido ser considerado Reprovado.

Da estrutura final do Projeto de Conclusão do Curso Técnico

O Projeto de Conclusão do Curso Técnico poderá ser elaborado na forma de um artigo científico de 10 a 15 páginas correspondentes ao limite mínimo e máximo para sua aceitação. Nele deverão constar os dados e resultados do projeto desenvolvido, sob a forma de revisão bibliográfica ou pesquisa de campo escrito segundo as normas da ABNT.

Os manuscritos devem ser configurados em página de tamanho A4 em fonte *Times New Roman* corpo 12 pontos, com espaçamento duplo, margens laterais de 3 cm e margens superior e inferior com 2,5 cm. Em sua estrutura deverá constar o título do projeto, nome dos autores, orientador e coorientador, resumo, *abstract*, introdução, material e métodos, desenvolvimento, considerações finais e referências bibliográficas. Nos casos de revisões de literatura, relatos técnicos ou de casos clínicos, o trabalho deve apresentar em sua organização introdução, descrição, conclusão e referências. Todo o trabalho deverá estar estruturado em no máximo 15 (quinze) páginas (incluindo folha de rosto), com 25 (vinte e cinco) linhas cada.

As figuras, gráficos, tabelas e quadros também deverão estar inseridos no texto, juntamente com suas legendas, títulos e numerações. A numeração das tabelas e quadros deverá ser feita em algarismos romanos, com apresentação sucinta e objetiva assim como as figuras e gráficos, que deverão

ser numerados em algarismos arábicos. As imagens que forem utilizadas devem ser geradas em arquivos digitais no formato JPG ou TIFF, em preto e branco ou colorido, com no mínimo 300 dpi de resolução. O trabalho deverá ter a numeração de páginas formatada no canto inferior direito, sem contar a página de rosto.

O PCCT deverá ser escrito em *Times New Roman* e apresentar em sua folha de rosto: o Título do trabalho (em português e em inglês), escrito com corpo 14 pontos e letras maiúsculas; Nome(s) do(s) autor (es) completo com indicativo das filiações em letras maiúsculas, corpo 12 pontos – Exemplo: Adrian Ferreira KIAP¹; As filiações dos autores referentes à Disciplina, Departamento ou Instituição descritas em corpo de 12 pontos; O endereço eletrônico dos autores para correspondência com corpo de 12 pontos; Resumo, formatado com corpo 12 pontos, de no máximo 300 palavras abordando o que foi feito no trabalho, em um só parágrafo, contendo os seguintes itens: introdução, objetivo, material e métodos (relato de caso ou revisão de literatura), resultados e conclusão; As Palavras-chave com 3 expressões que identifiquem o conteúdo do trabalho; O *Abstract* compatível com o resumo em português; *Key-words*: palavras-chave em inglês.

Os trabalhos que envolverem seres humanos ou animais, incluindo órgãos e/ou tecidos isoladamente, além de prontuários clínicos ou resultados de exames clínicos, deverão respeitar a Resolução n.36 – CONSUP/IFAM, de 17 de dezembro de 2012, aprovada pelo Comitê de Ética do IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira.

Após a aprovação do PCCT, um exemplar do trabalho encadernado e um exemplar em formato digital com o código fonte, deverá ser disponibilizado à Biblioteca do IFAM *campus* São Gabriel da Cachoeira, para acesso público. Cabe destacar que a submissão do PCCT a uma revista científica para sua publicação não é obrigatória, ficando a critério dos autores decidirem fazê-lo ou não.

Relatório Final de Estágio.

Apresentação do relatório final de estágio deverá cumprir normas estabelecidas, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade profissional do

estagiário durante o período de estágio, será opcional para o discente a realização do relatório final, ou O Projeto de Conclusão de Cursos Técnico, ressaltando que em nenhuma hipótese será substituído pelo estágio profissional Supervisionado que será obrigatório conforme lei 7498/86 e Resolução 94406/87 do Conselho Federal de Enfermagem.

Normas de Elaboração de Relatório Final do Curso Técnico em enfermagem

Item	Descrição
Capa	Deve conter o nome da Instituição, Gerência Educacional a que está vinculado, nome, data, habilitação técnica e nº de matrícula na Coordenação de Estágio;
Sumário	Constitui-se do sumário contendo, todas as partes do relatório. As páginas deverão estar numeradas;
Identificação	Informações sobre o estagiário, endereço, curso e ano de conclusão. Identificação da Empresa: endereço, telefone, fax, setor onde estagiou, período do estágio (início, término e duração).
Introdução	Relatar o processo de seleção por que passou para ser admitido como estagiário; caracterizar a empresa onde estagiou, quanto ao processo produtivo, sistema de gestão, processo de capacitação adotado etc.
Desenvolvimento	Abrange todas as atividades desenvolvidas pelo estagiário o que fez, como fez, local, instrumentos ou equipamentos utilizados, participação em projetos ou cursos e demais características técnicas do trabalho; facilidade ou dificuldade de adaptação, experiência adquirida etc.
Conclusão	Avaliação do estágio analisando criticamente as atividades desenvolvidas e apresentando sugestões, quando necessário.
Referências	O aluno deverá listar, conforme normas da ABNT, as referências que utilizou para escrever o seu relatório. Caso não tenha utilizado nenhuma referência, não precisa incluir este item.

Anexos

Caso o aluno ache interessante incluir no seu relatório algum tipo de documento, como, por exemplo, procedimentos realizados pelo discente, deve apresentá-los como anexos ao seu relatório. Esta parte não é obrigatória.

6 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias

suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

6.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser

acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

7 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação do desempenho dos estudantes será efetivada em todos os momentos do processo, considerando o texto do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM e os critérios estabelecidos pela Direção de Ensino, Coordenações de Curso e Professores do Curso de Enfermagem.

Considera-se a avaliação como um processo contínuo e cumulativo. Nesse processo, são assumidas as funções diagnóstica, formativa e somativa de forma integrada ao processo ensino-aprendizagem, as quais devem ser utilizadas como princípios orientadores para a tomada de consciência das dificuldades, conquistas e possibilidades dos estudantes.

Igualmente, deve funcionar como instrumento colaborador na verificação da aprendizagem, levando em consideração o predomínio dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Nesta acepção a Resolução nº. 6, de 20/09/2012, Título III, Capítulo I, Art. 34 estabelece que:

A avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

A proposta pedagógica do curso prevê atividades avaliativas que funcionem como instrumentos colaboradores na verificação da aprendizagem, contemplando os seguintes aspectos:

- Adoção de procedimentos de avaliação contínua e cumulativa;
- Prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos;
- Inclusão de atividades contextualizadas;
- Manutenção de diálogo permanente com o aluno;
- Consenso dos critérios de avaliação a serem adotados e cumprimento do estabelecido;

- Disponibilização de apoio pedagógico para aqueles que têm dificuldades;
- Adoção de estratégias cognitivas e meta cognitivas como aspectos a serem considerados nas avaliações;
- Adoção de procedimentos didático-pedagógicos visando à melhoria contínua da aprendizagem;
- Discussão, em sala de aula, dos resultados obtidos pelos estudantes nas atividades desenvolvidas;
- Observação das características dos alunos, seus conhecimentos prévios integrando-os aos saberes sistematizados do curso, consolidando o perfil do trabalhador/cidadão, com vistas à (re)construção do saber escolar.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas e semestral, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento, conforme as diretrizes da LDB Lei nº 9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas teóricas, aos trabalhos escolares, aos exercícios de aplicação e atividades práticas. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

A atividade de avaliação, realizada pelo docente, possibilitará a identificação daqueles alunos que não alcançaram satisfatoriamente os objetivos do curso e que necessitarão ser submetidos a um procedimento de reorientação da aprendizagem, em que serão proporcionados métodos de recuperação paralela ao longo dos períodos letivos, bem como exame final, referente ao ano letivo para os alunos que ficaram retidos em mais de (três) 03 disciplinas.

O desempenho acadêmico do discente em cada disciplina/componente curricular obedecerá a uma escala de valores compreendida entre 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos).

As avaliações e estudos de recuperação serão planejados e efetuados pelos docentes de acordo com o disposto no Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM, contemplando a liberdade e autonomia

relacionada a aspectos didático-metodológicos para definir qual a metodologia e instrumentos avaliativos são mais adequados à realidade.

7.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

7.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

7.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;

III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;

IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;

V – serviço à Justiça Eleitoral;

- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;
- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Caso autorizada, caberá ao docente da disciplina agendar a data e horário da avaliação de segunda chamada, de acordo com os conteúdos ministrados, a elaboração e a aplicação da avaliação da aprendizagem, no prazo máximo de 08 (oito) dias úteis contados a partir do deferimento da solicitação.

7.4 PROMOÇÃO NOS CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO NAS FORMAS SUBSEQUENTE E CONCOMITANTE

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – o discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do

componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;

NA = Notas das Avaliações;

N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;

MD = Média da Disciplina;

EF = Exame Final.

7.5 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.

8 CERTIFICADOS E DIPLOMAS

Será conferido o **DIPLOMA DE TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM ENFERMAGEM** aos discentes que concluírem com aproveitamento os quatros módulos do curso, além do cumprimento do Estágio Profissional Supervisionado e o Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT, ou Relatório Final de Curso ambos de 600h, o Discente poderá optar em Elaborar um projeto Final de Curso PCCT, ou um Relatório, porém em nenhuma opção isenta o aluno da realização do Estágio Profissional supervisionado que será obrigatório na área de enfermagem.

Não haverá certificação intermediária no Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente, considerando que não há itinerários alternativos para qualificação.

9 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

9.1 BIBLIOTECA

a) Ato de Criação.

Resolução nº. 46-CONSUP/IFAM, de 13 de julho de 2015, onde o Reitor aprova o Regulamento Interno das Bibliotecas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas

O acervo da Biblioteca Manoel Correia Lima Campus São Gabriel da Cachoeira, é composto por um acervo geral, constituído por livros de assuntos gerais e didáticos, técnicos, científicos e literários; seção de referência, composta por enciclopédias, anuários, catálogos, guias, almanaques e atlas e seção de multimeios, composta por DVD's. O acervo eletrônico é disponibilizado gradativamente conforme a realização de seu cadastro no sistema GNUTECA.

b) Os serviços ofertados.

- Acesso á internet por computadores;
 - Alimentação de base de dados (referências bibliográficas nos catálogos);
 - Atendimento ao usuário;
 - Assistência na consulta de títulos;
 - Empréstimos domiciliares;
 - Disponibilização de salas de estudo;
 - Guarda – volumes;
 - Orientação Bibliográfica;
 - Realização de exposições, mostras palestras referente ao projeto.
- Alguns exemplos de ações desenvolvidas nesse sentido foram:

- Exposição Literária Feminina: MULHERES MARCANTES NAS PÁGINAS LITERÁRIAS; Apresentação sobre obras de Clarice Lispector e o desenvolvimento de ações referente a projeto Valorização do Estudante; entre outros.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA BIBLIOTECA	QTDE
Um ambiente medindo 610,67m ²	1

c) Acervo Bibliográfico

LIVROS	PERIÓDICOS	CDs/DVDs	Computadores ligados a Internet
27.800	19 Títulos	692	07

C) Descrição dos Principais Títulos na Area de Ciências da Saúde Existente na Biblioteca.

TÍTULOS		
MAIS SAÚDE DIREITO DE TODOS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
PROJETOS DE UNIDADE DE ARMAZENAGEM, DISTRIBUIÇÃO E PROCESSAMENTO DE PRAGUICIDAS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BÁSICA PARA AGENTES INDÍGENAS DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PRINCÍPIOS E DIRETRIZES DE UMA POLÍTICA DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	CONSEA	1
3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PARTO E NASCIMENTO DOMICILIAR ASSISTIDOS POR PARTEIRAS TRADICIONAIS	MINISTÉRIO DE SAÚDE	2
ANATOMIA HUMANA BÁSICA	DANGELO E FATTINI	1
CONHECIMENTO EM GESTÃO PARTICIPATIVA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
CONTRIBUIÇÕES PRAGMÁTICAS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS RECURSOS	MARIA CECÍLIA DONNANGELO	1

HUMANOS EM SAÚDE E PARA A HISTÓRIA DA PROFISSÃO MÉDICA NO BRASIL		
A LEGISLAÇÃO E O MARKETING DE PRODUTOS QUE INTERFEREM NA AMAMENTAÇÃO: UM GUIA PARA O PROFISSIONAL DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PRÊMIO DE INCENTIVO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
ATENÇÃO À SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PROJETOS FÍSICOS DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA	FUNASA	2
HFA HOSPITAL DAS FORÇAS ARMADAS	ERNANI PIMENTEL JOSÉ ALMIR FONTELA DORNELLES	1
SÍNDROME PÓS- POLIOMELITE(SPP)	ACARY SOUZA BULLE OLIVEIRA	1
COORDENAÇÃO NACIONAL DA SAÚDE NO MERCOSUL	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
O FUTURO HOJE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
ESCOLAS PROMOTORAS DE SAÚDE: EXPERIÊNCIA NO BRASIL	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
DIREITOS SEXUAIS, DIREITOS REPRODUTIVOS E MÉTODOS ANTICONCEPCIONAIS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
SÍNDROME PÓS- POLIOMELITE(SPP)	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PLANEJAR É PRECISO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PATOLOGIA SOCIAL	FELIPPE A. DE MIRANDA ROSA	
A CONSTRUÇÃO DO SUS	VICENTE DE PAULA JACINTA DE FÁTIMA LUIZ CARLOS FADEL ROSA MARIA	1
PRÁTICA DE ENFERMAGEM	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
DENGUE HEMORRÁGICO: DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO E CONTROLE	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE	2
ASPECTOS JURÍDICOS DO ATENDIMENTO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1

ÀS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL		
LEGISLAÇÃO E SISTEMA DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
ANTICONCEPÇÃO DE EMERGÊNCIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PREVENÇÃO E TRATAMENTO DOS AGRAVOS RESULTANTES DA VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES E ADOLESCENTES	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
PRÊMIO SERGIO AROUCA DE GESTÃO PARTICIPATIVA TRABALHOS PREMIADOS E MENÇÕES HONROSAS-RESUMOS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
PRÊMIO SERGIO AROUCA DE GESTÃO PARTICIPATIVA EXPERIÊNCIA EXITOSAS E TRABALHOS ACADÊMICOS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
SAÚDE NO BRASIL	MINISTÉRIO DA SAÚDE	3
RELAÇÃO NACIONAL DE MEDICAMENTOS ESSENCIAIS RENAME	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
GUIA DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
CADERNOS HUMANIZASUS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
GUIA DE REMÉDIOS	DR. NORIVAL CAETANO	1
FORMAÇÃO ESTUDOS, REFLEXÕES E EXPERIÊNCIAS EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
PESQUISA PARA SAÚDE CONTRIBUIÇÕES AOS 20 ANOS DO SUS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MODELO DA ATIVIDADE EDUCAÇÃO EM SAÚDE	CLÁUDIA MÁRCIA SANTOS BARROS RITA DE CÁSSIA	1
LEGISLAÇÃO EM SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
INDICADORES BÁSICOS PARA A SAÚDE NO BRASIL: CONCEITOS E APLICAÇÕES	RIPSA	1
ESTUDO DA MORTALIDADE DE MULHERES DE 10 A 49 ANOS, COM ÊNFASE NA MORTALIDADE MATERNA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
O ENSINO E AS PESQUISAS DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA NO ÂMBITO DO SUS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
5ª EXPOEPI MOSTRA NACIONAL DE EXPERIÊNCIAS BEM-SUCEDIDA EM EPIDEMIOLOGIA, PREVENÇÃO E CONTROLE DE DOENÇAS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2

CADERNO DE ATENÇÃO BÁSICA DIRETRIZES DO NASF	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DO INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
LEISHMANIOSE VISCERAL GRAVE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	5
MANUAL INTEGRADO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA DO BOTULISMO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
SISTEMA DE PLANEJAMENTO DO SUS INSTRUMENTOS BÁSICOS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 1	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 2	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 3	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 2	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 1	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
EPIDEMIOLOGIA E SERVIÇOS DE SAÚDE 2	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MEDICAMENTOS: COMO USAR E NÃO ABUSAR	CÂMARA DOS DEPUTADOS	9
MAIS PROTEÇÃO ÀS MULHERES: NOVAS CONQUISTAS E MELHORES SERVIÇOS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
REGIONALIZAÇÃO SOLIDÁRIA E COOPERATIVA ORIENTAÇÕES PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO NO SUS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DE DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO DA DOENÇA DE VON WILLEBRAND	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
TÉCNICAS DE SEGURANÇA EM LABORATÓRIOS REGRAS E PRÁTICAS	FLÁVIO CÉSAR FERRAS ANTONIO CARLOS FEITOZA	2
AS DOENÇAS DO CAMPO	MÁRIO CÂNDIDO O. GOMES	1

OFICINAS DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE E COMUNICAÇÃO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	3
HISTOLOGIA BÁSICA	LUIZ C. JUNQUEIRA JOSÉ CARNEIRO	2
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA TRONCO, VÍSCERA E EXTREMIDADE INFERIOR	R. PUTZ E R. PABST	4
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA CABEÇA, PESCOÇO E EXTREMIDADE SUPERIOR	R. PUTZ E R. PABST	4
ATLAS DE ANATOMIA HUMANA	FRANK H. NETTER,MD	5
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA QUADROS DE MÚSCULOS, ARTICULAÇÕES E NERVOS	F. PAULSEN E J. WASCHKE	1
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA ÓRGÃOS INTERNOS	F. PAULSEN E J. WASCHKE	4
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA CABEÇA, PESCOÇO E NEUROANATOMIA	F. PAULSEN E J. WASCHKE	4
SOBOTTA ATLAS DE ANATOMIA HUMANA ANATOMIA GERAL E SISTEMA MUSCULAR	F. PAULSEN E J. WASCHKE	4
MEDICINA E SAÚDE HISTÓRIA DA MEDICINA	ABRIL CULTURAL	1
TRATADO DE FISILOGIA MÉDICA	GUYTON E HALL	8
DIREITOS SEXUAIS E REPRODUTIVOS NA INTEGRALIDADE DA ATENÇÃO À SAÚDE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
SEGREDOS EM NUTRIÇÃO	CHARLES W. VAN WAY III	2
I SIMPÓSIO NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO –PRONUTRAL-	PRONUTRAL	2
BIOFÍSICA	EDUARDO A.C. GARCIA	4
FISIOLOGIA HUMANA	ARTHUR C. GUYTON, M.D.	1
QUÍMICA DAS SENSações	CAROLINA GODINHO RETONDO PEDRO FARIA	1
MEDICINA E SAÚDE	ABRIL CULTURAL	2
TESTE, MEDIDAS E AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA E ESPORTE	FRANCISCO JOSÉ GONDIM PITANGA	2
AVALIAÇÃO E PRESCRIÇÃO DE ATIVIDADE FÍSICA	JOÃO C. BOUZAS MARINS	1

	RONALDO S. GIANNICHI	
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE O SER, O SABER, O FAZER	JOANA AZEVEDO DA SILVA ANA SÍLVIA WHITAKER DALMASO	1
ENCICLOPÉDIA PRÁTICA DA FAMÍLIA	CLARICE R. PINHO	2
ATIVIDADE FÍSICA, QUALIDADE DE VIDA E ENVELHECIMENTO	GIOVANA ZARPELLON MAZO	1
ATENÇÃO INTEGRAL PARA MULHERES E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E SEXUAL	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
A EDUCAÇÃO FÍSICA CUIDA DO CORPO...E "MENTE"	JOÃO PAULO S. MEDINA	2
GUIAS PARA AULA DE EDUCAÇÃO FÍSICA	JARBAS GONÇALVES PASSARINHO	1
YOGA PARA 3º IDADE	BEATRIZ ESTEVES	1
MUSCULAÇÃO: UMA ABORDAGEM METODOLÓGICA.	NELSON BITTENCOURT	1
GUIAS DE CALORIAS DE A A Z	JOSÉ DANON E LUCIANA POLINI	1
ALONGUE-SE NO TRABALHO	BOB ANDERSON	1
A SITUAÇÃO DO TABAGISMO NO BRASIL	INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA	1
NUTRIÇÃO E TÉCNICA DIETÉTICA	SONIA TUCUNDUVA PHILIPPI	8
DICIONÁRIO DE DIETÉTICA E DE NUTRIÇÃO	PIERRE DUKAN	5
PROGRAMAS DE SAÚDE	AYRTON CESAR MARCONDES	1
ENSINANDO EDUCAÇÃO FÍSICA	ROBERT N. SINGER WALTER DICK	1
TESTE E TESTES DE PROGRAMAS DE SAÚDE	MARCOS INIOLD BUENO E SILVA	1
MANUAL DE CONTROLE HIGIÊNICO-SANITÁRIO EM SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO	ENEALVES DA SILVA JR.	1
SAÚDE DA FAMÍLIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
METODOLOGIA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA: CONSTRUINDO SUA MONOGRAFIA, ARTIGOS E PROJETOS	MAURO GOMES DE MATTOS ADRIANO JOSÉ ROSSETTO JÚNIOR SHELLY BLECHER	3
DE DOENÇA DESCONHECIDA A PROBLEMA DE SAÚDE PÚBLICA:O INCA E O	LUIZ ANTONIO TEIXEIRA	1

CONTROLE DO CÂNCER NO BRASIL	CRISTINA OLIVEIRA FONSECA	
ALIMENTOS UM ESTUDO ABRANGENTE	JOSÉ EVANGELISTA	8
COMO AJUDAR AS MÃES A AMAMENTAR	F. SAVAGE KING	1
BOM APETITE	ABRIL CULTURAL	1
GESTÃO DE ALTO RISCO/MANUAL TÉCNICO	MINISTERIO DE SAÚDE	02
PACTUAÇÃO UNIFICADA DE INDICADORES	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
DECRETO Nº 7.508, DE 28 DE JUNHO DE 2011	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
ECONOMIA DA SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
O SUS DE A A Z	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
PACTO PELA REDUÇÃO DA MORTALIDADE INFANTIL NO NORDESTE E AMAZÔNIA LEGAL	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
MEMÓRIAS DO INSTITUTO BUTANTAN	MEMÓRIAS DO INSTITUTO BUTANTAN	1
I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE MONITORAMENTO DOS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÊNIO NO SETOR SAÚDE: RUMO AO ALCANCE DAS METAS DE 2015	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
INTRODUÇÃO À GESTÃO DE CUSTO EM SAÚDE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
I MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	GUSTAVO GUSO JOSÉ MAURO CERATTI LOPES	4
II MEDICINA DE FAMÍLIA E COMUNIDADE	GUSTAVO GUSO JOSÉ MAURO CERATTI LOPES	4
GUIA DO TERAPEUTA PARA OS BONS PENSAMENTOS-BONS SENTIMENTOS	PAUL STALLARD	1
TOXICOLOGIA DE ALIMENTOS	ANTONIO FLÁVIO MIDIO DEOLINDA IZUMIRA MARTINS	2
PLANTAS MEDICINAIS	LINETE MARIA MENZENGA HARAGUCHI OSWALDO BARRETTO DE CARVALHO	1
GINÁSTICA LABORAL PRINCÍPIOS E APLICAÇÕES PRÁTICA	RICARDO ALVES MENDES NEIVA LEITE	1

HISTÓRIA DA MEDICINA EM MANAUS	MANOEL DIAS GALVÃO	1
MACONHA: O QUE OS PAIS DEVEM SABER	SENAD	1
ASPECTOS BÁSICOS DO TRATAMENTO DA SÍNDROME DE DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS	SENAD	1
CONVERSANDO SOBRE COCAÍNA E CRACK	SENAD	1
I FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO FARMACÊUTICA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
FARMÁCIA VERDE	EVANDRO DE ARAÚJO SILVA	1
ADMINISTRAÇÃO DE MEDICAMENTOS EM ENFERMAGEM	KLINGER FONTINELE JÚNIOR	10
GUIA DAS PLANTAS MEDICINAIS	DR. E. A. MAURY CHANTAL DE RUDDER	1
TRATADO DE ENFERMAGEM MÉDICO-CIRÚRGICA	BRUNNER E SUDDARTH	3
GUIA DE BOLSO DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS	MINISTÉRIO DA SAÚDE	8
ENTOMOLOGIA MÉDICA DOENÇAS TRANSMITIDAS POR INSETOS NA AMAZÔNIA	ELOY GUILLERMO CASTELLÓN	38
BIOECOLOGIA DE MOSQUITO	WANDERLI PEDRO TADEI RICARDO AUGUSTO PASSOS FÁBIO MEDEIROS DA COSTA ILÉIA RODRIGUES BRANDÃO JOSELITA M.M. DOS SANTOS MÍRIAM SILVA RAFAEL	35
CONTROLE VETORAL TREINAMENTO EM CONTROLE DE VETORES DE DOENÇAS TROPICAIS	WANDERLI PEDRO TADEI RICARDO AUGUSTO PASSOS FÁBIO MEDEIROS DA COSTA ILÉIA RODRIGUES BRANDÃO JOSELITA M.M. DOS SANTOS MÍRIAM SILVA RAFAEL	56
ATLAS DE PARASITOLOGIA HUMANA	BENJAMIN CIMERMAM MARCOS ANTONIO FRANCO	5
MICROBIOLOGIA	LUIZ RACHID TRABULSI FLÁVIO ALTERTHUM	4
EMERGÊNCIAS CLÍNICAS ABORDAGEM PRÁTICA	HERLON SARAIVA MARTINS RODRIGO ANTONIO BRANDÃO NETO AUGUSTO SCALABRINI NETO	7

	IRINEU TADEU VELASCO	
DST E AIDS DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	PAULO NAUD	1
PRIMEIROS SOCORROS	SEPROR	1
LIGAÇÕES ENTRE NANDA, NOC E NIC	MARION JOHNSON GLORIA BULECHEK HOWARD BUTCHER JOANNE MCCLOSKEY MERIDEAN MAAS SUE MOORHEAD ELIZABETH SWANSON	1
MANUAL DE PRIMEIROS SOCORROS	MINISTÉRIO DO TRANSPORTES	1
AIDS HOJE	DRAUZIO VARELLA NARCISO ESCALEIRA FERNANDO VARELLA	1
ANAMNESE E EXAME FÍSICO	ALBA LUCIA BOTTURA LEITE DE BARROS E COLS	5
DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS	WALTER BELDA JR.	10
ENFERMAGEM EM SAÚDE MENTAL	RUTH MYLIUS ROCHA	10
ATENÇÃO HUMANIZADA AO ABORTAMENTO	MINISTÉRIO DA SAÚDE	2
ANTICONCEPÇÃO DE EMERGÊNCIA	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
ADOLESCÊNCIA... QUANTAS DÚVIDAS!	ÉLIDE HELENA MEDEIROS E MAURO FISBERG	10
HANSENÍASE: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO MANUAL DE CAPACITAÇÃO EM M E A- CADERNO DO MONITOR	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
HANSENÍASE: MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO MANUAL DE CAPACITAÇÃO EM M E A- CADERNO DO PARTICIPANTE	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
ANAMNESE E EXAME FÍSICO AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA DE ENFERMAGEM NO ADULTO	ALBA LUCIA BOTTURA LEITE DE BARROS E COLS	1
BACTERIOLOGIA E IMUNOLOGIA	OTTOR BIER	1
MICROBIOLOGIA E IMUNOLOGIA	OTTOR BIER	1

MANUAL DE PREVENÇÃO DE INCAPACIDADE 1	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DE CONDUTAS PARA TRATAMENTO DE ÚLCERAS EM HANSENÍASE E DIABETES 2	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DE CONDUTAS PARA ALTERAÇÕES OCULARES EM HANSENÍASE 3	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DE REABILITAÇÃO E CIRURGIA EM HANSENÍASE 4	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
MANUAL DE ADAPTAÇÕES DE PALMILHAS E CALÇADOS 5	MINISTÉRIO DA SAÚDE	1
INFORMÁTICA BÁSICA	E.ALCALDE M. GARCIA/S. PEÑUELAS	03
INFORMÁTICA BÁSICA	ANDRÉ LUIZ N. G. MANZANO	01
WORD 6 FOR WINDOWS /GUIA OFICIAL DA MICROSOFT	RUSSELL BORLAND	01
HARDWARE / NA PRÁTICA	LAÉRCIO VASCONCELOS	04

9.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

a) Infraestrutura Física da Unidade / Distribuição dos Ambientes Físicos

ITEM	AMBIENTE	QTDE	ÁREA (m²)
01	SALAS DE AULA	14	1.122,80
02	WC. MASCULINO / FEMININO	04	131
03	DG	01	21,10
04	DAP	01	357,88
05	DEPEX / CGE	01	49,88
06	SALA DOS PROFESSORES	01	67,38
07	LABORATÓRIOS	03	554,30
08	BIBLIOTECA	01	610,67
09	COPA	01	67,38

b) Salas de Aula

ITEM	AMBIENTE	QTDE
01	CARTEIRAS	560
02	QUADRO BRANCO	14
03	CONDICIONADORES DE AR (SPLIT)	28
04	CADEIRAS (LABORATÓRIOS)	160
05	PROJETOR MULTIMÍDIA	14

c) Sala dos Professores

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
01	MESA	40
02	CADEIRAS	43
03	BEBEDOURO	02
04	CONDICIONADORES DE AR (SPLIT)	04

d) Laboratório de Enfermagem

O Laboratório de enfermagem é uma extensão da sala de aula, sendo um facilitador no aprendizado do aluno, pois é o local onde serão executados procedimentos e técnicas básicas de enfermagem. É um recurso institucional que permite o estudante experimentar, testar, repetir, errar e, sobretudo, corrigir os erros, facilitando a compreensão das técnicas estudadas.

O campus-IFAM São Gabriel da Cachoeira possui um moderno laboratório de enfermagem equipado com todas as tecnologias necessárias ao campo do conhecimento, da prática e da pesquisa conforme legislação COFEN Lei 7498/ de 25 junho de 1986.

A Seguir Descrição dos Itens existente no laboratório de enfermagem.

ITEM	DESCRIÇÃO	QT DE
01	BANQUETA ALTA PARA LABORATÓRIO	40
02	QUADRO DE ACRÍLICO PARA PINCEL 1.10M X 3,00M	01
03	PORTAS DE ALUMÍNIO	02
04	PIAS DE INOX COM DUAS CUBAS	02

05	TORNEIRAS DE INOX	04
06	APARELHO DE PRESSÃO SOLIDOR ADULTO FECHO VELCRO	04
07	CADEIRA DE RODAS 1009 NYLON JAGUARIBE PNEU INFLÁVEL	01
08	KIT MEDIDOR DE GLICOSE (GLICOSIMETRO)	01
09	PORTA SACO HAMPER PINTADO	01
10	BIOMBO DUPLO COM ALGODÃO CRU METROM	03
11	ARMÁRIO VITRINE PARA MEDICAMENTOS	01
12	MESA DE CABECEIRA AÇO PINTADA	01
13	MESA SEMICIRCULAR INOX	01
14	MESA DE MAYO INOX (INSTRUMENTAL)	01
15	CARRINHO DE CURATIVO TIPO INOX	01
16	KIT UMIDIFICADOR P/ OXIGÊNIO - FRASCO PVC 250 ML E	01
17	FLUXOMÊTRO DE OXIGÊNIO PARA VÁLVULA REGULADORA	01
18	OXÍMETRO DE PULSO DE DEDO	01
19	AUTOCLAVE HORIZONTAL 12 LITROS	01
20	COMADRE TIPO PÁ INOX	03
21	PAPAGAIO INOX 26X15CM 1000ML	01
22	CÉREBRO COM ARTÉRIA 9 PARTES CÓDIGO	02
23	SISTEMA URINÁRIO FEMININO CÓDIGO	02
24	SISTEMA URINÁRIO MASCULINO	02
25	OLHO COM 8 PARTES	02
26	ÓRGÃO GENITAL MASCULINO DIVIDIDO EM 5 PARTES.	04
27	TORSO BISEXUAL 85CM COM 24 PARTES	02
28	PELVES FEMININA	04
29	MEMBROS INFERIORES	08
30	MEDULA ESPINHAL AMPLIADA 6X O TAMANHO NATURAL COM	02
31	TELA PARA PROJEÇÃO DE IMAGENS	01
32	MODELO DE PUNÇÃO VENOSA PEDIÁTRICA.	01
33	BRAÇO DE PUNÇÃO VENOSA PEDIÁTRICA AVANÇADA.	01
34	BRAÇO INFANTIL PARA TREINO DE INJEÇÃO INTRAVENOSA E	01
35	SIMULADOR PARA TREINO DE ACLS NEONATAL	01
36	BRAÇO PARA TREINO DE INJEÇÃO	01
37	BRAÇO PARA TREINO DE INJEÇÃO DELTOIDE E VEIA	01
38	ESQUELETO HUMANO DESARTICULADO TAMANHO NATURAL,	01
39	ARCADA DENTÁRIA COM LÍNGUA E ESCOVA	01
40	TORSO BISEXUAL 85CM COM 24 PARTES E COLUNA EXPOSTA	01
41	CORTE DE PELE AMPLIADA EM CAMADAS	01
42	PÉLVIS MASCULINA TAMANHO NATURAL 2 PARTES	01
43	MODELO PARA AUTO EXAME DA MAMA COLETE	01
44	ESQUELETO DESARTICULADO COMPLETO, TAMANHO REAL	01

45	MEMBROS SUPERIORES	01
46	SISTEMA CIRCULATÓRIO DETALHADO DOS MEMBROS	01
47	SISTEMA CIRCULATÓRIO DETALHADO DOS MEMBROS	01
48	LARINGE 2X TAMANHO REAL	01
49	OUVIDO AMPLIADO 6X DO TAMANHO REAL	01
50	BOMBA DE INFUSÃO PARA MEDICAMENTO	02
51	SUPORTE DE SORO FIXO ESMALTADO SEM RODÍZIO RN13001	02
52	SUPORTE DE BRAÇO ESMALTADO COM BRAÇADEIRA EM AÇO	02
53	MANEQUIM ADULTO PARA TREINO DE RCP, COM DISPOSITIVO	02
54	ARMÁRIOS DE FERRO	02
55	MESAS DE ESCRITÓRIO	04
56	CADEIRAS COM ALMOFADAS	04
57	MESA DE INOX	04
58	COLCHÃO HOSPITALAR	02
ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE
01	PROJETOR MULTIMÍDIA	01

10 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

10.1 CORPO DOCENTE

O *campus* IFAM São Gabriel da Cachoeira conta servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Enfermagem na Forma Subsequente.

O quadro 3 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 3. Corpo Docente

a) Corpo Docente

Nome	Titularidade	Formação	Regime de Trabalho
Mirely Ferreira dos Santos	Mestre	Graduação em Enfermagem	DE
Maria Rosineide Gama Feitosa	Especialista	Graduação em Enfermagem	DE
Eleucimar Monteiro da Cunha	Especialista	Graduação em Enfermagem	DE
Ivan da Silva Mendonça	Especialista	Graduação em Enfermagem	DE
João Renato Aguiar Soares Júnior	Especialista	Graduação em Informática	DE
Marcondes Coelho Feitosa	Especialista	Graduação em Informática	DE
Márcio Menezes Dias	Graduado	Graduação em Informática	DE
Maeda Batista dos Anjos	Doutorado	Licenciatura em Biologia	DE
Carla Reis Dias	Graduada	Licenciatura em Biologia	DE
Sinara Jobim Dutra	Especialista	Licenciatura em Letras - Língua Espanhola	DE
Edilson Martins Melgueiro	Mestre	Licenciatura em Letras – Língua Nativas	DE
Kleber de Souza Miranda	Graduado	Licenciatura em Matemática	DE
Carlos Eduardo de Souza	Mestre	Licenciatura em Matemática	DE
André Alves de Olanda	Mestre	Licenciatura em Matemática	DE

Lucécia Cristina Morais da Silva	Mestre	Licenciatura em Antropologia	DE
Elaine Maria de Melo Fernandes	Especialista	Licenciatura em Letras – Língua Libras	DE
Andréa Alves Lustosa	Especialista	Graduação em Educação Física	DE
Patricia Rossi dos Reis	Especialista	Graduação em Educação Física	DE

10.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

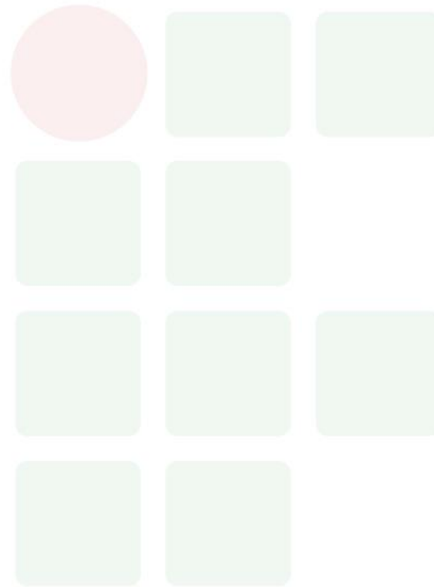
Quadro 4. Corpo Técnico Administrativo

Nome	Escolaridade	Experiência Profissional	Formação	Regime de Trabalho
Marianne Kaliny Ferreira da Silva	Ensino Superior	Enfermeira	Graduação em Enfermagem	40 horas
Gabriella Castro Guimarães.	Ensino Superior	Enfermeira	Graduação em Enfermagem	40 horas
WillanFlagner de Oliveira Ferreira	Ensino Superior	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	40 horas
Viviane Alberta ernandesGonçalves	Ensino Superior	Pedagogo	Graduação em Pedagogia	40 horas
Alessandro Marcondes Albuquerque	Técnico	Auxiliar de Biblioteca	Técnico em Secretaria Escolar	40 horas
Alesandra Gonçalves de Freitas	Técnico	Auxiliar Administrativa	Técnico em Secretariado	40 horas
Carlos Antônio de Lima e Silva	Técnico	Técnico em Assuntos Educacionais	Ensino Médio	40 horas
Claudecir da Silva Barreto	Técnico	Assistente Social	Técnico em Agropecuária	40 horas

Damião Vasconcelos do Vale	Técnico	Técnico de Audiovisual	Ensino Médio	40 horas
Domingos Sávio Brito Fonseca	Medio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Edilson Marcondes Marcelino	Médio	Carpinteiro	Ensino Médio	40 horas
Efrain dos Santos Pereira	Ensino Médio	Servente de Obras	Ensino Médio	40 horas
Franciane Santos de Souza	Superior	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
Franciane Santos de Souza	Superior	Psicóloga	Bacharel em Psicologia	40 horas
Francicleia da Silva Medeiros	Superior	Assistente Social	Graduação em Assistente Sociall	40 horas
Francisco Bruno da Silva Ruiz	Ensino Medio	Auxiliar em Administração	Graduação em Administração	40 horas
Gerson Henrique Souza dos Santos	Ensino Médio	Assistente de Alunos	Bacharel em Direito	40 horas
Inês Mendes de Lima	Ensino Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Jacirene Maria Gadelha Mendonça	Médio	Cozinheira	Ensino Médio	40 horas
Jane Fernandes Monteiro	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Joaquim da Silva	Médio	Assistente de Alunos	Ensino Médio	40 horas
José Haroldo Cavalcante de Souza	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
José Miguel de Moraes	Médio	Auxiliar em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Josenir Otéro Gonçalves	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas

Jucilene Firmo dos Santos	Médio	Técnico em Enfermagem	Ensino Médio	40 horas
Kátia Silva Machado	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas
Márcia dos Santos Vargas	Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Marcos Prado da Silva	Médio	Técnico de TI	Ensino Médio	40 horas
Nairson Brazão Queiroz	Médio	Assistente em Administração	Ensino Médio	40 horas
Natanael da Silva Mota	Médio	Técnico em Agropecuária	Ensino Médio	40 horas
Odorico Alves da Silva	Ensino Superior	Administrador	Ensino Superior	40 horas
Patrícia Alves Leite	Médio	Auxiliar de Biblioteca	Ensino Médio	40 horas
Paula Gonçalves de Andrade	Médio	Auxiliar em Administração	Ensino Médio	40 horas
Petronilda Matos de Lima	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Rafael Damásio Luciano	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Rivenilson da Costa Otero	Ensino Superior	Contador	Ensino superior	40 horas
Ruy Alberto Melgueiro	Ensino Superior	Técnico Assuntos Educacionais	Ensino superior	40 horas
Salete Rodrigues Gomes	Médio	Lavadeira	Ensino Médio	40 horas
Sandoval Garrido da Silva	Médio	Vigilante	Ensino Médio	40 horas
Simplicio Galvão da Silva	Médio	Auxiliar em	Ensino Médio	40 horas

		Agropecuária		
Zonaide Sandoval Vasconcelos	Médio	Técnico em Contabilidade	Ensino Médio	40 horas



REFERÊNCIAS

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer Nº 5/2011** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 2/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Parecer Nº 11/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

BRASIL. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. **Lei 11.741/2008**, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Disponível em <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93433/lei-11741-08>>.

_____. **Lei 11.788/2008**, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm>.

Decreto nº 94.406 de 08 de junho de 1987. (Regulamenta a Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986, que dispõe sobre o exercício da Enfermagem, e dá outras providências). Brasília, 1987

_____. **Lei 9.394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23, dez. 1996. Seção I.

_____. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos** – Edição 2014. Disponível em <<http://catalogonct.mec.gov.br/>>

_____. **Educação Profissional e Tecnológica: legislação básica** – Rede Federal. 7. ed. Brasília: MEC/SETEC, 2008.

CONSUP/IFAM. **Resolução Nº 94**, de 23 de dezembro de 2015. Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

Lei Federal nº 7.498/86, de 25 de junho de 1986. (Dispõe sobre a regulamentação do exercício da Enfermagem e dá outras providências). Brasília, 1986.

Resolução COFEN nº 0441/2013 de 15 de maio de 2013. (Dispõe sobre participação do Enfermeiro na supervisão de atividade prática e estágio supervisionado de estudantes dos diferentes níveis da formação profissional de Enfermagem). Brasília, 2013.

APÊNDICES

PÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS

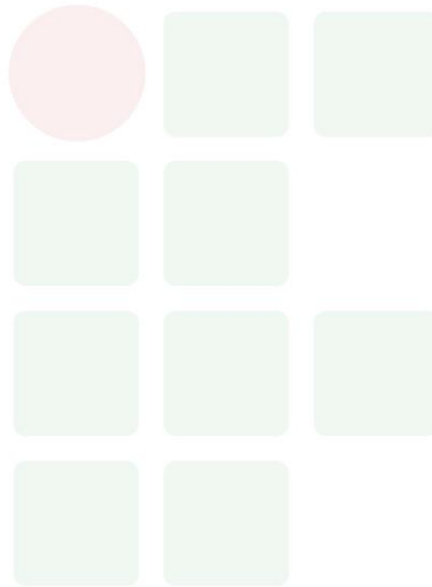
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde			
Disciplina:	Libras					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1°	20	20	-	02h	40h	
EMENTA						
Introdução aos conceitos básicos; Cultura e identidade surda; Língua Brasileira de Sinais; Introdução a Libras – Aspectos Linguísticos, Legislação específica: Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto 5.626, de 22/12/2005.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Letras/Libras ou com habilitação em Libras.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Linguísticas Aplicada.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Enfermagem e no cotidiano, contribuindo na eficácia no atendimento e a inclusão efetiva do sujeito surdo; reconhecer a importância da utilização da Libras no atendimento ao paciente surdo.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Reconhecer a imagem do sujeito surdo e conceitos que permeiam a surdez construída pelo mundo pós-moderno; compreender a Língua Brasileira de Sinais como uma língua natural; identificar e reconhecer aspectos de variações linguística da Libras; utilizar a língua brasileira de sinais em contextos da saúde						


CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<p>1 – Introdução aos conceitos básicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Surdez • Surdo-Mudo; • Deficiência auditiva; • Mudez. <p>2 – Cultura e identidade surda.</p> <p>3 – Língua Brasileira de Sinais:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Conceitos; • História da Língua de Sinais; • Língua ou Linguagem; • Mitos. <p>4 – Introdução a Libras – aspectos linguísticos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Características da língua, seu uso e suas variações sociais, regionais e históricas. • Noções básicas da Libras: configuração de mão, movimento, locação, orientação da mão, direção, expressões não-manuais, números; expressões socioculturais positiva: cumprimento, agradecimento, desculpas; expressões socioculturais negativas: desagrado, verbos e pronomes, noções de tempo, de horas, datilologia. <p>5 – Legislação específica: Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto 5.626, de 22/12/2005.</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>CAPOVILLA, Fernando César; RAPHAEL, Walkíria Duarte. Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngüe da Língua de Sinais Brasileira, Volume I: Sinais de A a L. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.</p> <p>Coleção Lições de Minas. Vocabulário Básico de LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais. Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais. 2002</p> <p>FELIPE, Tanya A. & MONTEIRO, Myrna S. LIBRAS em Contexto: Curso Básico. 5. Ed. ver.</p> <p>Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Brasília, 2004.</p> <p>QUADROS, Ronice. M. de. Estudos Surdos I – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2006</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>QUADROS, Ronice. M. de & PERLIN, Gladis. Estudos Surdos II – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2007</p> <p>QUADROS, Ronice. M. de. Estudos Surdos III – Série de Pesquisas. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2008.</p>

QUADROS, Ronice. M. de & STUMPF, Marianne R. **Estudos Surdos VI – Série de Pesquisas**. Editora Arara Azul. Rio de Janeiro. 2009


ELABORADO POR:

Elaine Maria de Melo Fernandes



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Ética Profissional					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1º	20	20	-	02h	40h	
EMENTA						
Conceitos Gerais da Bioética, Abordagem geral da ética, Instrumentos ético-legais que norteiam o exercício profissional, Conhecimento sobre código de ética dos profissionais de enfermagem.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde-Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Proporcionar ao aluno conhecimento dos dispositivos legais que orientam a formação Profissional.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Conhecer instrumentos éticos legais que norteiam o exercício profissional. Fundamentar cientificamente o conhecimento teórico e prático em seus procedimentos básicos.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Conceitos Gerais da Bioética: (moral, vida morte, eutanásia, distanásia, ortotanásia, aborto); • Abordagem geral da ética: (ética e moralidade, benevolência, maleficência, negligência, imprudência, imperícia); • Instrumentos ético-legais que norteiam o exercício profissional: (conceitos, conselhos representativos, Lei do exercício profissional de enfermagem); • Conhecimento sobre código de ética dos profissionais de enfermagem: (das relações profissionais, do sigilo profissional, do ensino da pesquisa e da produção técnico científica, da publicidade, das infrações e penalidades, da aplicação das penalidades). 						

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
SILVA, Gilberto Tadel Reis e SILVA, Sandra Regina L.do P.Tardelli. Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem 1ª Ed. São Paulo: Martinari 2014. BRASIL. Ministério da Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: fundamentos de enfermagem. 2ª. ed. 1ª. reimpr. - Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro. BOOF, L. Ética e Moral: A busca dos Fundamentos. 3ª ed. Petrópolis (RJ): Vozes, 2003.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
SILVA, O. R. Código de ética dos profissionais de enfermagem. Disponível em: < HTTP://www.coren-am.org.br/portal/index.php?option=código > de ética dos profissionais de enfermagem .acessado em 26 setembro de 2017. SIGNIFICADO.COM.BR. significado de eutanásia, aborto, negligência, imperícia, imprudência. [internet].disponível em: HTTP://www.significados.com.br/ .acessado dia 26 de setembro de 2017.
ELABORADO POR:
Maria Rosineide Gama Feitosa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde			
Disciplina:	Antropologia da Saúde					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1°	20	20	-	02h	40h	
EMENTA						
Conceitos Básicos da Antropologia: cultura, relativismo, diferença e identidade; Iniciação aos estudos antropológicos acerca da Saúde e os aspectos socioculturais do doente; definição e teorização cultural do corpo, processo Saúde-Doença; os sistemas médicos ocidentais e não ocidentais; Constituição subjetividade e cultura; os especialistas (feiticeiros, curandeiros, pajés, medicina alternativa, médicos, etc...); a dimensão comunitária e associativa das doenças, terapias e curas; corpo, doença e simbolismo; experiência e interpretação da doença e do sofrimento (Disease/Illness); gênero, sexualidade e saúde.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Antropologia.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências Humanas; Antropologia						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Introduzir elementos que possibilitem a compreensão dos diferentes fatores envolvidos no processo saúde doença através da análise dos aspectos culturais e das relações entre saúde e sociedade.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Contribuir para a compreensão das influências culturais sobre as concepções e práticas de Saúde/Doença, prevenção, cura e morte vivenciadas pelas diversas sociedades. Possibilitar aos estudantes e os futuros profissionais de enfermagem uma discussão ampla e multidisciplinar sobre concepções e práticas em saúde nas quais estes poderão deparar-se no cotidiano profissional e fora dele.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Antropologia: aspectos epistemológicos e teóricos; • Homem/Natureza. Sociedade/Cultura. Estudo antropológico da Cultura; 						


SUBSEQUENTE

- **A Saúde/Doença** como tema e objeto de estudo e investigação da Antropologia;
- **A Saúde/Doença** e cultura; O olhar da alteridade;
- As dimensões míticas, mágico-religiosas e científicas da Saúde/Doença;
- **Antropologia da Saúde**, A saúde indígena no Brasil, a Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI) e os Distritos Sanitários Especiais de Saúde Indígena (DSEI);
- Antropologia da Saúde e suas aplicações na teoria e prática da Enfermagem;
- A interdisciplinaridade entre a Antropologia da Saúde e os demais campos científicos no planejamento e na execução de programas e ações de Saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- DA MATTA, Roberto. 1983. **Relativizando: Uma Introdução à Antropologia Social**. Petrópolis: Vozes.
- ALVES, Paulo César; MINAYO, Maria Cecília de Souza (orgs.). **Saúde e doença: um olhar antropológico**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.
- BERLINGUER, Giovanni. **A Doença**. São Paulo: Hucitec – ABRASCO.
- _____. **Questões de vida: ética, ciência, saúde**. Salvador/São Paulo/Londrina: APCE- HUCITEC-CEBER, 1993.
- BOLTANSKI, Luc. **As classes sociais e o corpo**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense.
- _____. **Antropologia da Doença**. São Paulo: Martins Fontes.
- MORAIS, J. F. Régis (org.). **Construção social da enfermidade**. São Paulo: Cortez e Moraes, 1978.
- NUNES, Everardo Duarte (org.). **As ciências em saúde na América Latina**. Brasília: OPAS, 1985.
- PAIM, Jamilson S. **A Reforma sanitária e os modelos assistenciais**. In: ROUQUARYOL, Maria Zélia. **Epidemiologia e saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.
- ROQUARYROL, Maria Zélia. **Epidemiologia e saúde**. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.
- _____. **Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: algumas notas para reflexão e ação. Seminário latino-americano**. Condições de Vida e Saúde. São Paulo, 10 a 13 de dezembro de 1995.
- RODRIGUES, José Carlos. **Tabu do corpo. Rio de Janeiro: Dois Pontos**, 1986.
- _____. **Tabu da Morte**. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- SILVA, Yolanda Flores & FRANCO, Maria Celsa (org.). **Saúde e Doença: uma abordagem cultural da enfermagem**. Florianópolis: Papalivro, 1996,

117.	Hemerografia	Básica
<p>CADERNOS de Saúde Pública: abordagens antropológicas em saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP. v. 9, n. 3, jul/set/1993.</p> <p>CADERNOS de Saúde da Família. Construindo um novo modelo; os municípios já têm história para contar. Brasília, Ministério da Saúde, ano 1, n. 1, jan/jun,1996.</p>		
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:		
<p>PAIM, Jamilson S. A Reforma sanitária e os modelos assistenciais. In: ROUQUARYOL, Maria Zélia. Epidemiologia e saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.</p> <p>ROQUARYROL, Maria Zélia. Epidemiologia e saúde. 4. ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 1993.</p> <p>_____. Abordagens teórico-conceituais em estudos de condições de vida e saúde: algumas notas para reflexão e ação. Seminário latino-americano. Condições de Vida e Saúde. São Paulo, 10 a13 de dezembro de 1995.</p> <p>RODRIGUES, José Carlos. Tabu do corpo. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.</p> <p>_____. Tabu da Morte. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.</p> <p>SILVA, Yolanda Flores & FRANCO, Maria Celsa (org.). Saúde e Doença: uma abordagem cultural da enfermagem. Florianópolis: Papalivro, 1996, 117.</p>		
	Hemerografia	Básica
<p>CADERNOS de Saúde Pública: abordagens antropológicas em saúde. Rio de Janeiro: FIOCRUZ/ENSP. v. 9, n. 3, jul/set/1993.</p> <p>CADERNOS de Saúde da Família. Construindo um novo modelo; os municípios já têm história para contar. Brasília, Ministério da Saúde, ano 1, n. 1 jan/jun,1996.</p>		
ELABORADO POR:		
Luclécia Cristina Morais da Silva		

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Fundamentos de Enfermagem					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1º	50	50	-	05h	100h	
EMENTA						
Introdução enfermagem arte de cuidar e assistir o paciente no processo de promoção, manutenção e recuperação da saúde, consiste no ensino das diversas técnicas de cuidados. Desenvolvimento de habilidades e aquisição de destrezas e habilidades na assistência ao paciente. Vias de administração e absorção de fármacos. Inserção do aluno no ambiente hospitalar, à admissão e alta do paciente, educação em saúde aos pacientes internados e seus familiares						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciência da Saúde – Enfermagem						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Fundamentar cientificamente o conhecimento teórico e prático em seus procedimentos básicos; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Proporcionar ao aluno o conhecimento da história da enfermagem e a sua evolução, bem como, as entidades de classe e as organizações de interesse da área de saúde; Identificar os membros da equipe de enfermagem e suas respectivas funções; Conhecer os dispositivos legais que orientam a formação ética e profissional; 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> O desenvolvimento histórico das práticas de saúde, história de enfermagem no Brasil e no mundo, o processo de profissionalização da enfermagem no Brasil; 						

- As funções de um hospital e classificação;
- Membros da equipe de saúde de enfermagem e suas respectivas funções;
- Unidade do cliente/paciente e equipamentos;
- Registros em enfermagem, as partes integrantes do prontuário do cliente/paciente e sua importância;
- Esterilização, assepsia, antisepsia, desinfecção e contaminação;
- Material esterilizado, limpo e contaminado;
- Técnica de calçar e retirar luvas esterilizadas;
- Técnica de lavagem das mãos;
- Formas de arrumação do leito hospitalar;
- Necessidades humanas aplicadas a cuidados de enfermagem;
- Medidas antropométricas, técnicas de verificação de sinais vitais;
- As técnicas de transporte de paciente;
- Técnica de: Sondagem nasogástrica; Lavagem gástrica; Enteroclis; Clister; Tricotomia; Sondagem vesical; Lavagem intestinal; Irrigação vesical;
- Técnicas de enfermagem relacionadas à higiene, conforto e segurança do cliente/paciente, posições corretas para exames e coleta de material de laboratório e procedimentos invasivos.
- Tipos de feridas e seu processo de cicatrização;
- Tipos de curativos e soluções utilizadas;
- Vias de administração dos diferentes medicamentos (gastrointestinal, parenteral, tópica e respiratória);
- Diluição, dosagem e administração de medicamentos;
- Assistência de enfermagem na administração de hemoderivados;
- Sinais de morte física no paciente;
- Técnica de preparo do corpo após a morte.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRUNNER, Lillian Sholtis & SUDDATH, Doris Smith. **Prática de enfermagem**. 3ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 2009.

Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

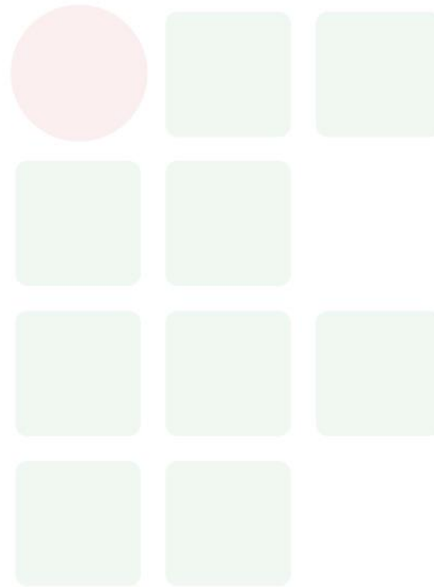
FIGUEIREDO, Nélia Maria Almeida de. **Tratado prático de enfermagem**. São Caetano do Sul/SP: Yendis Editora, 2006.


SWEARINGEN, P.L.; HOWARD, C.A. **Atlas Fotográfico de Procedimento de Enfermagem**. 6ª edição. Editora Artemed, 2001.

JORGE, Sílvia A. **Abordagem Multiprofissional do tratamento de Feridas**. Atheneu, São Paulo, 2005.

NOGUEIRA, E. de A. **Mega dicionário de termos técnicos e populares da saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nogueira Rio, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
POSSO. Maria Belén Salazar. Semiologia e semiotécnica de enfermagem . Atheneu: São Paulo, 2003. SOARES, Nelma Rodrigues. Administração de medicamentos na enfermagem . Rio de Janeiro: EPUB, 2000. Av. Joaquim Teotônio Segurado Quadra 202 Sul, ACSU – SE 20, Conjunto 01, Lote 08, Plano Diretor Sul 77.020-450 Palmas – 2012.
ELABORADO POR:
Eleucimar Monteiro da Cunha



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Informática					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1°	20	20	-	02h	40h	
EMENTA						
Introdução; Informática; História dos Computadores, Conceitos, Relacionados à Informática, Introdução Ambientes Operacionais de Sistemas Operacionais, Arquivos, pastas e Atalhos, Janelas, Arquivos, pastas e Atalhos, Diretórios, Acessórios, Ferramentas do Sistema, Ferramentas do Sistema, Ajuda, Suporte e Pesquisar, Iniciando o Editor de texto, Teclado; Operações básicas, Configurando página, Modos de exibição, Configurando página, Cabeçalho e Rodapé; Selecionando; Copiando, Recortando, Colando e Apagando textos, Colando e Apagando textos, Marcadores e Numeração, Bordas e Sombreamento, Colunas; Capitulando; Inserindo símbolos; Objetos. Formatando o Texto, Marcadores e Numeração, Bordas e Sombreamento, Tabela, Recursos extras, Noções Básicas de Planilha eletrônica, Gráficos.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Informática ou Bacharelado em Engenharia da Computação, Ciências da Computação, Sistemas de Informação ou áreas de Tecnologia da Informação.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências exatas e da Terra						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Abordar os conceitos básicos de informação e informática; • Proporcionar conhecimentos acerca da história da Informação até os dias atuais; • Discutir sobre as diferenças em informação, tecnologia e produção de conhecimento; • Conhecer as principais fontes de dados; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Aprender a construir gráficos; Promover a interdisciplinaridade de conteúdo, sendo base para outras disciplinas e pesquisas na área; 						

SUBSEQUENTE

- Aprender formatação de trabalhos acadêmicos;
- Compreender e manipular ambientes operacionais de sistemas operacionais atuais com plena utilização dos recursos básicos;
- Fazer documentos e manuseá-los, utilizando, no mínimo, os recursos básicos do editor de texto;
- Conhecer a estrutura da internet, bem como, dispor de conhecimento suficiente para acessá-la, transferir arquivos e programas, enviar e receber e-mail, pesquisar e participar de grupos de discussões.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- **Introdução; Informática; História dos Computadores:** Datas e fatos mais importantes, A Era Mecânica, A Primeira Geração, A Segunda Geração, A Terceira Geração, A Quarta geração, A Quinta geração, A Sexta geração.
- **Conceitos Relacionados à Informática:** Fases de funcionamento do Computador, Estrutura básica da informática, Hardware, Software, Redes, Vírus e Antivírus, Avanços Tecnológicos, Infraestrutura.
- **Introdução Ambientes Operacionais de Sistemas Operacionais:** visão geral, propriedades da Barra de Tarefas e Menu Iniciar, Menu Todos os Programas; Logon e Logoff; Segunda Parte do Menu Iniciar;
- **Janelas:** Introdução, descrição dos itens de uma janela: botões Minimizar, Maximizar, Fechar.
- **Arquivos, pastas e Atalhos:** criando e salvando arquivos, pastas; movendo arquivos e pastas, excluindo arquivos e pastas, recuperando arquivos e pastas da Lixeira; excluindo arquivos e pastas definitivamente; Atalhos.
- **Diretórios:** Visualização de Pastas hierarquizadas e Visualizando as Tarefas de arquivos.
- **Acessórios:** Acessibilidade, Entretenimento, Calculadora.
- **Ferramentas do Sistema:** Finalidades de cada ferramenta, atualização do sistema.
- **Ajuda, Suporte e Pesquisar:** Funcionamento, como fazer pesquisas de arquivos, com apenas uma palavra, etc.
- **Iniciando o Editor de texto:** Iniciando a janela do editor de texto, barras de ferramentas padrão, barras de ferramentas formatação, régua, barra de status, barra de rolagem, área de trabalho da janela.
- **Teclado; Operações básicas:** criando um documento em branco, salvando um documento, fechando um documento, abrindo um documento existente, ativar um documento aberto.
- **Modos de exibição:** normal, layout da web, layout de impressão, layout de tópicos.
- **Configurando página:** Guia margens, Guia tamanho do papel.

- **Cabeçalho e Rodapé; Selecionando; Copiando, Recortando, Colando e Apagando textos:** copiando blocos de texto, recortando blocos de texto, colando blocos de texto, apagando blocos de texto, recursos de desfazer e refazer ações.
- **Formatando o Texto:** maiúsculas e minúsculas, parágrafo, recuo, espaçamento entre linhas;
- **Marcadores e Numeração:** marcadores, numeração, vários níveis.
- **Bordas e Sombreamento:** guia borda, guia borda da página.
- **Colunas; Capitulando; Inserindo símbolos; Objetos:** auto forma, caixa de texto.
- **Tabela:** Inserir tabela, adicionando linhas na tabela, selecionar linha, coluna, célula ou tabela, excluir coluna e linha, mesclar e dividir, auto formatação da tabela.
- **Recursos extras:** Correção ortográfica, Data e hora, Número de página, Tela inteira, visualizar impressão, impressão, teclas de atalho.
- **Noções Básicas de Planilha eletrônica:** Tela principal da planilha eletrônica, Barra de Ferramentas Padrão, Barra de Ferramenta Formatação, Barra de Fórmulas, Barra da Área de Transferência, Personalizando a Janela do planilha eletrônica, Área de Trabalho da Janela.
- **Planilhas:** Pastas de Trabalho, Guias de Planilha, Deslocando-se Entre Planilhas, Selecionado Guias de Planilha, Inserindo Planilhas, Excluindo Planilha, Movendo e Copiando Planilhas, Deslocando-se dentro da Planilha.
- **Operações Básicas com Pastas de Trabalho:** Criando uma Pasta de Trabalho, Salvando uma Pasta de Trabalho, Abrindo uma pasta de trabalho existente.
- **Seleção:** Células Contínuas, Células Descontínuas, Colunas e Linhas, Selecionando toda a Planilha.
- **Editando dados nas células:** Reeditando Dados, Apagando Dados, Redimensionando linhas e colunas, Altura de linhas, Largura de Colunas.
- **Inserindo e Excluindo linhas e colunas:** Linhas e Colunas.
- **Copiando, Colando, Movendo e Auto Preenchimento:** Copiando o conteúdo de células , Colando o conteúdo de células, Movendo, Auto Preenchimento.
- **Formatação das Células:** Formatando Número, Alinhamento, Formatando Fonte, Bordas, Padrões, Auto- formatação, Formatação Condicional, Limpando Formatos.
- **Fórmulas para Cálculos Simples:** Operadores de Comparação, Operadores de Referência, Referências Absolutas e Relativas, A Auto Soma, Aplicando Fórmulas de Multiplicação.

- **Funções:** Trabalhando com Funções, Soma, Média, Multe, Máximo, Mínimo, Assistente de Função, Categorias de Funções, Funções de Data e Hora, Funções de Lógica ou funções condicionais.
- **Gráficos:** Alterando a Tipologia no gráfico, Gerenciando dados, Classificação, Filtragem, Formulários, Subtotais, Validação de dados, Marcas Inteligentes, Comentários, Congelar Painéis, Proteção de Pasta, Proteger Planilha.
- **O que é Internet:** Estrutura e funcionamento, Histórico, Serviços e Utilidades.
- **Conexão:** Tipos de Conexão, Provedores de Acesso, Configurar a Conexão.
- **Navegadores; Firefox:** Barra de Menus, Barra de ferramentas, Barra de Endereço.
- **Buscando Informações na Internet:** Jornais on-line, Catálogos e Mecanismos de busca Web, Dicas para refinar a Busca.
- **Transferência de Arquivos:** FTP, Servidores de FTP, Plugins, Site de Dowload, Tipos de Programas.

Gerenciador de e-mail: Tela Principal, Configuração, Pastas, Barra de Botões, Barra de Menus, Catálogo de Endereço, Grupos de Notícias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

FEDELI, R. D.; POLLONI, F. E. P. **Introdução à Ciência da Computação.** Ed. Pioneira Thomson Learning, São Paulo, 2003.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. Microsoft Word XP (Programa de Computador). **Coleção PD. Ed. Érica**, São Paulo, 2001.

MANZANO, A. L. N. G.; MANZANO, M. I. N. G. **Estudo Dirigido de Informática Básica. Coleção PD.** Ed. Érica, São Paulo, 2001.

VELLOSO, F. C. **Informática: conceitos básicos.** 7 ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2004.

LANCHARRO, E. A.; LOPEZ, M. G.; FERNANDEZ, S. P. **Informática Básica.** Ed. Pearson Mackron Books, São Paulo, 1991.

SAMAYA, M. R. **Dicionário de Informática e Internet.** Ed. Nobel, São Paulo, 1999.

NORTON, P. **Introdução à Informática.** Ed. Pearson, São Paulo, 1996.

EDMUNDO, L. **Sistemas de informação computadorizadas, instrumentos de comunicação para enfermagem.** In: ATKINSON, L.D.;

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

LANCHARRO, E. A.; LOPEZ, M. G.; FERNANDEZ, S. P. **Informática Básica**. Ed. Pearson Mackron Books, São Paulo, 1991.

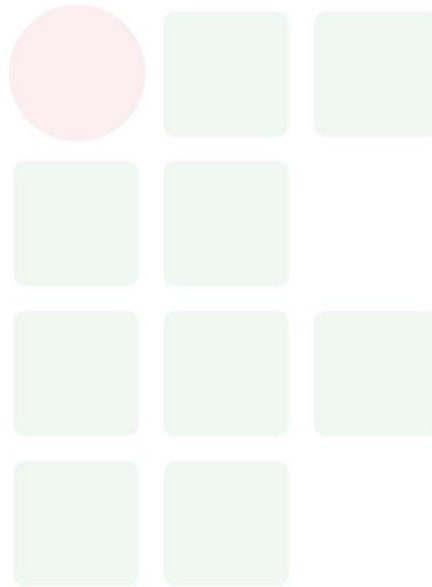
SAMAYA, M. R. **Dicionário de Informática e Internet**. Ed. Nobel, São Paulo, 1999.


NORTON, P. **Introdução à Informática**. Ed. Pearson, São Paulo, 1996.

EDMUNDO, L. **Sistemas de informação computadorizadas, instrumentos de comunicação para enfermagem**. In: ATKINSON, L.D.;


ELABORADO POR:

João Renato Aguiar Soares Júnior.




INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Anatomia e Fisiologia Humana					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1°	30	30	-	03h	60h	
EMENTA						
Definir Anatomia e Fisiologia humana; identificar a célula como unidade funcional do corpo humano e suas respectivas estruturas; definir tecido, órgão, aparelho, sistema e organismo; identificar os tipos de tecidos, sua construção e funções; enumerar e localizar os principais ossos e músculos do corpo humano.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem, Licenciatura Plena em Educação Física ou áreas da saúde.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde-Enfermagem						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Identificar o organismo humano sadio; Identificar alterações morfofisiológicas ao nível de sua formação; Conhecer o funcionamento dos sistemas e aparelhos do organismo humano. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Identificar alterações morfofisiológicas ao nível de sua formação. Identificar os parâmetros normais de funcionamento dos diversos sistemas e aparelhos do organismo humano. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> Introdução ao estudo da anatomia humana. Planos de secção. O estudo de diversos sistemas orgânicos: Sistema tegumentar, sistema ósseo, sistema articular, sistema muscular, sistema endócrino, sistema nervoso e sensorial. Estudo das funções dos tecidos e dos diferentes sistemas corporais e 						

suas relações com a homeostasia
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
NETTER, F. H. Atlas de Anatomia Humana. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2011. ARAUJO, C. E. R. A.; SANTOS G. J. B. Fundamentos de Fisiologia Humana. 1 ed. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2012. SPRINGHOUSE CORPORATION. Anatomia e Fisiologia. Série incrivelmente fácil. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003. SOBOTTA, J; F. Paulsen; J. Waschke. Atlas de Anatomia humana. 23 ed. 3v. Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2013. GUYTON, A. C. Fisiologia Humana. 6 ed Rio de Janeiro. Guanabara Koogan, 2008.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR: ARAUJO, C. E. R. A.; ANTUNES E. D. Anatomia Humana. 1 ed. Curitiba: Editora do Livro Técnico, 2011. SOBOTTA, J. Atlas de Anatomia Humana . 20 ^o ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. McMINN, R. M. H.. Atlas Colorido de Anatomia Humana . São Paulo: Manole, 1990. TORTORA, Gerald J.; GRABOWSKI, Sandra Reynolds. Princípios de Anatomia e Fisiologia . 9ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. MOORE, K.L. & DALLEY, A F. Anatomia orientada para clínica . 4 ^o ed. Guanabara Koogan, 2001.
ELABORADO POR:
Rafael Regis de Aquino

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Matemática Aplicada à saúde					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1º	20	20	-	02 h	40h	
EMENTA						
Proporcionar ao aluno o conhecimento dos cálculos em administração de fármacos, regra de três simples, porcentagem, divisão, adição e subtração.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Matemática.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências Exatas e da Terra – Matemática.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Utilizar e ampliar o conhecimento matemático adquirido no ensino fundamental para desenvolver de modo mais amplos capacidades tão importantes quanto abstração, raciocínio resolução de problemas voltados para cada curso e de maneira geral, investigação, análise e compreensão de fatos matemáticos relacionados com a própria realidade. • Reconhecer e utilizar adequadamente, na forma oral e escrita, símbolos, códigos e nomenclatura na linguagem científica e utilizá-lo nos referidos conteúdos; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar os conjuntos numéricos, conceituar de forma segura as equações, inequações e funções de forma a identificar o grau, as aplicações das leis, suas representações gráficas; • Verificar e demonstrar as relações das figuras, até como habilidades geométricas desenvolvidas, identificando componentes das figuras, suas planificações, nomenclaturas, agregando relações e 						

composições;.
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> Razão. Proporção. Grandezas Diretamente e Inversamente Proporcionais. Porcentagem. Regra de Três Simples. Estudo das unidades de medida e técnicas de conversão entre essas unidades. Cálculo de dosagens
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>EZZI, Gelson; HAZZAN, Samuel; DEGENSZJN, David Mauro. Fundamentos de matemática elementar: matemática comercial, matemática financeira, estatística descritiva. 1.ed. v.1. São Paulo: Atual, 2004.</p> <p>SILVA, Sandra Regina L. P. T.; SILVA, Marcelo Tardelli da. Cálculo e administração de medicamentos na Enfermagem. 3.ed. São Paulo: Martinari, 2011.</p> <p>SPRINGHOUSE CORPORATION. Cálculos para Dosagens. Série incrivelmente fácil. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.</p> <p>DANTE, Luis Roberto. Tudo é matemática. 7º ano. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>IMENES, Luiz Márcio. Matemática para todos. 8ª série. São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>MORI, Iracema; ONAGA, Dulce S. Matemática: ideias e desafios. 7º ano. São Paulo: Saraiva, 2005.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>BIANCHINI, Paulo. Curso prático de matemática vol.2, São Paulo: Moderna, 2000.</p> <p>DANTE, Luiz Roberto. Matemática Volume único, São Paulo: Ática, 2005.</p> <p>MONTEIRO, Jacy. Elementos de Álgebra. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1978.</p> <p>MOISÉS, E; e DOWNS, F.L. Geometria Moderna. São Paulo: Edgar Blucher, 1971.</p>
ELABORADO POR:
Tarcísio Luís Leão de Souza.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Projetos I					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
1°	20	20	-	02h	40h	
EMENTA						
O que é ciência. Método, metodologia e técnica. Tipos de pesquisa. Técnicas de estudo. Etapas do trabalho acadêmico. Linguagem científica, senso comum e produção acadêmica. Estrutura da pesquisa. Pré-projeto de pesquisa. Artigo. ABNT. Mostra de resultados parciais de dados de pesquisa.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena ou Bacharelada em qualquer área do conhecimento com mestrado em qualquer área.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências exatas; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Linguísticas, Letras e Artes; Engenharia; Ciências da Saúde.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conceituar e diferenciar método, técnica, pesquisa, metodologia científica e metodologia da pesquisa; • Compreender a relação entre pesquisa e ciência; • Conceituar pesquisa, destacar sua importância e identificar as suas modalidades; • Aprender a dominar técnicas e meios de estudar, exigidos pelas condições do mundo moderno, destinados a promover a formação de novas competências, facilitando a execução de pesquisa; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar e distinguir as diversas técnicas de documentação para elaboração do trabalho acadêmico; • Identificar e caracterizar as etapas do trabalho acadêmico; • Identificar as características da linguagem científica e as normas 						

gerais da redação científica e aplicá-las na produção de trabalhos acadêmicos;

- Identificar, caracterizar e diferenciar as fases de uma pesquisa e os elementos constitutivos de um projeto de pesquisa;
- Elaborar projeto de pesquisa bibliográfica e trabalhos acadêmicos aplicando as normas técnicas;
- Aplicar as normas de citação e referências bibliográficas da ABNT;
- Entender as formas de apresentação dos resultados da pesquisa realizada

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Relatório parcial de pesquisa.
- Instrumentos de registro da pesquisa: Caderno de campo, portfólio, fichamento, resenha.
- Leitura de textos científicos.
- Desenvolvimento do projeto de pesquisa.
- Produção de material escrito: Artigo, *paper*, TCC.
- Leitura de textos envolvendo o tema: Ética e ciência.

Seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

LVES, Bernardete Martins; ARRUDA, Susana M. de. **Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos.** Atualizada em fev 2007, conforme NBR-6023/2002.

UFSC/Biblioteca Universitária Florianópolis: Fev. 2007. p. 01 – 21.
Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html> > Acesso em 20/08/07 às 17h04min h.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHGELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas.** 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Estrutura e apresentação do trabalho.** In: Pedagogia em Foco, Metodologia Científica. 1998. Atualizada em: 14 fev. 2002. D <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met07.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

FAQUETI, Marouva Fallgatter e VANIM, Mariléia. **Elaboração de Projetos.** Camboriú: UFSC/CAC, 2004. (Apostila de curso).

FINDLAY, Eleide Abril Gordon; COSTA, Mauro A.; GUEDES; Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Guia para apresentação de projetos de pesquisa.** Joinville: UNIVILLE, 2006. (Apostila).

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico. Explicação das normas da ABNT.** 12. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. Ed. 12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.**

5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. LAROSA, Marco Antonio. **Como produzir uma monografia passo a passo.** Rio de Janeiro: WAK, 2002.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula.** Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico. Explicação das normas da ABNT.** 12. ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa.** 4. Ed. 12. reimp. São Paulo: Atlas, 2009.


LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica.**

5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. LAROSA, Marco Antônio. **Como produzir uma monografia passo a passo.** Rio de Janeiro: WAK, 2002.

MARTINS, Jorge Santos. **Projetos de pesquisa: estratégias de ensino e aprendizagem em sala de aula.** Campinas: Armazém do Ipê, 2005.

ELABORADO POR:

Viviane Alberta Fernandes Gonçalves.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Saúde Pública.					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2°	40	40	-	04h	80h	
EMENTA						
Aspectos conceituais entre saúde coletiva e saúde pública. Reflexões acerca da Nova Saúde Pública. Abordagens sobre a História da Saúde Pública. Reforma sanitária no Brasil. Políticas Nacionais de Saúde Coletiva- SUS (Sistema Único de Saúde). Modelos técnico-assistenciais de políticas de saúde. Organização dos serviços de saúde e programas de Saúde. A enfermagem no processo e produção de serviços de saúde. Sistema nacional de vigilância epidemiológica. Níveis de atenção à saúde. Papel do técnico de enfermagem na assistência primária, secundária e terciária. Programa Nacional de Imunização. Perspectivas de atuação do técnico de enfermagem em saúde coletiva PSF.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde-Enfermagem .						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e interpretar os principais problemas e agravos à saúde dos grupos sociais no panorama de saúde nacional e regional à luz da determinação social processo saúde-doença; • Conhecer e executar as ações de enfermagem em saúde coletiva para responder a esses problemas e necessidades em saúde de acordo com os programas / políticas de saúde vigentes; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os principais aspectos constitutivos do processo educativo e da Educação em Saúde na prática da Enfermagem em Saúde Coletiva; • Desenvolver ações de prevenção, promoção e educação em saúde 						

SUBSEQUENTE

relacionadas aos problemas e necessidades em saúde;
Elaborar projetos de intervenção em saúde coletiva num determinado território, tendo como base os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), utilizando os conhecimentos e práticas da Educação e Promoção da Saúde.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Saúde coletiva: conceito, objetivo, como surgiu; articulação e proposta da saúde coletiva; Evolução histórica das políticas de saúde no Brasil: origem da organização sanitária no Brasil; a reforma sanitária brasileira; Sistema Único de Saúde (SUS): o direito à saúde na constituição federal do Brasil: art. 196 a 200; princípios e diretrizes; financiamento.
- História Natural das Doenças/Níveis de Atenção da Saúde; Promoção da Saúde; Modelos de Atenção à Saúde; Estrutura organizacional dos Serviços de Saúde Público e Privado no nosso país; A Atenção Básica de Saúde como Porta de entrada do SUS:
- Programa dos Agentes Comunitários de Saúde (PACS); Programa Saúde da Família (PSF). Sistema de Informação na Atenção Básica de Saúde (SIAB).
- Áreas estratégicas da atenção básica de saúde (PACS/PSF): saúde da criança; saúde da mulher: planejamento familiar; prevenção do câncer do colo do útero e mama; atenção à mulher no puerpério; saúde do adulto: hipertensão; diabetes; tuberculose; hanseníase; saúde bucal. Outros programas relacionados à política de atenção à saúde: Programa de imunizações; Controle de Endemias; Programa da AIDS e DST; Programa da Tuberculose; Programa da Hanseníase; Vigilância Sanitária; Controle e tratamento das doenças degenerativas; PACS - Programa de Agentes Comunitários de Saúde ESF - Estratégia de Saúde da Família PAISA. - Programa de atenção integral à saúde do adulto PAISM – Programa de atenção integral à saúde da mulher, PAISC - Programa de atenção integral à saúde da criança, PROSAD - Programa de atenção integral à saúde do adolescente, PAST - Programa de atenção integral à saúde do

trabalhador, PAISI - Programa de atenção integral à saúde do idoso, Humaniza SUS, PSE: Programa de Saúde na Escola

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALMEIDA FILHO, N. & ROUQUAYROL, M. Z. **Epidemiologia & Saúde**. Rio de Janeiro: Medsi, 1999.

BRASIL. Ministério da Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia prático do Programa Saúde da Família**. Brasília, Ministério da Saúde, 2001.

BERTOLLI FILHO, C. **História da saúde pública no Brasil**. São Paulo: Ática, 2004.

CAMPOS, G. W. S. **Tratado de saúde coletiva**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

COSTA, E. M. A.; CARBONE, M. H. **Saúde da família: uma abordagem multidisciplinar**. 2 ed. Rio de Janeiro: Rúbio, 2009.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Ensinando a Cuidar em Saúde Pública**. São Caetano do Sul: Yendis, 2005.

MERHY, Emerson Elias; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Inventando a mudança na saúde**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

OHARA, E. C. C.; SAÍTO, R. X. S. **Saúde da família: considerações e aplicabilidade**. São Paulo: Martinari, 2008.

ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


MERHY, Emerson Elias; CAMPOS, Gastão Wagner de Sousa. **Inventando a mudança na saúde**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

OHARA, E. C. C.; SAÍTO, R. X. S. **Saúde da família: considerações e aplicabilidade**. São Paulo: Martinari, 2008.

ROUQUAYROL, M. Z; FILHO, M. Z. **Epidemiologia e Saúde**. 6.ed. Rio de Janeiro: MEDSI, 2003.

ELABORADO POR:

Mirely Ferreira dos Santos.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Clínica Médica					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2°	30	30	-	30 h	60 h	
EMENTA						
Assistência de enfermagem integral e humanizada aos pacientes que apresentam alterações clínicas através dos cuidados da assistência de enfermagem às doenças de maior prevalência na clínica médica de acordo com o perfil epidemiológico regional, neurológicas, cardiológicas, renal pancreáticas, gástricas, urológicas, ortopédicas, hematológicas, endócrinas, uterina, otológicas e Pulmonar.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde-Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a organização, a estrutura e o funcionamento de uma Unidade Clínica médica, desenvolvendo as habilidades técnicas com base na fundamentação teórica e prática. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar sinais e sintomas que indiquem distúrbios clínicos e psicológicos e suas complicações no organismo avaliando a sua gravidade. • Identificar procedimentos e cuidados de enfermagem indicada no atendimento das necessidades básicas do cliente/paciente; • Desenvolver sensibilidade e habilidade na assistência de enfermagem a pacientes com alterações clínicas; • Identificar fatores de risco; • Realizar práticas de cuidados que promovam conforto, segurança e reabilitação do mesmo. 						

SUBSEQUENTE

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
<ul style="list-style-type: none"> • Assistência de enfermagem na admissão do paciente; • Conduta do técnico no atendimento imediato; • Funcionamento das unidades de internação e sua rotina; • Transporte e movimentação do paciente; • Relações interpessoais com o paciente, família e a equipe multidisciplinar; Precauções e formas de isolamento; • Conhecimento de algumas doenças características da região Amazônica, bem como seus sinais e sintomas, tratamento, cuidados de enfermagem e fatores desencadeantes e enfermagem na prática de reabilitação; • Doenças transmissíveis como meningite, tuberculose, hanseníase; Doenças sexualmente transmissíveis como hepatite, HIV, Sífilis, HPV, Cancro mole, Herpes, Gonorreia; Doenças transmitidas por vetores como Malária, dengue, Leishmaniose visceral/ Tegumentar; Doenças não transmissíveis do sistema cardiovascular, Endócrino, Neurológico, Respiratório, Digestório, Urinário e Oncológicos.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>ENFERMAGEM básica: Teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Rideel, 2004.</p> <p>ENFERMAGEM e saúde do adulto. Barueri – SP: Manole, 2006.</p> <p>LOMBA, Marcos. Resgate saúde: clínica médica, diagnóstico e tratamento. 3. ed. Olinda: Grupo Universo, 2007.</p> <p>SANTOS, Nívea Cristina Moreira. Clínica médica para enfermagem: conceitos e atuação para profissionais de enfermagem. São Paulo: Iátria, 2004.</p> <p>Referências Bibliográficas Complementares:</p> <p>GAGLIAZZI, Maria Tereza. Intervenções de enfermagem. São Paulo: EPU, 2000.</p> <p>GIORDANI, AnneyTojeiro. Humanização da saúde e do cuidado. São Caetano do Sul – SP: Difusão Editora, 2008.</p> <p>BRUNNER, L. S.; SUDDARTH, D. S. Tratado de Enfermagem Médico – Cirúrgica. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002. v. 1 e 2.</p>

KAWAMOTO, Emília Emi. **Fundamentos de enfermagem**. 2. ed. rev. atual. São Paulo: EPU, 1997.

LIMA, Maria José de. **O Que é enfermagem**. São Paulo: Brasiliense, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. 288p.


FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.

POLISUK, J.; GOLDFELD, S. **Pequeno Dicionário de Termos Médicos**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. 324p.

ELABORADO POR:

Mirely Ferreira dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Clínica Cirúrgica					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2º	30	30	-	3 h	60 h	
EMENTA						
Conceituar os termos e tipos de cirurgias empregados a pacientes clínicos na área hospitalar; Assistência integral e humanizada de enfermagem a pacientes cirúrgicos nos períodos pré-operatório e pós-operatório; Estrutura, organização e funcionamento da clínica cirúrgica.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde – Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os tipos de cirurgias assim como a dinâmica do centro cirúrgico, e todas as fases que do período Pré ao Trans – operatório e pós operatório, assim como os cuidados imediatos e mediatos. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os cuidados de enfermagem a serem prestados ao cliente/paciente, nos períodos pré e pós-operatório das intervenções cirúrgicas; • Identificar precocemente os sinais e sintomas de complicações respiratórias, circulatórias e infecciosas decorrentes de cirurgias e tomar as medidas indicadas para cada uma delas; • Avaliar o nível de consciência do paciente no período de recuperação pós- operatório. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

- Principais patologias que determinam a necessidade de intervenção cirúrgica.
- Principais intercorrências aos pacientes na clínica cirúrgica;
- Cuidados de enfermagem no período pré-operatório e pós-operatório.
- Medicamentos específicos administrados a pacientes na clínica cirúrgica;
- Desconforto e complicações no pós-operatório e cuidados de enfermagem;
- Noções básicas de controle hidroeletrólítico.
- Cuidados com; drenos, cateteres, sondas e outros dispositivos utilizados na clínica cirúrgica.
- Evolução dos cuidados de enfermagem prestados aos pacientes na clínica cirúrgica;
- Tipos de incisão cirúrgicos e os cuidados de enfermagem com feridas operatórias;

Diagnóstico de enfermagem, utilizados a pacientes em clínica cirúrgica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MOURA, Maria Lúcia Pimentel de Assis. **Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação pós-anestésica**. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

MOURA, Maria Lúcia Pimentel de Assis. **Enfermagem em centro de material de esterilização**. 6. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003..

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Centro cirúrgico e os cuidados de enfermagem**. São Paulo: Ítátria, 2003.

SANTOS, Sandra Sueli Celano. **A Relação da enfermeira com o paciente cirúrgico**. 2. ed. Goiânia – GO: AB Editora, 2002.

TAJRA, Antonio Dib. **Protocolo cirúrgico médico-hospitalar**. São Paulo: Ítátria, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

DONAHOO, C. A; DIMON III, J. H. **Enfermagem em Ortopedia e Traumatologia**. São Paulo: EPU: EDUSP, 1979. 288p.

FISCHBACH, F.; **Manual de Enfermagem: Exames Laboratoriais & Diagnósticos**. 6 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

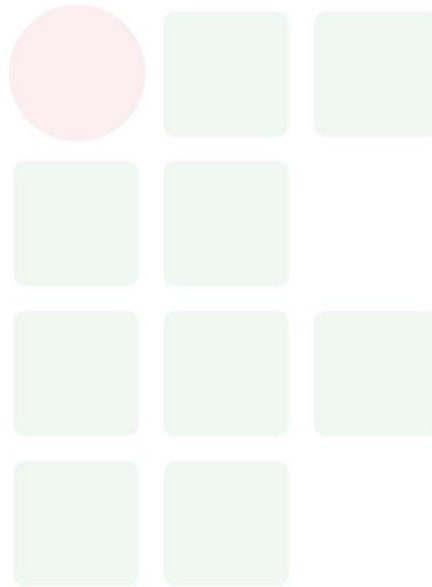
LIMA, I. L.; et al. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. Goiânia: AB editora, 2000.


POLISUK, J.; GOLDFELD, S. **Pequeno Dicionário de Termos Médicos**. 4. Ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 1995. 324p.

STAUT, N. da S.; DURAN, M.D.E.M.; BRIGATO, M.J.M. **Manual de Drogas e Soluções**. São Paulo: EPU, 1986.

ELABORADO POR:

Ivan da Silva Mendonça.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Espanhol					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2°	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
Desenvolvimento das quatro habilidades: fala, leitura, audição e escrita em língua espanhola. Estudo do vocabulário específico da área da saúde. Busca de compreensão de diferentes tipologias textuais que envolvem o âmbito da saúde. Compreensão básica da língua espanhola, a fim de comunicar-se nas situações essenciais do dia a dia da esfera profissional.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Espanhol.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Linguísticas Letras e Artes.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Projetar através do conhecimento e desenvolvimento da língua espanhola, desenvolvendo entre eles o aprendizado e cultura de outras línguas, importantes para habilidades profissionais. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar por meio da aprendizagem das quatro habilidades comunicativas da língua: a fala, a leitura, a audição e a escrita, através de atividades elaboradas com o intuito de adquirir vocabulário e estruturas gramaticais, e ainda desenvolver o vocabulário específico da área da saúde. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • El alfabeto; • Saudações y despedidas; 						

SUBSEQUENTE

- Nacionalidades;
- Profesiones y ocupaciones;
- Días de la semana y los meses del año;
- Los numerales y las horas;
- Estructura urbana;
- La familia;
- El vestuario y objetos personales;
- Los colores;
- El cuerpo humano;
- Los alimentos;
- Vocabulario específico: enfermedades, utillaje y otros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

GARCÍA, Sofia Acerbo. **Esencial: diccionario de la lengua española**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

HERMOSO, Alfredo, González. **Conjugar es fácil en español de España y de América**. Madrid: Edelsa, 1996.

HERMOSO, González A.; CUENOT, J.R.; ALFARO, Sánchez. **Gramática de Español lengua extranjera**. España: EDELSA, 2007.

.ALVES, Adda-Nari M e MELLO, Angélica Mucho - **Español para brasileños**. São Paulo, Editora Moderna, 2000.

GARCÍA, Maria De Los Ángeles; Hernández, Josephine Sánchez, **Español sin fronteras**. Ed. Scipicione, São Paulo, 2007.

MILANI, Ester Maria, **Gramática de espanhol para brasileiros**. 2º Ed. São Paulo, Editora Saraiva, 2002

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALZUGARAY, Pilar; BARRIOS, Maria José; HERNÁNDEZ, Carmen. **Dele: preparación al diploma de español**. España: Edelsa, 2009.

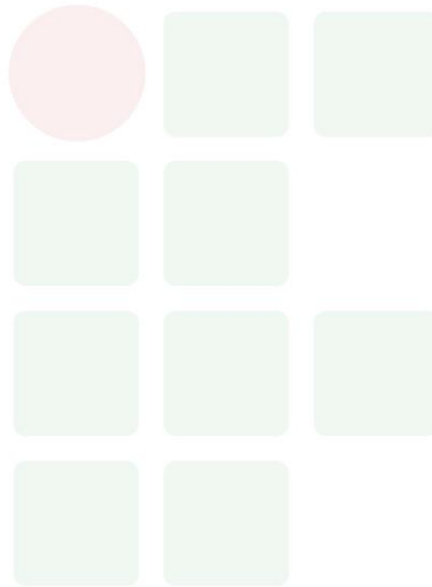
OSMAN, Soraia. **Enlaces: español para jóvenes brasileños**. São Paulo: Macmillan, 2013.


FONTES, Martins. **SEÑAS: diccionario para la enseñanza de**

lalinguaespañola para brasileños. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

ELABORADO POR:

Sinara Jobim Dutra



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Microbiologia e Parasitologia					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2°	20	20		2h	40 h	
EMENTA						
<p>Conceitos básicos de Microbiologia e Parasitologia. Classificação biológica e aspectos da biologia de microrganismos patogênicos e de parasitas que afetam a saúde humana. Mecanismos de transmissão de doenças e ciclo de vida dos parasitas que afetam a saúde humana. Estudo dos sintomas, do agente etiológico, das formas de contágio e de tratamento e das medidas profiláticas relacionados à doenças humanas que são causadas por microrganismos e por parasitas, com ênfase em doenças endêmicas da região Norte do Brasil.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida Licenciatura Plena em Biologia.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências Biológicas.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar os conceitos básicos de Microbiologia e Parasitologia; • Analisar a importância dos estudos microbiológicos e parasitológicos para o tratamento e prevenção de doenças em humanos. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os sintomas, o agente etiológico, as formas de contágio e de tratamento e as medidas profiláticas de doenças humanas que são causadas por microrganismos e por parasitas, com ênfase em doenças endêmicas da região Norte do Brasil. • Aprender aspectos da biologia dos microrganismos patogênicos e 						

SUBSEQUENTE

parasitas que afetam a saúde humana.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Conceitos básicos de Microbiologia;
- A importância do estudo da Microbiologia para prevenção e tratamento de doenças em humanos;
- Noções de microscopia;
- Bacteriologia básica;
- Micologia básica;
- Virologia básica;
- Sintomas, agente etiológico, formas de contágio e de tratamento e profilaxia de doenças humanas que são causadas por microrganismos, com ênfase em doenças endêmicas da região Norte do Brasil;
- Conceitos básicos de Parasitologia;
- A importância do estudo da Parasitologia para prevenção e tratamento de doenças em humanos;
- Relação parasita-hospedeiro;
- Endoparasitas e ectoparasitas;
- Protozoários;
- Helmintos;
- Principais vetores de parasitoses humanas;
- Artrópodes;

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CIMERMANN, B.; FRANCO, M.A. **Atlas de parasitologia humana.** 2º ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

NEVES, D. P. **Parasitologia Humana.** 12º ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

NEVES, D. P. **Parasitologia dinâmica.** 3º ed. São Paulo: Atheneu, 2009.

RIBEIRO, M. C.; STELATO, M. M. **Microbiologia prática: aplicações de aprendizagem de microbiologia básica – bactérias, fungos e vírus.** 2º ed. São Paulo: Atheneu, 2011.

TRABULSI, L. R.; ALTERTHUM, F. **Microbiologia**. 5° ed. São Paulo: Atheneu, 2008

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ABRÃO, H. **Doenças Sexualmente Transmissíveis — Saiba como Evitá-las**. Belo Horizonte: Editora Lê Ltda., 1991.


De ROBERTIS, E. D. P. & E. M. F. De ROBERTIS. **Bases da Biologia Celular e Molecular**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1985.

SOARES, J. L. **Dicionário Etimológico e Circunstanciado de Biologia**. São Paulo: Editora Scipione, 1993.

STRYJER, R. S. & L. J. STRYJER. **Sobre Vida**. Rio de Janeiro: Editora Biologia 2004

ELABORADO POR:

Maeda Batista dos Anjos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Farmacologia					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2°	20	20	--	2 h	40 h	
EMENTA						
Proporcionar o Conhecimento histórico da farmacologia. Compreender as relações entre Farmacocinética e Farmacodinâmica, Conhecer e compreender a Classificação dos Medicamentos e os Cuidados de Enfermagem na Administração de Medicamentos, Identificar e Compreender a administração de medicamentos.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em farmácia ou áreas da saúde.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências Biológicas – Farmacologia.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Estudar os conhecimentos da farmacologia aplicada à enfermagem, sendo necessário o entendimento e domínio das composições de fármacos e sua bio-transformação no organismo, identificando efeitos colaterais e adversos no organismo. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer o histórico da farmacologia; Identificar e Compreender a administração de medicamentos; Compreender as relações entre Farmacocinética e Farmacodinâmica; Conhecer e compreender a Classificação dos Medicamentos e os Cuidados de Enfermagem na Administração de Medicamentos. Conhecer o histórico da farmacologia; 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

Legislação no preparo e administração do medicamento; (dos princípios fundamentais, direitos, responsabilidades e deveres, proibições);

- **Farmacologia** (origem dos medicamentos, farmacoterapia, ação do medicamento, farmacocinética, farmacodinâmica);
 - **Ação dos medicamentos** (ação local, ação sistêmica)
 - **Classificação dos medicamentos** (antibióticos, anti-histamínico, antitussígenos e expectorantes, broncodilatadores, cardiotônicos ou Inotrópicos, ECA, antagonistas do receptor II, betabloqueadores, vasoconstritores, vasodilatadores, anti-hipertensivos, coagulantes, anticoagulantes, antitrombóticos, antiagregadorplaquetarios, antilipemicos, estimulantes do SNC, depressores do SNC, hipnóticos e sedativos, analgésicos opiodes, antagonistas dos opiodes, analgésico não opiode, anticonvulsivante, tranquilizantes, antidepressivos, ansiolíticos, anti-inflamatório não esteroidais, antissecretores gástricos, antiácidos, estimulantes do apetite, inibidores da absorção do processo digestivo, eméticos, anti-heméticos, antidiarreicos, hipoglicemiantes e diuréticos.)
 - **Forma de Apresentação dos medicamentos** (cápsula, comprimido, drágea, elixir, emulsão, gel, loção, creme etc.);
 - **Prescrição dos medicamentos** (conteúdo, tipos de prescrição medica)
 - **Cuidado de enfermagem na leitura da prescrição medica e no preparo de medicamentos;**
 - **Vias de administração dos medicamentos, cuidados de enfermagem e calculo para cada via** (via oral, via enteral, via sublingual, via injetáveis seringas, agulhas, insulinas, acidentes que podem ocorrer durante e após a aplicação dos medicamentos);
 - **Cálculos de concentrações de medicamentos;**
- Transformação de solução;**

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

B. G. Katzung. **Farmacologia Básica e Clínica**. 10 ed., Lange, São Paulo, 2007.

SILVA, M.T.; SILVA, S.R.L.P.T. **Calculo e Administração de Medicamentos na Enfermagem**. 3ª Edição. São Paulo: Martinare, 2011.

SILVA, G.T.R; SILVA, R.L.P.T. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. 1ª Edição. São Paulo: Martinare, 2014.

DELUCIA R. M. de Olivera R et al. **Farmacologia Integrada**. 3ª ed.. Rio de Janeiro: Revinter, 2007

TRIPATHI KD. **Farmacologia Médica**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


J. G. Hardman e cols. **Bases Farmacológicas da Prática Médica - Goodman e Gilman**. 11 ed., McGraw-Hill/Guanabara Koogan, New York/Rio de Janeiro.

CRAIG e STITZEL: **Farmacologia Moderna**. 6ª Edição, Ed Guanabara Koogan, 2005.

H. P. Rang, M. M. Dale. **Farmacologia**. 5 ed. Elsevier, Rio de Janeiro, 2005.

ELABORADO POR:

Eleucimar Monteiro da Cunha.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde			
Disciplina:	Biossegurança					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2º	20	20	-	2 h	40 h	
EMENTA						
Normas de descontaminação, limpeza, preparo, desinfecção de materiais. Princípios gerais de biossegurança. Normas de biossegurança. Normas básicas e protocolos de prevenção da infecção hospitalar.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou áreas da saúde.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciência da Saúde, Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Prevenir, controlar e avaliar a contaminação através da utilização de técnicas adequadas de transporte, armazenamento, descarte de fluídos e resíduos, assim como de limpeza e/ou desinfecção de ambientes e equipamentos, no intuito de proteger o paciente/cliente contra os riscos biológicos. Conhecer as fontes de contaminação radioativa de forma a realizar ações eficazes de prevenção e controle dos danos provocados pelas radiações ionizantes. Interpretar normas técnicas de descontaminação, limpeza, preparo, desinfecção, esterilização e estocagem de materiais. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Identificar os fundamentos de higiene na promoção das ações de saúde junto ao cliente e comunidade. Identificar e promover ações para a prevenção e controle das doenças infectocontagiosas. Definir assepsia, antissepsia, esterilização, desinfecção e descontaminação identificando suas características. 						

SUBSEQUENTE

- Caracterizar agentes, causas, fontes e natureza das contaminações.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Princípios gerais de biossegurança.
- Higiene e profilaxia. Prevenção e controle da infecção. Métodos e técnicas de limpeza e desinfecção. Conceitos de assepsia, antisepsia, desinfecção, descontaminação e esterilização.
- Princípios ativos dos produtos químicos e preparo de soluções.
- Contaminação radioativa – fontes, prevenção e controle.
- Gerenciamento do descarte de resíduos, fluídos, agentes biológicos, físicos, químicos e radioativos. EPIs e EPCs – tipos e usos. CIPA – organização, funcionamento, legislação.

Comissão de controle de infecção hospitalar (CCIH): histórico da sua criação, bases legais, finalidades e estrutura organizacional.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

COUTO. **Infecção hospitalar – prevenção e controle**. MEDSI, 2000. LIMA, Idelmina Lopes de. **Manual do técnico e auxiliar de enfermagem**. AB, 2006.

BRITO, Lúcio Flávio de Magalhães. **Segurança aplicada às instalações hospitalares**. 2. ed. e 4. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2001.

COSTA, Marco Antônio F. da. **Qualidade em biossegurança**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2000.

CAMILLO JÚNIOR, Abel Batista Major PM. **Manual de prevenção e combate a incêndios**. 4. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.

MANUAL gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar**. São Paulo: Iátria, 2003.

MARCOS, Paulo Afonso Moral. **Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho: gerenciamento e riscos em serviços de saúde: NR 32**. São Paulo: LTr, 2008. MESQUITA JÚNIOR, José Maria de. **Gestão integrada de resíduos sólidos**. Rio de Janeiro: IBAM, 2007

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


MANUAL gerenciamento integrado de resíduos sólidos. Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Enfermagem na prevenção e controle da infecção hospitalar.** São Paulo: Iátria, 2003.

MARCOS, Paulo Afonso Moral. **Sistema de gestão da segurança e saúde no trabalho: gerenciamento e riscos em serviços de saúde: NR 32.** São Paulo: 2006.

ELABORADO POR:

Mirely Ferreira dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Diversidades Culturais e Linguísticas					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
2º	20	20	-	2 h	40 h	
EMENTA						
Elementos da cultura e noções básicas da gramática das línguas cooficiais do Município de São Gabriel; Baniwa, Tukano, Nheengatu.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena em Letras e línguas com pós-graduação em Linguística.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Linguísticas Letras e Artes.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar o instrumento teórico e prático para as ações comunicativas, como alternativa no processo de socialização. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Motivar e aprimorar os alunos para o estudo e pesquisa das línguas indígenas da região. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Histórico das Diversas Línguas • Diversidade cultural e Linguística do Amazonas e da região do rio Negro; <p>Reflexão sobre uso das línguas indígenas para produção de Material didático para área de saúde-</p>						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BARBOSA, A. L. Pequeno vocabulário tupi-português. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1955. Cruz, Aline da. Fonologia e Gramática do Nheengatú: A língua geral						

falada pelos povos Baré, Warekena e Baniwa, 2011

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Da “Fala boa” ao Português na Amazônia Brasileira.** In.ELTon – **Estudo de linguagem e Transdisciplinalidade**, novembro de 1998.

MARTINS, E. **Sobre a Natureza, expressão formal e escopo da classificação Linguística das entidades na concepção do mundo Baniwa.** Dissertação de Mestrado defendida em 2009. UnB.

MELGUEIRO, Zilma, **A Situação Sociolinguística nas Escolas Indígenas Irmã Inês Penha e Dom Miguel Alagna na cidade de São Gabriel da Cachoeira (AM).** Dissertação de Mestrado defendida em 2012, UFPE

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


RAMIREZ, Henri. **A Fala Tukano dos Ye’pá-masa.** Manaus: CEDEM, 1997

_____ **A gramática dos Ye’páMasã.** Manaus. CEDEM, 1997

_____ **Dicionário Baniwa.** Manaus.EDUA, 2000

ELABORADO POR:

Edilson Martins Melgueiro

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem no Cuidar da Saúde Indígena					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3º	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
Ampliar o conhecimento do universo sociocultural dos Povos Indígenas no Brasil e os mecanismos Jurídicos-político de proteção a estes povos; Analisar o histórico da política de saúde indígena no Brasil, fomentar a reflexão sobre a Saúde tradicional x Saúde Alopática; Conhecer os Modelos, diretrizes e estruturas de atenção à saúde indígena, fomentar a importância da Educação em saúde indígena no âmbito individual e coletivo; Conhecer os Desafios da Saúde Indígena.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde - Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Compreender melhor a política setorial de Saúde Indígena no Brasil e a sua aplicação através do subsistema de saúde indígena. Contudo, para tal, é necessário que entendam quem são esses povos em relação aos quais temos ideias muito genéricas e, às vezes, um tanto preconcebidas. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Pretendemos abordar, a partir da interculturalidade, duas visões e dois modos de conceber o processo saúde/doença tão distintos quanto à saúde ocidental e alopática e a saúde tradicional dos povos indígenas. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> Universo sociocultural dos Povos Indígenas no Brasil (Aspectos 						

SUBSEQUENTE

históricos, Aspectos Demográficos, Índios isolados, As línguas indígenas, As terras indígenas, Alguns conceitos antropológicos);

- Mecanismos Jurídico-político de proteção a estes povos (A Política indigenista do Estado Brasileiro, Novo cenário e maior violência contra os povos indígenas, O movimento indígena: a luta por direitos);
- Histórico da política de saúde indígena no Brasil (Os princípios do SUS, Políticas de Saúde Indígena: antecedentes, Estruturas do Subsistema de Saúde Indígena, Agravos e Perfil Epidemiológico dos Povos Indígenas no Brasil, Etnoepidemiologia, Educação em saúde indígena no âmbito individual e coletivo , A Realidade da Assistência de Saúde);
- Saúde tradicional x Saúde Alopática (Introdução aos conceitos da saúde tradicional, A medicina nas sociedades indígenas, Etnomedicina à Antropologia de Saúde, A Doença como Processo, A Doença como Experiência, Convivência e diálogo entre duas formas de pensar e fazer saúde);
Desafios da Saúde Indígena (Perspectivas e Desafios, Um olhar crítico sobre o subsistema, Os principais desafios da política setorial de saúde indígena, Algumas orientações para o profissional em campo).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRAND, A. e PÍCOLI, R.P. **Mortalidade infantil entre os Kaiowá e Guarani.**

In: RICARDO, B. e

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Relatório da **2ª Reunião Extraordinária do Fórum dos Presidentes dos Presidentes dos Conselhos Distritais de Saúde Indígena.** Brasília: Funasa; 2008.

FERREIRA, L. O. **A dimensão ética do diálogo antropológico: aprendendo a conversar com o nativo.** In: SUCH, Patrice; FLEISCHER, Soraya. Ética em pesquisa e regulamentação antropológica. Brasília: UNB, 2010.


FERREIRA, L. O.; OSÓRIO, P. "**Medicina tradicional indígena em contextos**" in Anais da 1ª Reunião de Monitoramento. Brasília: Projeto Vigisus II/Funasa, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BARROS, Edir Pina de, 2.000 - **AIDS e Diversidade Sociocultural. Ciências Sociais e Saúde: Temas para o Ensino Médico.** Canesqui, Ana Maria (Org.), São Paulo, EDUSP/ FAPESP. 6 Áreas/ regiões: Yanomami, Rio Negro, Médio Juruá, Alto Solimões e Sataré-Mawé BRASIL, Ministério da Saúde, 1986 - Documento Final Conferência Nacional de Proteção à Saúde do Índio, Brasília, 07 páginas, inédito

ELABORADO POR:

Maria Rosineide Gama Feotosa

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Nutrição					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
Conhecer a política nacional de Alimentação e Nutrição, Identificar os grupos de alimentos, suas características nutricionais, importância para uma dieta saudável e alterações por deficiência ou excesso, Observar a necessidade energética e cálculo de dieta balanceada para indivíduo sadio, segundo o Guia Alimentar para a população brasileira, Identificar as diferenças entre dieta normal e dietas especiais, Conhecer sobre Terapia Nutricional, Dietoterapia nas patologias e Métodos de Avaliação Nutricional.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem ou Bacharelado em Nutrição.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciência da Saúde – Nutricionista.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Identificar as diferenças entre dieta normal e dietas especiais, Conhecer sobre as Terapia Nutricional, Dietoterapia nas patologias e Métodos de Avaliação Nutricional. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Reconhecer os grupos de alimentos, suas características nutricionais, importância para uma dieta saudável e alterações por deficiência ou excesso, Compreender as necessidades energéticas e cálculo de dieta balanceada para indivíduo sadio, segundo o Guia Alimentar para a população brasileira, 						

- Observar a necessidade energética e cálculo de dieta balanceada para indivíduo sadio, segundo o Guia Alimentar para a população brasileira,
- Conhecer sobre Terapia Nutricional, Dietoterapia nas patologias e Métodos de Avaliação Nutricional

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Legislação em alimentos;
- Princípios Nutricionais; Conceitos de Alimentação e Nutrição; Carboidratos; Lipídios; Proteínas; Fibras; Vitaminas; Minerais;
- Fatores que interferem no Apetite (restrição, sabor, temperatura, aparência, conforto, patologias)
- Nutrição de acordo com a patologia (Hipertensão, Diabetes Mellitus; doenças cardiovascular, anemia ferropriva, Hipovitaminose A, Obesidade;
- Nutrição enteral e parenteral (Conceito; Indicações da dieta por sonda)
- Tipos de dieta de acordo com o preparo (liquida pastosa, restrita, livre, leve, branda)
- Cuidados de Enfermagem com pacientes durante a alimentação.
- Avaliação Nutricional; Exame físico; Antropometria;
- Higiene dos Alimentos; Boas práticas de manipulação dos alimentos;
- Mitos e verdades em alimentação e nutrição.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Regulamento Técnico para Rotulagem Nutricional Obrigatória de Alimentos e Bebidas Embalados**. Número 360, de 23 de dezembro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de dezembro de 2003;

SILVA, G.T.R.; SILVA, R.L.P.T. **Manual do Técnico e Auxiliar de Enfermagem**. 1ª Edição. São Paulo: Martinare, 2014.

VOLPATO, A.C.B.; Santos, V.C. **Técnicas Básicas de Enfermagem**. 4ª Edição. São Paulo: Martinare, 2014.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a**

população brasileira: Promovendo a alimentação saudável/Alimentação e Nutrição. Brasília: Ministério da Saúde, 2006;

MAHAN. L. K.; ESCOTT STUMP, S. **Alimentos, nutrição & dietoterapia.** 11. ed. São Paulo: Roca, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição. **Guia Alimentar para a população brasileira: Promovendo a alimentação saudável/Alimentação e Nutrição.** Brasília: Ministério da Saúde, 2006;

DUTRA de OLIVEIRA, J.E, MARCHINI, D. **Ciências Nutricionais.** São Paulo: Sarvier, 1998. 403 p.;


MAHAN. L. K.; ESCOTT STUMP, S. **Alimentos, nutrição & dietoterapia.** 11. ed. São Paulo: Roca, 2005.

PHILIPPI, S.T. **Nutrição e Técnica Dietética.** São Paulo: Manole, 2003. 390 p.

TIRAPÉGUI, J. **Nutrição: fundamentos e aspectos atuais.** 1 ed. São Paulo: Atheneu, 2000. 284 p.; Periódicos da área.

ELABORADO POR:

Eleucimar Monteiro da Cunha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Ginecologia e Obstetrícia.					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
Gestação, parto, puerpério, aborto, Aleitamento materno: importância, anatomia, fisiologia da mama; mitos e técnicas de amamentação, cuidados gerais com a mama. Assistência de enfermagem à puérpera. Menarca: menopausa e climatério. Intercorrências durante o período gestacional, Câncer de Mama, Câncer de colo de útero, eclampsia, Pré-eclâmpsia, Placenta Previa, cuidados com Recém Nascido na sala de Parto, e No alojamento conjunto; O Recém Nascido com patologias cardíacas, cefálicas e Renais, os cuidados com Recém Nascido com Síndrome de Daws, primeiras horas após parto, Banho, Incubador.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde- Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as fases do ciclo reprodutivo da mulher, reconhecer as principais patologias que podem surgir durante o período gestacional, a partir da puberdade ao climatério. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os aspectos biopsicossociais da saúde da mulher. • Entender a organização, estrutura e funcionamento da unidade ginecológica e obstétrica. • Realizar atendimento à mulher no planejamento familiar e no ciclo grávido-puerperal. Registrar o acompanhamento pré-natal de baixo 						

SUBSEQUENTE

risco no cartão da gestante.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Planejamento familiar. Pré-Natal. Menarca – Menopausa e climatério. Reprodução humana. Gestação, parto, puerpério e aborto. Comportamento sexual de risco. Noções da fisiologia, psicologia e patologias mais comuns na mulher. Sexualidade e saúde reprodutiva. Organização, estrutura e funcionamento das unidades: ginecológica e obstétrica. Gravidez: diagnóstico; intercorrências mais comuns: gestoses e síndromes hemorrágicas.
- Gestação de alto risco: diabetes, cardiopatia, neuropatia, doenças infecciosas (toxoplasmose, rubéola, malária, varicela, hanseníase etc.), DST (AIDS, gonorreia, sífilis, condiloma etc.).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

CARVALHO, Geraldo Mota de. **Enfermagem em obstetrícia**. São Paulo: EPU, 2002.

ENFERMAGEM e saúde da mulher. Barueri – SP: Manole, 2007.

FEINBERG, Alice. **A Gravidez, o parto e cuidados com o bebê: conceito macrobiótico**. São Paulo, Ground, 1981.

GONZALEZ, Helcye. **Enfermagem em ginecologia e obstetrícia**. 5. ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

GUIA para atenção efetiva na gravidez e no parto. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

LOPES, Aimar Aparecida. **Guia prático de posicionamento em mamografia**. São Paulo: Ed. SENAC, 2000.

MINISTÉRIO da Saúde. Secretaria Nacional de Programas Especiais. **Assistência ao planejamento familiar**. Brasília: Centro de documentação do Ministério da Saúde, 1988.

RIBEIRO, Wilson. **A Vida antes do nascimento: gestação dirigida**. 2. ed. São Paulo: IBRASA, 1987.

ZIEGEL, E.E.; CRANLEY, M.S. **Enfermagem obstétrica**. Guanabara Koogan, 1985.

1. PARKES, C. M. Luto: estudos sobre a perda na vida adulta. São Paulo: Summus.

12. RANDO. Luto em Cuidados Paliativos. In: FRANCO, M. H. P. Cuidado paliativo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Controle dos cânceres de colo do útero e de mama**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Assistência pré-natal**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Atenção Humanizada ao Abortamento**: norma técnica. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas – Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

_____, OLIVEIRA, A. L. de PINHEIRO, M. de S. B.; ET al. **Centro de Parto Normal**:

O futuro no presente. São Paulo: Bartira Gráfica, 2004.


_____, Secretaria de Atenção a Saúde. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher**: Princípios e Diretrizes. Brasília: Editora MS, 2004.

OLIVEIRA, Maria Emília; MONTICELLI, Marisa ((Trad.)). **Enfermagem obstétrica e neonatalógica : textos fundamentais**. 2. Ed. rev. Florianópolis-SC Cidade Futura, 2002.

XAVIER, Nilton Leite et al. **Manual de Ginecologia**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

ELABORADO POR:

Mirery Ferreira dos Santos

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde			
Disciplina:	Enfermagem em Geriatria.					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3º	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
Políticas Públicas de Atenção à Saúde do idoso; Fundamentos de gerontologia e geriatria; Fisiologia do Envelhecimento; Assistência de Enfermagem integral e humanizada em doenças de maior prevalência na 3ª idade; Acidente Vascular Cerebral; Diabetes, Demências, Doenças Cardíacas, Osteoporose, Hipertensão, Integração família/idoso; Promoção do autocuidado e autonomia, cuidados paliativos.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde - Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Integrar o aluno ao universo das Políticas Públicas de Atenção à Saúde do idoso, e proporcionar conhecimentos científicos em fundamentos de gerontologia e geriatria, bem como em Fisiologia do Envelhecimento. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer as mudanças nos sistemas orgânicos relacionados ao envelhecimento. Aplicar os cuidados de Enfermagem à pessoa idosa; Compreender os aspectos legais relacionados à saúde do idoso. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> Políticas Públicas de Atenção à Saúde do idoso; Políticas públicas de 						

relevância para a saúde da pessoa idosa no Sistema único de saúde – SUS; Programa Nacional de Saúde do Idoso: princípios e diretrizes; Humanização e acolhimento à pessoa idosa na atenção básica; Comunicação com a pessoa idosa; Estatuto do Idoso.

- Fundamentos de gerontologia e geriatria; Processo de envelhecimento; Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais do idoso; Fragilidade em idosos; Envelhecimento e medicamentos;
- Assistência de Enfermagem integral e humanizada em doenças de maior prevalência na 3ª idade; Atribuição dos profissionais da atenção básica e hospitalar no atendimento a saúde da pessoa idosa; Avaliação global da pessoa idosa na atenção básica; Avaliação multidimensional rápida da pessoa idosa; Incontinência urinária; Depressão; Demência; Hipertensão arterial sistêmica e diabetes mellitus; Envelhecimento e AIDS; Úlcera de pressão; Osteoporose; Prevenção de quedas e acidentes;
- Integração família/idoso; Redes de apoio familiar e social; Suporte familiar e social; Avaliação da Funcionalidade do idoso/família; Avaliação Estresse do Cuidador; Violência Intrafamiliar e Maus Tratos contra a pessoa idosa;
- Estratégias de promoção do autocuidado e autonomia; Promoção de hábitos saudáveis; Cuidados preventivos em relação a acidentes e doenças prevalentes; Uso de medicamentos; Situações e sinais de risco.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

AQUINO, Estela Maria Leão de. **Saúde do homem: uma nova etapa da medicalização da sexualidade?** Ciência & Saúde Coletiva. 2005, vol.10, n.1, pp. 19-22.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem** (Princípios e Diretrizes). Brasília: MS, 2008.

CARRARA, Sérgio; RUSSO, Jane A. e FARO, Livi. **A política de atenção à saúde do homem no Brasil: os paradoxos da medicalização do corpo masculino.** 2009, vol.19, n.3, pp. 659-678.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento

de Atenção Básica. **Envelhecimento e saúde da pessoa idosa** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica – Brasília: Ministério da Saúde, 2006. 192 p. il.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BRUNNER, L.S.; SUDDARTH, D. S. **Prática de Enfermagem**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. V 1 e 2.

CARVALHAES N; ROSSE E; PASCHAL SMP; PERRACINI N, PERRACINI M; RODRIGUES RAP. **Quedas**. In:b SBGG-SP. Consensos em Gerontologia. 1998.

CAMPEDELLI, M.C; GAIDZINSKI, R. R. **Escala: Problema na Hospitalização**. São Paulo: Ática, 2002. 64p.


DUARTE YAO. **Envelhecimento, funcionalidade e arranjos domiciliares na América Latina e Caribe**. [Tese-Livre Docência] São Paulo (SP): Escola de Enfermagem da USP; 2005.

1. PARKES, C. M. Luto: **estudos sobre a perda na vida adulta**. São Paulo: Summus, 1998.

12. RANDO. **Luto em Cuidados Paliativos**. In: FRANCO, M. H. P. Cuidado paliativo. São Paulo: CREMESP

ELABORADO POR:

Eleucimar Monteiro da Cunha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Centro Cirúrgico					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	20h	40h	
EMENTA						
Conceituar a Estrutura, organização e funcionamento da Unidade Cirúrgica; Equipamentos utilizados no centro cirúrgico, Composição da equipe multidisciplinar que atua no centro cirúrgico e função de cada componente, Principais cirurgias; Principais intercorrências no período Intra e pós-operatório imediato; Drogas mais utilizada no centro cirúrgico. Atuação da enfermagem ao paciente no período Trans operatório e no controle das infecções hospitalares no ambiente cirúrgico.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências Saúde-Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Analisar a estrutura e funcionamento de uma Unidade Cirúrgica, assistindo o paciente em todas as fases operatórias. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Observar os cuidados de enfermagem a serem prestados ao cliente/paciente, no período transoperatório nas intervenções cirúrgicas; Identificar as atividades de enfermagem realizadas em Centro Cirúrgico; Conhecer as normas e rotinas do centro cirúrgico; Avaliar o nível de consciência do paciente no período de recuperação pós-anestésica. 						

SUBSEQUENTE

- Identificar as alterações fisiológicas decorrentes da cirurgia;
- Correlacionar os métodos de esterilização adequados a cada tipo de material.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Estrutura física de uma unidade de centro cirúrgico;
- Técnicas básicas de preparo físico do paciente no pré-operatório.
- Administração de medicamentos específicos de Centro Cirúrgico.
- Normas e rotinas do centro cirúrgico;
- Organização, estrutura e funcionamento de um Centro Cirúrgico; sala de recuperação Pós-anestésica, posto de Enfermagem, sala de cirurgias; CME, expurgo, sala de esterilização. Processo de trabalho em Centro Cirúrgico.
- Evolução de enfermagem e diagnóstico no centro cirúrgico;
- Principais intercorrências no centro cirúrgico;
- Técnica de circulação e instrumentação em sala de cirurgia.
- Técnicas no preparo e manuseio de material e instrumental cirúrgico, estéril e contaminado.
- Indicativos da recuperação dos níveis de consciência e dos sentidos.
- Cuidados de Enfermagem no pós-operatório imediato;
- Técnicas de posicionamentos indicados para pacientes cirúrgicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BARROS, Maria Celeste 632aris. **Enfermagem cirúrgica**. Rio de Janeiro: Ed. SENAC Nacional, 2011.

BRUNNER, 632aris632 Sholtis. **Tratado de enfermagem médico-cirúrgica**. 11. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

CENTRO cirúrgico: atuação, intervenção e unidades de enfermagem. São Caetano do Sul – SP: Yendis, 2006.

DONAHOO, Clara A. **Enfermagem em ortopedia e traumatologia**. São Paulo: EPU, 1979.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

IRION, Glenn. **Feridas: novas abordagens, manejo clínico e atlas em cores**. Rio de Janeiro: LAB, 2005.

MOURA, Maria Lúcia Pimentel de Assis. **Enfermagem em centro cirúrgico e recuperação pós-anestésica**. 6. Ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.


MOURA, Maria Lúcia Pimentel de Assis. **Enfermagem em centro de material de esterilização**. 6. Ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2003.

SANTOS, Nívea Cristina Moreira. **Centro cirúrgico e os cuidados de enfermagem**. São Paulo: Iátria, 2003.

TAJRA, Antônio Dib. **Protocolo cirúrgico médico-hospitalar**. São Paulo: Iátria, 2003.

ELABORADO POR:

Eleucimar Monteiro da Cunha

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Metodologia da Pesquisa II					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	2h	40h	
EMENTA						
Relatório parcial de pesquisa. Instrumentos de registro da pesquisa; Leitura de textos científicos; Documentação do trabalho acadêmico. Desenvolvimento do projeto de pesquisa. Produção de material escrito. Leitura de textos. Seminário.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Licenciatura Plena ou Bacharelada em qualquer área do conhecimento com mestrado em qualquer área.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências exatas; Ciências Humanas; Ciências Biológicas; Ciências Sociais; Linguísticas, Letras e Artes; Engenharia; Ciências da Saúde.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar as normas da ABNT na produção científica e apresentar os resultados da pesquisa realizada em forma de seminário ou outro instrumento adequado à realidade local. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Discutir os resultados parciais apresentados durante a mostra dos dados da pesquisa; • Utilizar as técnicas e métodos para o estudo, afim de que sejam atendidas as condições do mundo moderno, destinados a promover a formação de novas competências, facilitando a execução de pesquisa; • Aplicar as diversas técnicas de documentação para elaboração do trabalho acadêmico; 						

SUBSEQUENTE

- Desenvolver as etapas pertinentes à execução do trabalho acadêmico/científico;
- Elaborar um projeto de pesquisa aplicando as normas técnicas;
- Apresentar o resultado final da pesquisa através de um artigo.
- Instruir sobre ética e plágio na produção científica;

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Relatório parcial de pesquisa.
- Instrumentos de registro da pesquisa: Caderno de campo, portfólio, fichamento, resenha.
- Leitura de textos científicos.
- Desenvolvimento do projeto de pesquisa.
- Produção de material escrito: Artigo.
- Leitura de textos envolvendo o tema: Ética e ciência.

Seminário.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ALVES, Bernadete Martins; ARRUDA, Susana M. de. **Como fazer referências: bibliográficas, eletrônicas e demais formas de documentos**. Atualizada em fev. 2007, conforme NBR-6023/2002.

UFSC/Biblioteca Universitária Florianópolis: Fev. 2007. P. 01 – 21.
Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/framerefer.html> > Acesso em 20/08/07 às 17h04min h.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **Filosofia da educação**. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 2000.

BARROS, Aidil de Jesus Paes de. LEHGELD, Neide Aparecida de Souza. **Projeto de pesquisa: propostas metodológicas**. 16. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BELLO, José Luiz de Paiva. **Estrutura e apresentação do trabalho**. In: Pedagogia em Foco, Metodologia Científica. 1998. Atualizada em: 14 fev. 2002. D <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/met07.htm>>. Acesso em: 21 fev. 2002.

FACHIN, Odília. **Fundamentos de metodologia**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FAQUETI, Marouva Fallgatter e VANIM, Mariléia. **Elaboração de Projetos**. Camboriú: UFSC/CAC, 2004. (Apostila de curso).

FINDLAY, Eleide Abril Gordon; COSTA, Mauro A.; GUEDES; Sandra Paschoal Leite de Camargo. **Guia para apresentação de projetos de pesquisa**. Joinville: UNIVILLE, 2006. (Apostila).

FURASTÉ, Pedro Augusto. **Normas técnicas para o trabalho científico. Explicitação das normas da ABNT**. 12. Ed. Porto Alegre: [s.n.], 2003.


GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. Ed. 12. reimpor. São Paulo: Atlas, 2009.

LAKATOS, Eva Maria. MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**.

5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

ELABORADO POR:

Willan Fláagner de Oliveira Ferreira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Urgência e Emergência					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3	20	20	-	3h	40h	
EMENTA						
Princípios gerais em situações de emergência e/ou urgência; Estrutura, organização e funcionamento das Unidades; Responsabilidade da equipe de atendimento; Assistência integral e humanizada de enfermagem, nas diferentes fases do ciclo vital; Primeiros socorros; Atendimento prioritário na emergência.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde – Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Avaliar e prestar atendimento de urgência e emergência à vítima de trauma, visando manter sua estabilidade hemodinâmica e respiratória até a chegada de atendimento especializado; 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Determinar as prioridades de atendimento em situações de urgência e emergência; Atuar como cidadão e profissional de saúde na prestação de Primeiros Socorros a vítimas de acidentes ou mal súbito visando manter a vida e prevenir complicações até a chegada de atendimento especializado; Identificar o processo de atendimento nas principais situações de emergência; Conhecer os principais medicamentos, equipamentos e procedimentos utilizados no atendimento intra-hospitalar nas situações de 						

SUBSEQUENTE

emergência, a fim de prestar assistência de enfermagem no contexto de um suporte avançado de vida;

- Identificar sinais e sintomas que indiquem agravos à saúde e risco de morte nas situações de urgência e emergência;
- Prestar cuidados de enfermagem a clientes/pacientes em situações de urgência e emergência;
- Prover os insumos necessários ao atendimento emergencial intra-hospitalar;
- Administrar os medicamentos necessários ao atendimento emergencial intra-hospitalar sob prescrição;
- Auxiliar os componentes da equipe hospitalar na realização de procedimentos
-

• CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

- Políticas públicas relacionadas a situações de urgências e emergências (SAMU, SIATE e outras);
- Relações interpessoais com o paciente, família e a equipe multidisciplinar frente a situações de urgência e emergência;
- Estrutura, organização e funcionamento das Unidades;
- Organização do trabalho, estrutura e funcionamento das unidades de atendimento de urgência e emergência;
- Protocolos de atendimento de urgência e emergência;
- Parada cardiorrespiratória;
 - Administração de medicamentos em urgência e emergência.
- Primeiros socorros;
- Identificação e assistência em situações de convulsões, desmaios, crise hipertensiva, hipotensão, Infarto do miocárdio, Broncoespasmo, Náuseas, Diarreia, Queimaduras, Afogamento e outros;
- Envenenamento ou intoxicação; Picadas de insetos; Envenenamento por animais peçonhentos; Picadas de aranhas e escorpiões; Picadas de cobras venenosas;
- Fraturas: fechada, exposta; Luxações; Entorse; Contusão;

- Atendimento prioritário na emergência;
- Controle de hemorragia e choques.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BEATRIZ FERREIRA MONTEIRO OLIVEIRA E COLABORADORES. **Trauma. Atendimento Pré-Hospitalar**. 2ª Edição. Editora ATHENEU. 2007.

BRASIL. **Profissionalização de auxiliares de enfermagem: cadernos do aluno: saúde do adulto, assistência cirúrgica, atendimento de emergência**. 2. Ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2003.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Protocolos da unidade de emergência / Hospital São Rafael – Monte Tabor**, Ministério da Saúde. – 10. Ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

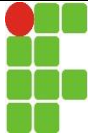
ELISA MIEKO SUEMITSU HIGA E COLABORADORES. **Medicina de Urgência**. 2ª Edição. Editora Manole. 2007.

PHTLS: **Atendimento pré-hospitalar ao traumatizado: básico e avançado**. 6ª edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

AEHLERT, B. **ACLS (AdvancedCardiac Live Support): emergências em cardiologia: suporte avançado de vida em cardiologia**. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ELABORADO POR:

Rafael Régis Aquino

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva.					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	2h	40h	
EMENTA						
Estrutura, organização e funcionamento da Unidade de Terapia Intensiva; Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente crítico nas diferentes fases do ciclo vital; Papel e atuação do técnico de enfermagem, funções e competências; Drogas Vasoativas na UTI, os tipos de UTIS existentes, Admissão e alta do paciente na Unidade de terapia Intensiva.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde – Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Identificar as funções e competências do técnico de enfermagem na Unidade de Terapia Intensiva. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer a estrutura e organização e funcionamento de uma Unidade de Terapia Intensiva; Abordar os cuidados de enfermagem a clientes/pacientes em estado crítico no ambiente da UTI; Conhecer os principais medicamentos, equipamentos e procedimentos utilizados na Unidade de Terapia Intensiva; 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> Evolução e história, estrutura, e funcionamento da Unidade de Terapia 						

Intensiva.

- UTI Adulto, UTI Neonatal, UTI Pediátrica, Coronárias e UTI Aérea.
 - Equipe Multiprofissional na unidade e seu funcionamento;
 - Assistência integral e humanizada de enfermagem ao paciente crítico nas diferentes fases do ciclo vital na UTI;
 - Desequilíbrio hidroeletrólítico e distúrbio dos Ácidos Básico na UTI
 - Patologias cardíacas; Hipertensão, arritmia, cardiopatias, endocardite, transplante de coração cuidados pós-transplantes, cuidados específicos na UTI.
 - Patologias Neurologias; Acidente vascular cerebral, acidente vascular isquêmico, e seus cuidados específicos na UTI.
 - Infecção na Unidade de Terapia Intensiva
 - Prevenção de agravos; lesões de pele por pressão, queda do leito, sinais vitais.
 - Principais Diagnósticos de enfermagem na UTI, (SAE-Sistematização da Assistência de Enfermagem) planejamento implementação e avaliação do processo de enfermagem na UTI.
 - Ventilação Mecânica na UTI;
 - Humanização na UTI;
 - Escalas utilizadas na UTI; Analgesia, Sedação e Coma.
 - Nutrição; Enteral, Parenteral, Gastrostomia seu objetivo no paciente crítico.
 - Suporte Avançado de Vida na UTI.
 - Óbito na UTI.
 - Transporte aéreo e Terrestre ao paciente crítica (Ambulância, aeronaves) equipe profissional necessária.
- Drogas Vasoativas Utilizadas na UTI, Noradrenalina, Dopamina, lidocaína, Nitroglicerina, Nitrosprossiato de Sódio, Vasopressina

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

KNOBEL, E. **Condutas no Paciente Grave**. 2. ed. São Paulo: Atheneu, 1998.

MACHADO, E. G. de A. **Enfermagem em unidade de terapia intensiva**.

Goiânia, GO: AB, 2004.

ORLANDO, J. M. da C. **UTI: muito além da técnica a humanização e a arte do intensivíssimo**. São Paulo: Atheneu, 2002.

SOY ANDRADE, M. T.; TEIXEIRA, M. T. R. **Cuidados Intensivos**. Rio de Janeiro: Mcgraw Hill, 2001.

TALBOT, L.; MEYERS-MARQUARDT, M. **Avaliação em cuidados críticos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Reichmann & Affonso, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


DIAS, G.T.; SOUZA, J.S.; BARÇANTE, T.A.; FRANCO, L.M.C. **Humanização do cuidado na UTI: Uma possibilidade real**. **Portal do Enfermeiro**, 2010.

Disponível em: <
http://www.portaldoenfermeiro.com.br/artigos/PORTAL_DO_ENFERMEIRO_ARTIGO_05.pdf>. Acesso em: 17 nov. 2014.

MACIEL, M.R.; SOUZA, M.F. **Acompanhante de Adulto na Unidade de Terapia Intensiva: uma visão do Paciente**. *Acta paul. enferm.* São Paulo, v.19n.2,abr./jun.2006.

ELABORADO POR:

Ivan da Silva Mendonça

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Ambiente e Saúde		
Disciplina:	Enfermagem em Saúde Mental					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3°	20	20	-	2h	40 h	
EMENTA						
A evolução da saúde mental. Política Nacional de Saúde Mental. Epidemiologia da saúde mental. Transtornos mentais: fatores de influência, sinais e sintomas, tipos, tratamento. Doenças psiquiátricas: conceitos e generalizações das neuroses, psicoses, alcoolismo e outras drogas. Emergências psiquiátricas. Promoção e prevenção em saúde mental. Legislação específica de saúde mental. CAPS.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde- Enfermagem						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Proporcionar ao aluno o conhecimento das políticas públicas de saúde mental, e os principais distúrbios mentais e cuidados de enfermagem ao paciente em situação de risco.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a política de atenção ao paciente com distúrbio mental • Identificar sinais de depressão; • Conhecer a classificação das doenças mentais; • Relacionar os fármacos aos distúrbios psiquiátricos. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Evolução histórica da assistência à Saúde Mental e da Psiquiatria. • Políticas de Saúde relativa à saúde mental. 						

- Estruturação dos diversos níveis de atenção à Saúde Mental.
- Princípios que regem a assistência à Saúde Mental.
- Medidas de prevenção de distúrbios mentais. Categorias de transtornos mentais e de comportamento.
- Classificação das doenças mentais. Sinais, sintomas e formas de tratamento dos principais transtornos mentais tanto nos seus quadros agudos quanto crônicos.
- Procedimentos e cuidados de Enfermagem em Saúde Mental, Psiquiátrica e Emergências Psiquiátricas. Noções sobre as diversas modalidades de recreação: ludo terapia, Musicoterapia, atividades físicas e artísticas, horticultura, jardinagem, etc. Técnicas de contenção. Noções de Psicofarmacologia: principais medicamentos utilizados na saúde.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

ANTÓN, Diego 632acia. **Drogas: conhecer e educar para prevenir**. São Paulo: Scipione, 2000.

BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde Mental/Ministério da Saúde, Departamentos de Ações Programáticas Estratégicas. **Caderno de Atenção Básica**. 1 ed. 1 reimp. Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRITO, Azenilto Guimarães. **O Desafio das drogas: como vencê-lo**. Tatuí – SP: Casa Publicadora Brasileira, 1988.

CUNHA, Jurema Alcides. **Psicodiagnóstico – V. 5**. ed. rev. e ampl. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

FRAYZE-PEREIRA, João A. **O Que é loucura**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005.

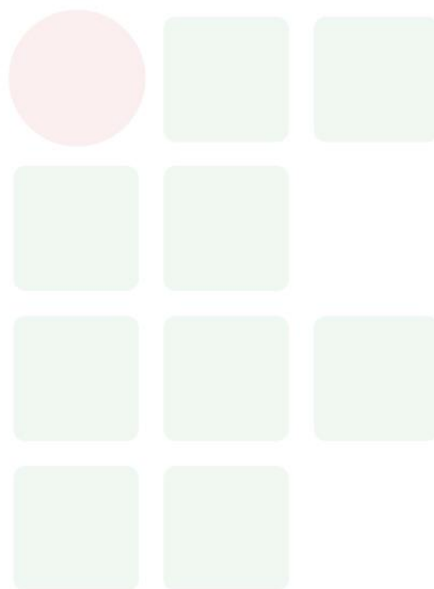
FERRARINI, Edson. **Vencedor não usa drogas: orientação sobre drogas e alcoolismo**. São Paulo: Book Gráfica & Editora, 2000.


HOLMES, David. S. **Psicologia dos transtornos mentais**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

VIDEBECK, Sheila L. **Enfermagem em saúde mental e psiquiatria**. Alegre: Artmed, 2012.

ELABORADO POR:

Mirely Ferreira dos Santos



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Enfermagem					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Ambiente e Saúde			
Disciplina:	Enfermagem em Pediatria					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
3º	20	20	-	2h	40h	
EMENTA						
Políticas públicas de atenção à saúde da criança; Cuidados de enfermagem ao Recém-nascido, Características do crescimento, desenvolvimento e parâmetros vitais; Imunização; Assistência integral e humanizada de enfermagem à criança hospitalizada; Doenças prevalentes na infância e adolescente; Violência; Educação em saúde escolar.						
PERFIL PROFISSIONAL						
Profissional com formação mínima exigida em Bacharelado em Enfermagem						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Ciências da Saúde – Enfermagem.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Proporcionar ao aluno conhecimentos das políticas públicas de atenção à saúde da criança e as principais patologias que acometem todas as fases do desenvolvimento da criança. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Integrar os alunos às características do crescimento e desenvolvimento e parâmetros vitais, Proporcionar conhecimentos sobre imunização em crianças, • Trabalhar assistência integral e humanizada de enfermagem à criança hospitalizada, Apresentar as doenças prevalentes na infância, Identificar as violências em crianças, Conhecer dispositivos para atuação na Saúde escolar. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						

- Cuidado de Enfermagem com os dos recém-nascidos (RNS)
- (Classificação dos RNs, Características anatomofisiológicas dos RNS, Assistência de enfermagem nos cuidados imediatos e mediatos ao RN, Assistência de enfermagem ao RN no alojamento conjunto, Amamentação);
- Humanização da assistência ao RN de baixo peso (Atendimento à família em unidades neonatais, Método Canguru);
- Assistência de enfermagem ao RN portador de patologias prevalentes no período neonatal (Prematuridade, RN filho de mãe diabética, RN com hiperbilirrubinemia);
- Procedimentos de rotina utilizados no atendimento ao recém-nascido (Cuidados com a pele do RN, Coleta de sangue periférico, Administração de medicamentos, fluidos e soluções);
- Enfermagem e a saúde integral da criança (O papel da família: cuidados na atenção à criança, A criança no processo saúde-doença, hospitalização da criança e da família, Aspectos legais e éticos da assistência à saúde da criança);
- Aspectos do crescimento e desenvolvimento (Acompanhamento do Crescimento e desenvolvimento infantil, Alimentação infantil, Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança, puberdade e adolescência);
- A atuação governamental nas diretrizes para a atenção à saúde da criança (Estatuto da Criança, Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC), Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes em Risco Nutricional, Programa Saúde da Família (PSF));
- Imunização Infantil (Cartão da criança: finalidade, leitura e interpretação dos vários campos, Tipos e finalidade dos Imunobiológicos; Calendário básico de vacinação; Local de aplicação, aprazamentos e efeitos adversos da vacina; Cobertura vacinal);
- Assistência à criança hospitalizada (Organização, estrutura e funcionamento da unidade pediátrica; Assistência integral e

humanizada de enfermagem, Afecções clínicas e cirúrgicas, Administração de medicamentos em pediatria, Nutrição infantil, Apoio na coleta de exames para diagnóstico em pediatria, Puericultura);

- Doenças prevalentes na infância (Identificação dos sinais de risco, medidas de prevenção, encaminhamento e acompanhamento, Atenção integrada às doenças prevalentes na Infância – AIDPI, Doenças diarreicas, Febre, Anemias, Obesidade, Desnutrição, Doenças pulmonares);
- Saúde escolar (Programa saúde na escola, A escola como *locus* de cuidado em saúde, operacionalização das ações de promoção da saúde escolar, avaliação das condições de saúde das crianças que estão na escola, Prevenção de acidentes na infância). Cuidado de Enfermagem com os dos recém-nascidos (RNS)
- (Classificação dos RNs, Características anatomofisiológicas dos RNS, Assistência de enfermagem nos cuidados imediatos e mediatos ao RN, Assistência de enfermagem ao RN no alojamento conjunto, Amamentação);
- Humanização da assistência ao RN de baixo peso (Atendimento à família em unidades neonatais, Método Canguru);
- Assistência de enfermagem ao RN portador de patologias prevalentes no período neonatal (Prematuridade, RN filho de mãe diabética, RN com hiperbilirrubinemia);
- Procedimentos de rotina utilizados no atendimento ao recém-nascido (Cuidados com a pele do RN, Coleta de sangue periférico, Administração de medicamentos, fluidos e soluções);
- Enfermagem e a saúde integral da criança (O papel da família: cuidados na atenção à criança, A criança no processo saúde-doença, hospitalização da criança e da família, Aspectos legais e éticos da assistência à saúde da criança);
- Aspectos do crescimento e desenvolvimento (Acompanhamento do Crescimento e desenvolvimento infantil, Alimentação infantil, Características e necessidades físicas, psicológicas e sociais da criança, puberdade e adolescência);

- A atuação governamental nas diretrizes para a atenção à saúde da criança (Estatuto da Criança, Programa de Assistência Integral à Saúde da Criança (PAISC), Atenção Integrada às Doenças Prevalentes na Infância (AIDPI), Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes em Risco Nutricional, Programa Saúde da Família (PSF));
- Imunização Infantil (Cartão da criança: finalidade, leitura e interpretação dos vários campos, Tipos e finalidade dos Imunobiológicos; Calendário básico de vacinação; Local de aplicação, aprazamentos e efeitos adversos da vacina; Cobertura vacinal);
- Assistência à criança hospitalizada (Organização, estrutura e funcionamento da unidade pediátrica; Assistência integral e humanizada de enfermagem, Afecções clínicas e cirúrgicas, Administração de medicamentos em pediatria, Nutrição infantil, Apoio na coleta de exames para diagnóstico em pediatria, Puericultura);
- Doenças prevalentes na infância (Identificação dos sinais de risco, medidas de prevenção, encaminhamento e acompanhamento, Atenção integrada às doenças prevalentes na Infância – AIDPI, Doenças diarreicas, Febre, Anemias, Obesidade, Desnutrição, Doenças pulmonares);
- Saúde escolar (Programa saúde na escola, A escola como *locus* de cuidado em saúde, operacionalização das ações de promoção da saúde escolar, avaliação das condições de saúde das crianças que estão na escola).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde. Departamento de Gestão da Educação na Saúde. Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem. Profissionalização de auxiliares de enfermagem: **cadernos do aluno: saúde da mulher, da criança e do adolescente**. Série F- 2. ed., 1.a reimpor. - Brasília: Ministério da Saúde; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente e Legislação Correlata**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2004.

BRETÂS, J.R.S. **Manual de exame físico para a prática de enfermagem em pediatria**. 2ªed. São Paulo: látria, 2009

SILVA, Tadeu Reis; SILVA, Sandra Regina L. do P. Tartelli. **Manual do Técnico e auxiliar de enfermagem**. 1ª Ed. São Paulo: Martinari, 2014.

WONG, D.L.; HOCKENBERRY, M.J.:WILSON, D.: ET AL. **Enfermagem Pediátrica**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

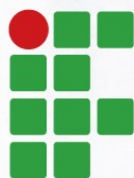
BRETÂS, J.R.S. **Manual de exame físico para a prática de enfermagem em pediatria**. 2ªed.São Paulo: látria, 2009

SILVA, Tadeu Reis; SILVA, Sandra Regina L. do P. Tartelli. **Manual do Técnico e auxiliar de enfermagem**. 1ª Ed. São Paulo: Martinari, 2014.

WONG, D.L.;HOCKENBERRY, M.J.:WILSON, D.: ET AL. **Enfermagem Pediátrica**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

ELABORADO POR:

Mirely Ferreira dos Santos



INSTITUTO FEDERAL
Amazonas

SUBSEQUENTE

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

**TÉCNICO DE
NÍVEL MÉDIO EM
EDIFICAÇÕES NA
FORMA
SUBSEQUENTE**



Campus Manaus Centro- CMC

2018

Michel Miguel Elias Temer Lulia
Presidente da República

Rossieli Soares da Silva
Ministro da Educação

Antônio Venâncio Castelo Branco
Reitor do IFAM

Lívia de Souza Camurça Lima
Pró-Reitora de Ensino

José Pinheiro de Queiroz Neto
Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e
Inovação

Sandra Magni Darwich
Pró-Reitora de Extensão

Josiane Faraco de Andrade Rocha
Pró-Reitora de Administração e Planejamento

Jaime Cavalcante Alves
Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional

Maria Stela de Vasconcelos Nunes de Melo
Diretora Geral do *Campus* Manaus Centro

Amarildo Menezes Gonzaga
Diretoria de Ensino, Pesquisa e Extensão
Campus Manaus Centro

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO

Servidores designados pela Portaria N° 559 – GAB/DG/CMC/IFAM de 09 de abril de 2018 para comporem a Comissão de Criação do Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em na Forma Subsequente.

PRESIDENTE	Cristiane Pereira de Aguiar
MEMBROS	Ana Maria Dias da Silva
	Cristiane Barbosa da Costa
	Daniel Passos de Oliveira
	Darcília Dias Penha
	Elcilene Costa da Silva e Silva
	Felipe Wilson Leão da Silva
	Francisco José Rodrigues Fernandes
	José Costa Feitoza
	Kleber da Luz Bastos
	Laerte Melo Barros
	Luz Marina Andrade Maruoka
	Luiz Eduardo Mateus dos Santos
	Núbia Lira Cintrão
Rosemberg Mendes Zogahib	
Thammi Rodrigues de Souza	

SUMÁRIO

1	IDENTIFICAÇÃO DO CURSO	4
2	JUSTIFICATIVA e histórico	5
2.1	HISTÓRICO DO IFAM	10
2.1.1	O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari	11
2.1.2	A Escola Agrotécnica Federal de Manaus	12
2.1.3	A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira	13
2.2	O IFAM NA FASE ATUAL	14
3	OBJETIVOS	17
3.1	OBJETIVO GERAL	17
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	17
4	REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	18
4.1	PROCESSO SELETIVO	18
4.2	TRANSFERÊNCIA	19
5	PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO	20
5.1	POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO	20
6	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	21
6.1	PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS	21
6.1.1	Cidadania	21
6.1.2	Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)	22
6.1.3	Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática	24
6.1.4	Respeito ao Contexto Regional ao Curso	25
6.2	ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS	27
6.2.1	Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais	31
6.3	MATRIZ CURRICULAR	32
6.4	carga horária do curso	36
6.5	Representação gráfica do Perfil de formação	378
6.6	EMENTÁRIO DO CURSO	40
6.7	PRÁTICA PROFISSIONAL	44
6.7.1	Atividades complementares	45
6.7.2	Estágio Profissional Supervisionado	48
6.7.3	Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT	51

7	CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES.....	53
7.1	Procedimentos para solicitação	55
8	CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO.....	56
8.1	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	59
8.2	NOTAS.....	60
8.3	AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA.....	61
8.4	REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	64
9	DIPLOMAS e CERTIFICADOS	66
10	BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS	67
10.1	BIBLIOTECA.....	67
10.2	INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS.....	68
11	PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO	69
11.1	CORPO DOCENTE	69
11.2	CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO	70
	Referências	71
	Apendices: Programa de disciplinas	73

1 IDENTIFICAÇÃO DO CURSO

NOME DO CURSO:	Curso Técnico de Nível Médio em Edificações
NÍVEL:	Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
EIXO TECNOLÓGICO:	Infraestrutura
FORMA DE OFERTA:	Subsequente
TURNO DE FUNCIONAMENTO:	Vespertino e Noturno
REGIME DE MATRÍCULA:	Semestral
CARGA HORÁRIA TOTAL DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL:	1340h
CARGA HORÁRIA DO ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO ou PROJETO DE CONCLUSÃO DE CURSO TÉCNICO:	300h
ATIVIDADES COMPLEMENTARES:	60h
CARGA HORÁRIA TOTAL:	1700h
TEMPO DE DURAÇÃO DO CURSO:	02 anos
PERIODICIDADE DE OFERTA:	Semestral
LOCAL DE FUNCIONAMENTO:	Campus Manaus Centro situado na Av. 7 de Setembro, nº 1975, Manaus-Amazonas.
DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS:	70 vagas

2 JUSTIFICATIVA E HISTÓRICO

O Amazonas é um estado que apresenta uma matriz econômica fundamentada em diversificadas atividades fabril, serviços, entre outras. De acordo com o relatório trimestral de 2017 da Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação do Governo do Estado do Amazonas – SEPLANCTI, O PIB do quarto trimestre de 2017 foi de R\$ 24.617 milhões. Anualizando os últimos quatro trimestres, o PIB do Estado do Amazonas ficou em R\$ 94.846 milhões.

O quarto trimestre de 2017 em relação ao quarto trimestre de 2016, o PIB teve um crescimento nominal de 4,24% e, em valores reais o Produto Interno Bruto teve um crescimento real de 1,43% descontado a inflação (IPCA 2,45%) do período.

A indústria da construção civil no Estado do Amazonas, em especial na Região Metropolitana de Manaus, representa uma parcela significativa do produto interno da economia local e constitui importante elemento de geração de emprego. Embora a construção civil em 2017 esteja no 9º lugar no rank das atividades econômicas e as atividades imobiliárias em 8º lugar, no quadro trimestral de 2018, observa-se uma retomada de crescimento com saldo positivo para empregos na área e lançamento de novas obras de construção.

Ainda timidamente as construtoras e incorporadoras estão apresentando um volume de investimento em condomínios verticais e horizontais, residenciais e comércio com lançamentos destinados a atender as diversas classes sociais.

A construção civil é uma atividade que requer uma força de trabalho com formação profissional específica, porém observa-se que ainda emprega trabalhadores não qualificados, mas que por necessidade das exigências da Organização Internacional de Padronização (ISO) esse quadro vem mudando gradativamente.

Observa-se do mesmo modo que a formação profissional no Estado do Amazonas ainda é insuficiente para o atendimento sempre crescente das necessidades setoriais dos processos produtivos, razão pela qual é um dos objetivos do Instituto Federal do Amazonas ofertar a educação profissional e tecnológica pública, gratuita e de qualidade com vista à preparação do futuro

profissional e cidadão que contribuirá para o desenvolvimento social, econômico e sustentável da região e do país.

Neste sentido, a reformulação do Plano do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações, na forma subsequente que tem respaldo legal na Resolução nº 06 de 201/09/2012 onde define as diretrizes curriculares nacionais para educação profissional técnica de nível médio e sinaliza a *atualização permanente dos cursos e currículos, estruturados em ampla base de dados, pesquisas e outras fontes de informação pertinentes* (Capítulo II, inciso V), está atenda a esse contexto socioeconômico local e nacional.

Justifica-se ainda na medida em que visa fundamentalmente à formação de profissionais para atuar e atender a demanda da indústria da Construção Civil, setor responsável pelo suprimento do déficit habitacional desse país, de forma contextualizada e atualizada nos aspectos que envolvem as práticas profissionais supervisionadas ou os Projetos de Conclusão dos Cursos Técnicos. A atualização do currículo é uma das condições para o acompanhamento frente essas mudanças. Além disso, os ajustes e adequações de carga horária para 20 semanas em substituição as 18 semanas visam objetivamente atender a legislação vigente.

Uma das mudanças significativas no bojo desta reformulação curricular consiste na inserção da modalidade de Educação a Distância na Organização Curricular do Curso Técnico em Edificações, na forma subsequente até o limite de 20% da carga horária total do Curso por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) na plataforma Moodle. O AVA consiste em uma das principais ferramentas utilizadas na educação a distância, servem de repositório de conteúdos e materiais didáticos. Essas ferramentas podem ser síncronas e assíncronas. Síncronas: A interatividade necessita de conexão simultânea de todos os usuários na realização de tarefas: Ex. webconferência e chat. Assíncronas: A interatividade não exige simultaneidade entre os usuários: Ex. fórum de discussão e apresentação do material de aula.

O docente da disciplina/componente curricular oferecerá aos discentes o acompanhamento didático-pedagógico em horário pré-determinado via Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional com definição dos objetivos, conteúdos, metodologia e avaliação previstas no plano de ensino e discutidas

previamente com os eles. Inicialmente a inserção da EAD recaiu para a disciplina de informática básica que já possui em sua ementa os conteúdos sobre redes sociais. Nada impede que ao longo da implantação dessas mudanças outras disciplinas possam utilizar até 20% de atividades em EAD na carga horária diária. Além disso, estão previstas atividades em EAD com uma carga horária de 16h destinadas aos alunos que comprovem por meio de documentação o regime de trabalho de embarque (labor x folga) em municípios fora da região metropolitana no Estado do Amazonas, conforme a RESOLUÇÃO Nº 6, DE 20 DE SETEMBRO DE 2012 que define diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional técnica de nível médio:

Art. 26 A carga horária mínima de cada curso de Educação Profissional Técnica de Nível Médio é indicada no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, segundo cada habilitação profissional. Parágrafo único. Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o plano de curso técnico de nível médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

Neste caso citado anteriormente, os docentes das disciplinas específicas repassarão o material didático (textos, vídeos, exercícios, atividades etc) ao professor tutor responsável pela EAD para postar em repositórios ou em sala virtual no ambiente Moodle para que os alunos em regime embarcados possam ter acesso e desenvolver suas atividades normalmente, excetuando-se as atividades práticas de laboratório que os mesmos desenvolverão no regresso à escola. Caso haja problemas com internet os estudantes podem baixar o material da sala virtual e realizarem seus estudos durante esse período de afastamento.

Outras mudanças constantes no referido plano referem-se à reorganização da carga horária com definição na matriz curricular das horas destinadas às atividades práticas laboratoriais e eixos estruturantes. Esses eixos seguiram a seguinte lógica de construção: primeiro módulo, eixo estruturante básico, segundo módulo, eixo estruturante das tecnologias, terceiro módulo, eixo das estruturas e quarto módulo, eixo de projetos e planejamento. A razão que motivou a referida proposta é devido à dificuldade

em que os alunos egressos sentem na questão sobre elaboração de projetos e leitura de plantas, inclusive esse ponto foi referendado na última mesa redonda envolvendo o DAINFRA.

Em pesquisa via mesa redonda e café construtivo com os representantes das empresas da construção civil, a comissão responsável pela reformulação curricular debateu entre outros assuntos que o técnico em edificações quando atua no campo e que não dispõe de recursos tecnológicos eventualmente, deve realizar esse trabalho de forma manual e necessita ter o domínio sobre esses assuntos específicos de desenho técnico e arquitetônico. Diretrizes de projetos e edificações passam a fazer parte do currículo e objetiva consolidar esses conhecimentos no último módulo do eixo de projetos e planejamento, visto que o rol de competências do técnico deve estar em consonância com o disposto no Decreto Lei Nº 90.922/85, onde no artigo 4º, parágrafo 1º diz que:

§ 1º - Os técnicos de 2º grau das áreas de Arquitetura e de Engenharia Civil, na modalidade Edificações, poderão projetar e dirigir edificações de até **80m²** de área construída, que não constituam conjuntos residenciais, bem como realizar reformas, desde que não impliquem em estruturas de concreto armado ou metálica, e exercer a atividade de desenhista de sua especialidade.

De igual forma, houve a necessidade de atualização dos conteúdos na disciplina Planejamento e Controle da Construção Civil, a exemplo de orçamento entre outros. Em relação a permanência da disciplina estrutura de madeira houve um cuidado com a questão ambiental evitando assim esse tipo de material, dando preferência a estrutura metálica e de outros materiais com o reaproveitamento da madeira, destacando o aglomerado e laminado de madeira. Quanto a disciplina avaliações e perícias foi substituída por patologia das construções.

A disciplina gestão ambiental foi suprimida enquanto disciplina, no entanto, os conteúdos sobre fontes de poluição: radiação, sonora e por gases; poeira, iluminação, acústica e formas de controle: produção mais limpa foi incluída na disciplina segurança, meio ambiente e saúde e os assuntos sobre geração de resíduos, formas de coletas, tratamento de resíduos e ISO 14001 foram remanejados para a disciplina gestão da qualidade, assim como os

conteúdos sobre sistema urbano foram incluídos na disciplina legislação e ética profissional aplicada a construção civil que agora passa a fazer parte da matriz curricular do referido curso. Ademais, o tema meio ambiente deve envolver tanto os aspectos físicos como também os aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos. A questão ambiental deve transitar por todo o currículo e não ser apenas uma disciplina particular.

Foi inserida a disciplina empreendedorismo no segundo no currículo, visto que a construção civil requer profissionais capacitados, reflexivos e capazes de construir novas ideias para gerar novas soluções.

Na disciplina português instrumental serão trabalhados os conteúdos sobre metodologia do trabalho científico envolvendo: pré-projeto, memorial descritivo e produção de textos. A disciplina estrutura de fundações foi suprimida e o conteúdo sobre noções de fundação ficaram incorporados aos da disciplina de Mecânica dos Solos. Os conteúdos de ética profissional englobam o currículo em face da necessidade premente de ampliar os conhecimentos dos alunos egressos do ensino médio quanto a reflexão crítica sobre ética e cidadania, matéria tão requerida na atualidade. Assim houve inclusão desses conteúdos na disciplina legislação e ética profissional aplicadas a construção civil citada anteriormente e condizentes com o perfil profissional que se pretende formar.

A implementação dessas mudanças torna-se possível porque o Campus Manaus Centro possui condições de contribuir para a formação do cidadão de acordo com as necessidades do mundo do trabalho, visto que possui infraestrutura física no que tange os ambientes de laboratórios, máquinas, equipamentos e materiais didáticos adequados e estrutura pedagógica formada por uma equipe de pessoal constituída de docentes e técnico-administrativos com formação especializada para contribuir com a formação profissional de trabalhadores para atuarem como cidadão pertencente a um país, integrado dignamente a sua sociedade política e que contribuam com o desenvolvimento econômico e social da região.

2.1 HISTÓRICO DO IFAM

Em 2008, o Estado do Amazonas contava com três instituições federais que proporcionavam aos jovens o Ensino Profissional, quais sejam: o Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM), o qual contava com duas Unidades de Ensino Descentralizadas, sendo uma no Distrito Industrial de Manaus e outra no Município de Coari; a Escola Agrotécnica Federal de Manaus e a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira. Cada uma autônoma entre si e com seu próprio percurso histórico, mas todas as instituições de referência de qualidade no ensino.

Com a missão de promover uma educação de excelência por meio do ensino, pesquisa, extensão e inovação tecnológica, e visando à formação do cidadão crítico, autônomo, empreendedor e comprometido com o desenvolvimento social, científico e tecnológico do País, em 29 de dezembro de 2008, o Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, sanciona o Decreto Lei Nº 11.892, criando trinta e oito Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.

No Amazonas, por meio desse Decreto, as três instituições federais supracitadas passaram a compor o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM).

Deste modo em 2009, o IFAM começa sua história sendo composto em sua estrutura organizativa, além da recém-criada Reitoria, por cinco *Campi*, respectivamente correlacionados com as instituições anteriormente já existentes no Estado, e que passaram a ter a denominação de *Campus* Manaus Centro (antigo CEFET-AM), *Campus* Manaus Distrito Industrial (antiga Unidade de Ensino Descentralizada - UNED Manaus), *Campus* Coari (antiga Unidade de Ensino Descentralizado - UNED Coari), *Campus* Manaus Zona Leste (antiga Escola Agrotécnica Federal de Manaus) e *Campus* São Gabriel da Cachoeira (antiga Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira).

A seguir, transcorremos um breve relato das trajetórias históricas dessas Instituições que estão imbricadas na gênese da criação do IFAM.

2.1.1 O Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e suas UNEDS Manaus e Coari

Por meio do Decreto N. 7.566, de 23 de setembro de 1909, foi instituída a **Escola de Aprendizes de Artífices**, no estado no Amazonas, pelo Presidente Nilo Peçanha. Sua instalação oficial ocorreu em 1º de outubro de 1910, na rua Urucará, em um chácara de propriedade da família Afonso de Carvalho. Seu primeiro diretor foi Saturnino Santa Cruz de Oliveira.

Posteriormente, a Escola passou a funcionar, precariamente, no edifício da Penitenciária do Estado. Em seguida, em um prédio de madeira, onde se ergue hoje o mercado da Cachoeirinha, ao fim da ponte Benjamin Constant, na rua Humaitá.

A partir de 1937, a Escola passou a ser denominada **Liceu Industrial de Manaus**, devido à força das modificações introduzidas no então Ministério da Educação e Saúde, em decorrência das diretrizes determinadas no art. 129 da Constituição, de 10 de novembro de 1937.

Em 10 de novembro de 1941, o Liceu Industrial de Manaus vivenciou no Teatro Amazonas, a solenidade de inauguração de suas instalações definitivas com a presença do Presidente da República Getúlio Vargas e do Ministro da Educação e Cultura, Gustavo Capanema. Situado na Avenida Sete de Setembro, foi construída uma estrutura física proposta pelo Governo federal, em conformidade com a reforma educacional do Estado Novo, então imperante, o qual enfatizava, a essa altura, o progresso industrial.

É nesse contexto nacional que, por meio do Decreto Lei Nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942, o Liceu Industrial passou a ser chamado de **Escola Técnica de Manaus**. Alguns anos depois, por meio da Portaria N. 239, de 03 de setembro de 1965, passou a ser denominada **Escola Técnica Federal do Amazonas**.

A expansão da Rede Federal de Educação foi contemplada no Plano de Desenvolvimento da Educação no governo do presidente José Sarney (1985-1990). Por meio da Portaria Nº 67, do Ministério da Educação, de 06 de fevereiro de 1987, foi criada a primeira Unidade de Ensino Descentralizada (UNED) em Manaus, a qual entrou em funcionamento em 1992, localizada na Avenida Danilo Areosa, no Distrito Industrial, em terreno cedido pela

Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), hoje *Campus Manaus Distrito Industrial*.

Nas últimas décadas do século XX, a Escola Técnica Federal do Amazonas era sinônimo de qualidade do ensino profissional para todo o Amazonas. Entretanto, por força de Decreto de 26 de março de 2001, ocorreu sua transformação institucional para **Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas** (CEFET-AM), passando a ofertar, a partir dessa data, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

O projeto de criação e implantação da então Unidade de Ensino Descentralizada de Coari, hoje *campus Coari*, foi o resultado da parceria entre o Ministério da Educação, representado pelo CEFET-AM e a Prefeitura de Coari. No dia 18 de dezembro de 2006, o funcionamento da UNED de Coari foi autorizado mediante a Portaria de Nº 1.970, do Ministério da Educação, iniciando então as obras para a construção da unidade, que funcionou inicialmente em instalações cedidas pela Prefeitura.

2.1.2 A Escola Agrotécnica Federal de Manaus

O IFAM Campus Manaus Zona Leste teve sua origem pelo Decreto Lei Nº. 2.225 de 05/1940, como **Aprendizado Agrícola Rio Branco**, com sede no Estado do Acre. Sua transferência para o Amazonas deveu-se ao Decreto Lei Nº. 9.758, de 05 de setembro 1946, por meio do qual foi elevado à categoria de escola, passando a denominar-se **Escola de Iniciação Agrícola do Amazonas**. Posteriormente, passou a ser chamado Ginásio Agrícola do Amazonas.

Em 12 de maio de 1972, foi elevado à categoria de **Colégio Agrícola do Amazonas**, pelo Decreto Nº. 70.513. Nesse mesmo ano, o Colégio instalou-se no atual endereço. Em 1979, através do Decreto Nº. 83.935, de 04 de setembro, recebeu o nome de **Escola Agrotécnica Federal de Manaus**.

Em 1993, transformou-se em autarquia educacional pela Lei Nº. 8.731, de 16 de novembro de 1993, vinculada ao Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Educação Média e Tecnológica - SEMTEC, nos termos do art. 2º, do anexo I, do Decreto Nº. 2.147, de 14 de fevereiro de 1997.

Em face da Lei Nº 11. 892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de Manaus tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus Manaus Zona Leste**.

2.1.3 A Escola Agrotécnica de São Gabriel da Cachoeira

O Campus São Gabriel da Cachoeira tem sua origem em um processo de idealização que se inicia em 1985, no governo do então Presidente José Sarney, com o *Projeto Calha Norte*, o qual tinha como objetivo impulsionar a presença do aparato governamental na Região Amazônica, com base na estratégia político-militar de ocupação e defesa da fronteira. Esse projeto fez parte das instituições a serem criadas, a partir de 4 de julho de 1986, pelo Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Técnico, implementado pelo governo brasileiro.

Denominada Escola Agrotécnica Marly Sarney, sua construção foi iniciada em 1988, por meio do Convênio Nº 041, celebrado entre a Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira e Ministério da Educação, referente ao Processo Nº 23034.001074/88-41.

No período compreendido entre 1988 a 1993, quando foi concluída a primeira etapa das obras, a estrutura da Escola permaneceu abandonada, servindo apenas de depósito da Secretaria de Obras da Prefeitura de São Gabriel da Cachoeira. Nesse período foram realizadas duas visitas técnicas a fim de se fazer um levantamento da situação da Escola, solicitadas pela Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Em maio de 1993, é realizada a segunda visita técnica à Escola Agrotécnica Marly Sarney, então sob a coordenação do Diretor Geral da Escola Agrotécnica Federal de Manaus, José Lúcio do Nascimento Rabelo, contendo as orientações referentes às obras de reformas para que a Escola começasse a funcionar com a qualidade necessária a sua finalidade.

Em 30 de junho de 1993, o então Presidente Itamar Franco assina a Lei Nº 8.670 que cria a **Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da**

Cachoeira, tendo sua primeira Diretoria *Pro-Tempore*, sendo transformada em autarquia por meio da Lei Nº 8.731, de 16 de novembro de 1993.

O início das atividades escolares ocorreu em 1995, já no Governo de Fernando Henrique Cardoso, com o ingresso da primeira turma do curso de Técnico em Agropecuária.

Em 2008, por meio da Lei Nº 11.892, sancionada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no dia de 29 de dezembro de 2008, a Escola Agrotécnica Federal de São Gabriel da Cachoeira tornou-se Campus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Amazonas – IFAM e passou a denominar-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, **Campus São Gabriel da Cachoeira**.

2.2 O IFAM NA FASE ATUAL

Em um processo que está em constante alteração, no início de 2018, o IFAM já conta com catorze *Campi* e um *Campus* avançado, proporcionando um ensino profissional de qualidade a todas as regiões do Estado do Amazonas. Em Manaus encontram-se os três *Campi* existentes desde sua criação e, os demais estão nos municípios de Coari, Eirunepé, Humaitá, Itacoatiara, Lábrea, Manacapuru, Maués, Parintins, Presidente Figueiredo, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga e Tefé. Além desses *Campi*, o IFAM possui um Centro de Referência localizado no município de Iranduba.

O IFAM proporciona Educação Profissional de qualidade com cursos da Educação Básica até o Ensino Superior de Graduação e Pós-Graduação Lato e Stricto Sensu, servindo à sociedade amazonense e brasileira.

HISTÓRICO DO CAMPUS MANAUS CENTRO

O Campus Manaus Centro do IFAM, conforme exposto anteriormente tem sua origem na Escola de Aprendizes Artífices do Amazonas (EEA-AM) criada em 23.09.1909, pelo Decreto Nº 7.566 e inaugurada em primeiro de outubro de 1910, fazendo parte da política de educação profissional nacional.

Na conjuntura das transformações de ordem econômica, política e social, a partir da década de 1930, suscitaram alterações na organização da rede federal dentre elas, a do Amazonas, que, em 1937, passou a ser designada de Liceu Industrial de Manaus.

No começo da década de 1960, esta IFE iniciou o processo de ampliação de matrículas, criando o curso Técnico de Eletrotécnica, em 1962; em seguida, os cursos de Edificações e Estradas, em 1966.

Com o advento da Zona Franca de Manaus ocorreram mudanças substanciais no plano econômico, político e social que influenciaram na oferta de cursos nesta instituição. Na tentativa de responder às demandas que se estabelecem e geram novas necessidades de qualificação profissional, a instituição intensificou a oferta educacional, criando novos cursos técnicos de nível médio: Eletrônica e Mecânica em 1972; Química em 1973 e Saneamento em 1975.

Na década posterior, destaca-se a implantação do Curso Técnico de Informática Industrial, com o objetivo de formar técnicos de nível médio para o Pólo Industrial de Manaus. A necessidade do referido curso tinha uma importância significativa, pois a produção industrial da Zona Franca de Manaus (ZFM) concentrava-se no setor eletroeletrônico.

Em 2001, esta IFE passa por um novo processo de reestruturação organizacional e pedagógica, em meio às modificações provocadas pela Reforma da Educação Profissional, com a edição do Decreto 2.208/97 e sua transformação em Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas (CEFET-AM).

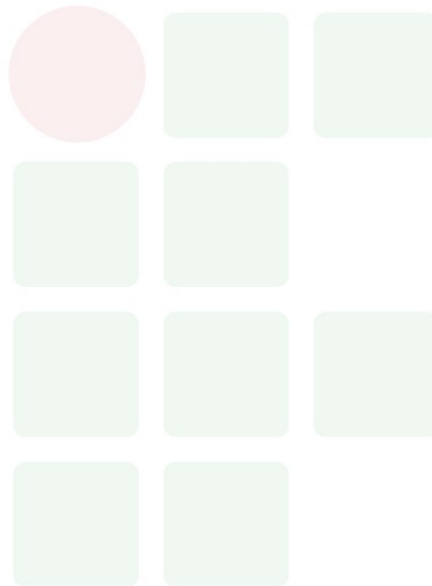
Com a implantação do CEFET-AM, o grande desafio vivenciado pela Instituição foi ofertar um leque de cursos que possibilitasse a Formação Profissional Básica, Ensino Médio, Cursos Técnico, Cursos de Graduação e Pós-Graduação.

Neste contexto de ampliação de seus processos formativos, a então denominada Unidade Sede passou a oferecer seus primeiros cursos de nível superior em Tecnologia: Desenvolvimento de Software e Produção Publicitária. Posteriormente, a instituição passou a oferecer também os cursos de formação de professores para a Educação Básica na Área de Ciências da Natureza e Matemática, por meio dos Cursos de Licenciatura em Ciências Biológicas e Licenciatura em Química.

Nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Art. 5º, inciso IV, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas foi

criado mediante integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e das Escolas Agrotécnicas de Manaus e de São Gabriel da Cachoeira, no âmbito do Sistema Federal de Ensino.

A partir de então, a unidade sede do Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas passou a denominar-se Campus Manaus Centro, que conta atualmente com 02 cursos de engenharia, 4 cursos de licenciatura, 5 cursos de tecnologia, e diversos cursos técnicos presenciais nas formas integrada, na modalidade EJA, subsequente e concomitante no âmbito do Pronatec, além de vários cursos técnicos a distância por meio do Núcleo Tecnológico de Educação a Distância totalizando aproximadamente mais de 3 mil matrículas.



3 OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Formar técnico de nível médio dotado de conhecimentos, saberes e habilidades necessárias ao desempenho de atividades na área de construção civil; bem como auxiliar o engenheiro civil ou arquiteto nas fases de trabalhos relacionadas ao planejamento, projeto, execução, manutenção e reforma de edificações.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Desenvolver e executar projetos de edificações conforme normas técnicas;
- b) Elaborar o orçamento de obras;
- c) Fiscalizar, executar, orientar e coordenar os serviços de construção, instalação e manutenção de uma obra;
- d) Atuar no planejamento e execução dos processos construtivos;
- e) Elaborar relatórios técnicos;
- f) Realizar vistorias, fazendo o controle de qualidade dos materiais e dos sistemas construtivos convencionais e alternativos.

4 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

4.1 PROCESSO SELETIVO

O ingresso nos cursos oferecidos pelo IFAM – *Campus Manaus Centro* ocorrerá por meio de:

I – Processos seletivos públicos classificatórios, com critérios e formas estabelecidas em edital, realizados pela Comissão de Processo Seletivo Acadêmico Institucional – CPSAI, em consonância com as demandas e recomendações apresentadas pela Pró-Reitoria de Ensino;

II – Processos seletivos públicos classificatórios, aderidos pelo IFAM, com critérios e formas estabelecidas pelo Ministério da Educação;

III – apresentação de transferência expedida por outro *campus* do IFAM ou instituição pública de ensino correlata, no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*).

A oferta e fixação do número de vagas do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente observará a análise e avaliação permanente de demanda e dos arranjos produtivos locais e oferta de posto de trabalho.

Os critérios para admissão no curso serão estabelecidos via processo seletivo público, vestibular classificatório, realizado pelo Instituto Federal de EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS, por meio da Comissão Geral de Gestão de Cursos e Exames – CGGCE, aos candidatos concluintes da última série do Ensino Médio. Sendo classificado, o candidato deverá apresentar no ato da matrícula documentação comprobatória de conclusão do curso, certificado do Ensino Médio ou equivalente.

Cada processo de admissão no curso apresentará edital específico, com ampla divulgação, contendo: abrangência do *campus* com referência ao polo territorial, número de vagas, forma curricular integrada, período e local de inscrição, documentação exigida, data, local e horário dos exames, critérios de classificação dos candidatos, divulgação dos selecionados e procedimentos de matrícula, turno de funcionamento e carga horária total do curso.

4.2 TRANSFERÊNCIA

O acesso ao curso poderá, ainda, ser feito por meio de transferência, desde que seja para o mesmo período. A transferência poderá ser expedida por outro *campus* do IFAM (Intercampi) ou instituição pública de ensino correlata (Interinstitucional), no âmbito de curso idêntico ou equivalente, com aceitação facultativa ou obrigatória (*ex officio*), conforme preconiza a Resolução N° 94- CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015.

Ainda em conformidade com a Resolução 94, a matrícula por transferência Intercampi ou Interinstitucional será aceita mediante requerimento de solicitação de vaga, estando condicionada a:

- a) Existência de vaga;
- b) Correlação de estudos com as disciplinas cursadas na Instituição de origem;
- c) Existência de cursos afins;
- d) Adaptações curriculares; e
- e) Após a conclusão do primeiro ano, módulo/período ou semestre letivo.

O requerimento de solicitação de vaga, de acordo com a forma de transferência, encaminhado à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, via protocolo, deverá vir acompanhado de:

- I – documento de identidade do discente;
- II – guia de transferência da escola de origem;
- III – histórico contendo todas as especificações de sua vida acadêmica;
- IV – matriz curricular do curso contendo a carga horária de cada disciplina cursada;
- V – ementário das disciplinas cursadas;
- VI – documento oficial que comprove a remoção ou transferência funcional e cópia do Diário Oficial da União ou Boletim Interno, no caso de transferência *ex officio*;
- VII – comprovação de ser dependente de servidor público federal civil ou militar transferido para municípios onde há *campus* do IFAM, nos casos relacionados ao inciso anterior;
- VIII – declaração de existência de vaga no *campus* pretendido, emitida pelo Diretor Geral do *campus*;

5 PERFIL PROFISSIONAL DE CONCLUSÃO

O Técnico de nível médio em Edificações é o profissional com conhecimentos integrados ao trabalho, à ciência e à tecnologia, habilitado a desempenhar suas atividades de maneira autônoma ou sob a supervisão de profissionais da área tais como engenheiros e arquitetos, interagindo de forma criativa e dinâmica no mundo do trabalho e na sociedade, mediante o desenvolvimento das seguintes atividades:

- Ler, articular e interpretar símbolos e códigos em diferentes linguagens e representações, estabelecendo estratégias de solução e articulando os conhecimentos das várias ciências e outros campos do saber;
- Conhecer as formas contemporâneas de linguagem, com vista ao exercício de cidadania e a preparação básica para o trabalho, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico.
- Desenvolver e executar projetos de edificações conforme normas técnicas de segurança e de acordo com legislação específica;
- Planejar a execução e elaboração de orçamentos de obras;
- Prestar assistência técnica no estudo de desenvolvimento de projetos e pesquisas tecnológicas na área de edificações;
- Compreender os fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática nas diversas áreas do saber;
- Orientar e coordenar a execução de serviços de manutenção de equipamentos e de instalações em edificações;
- Orientar na assistência técnica para compra venda e utilização de produtos e equipamentos especializados.

5.1 POSSIBILIDADES DE ATUAÇÃO

O egresso do curso técnico de nível médio em edificações poderá atuar em empresas públicas ou privadas de construção civil, escritórios de projetos, de construção civil, canteiros de obras e de forma autônoma.

6 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

6.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) compreende a Educação Profissional e Tecnológica em eixos tecnológicos que se articulam com os diferentes níveis e modalidades de educação, perpassando as dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia, no intuito de possibilitar ao educando a construção de diferentes itinerários formativos.

6.1.1 Cidadania

A organização da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, onde se incluem a oferta nas formas Integrada, Subsequente e Concomitante, bem como as modalidades de Educação de Jovens e Adultos – EJA e Educação a Distância, nos documentos legais que a fundamentam pressupõem a viabilidade de uma educação promotora da cidadania, por meio da concepção do homem como ser integral tanto do ponto de vista existencial, quanto histórico-social. Por essa razão, entende-se que a viabilização desses ideais passa inevitavelmente por atuações pedagógicas marcadas pela unidade da teoria e prática, pela interdisciplinaridade/transdisciplinaridade e pelo respeito ao contexto regional de implantação do curso.

As noções de cidadania estão expressas, por exemplo, na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDB (Lei n. 9.394/96) que prevê de modo geral que o educando seja preparado para o trabalho e a cidadania, tornando-se capaz de adaptar-se com flexibilidade às novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento, e para tanto, regulamenta sobre a necessidade de se aprimorar as questões que se relacionam a formação humana e cidadã do educando, estas tomadas em suas dimensões éticas e que estabeleçam conexões com o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, as quais se coadunam com as acepções que delimitam a compreensão do que hoje se fundamenta a Educação Tecnológica, e em especial ao Ensino

Tecnológico no qual o saber, o fazer e o ser se integram, e se tornam objetos permanentes da ação e da reflexão e se constituem em uma forma de ensinar construída por humanos, para humanos, mediada por tecnologia, visando à construção de conhecimento.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – DCNEPTNM (Resolução CNB/CEB Nº 6/2012), no seu artigo quinto observa que a finalidade da Educação Profissional é proporcionar aos estudantes conhecimentos, saberes e competências profissionais demandados pelo exercício profissional e cidadão na perspectiva científica, tecnológica, sócio-histórica e cultural.

O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, incluem-se a esse respeito a forma integrada e a modalidade EJA, também menciona sobre a necessidade de formar por meio da Educação Profissional cidadãos capazes de discernir a realidade social, econômica, política, cultural e do mundo do trabalho e atuar com ética, competência técnica e política para a transformação social visando o bem coletivo.

6.1.2 Formação Politécnica e Omnilateral (Integral e Unitária, Pesquisa Como Princípio Pedagógico, Trabalho Como Princípio Educativo, Trabalho-Ciência-Tecnologia e Cultura)

A formação integral do ser também se apresenta como um dos fundamentos da educação profissional nos documentos legais, entre eles as DCNEPTNM, que defendem que essa integralidade se estende aos valores estéticos, políticos e éticos da educação nacional, priorizando o trabalho como um princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, favorecendo a integração entre educação, ciência, tecnologia e a cultura, as quais deverão ser tomadas como base para a construção da proposta político-pedagógica e de desenvolvimento curricular.

Nesse sentido, intenciona-se superar a histórica dualidade entre formação profissional e formação geral - situação que fica ainda mais latente nos cursos de educação profissional, na forma integrada ao ensino médio e EJA - para isso, a literatura aponta a organização do ensino em torno dos princípios de omnilateralidade e politecnicidade, que consideram o sujeito na sua

integralidade e pretende desenvolver uma concepção unitária na construção do conhecimento nas diversas áreas do saber.

A formação do sujeito omnilateral pressupõe que o ensino seja desenvolvido a partir das categorias trabalho, tecnologia, ciência e cultura, pois essas dimensões representam a existência humana social na sua integralidade. O trabalho não reduzido ao sentido econômico, mantenedor da subsistência e do consumo, mas concebido em seu sentido ontológico, de mediação da relação homem-natureza na conquista da realização humana. A tecnologia, em paralelo, representa o esforço de satisfação das necessidades humanas subjetivas, materiais e sociais através da interferência na natureza. A ciência é indissociável da tecnologia na medida em que teoriza e tematiza a realidade, através de conceitos e métodos legitimados e objetivos. A cultura de maneira geral compreende as representações, comportamentos, valores, que constituem a identidade de um grupo social. (TAVARES et. al. 2016; PACHECO, 2012).

Outro conceito defendido no campo da educação profissional no sentido da educação integral é o de politecnia, que segundo Durães (2009), se identifica plenamente com o conceito de educação tecnológica no seu sentido pleno, como uma formação ampla e integral dos sujeitos, abrangendo os conhecimentos técnicos e de base científica, numa perspectiva social e histórico crítica. Assim a politecnia, como nos diz Ciavatta (2010, p. 94), “exige que se busquem os alicerces do pensamento e da produção da vida [...] de formação humana no seu sentido pleno”.

É nesse sentido, que a educação profissional pode ser desenvolvida com uma educação unitária de formação integral dos sujeitos. Sobre estes pressupostos também se defende que a educação profissional tenha o trabalho como princípio educativo (integrador das dimensões trabalho, tecnologia, ciência e cultura) e a pesquisa como princípio pedagógico. Para tanto, lança-se mão das constituições teóricas de Demo (2005) ao evidenciar como a pesquisa pode se constituir em uma forma de encarar a vida criticamente, cultivando uma consciência crítica e questionadora frente à realidade apresentada. A pesquisa tida dessa forma assume destaque, pois segundo Pacheco (2012), promove a autonomia no estudo e na solução de questões teóricas e

cotidianas, considerando os estudantes como sujeitos de sua história e a tecnologia como beneficiadora também, da qualidade de vida das populações, e não apenas como elaboração de produtos de consumo.

Todos estes pressupostos corroboram com o que o Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio, quando ressalta a necessidade da educação profissional assumir uma identidade de formação integral dos estudantes, visando a superação da dualidade estrutural entre cultura geral e cultura técnica ou formação instrumental para as classes trabalhadoras e formação acadêmica para as elites econômicas.

6.1.3 Interdisciplinaridade, Indissociabilidade entre Teoria e Prática

A LDB pressupõe, neste ímpeto, a importância do educando compreender as fundamentações científico-tecnológicas dos processos produtivos, oportunizando uma experiência de aprendizado onde teoria e prática sejam trabalhadas indissociavelmente para o ensino de cada disciplina, o que também se configura com representatividade nos Institutos Federais, seja nas disciplinas do núcleo básico, politécnico ou tecnológico, uma vez que a estrutura física de tais instituições de ensino se consolidam em ambientes que viabilizam que aulas teóricas sejam realizadas em consonância à prática, o que contribui de maneira salutar com o entendimento de que “[...] a construção do conhecimento ocorre justamente com a interlocução entre teoria e prática, e concordando com Pereira (1999, p. 113) de que a prática é também “[...] espaço de criação e reflexão, em que novos conhecimentos são, constantemente, gerados e modificados (ANDRADE, 2016, p. 29)”.

Sob este prisma, retoma-se o estabelecido na LDB e reforçado nas DCNEPTNM acerca da indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem e associa a vivência da prática profissional como oportunidade de relacionar a teoria à prática pela abordagem das múltiplas dimensões tecnológicas do curso em formação aliada às ciências e às tecnologias correlatas. Assim, se torna oportuno recordar Demo (2005, p. 43) quando diz que “do mesmo modo que uma teoria precisa da prática, para poder

existir e viger, assim toda prática precisa voltar à teoria, para poder renascer”. Portanto, em acordo com o que já aponta a Portaria no.18 PROEN/IFAM de 1 de fevereiro de 2017 e com o objetivo de fomentar de maneira concreta aulas que se revestem de teoria e prática conjuntamente, para este curso será determinado um quantitativo mínimo de 20% da carga horária de cada disciplina para a realização de aulas práticas. Contudo, apesar desta divisão de carga horária entre teoria e prática não há que se pensar em supervalorização de uma em detrimento da outra, ou seja, esta discriminação não deixa recair sobre nenhuma das duas um grau maior ou menor de importância, haja vista a contínua e necessária integração destas para construção do conhecimento que se perpetua em sala de aula.

Além do princípio de indissociabilidade do par teoria-prática busca-se neste curso técnico viabilizar, conforme estabelece as DCNEPTNM arranjos curriculares e práticas pedagógicas alinhadas com a interdisciplinaridade, pois compreende-se que a fragmentação de conhecimentos precisa ser paulatinamente superada, bem como a segmentação da organização curricular, com vistas a atender a compreensão de significados e, novamente a integração entre a teoria e prática. Devendo ser realizada de maneira dinâmica na organização curricular do curso e articular os componentes curriculares com metodologias integradoras e seleção dos conteúdos pertinentes à formação profissional, sem esquecer o exposto quanto ao respeito ao princípio constitucional e legal do pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.

6.1.4 Respeito ao Contexto Regional ao Curso

Neste percurso educativo desenvolvido no espaço de sala de aula e da escola, que contempla a interlocução entre teoria e prática nas diversas áreas do conhecimento, entende-se que todos os núcleos envolvidos neste processo deverão realizar uma articulação com o desenvolvimento socioeconômico-ambiental considerando os arranjos socioprodutivos e as demandas locais, tanto no meio urbano quanto rural, considerando-se a realidade e vivência da população pertencente a esta comunidade, município e região, sobretudo sob o ímpeto de proporcionar transformações sociais, econômicas e culturais a

localidade e reconhecendo as diversidades entre os sujeitos em gênero, raça, cor, garantido o respeito e a igualdade de oportunidades entre todos.

Diante de tantos desafios que aqui se estabelecem, porém, considerando a regulamentação de criação dos Institutos Federais pela Lei nº 11.892/08, a qual objetiva além de expandir a oferta de ensino técnico e tecnológico no país, a oferta de educação de qualidade a todos os brasileiros, assegurar que este curso técnico perseguirá o atendimento das demandas locais fazendo jus ao determinado nas DCNEPTNM sobre a delegação de autonomia para a instituição de ensino para concepção, elaboração, execução, avaliação e revisão do seu projeto político-pedagógico, construído como instrumento de trabalho da comunidade escolar e respeitadas as legislação e normas educacionais vigentes, permite que os professores, gestores e demais envolvidos na elaboração deste estejam atentos às modificações que impactem o prosseguimento das atividades educativas em consonância aos aspectos tidos como fundamentais para a oferta de uma educação de qualidade ou que possam contrariar o que a LDB preconiza para a formação do educando, e em especial ao tripé ensino, pesquisa e extensão que a Rede Federal de Ensino assumiu como perspectivas de formação do estudante.

As DCNEPTNM apontam ainda que a organização curricular dos cursos técnicos de nível médio devem considerar no seu planejamento a vocação regional do local onde o curso será desenvolvido, bem como as tecnologias e avanços dos setores produtivos pertinentes ao curso. Sustenta-se ainda o fortalecimento do regime de colaboração entre os entes federados, visando a melhoria dos indicadores educacionais dos cursos técnicos realizados, além de ressaltar a necessidade de considerar a vocação e a capacidade da instituição ou rede de ensino de viabilizar a proposta pedagógica no atendimento às demandas socioeconômico-ambientais.

Sobre isso o Documento Base para Educação Profissional Técnica de Nível Médio reforça que os cursos propostos devem atentar para não reduzir sua atuação pedagógica ao atendimento das demandas do mercado de trabalho, sem ignorar que os sujeitos que procuram a formação profissional enfrentam as exigências da produção econômica e, conseqüentemente, os

meios de vida. Assim, os cursos devem estar adequados às oportunidades de inserção profissional dos educandos.

Desta forma, e ainda seguindo as orientações das DCNEPTNM o currículo deste curso técnico sinaliza para uma formação que pressupõem o diálogo com os diversos campos do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura, e dos elementos que possibilitem a compreensão e o diálogo das relações sociais de produção e de trabalho, bem como as especificidades históricas nas sociedades contemporâneas, viabilizando recursos para que o futuro profissional possa exercer sua profissão com competência, idoneidade intelectual e tecnológica, autonomia e responsabilidade, orientado por princípios éticos, estéticos e políticos, bem como compromisso com a construção de uma sociedade democrática.

Visa, neste sentido, oportunizar o domínio intelectual das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso, permitindo progressivo desenvolvimento profissional e capacidade de construir novos conhecimentos e desenvolver novas competências profissionais com autonomia intelectual, com o incremento instrumental de cada habilitação, por meio da vivência de diferentes situações práticas de estudo e de trabalho, estas embasadas nas fundamentações de empreendedorismo, cooperativismo, tecnologia da informação, legislação trabalhista, ética profissional, gestão ambiental, segurança do trabalho, gestão da inovação e iniciação científica, gestão de pessoas e gestão da qualidade social e ambiental do trabalho.

6.2 ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

A concepção metodológica trabalhada neste Projeto Pedagógico de Curso está consubstanciada na perspectiva de uma educação dialética onde o foco do currículo é a prática social, ou seja, a compreensão da realidade onde o discente está inserido e tem as condições necessárias para nela, intervir através das experiências realizadas na escola.

O conhecimento deve contribuir para a conquista dos direitos da cidadania, para a continuidade dos estudos e para a preparação para o trabalho. Cabe ao docente auxiliar o educando a entender esse processo e se posicionar diante da realidade vislumbrada, relacionando com os conteúdos

propostos. A esse respeito VASCONCELOS (1992, p.02) enfatiza que:

O conhecimento é construído pelo sujeito na sua relação com os outros e com o mundo. Isto significa que o conteúdo que o professor apresenta precisa ser trabalhado, refletido, reelaborado, pelo aluno, para se constituir em conhecimento dele. Caso contrário, o educando não aprende, podendo, quando muito, apresentar um comportamento condicionado, baseado na memória superficial.

Nesta perspectiva a metodologia dialética compreende o homem como ser ativo e de relações. Os métodos de ensino partem de uma relação direta com a experiência do discente, confrontada com o saber trazido de fora. Portanto, os sujeitos envolvidos no processo devem ter a percepção do que é inerente à escola, aproveitando a bagagem cultural dos discentes nos mais diversos aspectos que os envolvem. Conforme FREIRE (2002, p. 15).

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária. (...) discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. Por que não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e dos córregos e os baixos níveis de bem-estar das populações (...)

Na elaboração dos Planos de Ensino é fundamental observar o perfil dos discentes, suas características, e, sobretudo suas especificidades visto que são alunos trabalhadores, pais de família, exercem atividades autônomas e realizam outros cursos fora da educação profissional. Enfim possuem experiências e conhecimentos relacionados com os fundamentos do trabalho.

Em relação a organização curricular dos cursos técnicos por núcleos (básico, tecnológico e politécnico) em todas as suas modalidades e formas (Resolução CNE nº06/2012), já apresentados nos princípios pedagógicos deste PPC, não serão constituídos como blocos distintos, mas articulados entre si, perpassando por todo currículo, considerando as dimensões integradoras: trabalho, ciência e tecnologia, em consonância com o eixo tecnológico e o perfil profissional do egresso.

Os Projetos Pedagógicos dos Cursos deverão prever atividades, preferencialmente, de modo transversal, sobre metodologia e orientação para

elaboração de projetos, relatórios, produção e interpretação textual, elaboração de currículo profissional, relações pessoais no ambiente de trabalho.

Outras formas de integração poderão ocorrer por meio de: atividades complementares, visitas técnicas, estágio supervisionado, Trabalho de Conclusão de Curso, projetos de pesquisa, Projetos de Extensão, Práticas de Laboratório, dentre outras que facilitam essa aproximação entre essas dimensões integradoras do currículo.

Abre-se aqui um parêntese para enfatizar o método de estudo de caso, visto que é um instrumento pedagógico consolidado na educação profissional técnica e tecnológica no IFAM. Conforme Robert Yin (2001, p. 32) o estudo de caso é:

Uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Enfim, trata-se de uma metodologia que promove o engajamento dos alunos e docentes em objetivos comuns, articulando teoria e prática e possibilitando a prática pedagógica interdisciplinar como requisito básico ao tripé ensino, pesquisa e extensão.

O aluno enquanto coparticipante do processo desenvolverá suas habilidades voltadas para o perfil do curso, estando apto a assumir responsabilidades, planejar, interagir no contexto social em que vive e propor soluções viáveis à problemática trabalhada. Assim ambos trabalharão com o planejamento, elaboração de hipóteses e solução para os problemas constatados.

Desta forma a prática pedagógica interdisciplinar é uma nova atitude diante da questão do conhecimento, de abertura à compreensão e interlocução entre vários aspectos do ato de aprender visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular. Possibilita ao aluno observar o mesmo conteúdo sob enfoques de diferentes olhares das disciplinas envolvidas. De acordo com, Luck (1994, p. 64):

A interdisciplinaridade é o processo de integração e engajamento de educadores, num trabalho conjunto, de interação das disciplinas do currículo escolar entre si e com a realidade, de modo a superar a fragmentação do ensino, objetivando a formação integral dos alunos,

a fim de que exerçam a cidadania, mediante uma visão global de mundo e com capacidade para enfrentar os problemas complexos, amplos e globais da realidade.

Portanto, o método de problematização resultará na aproximação dos alunos, por meio das atividades práticas e do pensamento reflexivo da realidade social em que vivem por meio de temas/problemas advindo do cotidiano ou de relevância social.

Há que se levar em consideração também diferentes técnicas de pesquisa, desde análise documental, entrevistas, questionários, etc.. Em sala de aula podem ser utilizados para criar situações reais ou simuladas, em que os estudantes aplicam teorias, instrumentos de análises e solução de problemas, seja para resolver uma dificuldade ou chegar a uma decisão conjunta com fins de aprendizagem.

Para que os alunos possam dominar minimamente o conjunto de conceitos, técnicas e tecnologias envolvidas na área é preciso estabelecer uma forte relação entre teoria e prática, incentivar a participação dos alunos em eventos (oficinas, seminários, congressos, feiras, etc), criar projetos interdisciplinares, realizar visitas técnicas, entre outros instrumentos que ajudem no processo de apreensão do conhecimento discutido em sala de aula.

A partir dessa visão, o processo de formação do técnico de nível médio do IFAM ensejará uma estrutura a partir dos seguintes eixos teórico-metodológicos:

- Integração entre teoria e prática desde o início do curso;
- Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como elementos indissociados e fundamentais à sua formação;
- Articulação horizontal e vertical do currículo para integração e aprofundamento dos componentes curriculares necessários à formação do técnico de nível médio.
- Articulação com o mundo do trabalho nas ações pedagógicas;

Portanto, para o alcance desse propósito, faz-se necessário a promoção de reuniões mensais ou, no limite, bimestrais, entre os docentes com a perspectiva de realização de planejamento interdisciplinar e participativo entre os componentes curriculares e disciplinas constantes nos PPCs, com a participação dos representantes discentes na elaboração de eixos temáticos do

contexto social em que o campus se situa.

Conforme disposto no parágrafo único do Art. 26 da Resolução N° 06, de 20 de setembro de 2012, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Respeitados os mínimos previstos de duração e carga horária total, o Projeto Pedagógico de Curso Técnico de Nível Médio pode prever atividades não presenciais, até 20% (vinte por cento) da carga horária diária do curso, desde que haja suporte tecnológico e seja garantido o atendimento por docentes e tutores.

6.2.1 Estratégias para Desenvolvimento de Atividades não Presenciais

Até 20% da carga horária mínima do curso, o que não inclui estágio, as atividades relativas às práticas profissionais ou trabalhos de conclusão de curso, poderá ser executada por meio da modalidade de educação a distância, sempre que o Campus não utilizar períodos excepcionais ao turno do curso para a integralização de carga horária.

A carga horária em EAD se constituirá de atividades a serem programadas pelo professor de cada disciplina na modalidade. Sua aplicação se dará pelo uso de estratégias específicas, como a utilização do Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem (AVEA) que poderá ser ministrada na disciplina de Introdução ao Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem quando sinalizado no Projeto Pedagógico de Curso que haverá alguma disciplina ministrada em EaD. Por meio dele serão viabilizadas atividades de ensino e aprendizagem, acesso a materiais pedagógicos, ferramentas assíncronas e síncronas, mídias educacionais, além de ferramentas de comunicação que propiciem as inter-relações sociais.

Portanto, o AVEA auxiliará no desenvolvimento das atividades curriculares e de apoio, como fórum, *chats*, envio de tarefa, glossário, quiz, atividade off-line, vídeo, etc. Será também uma plataforma de interação e de controle da efetividade de estudos dos alunos, com ferramentas ou estratégias como estas a seguir descritas:

- **Fórum:** tópico de discussão coletiva com assunto relevante para a compreensão de temas tratados e que permite a análise crítica dos conteúdos e sua aplicação.

- **Chat:** ferramenta usada para apresentação de questionamentos e instruções online, em períodos previamente agendados.
- **Quiz:** exercício com questões que apresentam respostas de múltipla escolha.
- **Tarefas de aplicação:** Atividades de elaboração de textos, respostas a questionários, relatórios técnicos, ensaios, estudos de caso e outras formas de desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.
- **Atividade off-line:** avaliações ou atividades realizadas fora do AVA, em atendimento a orientações apresentadas pelo professor, para o cumprimento da carga horária em EAD.
- **Teleaulas:** aulas gravadas ou transmitidas ao vivo, inclusive em sistemas de parceria com outros Campus ou Instituições, em atendimento à carga horária parcial das disciplinas.
- Outras estratégias, ferramentas ou propostas a serem apresentadas pelos Professores.

O professor é o responsável pela orientação efetiva dos alunos nas atividades em EaD, em especial as que se fazem no AVEA e a equipe diretiva de ensino, é a responsável pelo acompanhamento e instrução da execução integral das disciplinas e demais componentes curriculares. A disciplina a ser ofertada por meio da modalidade EaD será desenvolvida impreterivelmente por meio de ferramentas de comunicação disponibilizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem Institucional, e por meio de material didático elaborado para os encontros presenciais. A disciplina Informática Básica, poderá ser ministrada visto que no programa de disciplina contempla os assuntos sobre redes sociais (AVA-Moodle).

Os planos de ensino e os planos de atividades em EaD devem ser apresentados à equipe diretiva e alunos no início de cada período letivo e sempre antes de sua aplicação, para a melhoria do planejamento e integração entre os envolvidos no processo educacional. Orientações complementares para tanto devem ser apresentadas pela equipe geral de ensino do *Campus* Manaus Centro.

6.3 MATRIZ CURRICULAR

As matrizes curriculares dos cursos devem ser orientadas pela concepção do Eixo Tecnológico e de Eixos Articuladores/Integradores do currículo (o trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura).

O quadro 3 apresenta a estrutura e as disciplinas que compõe o Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente, bem como suas respectivas cargas horárias:

- a) Presencial com carga horária separadas em **Teórica e Prática**.
- b) A distância com a utilização de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (**AVA**).
- c) **Semanal** com o total de hora-aula na semana.
- d) **Semestral** o total da carga horária de toda a disciplina naquele semestre/módulo.
- e) **Total** de carga horária de toda a disciplina ao longo do curso.

O Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente tem sua organização curricular fundamentada nas orientações legais presentes na Lei nº 9.394/96, alterada pela Lei nº 11.741/2008, nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no Decreto nº 5.154/04, bem como nos princípios e diretrizes definidos no Projeto Político Pedagógico do IFAM.

Conforme o Artigo 4º, § 1º do Decreto nº 5.154/04, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será desenvolvida de forma articulada com o Ensino Médio, sendo a Forma Subsequente uma das possibilidades dessa articulação. Esta forma de oferta é destinada aos que já tenham concluído o Ensino Médio, e seu planejamento, deverá conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio.

Os Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM estão organizados, também, por Eixos Tecnológicos constantes do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos – CNCT/3ª Edição, aprovado pela Resolução CNE/CEB Nº. 01 de 5/12/2014, com base no Parecer CNE/CEB Nº. 08/2014 e Resolução CNE Nº. 06/2012 que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM.

Desta maneira, o Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente está amparado nas seguintes legislações em vigor:

- LDBEN N.º 9.394 de 20/12/1996 (Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional);
- DECRETO N.º 5.154 de 23/7/2004 (Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 39 de 8/12/2004 (Aplicação do decreto 5.154/2004);
- LEI N.º 11.741, de 16/7/2008 (Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica);
- LEI N.º 11.788, de 25/9/2008 (Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis n.ºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória n.º 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências);
- LEI N.º 11.892, de 29/12/2008 (Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências);
- PARECER CNE/CEB N.º 11/2012 de 9/5/2012 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 6 de 20/9/2012 (Definem Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio);
- PARECER CNE/CEB N.º 8, de 9/10/2014 e RESOLUÇÃO CNE/CEB N.º 1, de 5/12/2014 (Atualiza e define novos critérios para a composição do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, disciplinando e orientando os sistemas de ensino e as instituições públicas e privadas de Educação Profissional e Tecnológica quanto à oferta de cursos técnicos de nível médio em caráter experimental, observando o disposto no art. 81 da Lei nº 9.394/96 (LDB) e nos termos do art. 19 da Resolução CNE/CEB nº 6/2012);

- RESOLUÇÃO Nº. 94 - CONSUP/IFAM, de 23/12/2015 (Altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM).

Com base nos dispositivos legais, a organização curricular dos Cursos Técnicos de Nível Médio do IFAM prever a articulação da Educação Básica com a Educação Profissional e Tecnológica, na perspectiva da integração entre saberes específicos para a produção do conhecimento e a intervenção social. De igual forma, prima pela indissociabilidade entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem, a ser verificada, principalmente, por meio do desenvolvimento de prática profissional.

Na perspectiva da construção curricular por eixo tecnológico, a estrutura curricular do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma subsequente, contempla o Núcleo Tecnológico, assim organizado:

I. Núcleo Tecnológico (espaço da organização curricular destinado aos componentes curriculares que tratam dos conhecimentos e habilidades inerentes à educação técnica, constituindo-se basicamente a partir dos componentes curriculares específicos da formação técnica, identificados a partir do perfil do egresso que instrumentalizam: domínios intelectuais das tecnologias pertinentes ao eixo tecnológico do curso; fundamentos instrumentais de cada habilitação; e fundamentos que contemplam as atribuições funcionais previstas nas legislações específicas referentes à formação profissional).

Trata-se de uma concepção curricular que favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras e articula o conceito de trabalho, ciência, tecnologia e cultura, à medida que os eixos tecnológicos se constituem de agrupamentos dos fundamentos científicos comuns, de intervenções na natureza, de processos produtivos e culturais, além de aplicações científicas às atividades humanas.

A proposta pedagógica do curso está organizada por núcleos que favorecem a prática da interdisciplinaridade, apontando para o reconhecimento da necessidade de uma Educação Profissional e Tecnológica integradora de conhecimentos científicos e experiências e saberes advindos do mundo do

trabalho, e possibilitando, assim, a construção do pensamento tecnológico crítico e a capacidade de intervir em situações concretas.

Essa proposta possibilita a integração entre teoria e prática profissional, a realização de atividades interdisciplinares, assim como favorece a unidade dos projetos de cursos em todo o IFAM, concernente a conhecimentos científicos e tecnológicos, propostas metodológicas, tempos e espaços de formação.

6.4 CARGA HORÁRIA DO CURSO

Para integralizar o Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente, conforme Parecer CNE/CEB n.º 05 de 04/05/2011, Resolução CNE/CEB n.º 02 de 30/01/2012 e Resolução CNE/CEB n.º 06/2012, o aluno deverá cursar o total da carga horária do curso, assim distribuídas:

Carga Horária da Formação Profissional	1340h
Carga Horária de Atividades Complementares	60h
Carga Horária do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto	300h
Carga Horária Total	1700h

Quadro 1- Matriz Curricular

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS – IFAM Campus Manaus Centro									
EIXO TECNOLÓGICO: INFRAESTRUTURA CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES									
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2018		FORMA DE OFERTA: SUBSEQUENTE		REGIME: SEMESTRAL					
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	MÓDULOS	COMPONENTES CURRICULARES/DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA (h)						
			Presencial		A Distância	Semanal	Semestral		
			Teórica	Prática	AVA				
LDB 9.394/96 aos dispositivos da Lei Nº 11.741/2008 DCN Gerais para Educação Básica Resolução CNE/CEB nº4/2010 DCN Educação Profissional Técnica de Nível Médio Resolução CNE/CEB Nº 6/2012 Resolução Nº 94/2015 CONSUP/IFAM Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do IFAM Catálogo Nacional de Cursos Técnicos Resolução CNE/CEB Nº 4/2012 Lei do Estágio Nº 11.788/2008 Resolução Nº 96/2015 CONSUP/IFAM Regulamento do Estágio Profissional Supervisionado do IFAM	EIXO ARTICULADOR: TRABALHO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E CULTURA	MÓDULO I	Desenho Técnico	20	40	00	03	60	
		Física Aplicada	30	10	00	02	40		
		Matemática Aplicada	32	08	00	02	40		
		Português Instrumental	48	12	00	03	60		
		Informática Básica	10	30	00	02	40		
		Materiais de Construção	40	40	00	04	80		
		SUBTOTAL			180	140	00	16	320
		MÓDULO II	Desenho Arquitetônico	20	40	00	03	60	
		Topografia	30	30	00	03	60		
		Resistência dos Materiais	48	12	00	03	60		
		Mecânica dos Solos	30	30	00	03	60		
		Tecnologia do Concreto	20	20	00	02	40		
		Empreendedorismo	30	10	00	02	40		
		SUBTOTAL			178	142	00	16	320
		MÓDULO III	Instalações Hidro- Sanitárias	40	20	00	03	60	
		Instalações Elétricas	30	10	00	02	40		
		Avaliações e Perícias	30	10	00	02	40		
		Estrutura Metálica e Madeira	48	12	00	03	60		
		Estrutura de Concreto	48	12	00	03	60		
		Tecnologia da Construção Civil	40	20	00	03	60		
		SUBTOTAL			236	84	00	16	320
		MÓDULO IV	Projetos em CAD	40	40	00	04	80	
		Diretrizes de Projetos em Edificações	48	12	00	03	60		
		Segurança, Meio Ambiente e Saúde	32	08	00	02	40		
		Gestão da Qualidade na Construção Civil	32	08	00	02	40		
		Patologia das Construções	32	08	00	02	40		
		Planejamento e Controle da Construção Civil	64	16	00	04	80		
		Legislação e Ética Profissional Aplicadas a Construção Civil	32	08	00	02	40		
SUBTOTAL			280	100	00	19	380		
EAD	ATIVIDADES EM EAD (*)	00	00	16	04	16			
TOTAL CARGA HORÁRIA PROFISSIONAL		1340h							
ATIVIDADES COMPLEMENTARES		60h							
ESTÁGIO PROFISSIONAL SUPERVISIONADO/PCCT		300h							
TOTAL		1700h							

(*) Atividades em Educação a Distância- EAD: destinadas aos alunos que comprovem por meio de documentação o regime de trabalho de embarque (labor x folga) em municípios fora da região metropolitana no Estado do Amazonas.

6.5 Representação gráfica do Perfil de formação

O curso técnico de nível médio em edificações, na forma subsequente, está organizada em 4 módulos, conforme o perfil de formação do curso, mediante a seguinte distribuição de disciplinas de cada semestre/módulo.

Figura 3 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações

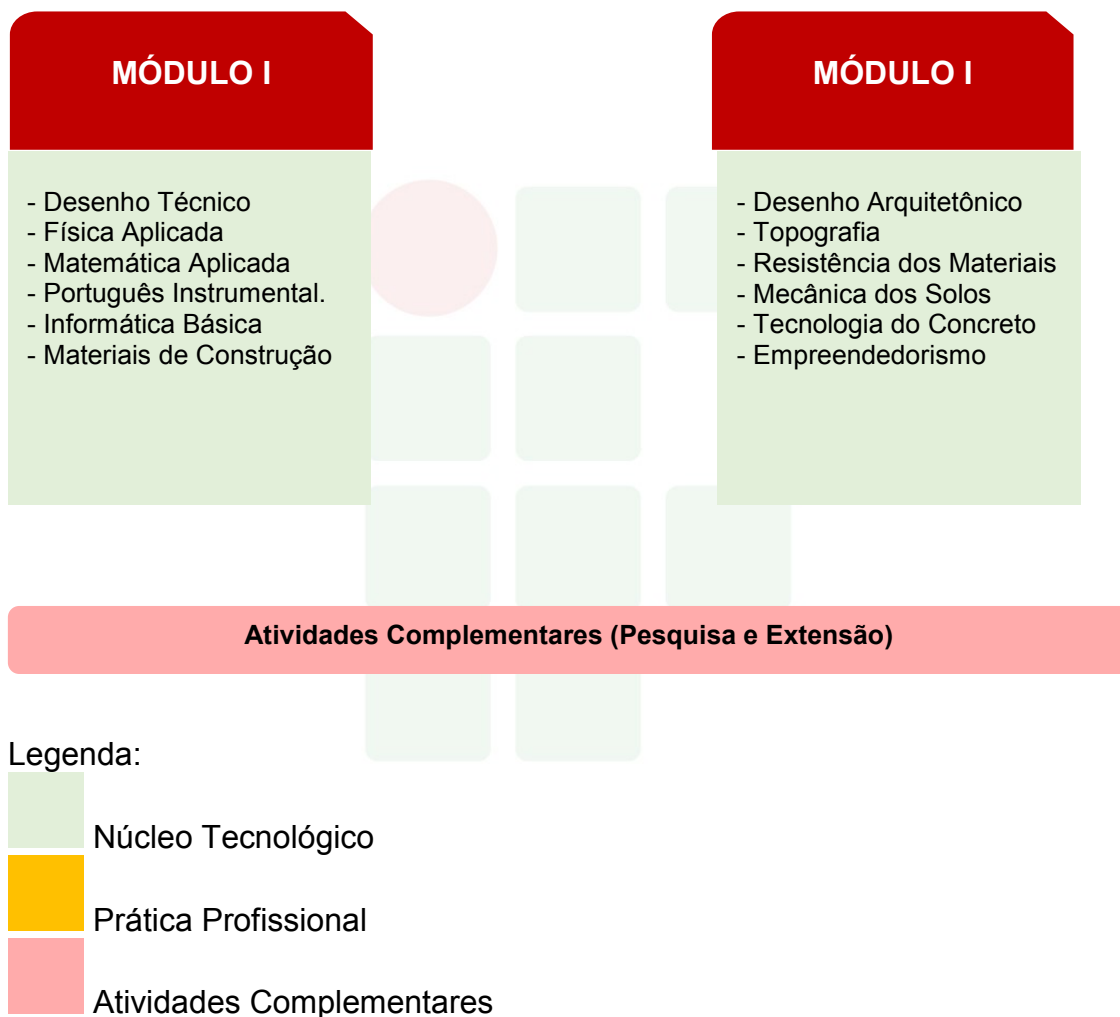
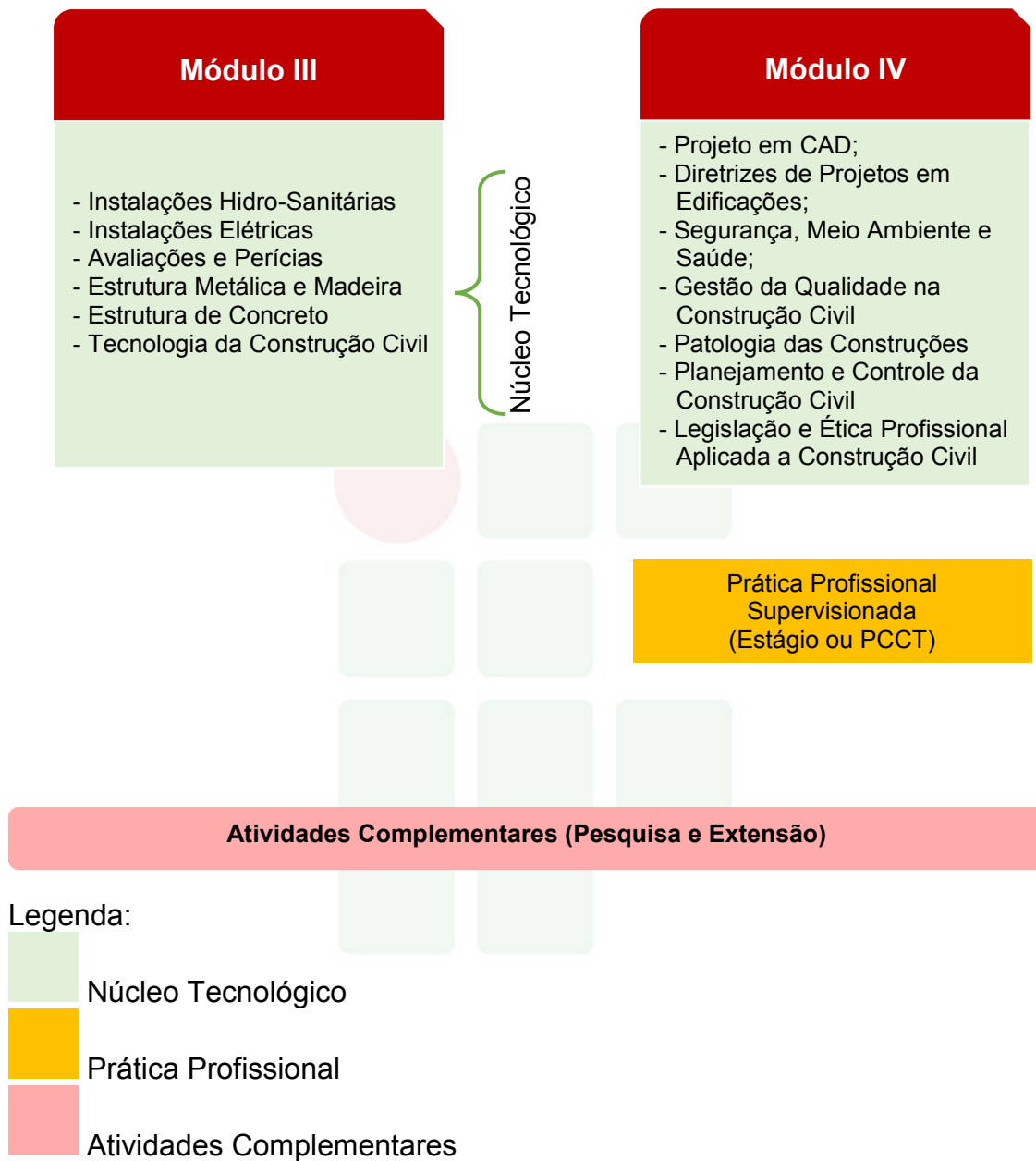


Figura 4 – Representação Gráfica do Perfil de Formação do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações



6.6 EMENTÁRIO DO CURSO

A ementa caracteriza-se por uma descrição discursiva que resume o conteúdo conceitual ou conceitual/procedimental de uma disciplina.

Para um melhor entendimento das ementas das disciplinas do curso, segue as especificações das legendas:

- a) CH Semanal: Carga Horária Semanal
- b) CH Total: Carga Horária Total da Disciplina anual
- c) Tec: Núcleo Tecnológico

EMENTAS

Curso Técnico de Nível Médio em Edificações

Quadro 1- Ementário

DISCIPLINA	Semestre	CH Semanal	CH Total	Núcleo
Desenho Técnico	1º	3	60	Tec
EMENTA: Generalidades; Desenho Projetivo; Perspectiva isométrica; Vistas ortogonais; Escalas; Desenho Arquitetônico; Planta Baixa; Fachadas.				
Física Aplicada	1º	2	40	Bas
EMENTA: Estática do ponto material e do corpo extenso, momento de uma força, pressão, densidade, teoremas de stevin, pascal e arquimedes; corrente elétrica; tensão elétrica; potência elétrica; resistores; efeito joule; associação em série; associação em paralelo; associação mista; lei de ohm.				
Matemática Aplicada	1º	2	40	Bas
EMENTA: Operações com números decimais; Sistemas de unidades de medidas; Conversões de métricas; Cálculo de áreas e volumes sólidos; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Potenciação; Equação do 1º. e 2º. grau; Ângulos; Relações Métricas no Triângulo retângulo; Trigonometria; Projeção de vetores; Noções de derivadas e integrais.				
Português Instrumental	1º	3	60	Bas
EMENTA: Conceituação: caracterização, componentes e funções da comunicação oral e escrita. Elementos coesivos na estruturação do parágrafo. Composição de textos técnicos e comerciais. Conceituação, estruturação e produção de projetos acadêmicos diferenciados.				
Informática Básica	1º	2	40	Bas
EMENTA:				

Introdução à informática; iniciando o Word; iniciando o Excel – planilha eletrônica; utilizando o Power point. Plataforma Moodle.				
Materiais de Construção	1º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à cadeira de materiais de construção: rochas, agregados e ensaios, pastas e argamassas e ensaios, concreto simples ou hidráulico e ensaios, aditivos, materiais cerâmicos e ensaios, madeiras e ensaios, tintas e vernizes, plásticos e borrachas, materiais metálicos, vidros, materiais betuminosos e impermeabilizantes, materiais isolantes, térmicos e acústicos.</p>				
Desenho Arquitetônico	2º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações elétricas: Esquema geral em planta – baixa – simbologia; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações telefônicas: Esquema geral em planta – baixa – simbologia; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações sanitárias; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações Hidráulicas: Esquema Geral em planta – baixa, Esquema vertical – cortes, Esquema isométrico. Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de estruturas</p>				
Topografia	2º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução a topografia, conceitos e definições; Introdução a planimetria; Cálculo de rumos e azimutes, levantamento de uma poligonal fechada através de ângulos internos e externos; Introdução a altimetria; Nivelamento geométrico composto, levantamento trigonométrico, cálculo de cotas; Interpretação de curvas de nível.</p>				
Resistência dos Materiais	2º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Cargas. Tensões e Deformações. Análise de tensões. Solicitações simples. Tração, compressão, cisalhamento, torção e flexão. Flambagem.</p>				
Mecânica dos Solos	2º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Aplicação da mecânica dos solos; Origem e formação dos solos; Propriedades e índices físicos; Estrutura dos solos; Planejamento do Estudo Geotécnico; Tipos de Estruturas; Condições Geológicas da Área; Programas de Investigação do Subsolo; (Etapas de investigação; Custos de investigação; Sondagem), Plasticidade e consistência dos solos; Fenômenos de Capilaridade; Permeabilidade do solo; Classificação dos solos; Compressibilidade do Solo, Ensaios de laboratórios. Noções de fundação.</p>				
Tecnologia do Concreto	2º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Química dos Aglomerantes, Cimento: Composição Química, Hidratação do Cimento; Fabricação, Adições Mineraias. Tipos e classes de Cimento e suas Propriedades. Propriedades dos agregados. Aditivos. Resistência do Concreto. Durabilidade do Concreto. Dosagem do Concreto. Preparo do Concreto. Resistência a Compressão do Concreto Controle de Aceitação e Controle de Produção.</p>				
Empreendedorismo	2º	2	40	Bas
<p>EMENTA:</p> <p>Definições. Fases do processo empreendedor. O que ocorre na prática (Brasil x</p>				

Mundo). Identificar e avaliar oportunidades.				
Instalações Hidro-Sanitárias	3º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Instalações prediais de água fria ,Instalações prediais de esgoto sanitário . Instalação predial de águas pluviais. Projeto. Tratamento esgoto fossa, filtro e sumidouro. Introdução de combate incêndio.</p>				
Instalações Elétricas	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Conceitos básicos; Noções de procedimento para elaboração de projetos; Simbologia, Divisão de circuitos; Manuseio de tabela; Proteção de circuitos; Chaves disjuntores e interruptores; Luminotécnica; Tipos de lâmpadas; Instalações elétricas práticas; Planta baixa leitura; Diagrama unifilar; Orçamento; Ligação de lâmpadas e tomadas; Prática.</p>				
Avaliações e Perícias	3º	2	40	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução à engenharia de avaliações e perícias; Estrutura da avaliação; Tópicos básicos de matemática financeira; Avaliação de imóveis urbanos; Método Comparativo de Dados de Mercado e Método da Reprodução de Custos; Avaliações Especiais; Perícias na engenharia civil; Perícias em locais de Incêndio; Estudos de casos.</p>				
Estrutura Metálica e Madeira	3º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução ao estudo das estruturas metálicas. Conhecimento básico da normatização para os processos de dimensionamento e fabricação das estruturas. Noções básicas de dimensionamento de peças simples a compressão e a tração. Introdução ao estudo das estruturas de madeira. Conhecimento básico da normatização para os processos de dimensionamento e fabricação das estruturas. Noções básicas de dimensionamento de peças simples a compressão e a tração.</p>				
Estrutura de Concreto	3º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Introdução ao estudo das estruturas de concreto armado. Conceitos fundamentais e Normas para o dimensionamento de peças de concreto armado. Características e propriedades do concreto e do aço. Cargas que atuam nas estruturas. Critérios de qualidade e durabilidade das estruturas de concreto. Lançamento estrutural; Definições teórico dos vãos; Interpretar e desenhar peças de concreto armado; Desenvolver estudos preliminares de peças de concreto armado, Dimensionar pequenas peças estruturais (laje, viga e pilar).</p>				
Tecnologia da Construção Civil	3º	3	60	Tec
<p>EMENTA:</p> <p>Estudos preliminares da construção civil. Plano Diretor do Município, Código de Obras do Município, Serviços Preliminares, Movimentação de terra, Fundações, Estruturas, Vedações, Esquadrias, Cobertura, Vidros, Circulação vertical, Instalações Prediais, Revestimentos de tetos, parede e piso, Pavimentação, Pintura, Impermeabilizações. Novas tecnologias. Acessibilidade.</p>				
Projeto em CAD	4º	4	80	Tec

<p>EMENTA: Detalhe de fossa e Sumidouro; Instalações Hidráulicas e Sanitárias; Detalhamento de Água fria; Instalações Elétricas; Instalações Telefônicas; Desenho de peça mecânica; Desenho de Vistas de peça mecânica; Desenho de Vista Isométrica; Detalhamento de elementos estruturais; Modelagem em 3D; Escalas; Cotagem; Preparando desenho para plotagem e Desenho em Layout. Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações elétricas: Esquema geral em planta – baixa – simbologia; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações telefônicas: Esquema geral em planta – baixa – simbologia; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações sanitárias; Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de instalações Hidraulicas: Esquema Geral em planta – baixa, Esquema vertical – cortes, Esquema isométrico. Aplicativo das ferramentas do AUTCAD em projetos de estruturas.</p>				
Diretrizes de Projetos em Edificações	4º	3	60	Tec
<p>EMENTA: Concepção de projeto arquitetônico residencial de edificações de pequeno porte, compreendendo partido arquitetônico, estudo preliminar, anteprojeto, estudo de interior e tratamento paisagístico. Ênfase na resolução integrada dos espaços estáticos, simbólicos, construtivos, ambientais e funcionais e no espaço conceitual do projeto. Leitura e interpretação de projetos residenciais através da percepção do espaço construído e sua relação com o entorno. Discussão da relação forma-espaço com produção dos primeiros ensaios propositivos. Aplicação da legislação do código de edificações e da acessibilidade universal ao meio físico.</p>				
Segurança, Meio Ambiente e Saúde	4º	2	40	Bas
<p>EMENTA: Legislação e Normas: Noções básicas de Anatomia e Fisiologia; Acidentes como evitá-los; Atos inseguros; Doenças provocadas por acidente de trabalho. OHSAS – 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) Noções e aplicações; conceitos de confiabilidade humana, erro, falha humana e acidente; tipos de erro; hígienes do trabalho, ocupacional e industrial e seus objetivos; plano de higiene do trabalho; responsabilidades do empregador e do empregado; Programas de Segurança; Normas Regulamentadoras (NR's); Noções de NR-3 Embargo ou Interdição. Fontes de Poluição e formas de controle.</p>				
Gestão da Qualidade na Construção Civil	4º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Sistema de gestão da qualidade. Ferramentas da Qualidade. .PBQPh. Implantação e manutenção de sistemas de Gestão de Qualidade baseado na NBR ISO9001 e referencial normativo: SIAC/PBQPh. Noções de Sistema de Gestão a Ambiental, ISO 14000</p>				
Patologia das Construções	4º	2	40	Tec
<p>EMENTA: Introdução à Engenharia Diagnóstica: Patologia, inspeção e diagnóstico; Patologias das Estruturas de Concreto Armado; Patologias das Fundações; Patologias das Alvenarias; Patologia de Pinturas não Industriais; Patologia de Impermeabilização; Patologia das Instalações Hidráulico – Sanitárias ; Patologia de revestimentos em argamassa inorgânica e placas cerâmicas.</p>				
Planejamento e Controle da Construção Civil	4º	4	80	Tec
<p>EMENTA:</p>				

Conceitos de Planejamento e Controle; Especificações e memorial descritivo. Licitações. Leitura de projetos. Orçamentos: levantamentos de quantitativos; composição de custos; preço de venda. Planejamento de obra: determinação de prazos; cronograma físico e financeiro. Noções de gerenciamento.

Legislação e Ética Profissional Aplicadas a Construção Civil	4º	2	40	Tec
--	----	---	----	-----

EMENTA:

Ética cidadania e trabalho. Ética profissional na área da construção civil. Sistema CONFEA/CREA. Responsabilidade civil e técnica do profissional da Construção Civil. Código de defesa do consumidor. Consolidação da lei do trabalho - CLT. Licitações e Contratos. Plano Diretor. Código de obras. Política e Legislação Ambiental.

6.7 PRÁTICA PROFISSIONAL

A Prática Profissional é compreendida como um elemento que compõe o currículo e se caracteriza como uma atividade de integração entre o ensino, a pesquisa e a extensão constituído por meio de ação articuladora de uma formação integral de sujeitos para atuar em uma sociedade em constantes mudanças e desafios.

Conforme a Resolução CNE/CEB N° 6 de 20 de setembro de 2012 em seu artigo 21, a prática profissional, prevista na organização curricular do curso, deve estar continuamente relacionada aos seus fundamentos científicos e tecnológicos, orientada pela pesquisa como princípio pedagógico que possibilita ao educando enfrentar o desafio do desenvolvimento da aprendizagem permanente, integra as cargas horárias mínimas de cada habilitação profissional de técnico e correspondentes etapas de qualificação e de Especialização Profissional Técnica de Nível Médio.

Esta mesma resolução define no inciso 1º do artigo 21 que a prática na Educação Profissional compreende diferentes situações de vivência, aprendizagem e trabalho, como experimentos e atividades específicas em ambientes especiais tais como laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, ateliês e outros, bem como investigação sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa e/ou intervenção, visitas técnicas, simulações, observações e outras.

O IFAM em sua Resolução N°. 94/2015 define no artigo 168 que a Prática Profissional será desenvolvida nos cursos por meio das seguintes atividades, conforme determinarem os Planos e Projetos Pedagógicos de

Cursos: I – Estágio Profissional Supervisionado; II – Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT); III – Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); IV – Atividades Complementares.

No Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente a Prática Profissional será desenvolvida por meio das seguintes atividades: Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) com carga horária de 300 horas, e Atividades Complementares com carga horária de 60 horas.

A participação em atividades complementares e a apresentação do relatório final do Estágio Profissional Supervisionado e /ou PCCT é requisito indispensável para a conclusão do curso. Nas seções adiante, serão descritos com detalhes cada uma dessas práticas.

6.7.1 Atividades complementares

Conforme Anexo I da Portaria No 18 PROEN/IFAM de 1º de fevereiro de 2017, faz se necessário prever a oferta de Atividades Complementares, totalizando uma carga horária de 60h, as quais deverão atender as necessidades de curricularização da extensão e de introdução à pesquisa e à inovação por meio da realização de projetos integradores, seminários, semanas e eventos temáticos, eixos temáticos, dentre outros.

O IFAM em sua Resolução Nº 94 de 2015 define, no artigo 180, que as atividades complementares se constituem de experiências educativas que visam à ampliação do universo cultural dos discentes e ao desenvolvimento de sua capacidade de produzir significados e interpretações sobre as questões sociais, de modo a potencializar a qualidade da ação educativa, podendo ocorrer em espaços educacionais diversos, pelas diferentes tecnologias, no espaço da produção, no campo científico e no campo da vivência social.

Estas atividades integrarão o currículo do curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente com carga horária de 60 horas. Todo aluno matriculado no curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente deverá realizar Atividades Complementares, do contrário, o mesmo será retido no curso. A escolha do semestre em que a mesma será executada fica a critério do aluno, porém, vale destacar que se recomenda que

a mesma seja realizada nos semestres iniciais, pois no último semestre o aluno deverá se dedicar a prática de Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT.

As atividades complementares serão validadas com apresentação de certificados ou atestados, contendo número de horas, descrição das atividades desenvolvidas e o nome da instituição de ensino. A validação será realizada pela Coordenação do curso e equipe pedagógica.

Para validar as atividades complementares o estudante, no último semestre letivo, deverá protocolar ao Coordenador de Curso um Memorial Descritivo apontando todas as atividades desenvolvidas. Junto ao Memorial Descritivo devem ser anexadas cópias de todos os certificados e atestados apontados no documento.

Serão consideradas para fins de computo de carga horária as atividades apresentadas no quadro 3. As atividades descritas, bem como carga horária a ser validada por evento e os documentos aceitos devem ter como base a Resolução Nº 23 – CONSUP/IFAM de 09 de agosto de 2013 que trata das Atividades Complementares dos Cursos de Graduação do IFAM, as alterações realizadas foram relativas as diferenças entre o Curso de Graduação e o Curso Técnico de Nível Médio na Forma Subsequente.

Quadro 2. Atividades Complementares

Atividades complementares	Carga horária a ser validada por eventos	Documentos a serem apresentados
Palestras, seminários, congressos, conferências ou similares, representantes e vice de turma, representantes de grêmio estudantil e visitas técnicas	2 (duas) horas por palestra, mesa-redonda, colóquio ou outro.	Declaração ou Certificado de participação.
	10 (dez) horas por trabalho apresentado.	
	5 (cinco) horas por dia de participação em Congresso, Seminário, Workshop, Fórum, Encontro, Visita Técnica e demais eventos de natureza científica.	
	5 (cinco) horas por	

	participação na função de presidente de grêmio estudantil e representante e vice de turma.	
Projetos de extensão desenvolvidos no IFAM ou em outras instituições	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela Pró-Reitoria de Extensão do IFAM ou entidade promotora com a respectiva carga horária.
Cursos livres e/ou de extensão	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, com a respectiva carga horária.
Estágios extracurriculares	Máximo de 60 horas	Declaração da instituição em que se realiza o estágio, acompanhada do programa de estágio, da carga horária cumprida pelo estagiário e da aprovação do orientador/supervisor
Monitoria	Máximo de 60 horas	Declaração do professor orientador ou Certificado expedido pela PROEX, com a respectiva carga horária.
Atividades filantrópicas no terceiro setor	Máximo de 60 horas	Declaração em papel timbrado, com a carga horária cumprida assinada e carimbada pelo responsável na instituição.
Atividades culturais, esportivas, e de entretenimento	4 (quatro) horas por participação ativa no evento esportivo (atleta, técnico, organizador). 3 (três) horas por participação em peça de teatro. 3 (três) horas em participação em filmes	Documento que comprove a participação descrita (atleta, técnico, organizador, ator, diretor, roteirista).

	em DVD/ cinema	
Participação em projetos de Iniciação científica	Máximo de 60 horas	Certificado (carimbado e assinado pelo responsável pelo programa e/ou orientador) de participação e/ou conclusão da atividade expedido pela Instituição onde se realizou a atividade, com a respectiva carga horária.
Publicações	<p>20 (vinte) horas por publicação, como autor ou coautor, em periódico vinculado a instituição científica ou acadêmica.</p> <p>60 (sessenta) horas por capítulo de livro, como autor ou coautor.</p> <p>60 (sessenta) horas por obra completa, por autor ou coautor.</p> <p>30 (trinta) horas para artigos científicos publicados em revistas nacionais e internacionais.</p>	Apresentação do trabalho publicado completo e/ou carta de aceite da revista/periódico onde foi publicado.
Participação em comissão organizadora de evento técnico-científico previamente autorizado pela coordenação do curso.	Máximo de 60 horas	Declaração ou certificado emitido pela instituição promotora, ou coordenação do curso com a respectiva carga horária.

6.7.2 Estágio Profissional Supervisionado

O Estágio Profissional Supervisionado, conforme a Lei Nº 11.788/2008, é considerado uma atividade educativa, desenvolvida no ambiente de trabalho com o intuito de preparar os educandos do ensino regular em instituições de Educação Superior, de Educação Profissional, de Ensino Médio, da Educação Especial e dos anos finais do Ensino Fundamental, na modalidade profissional da Educação de Jovens e Adultos, para o trabalho produtivo.

De acordo com o parecer CNE/CEB Nº 11/2013, o Estágio Profissional Supervisionado previsto na formação do aluno é uma estratégia de integração teórico-prática, representando uma grande oportunidade para consolidar e aprimorar conhecimentos adquiridos durante o desenvolvimento da formação dos alunos e possibilitando-os atuarem diretamente no ambiente profissional por meio da demonstração de suas competências laborais.

Os procedimentos de Estágio Profissional Supervisionado são regulamentados pela Resolução Nº. 96 - CONSUP/IFAM, de 30 de dezembro de 2015, criada para sistematizar o processo de realização do Estágio Profissional Supervisionado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, em consonância com as legislações pertinentes. O Setor de Estágio e Egresso ligado a Coordenação de Extensão do *Campus* Manaus Centro fica responsável pela identificação das oportunidades de estágio, da facilitação e ajuste das condições de estágio oferecido, do encaminhamento dos estudantes, da preparação da documentação legal e da formalização de convênios entre as concedentes de estágio e a Instituição de Ensino visando a integração entre as partes e o estudante. A identificação de locais de estágio e a sua supervisão deverá ser realizada em conjunto com as Coordenações de Eixo Tecnológico e com os Professores Orientadores de Estágio.

Tendo em vista a legislação vigente, o Estágio Profissional Supervisionado é obrigatório com carga horária curricular de 300 horas (25% sob o total da carga horária mínima da Formação Profissional estipulada) e ocorrerá no 4º módulo do Curso, onde os alunos deverão estar regularmente matriculados em curso compatível com a área e modalidade do estágio. Na impossibilidade de realização do Estágio Profissional Supervisionado, o discente poderá, alternativamente, desenvolver um Projeto de Conclusão de Curso Técnico (PCCT) na sua área de formação e apresentá-lo em forma de relatório científico.

Ao cumprir a carga horária do Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório o aluno deverá elaborar um Relatório Final e apresentá-lo em banca examinadora de acordo com as normas estabelecidas pela instituição de ensino, reunindo elementos que comprovem o aproveitamento e a capacidade

técnica durante o período da prática profissional supervisionada. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), onde 40% dessa nota será atribuída pelo supervisor de estágio na empresa e 60% pela banca examinadora. Portanto, mesmo após a defesa, faz-se necessário a entrega da versão final do Relatório com as adequações sugeridas pela banca, conforme o aceite do professor orientador.

Segundo a Resolução Nº 96 – IFAM/CONSUP: “As Atividades de Extensão, Monitoria, Iniciação Científica e Práticas Profissionais Aplicadas na Educação Profissional Técnica de Nível Médio e na Educação Superior, desenvolvidas pelo discente, correlatas com a área de formação do discente, realizadas no âmbito do IFAM, poderão ser aproveitadas como Estágio, desde que, devidamente, acompanhadas e avaliadas, utilizando-se dos mesmos procedimentos e critérios para validação do Estágio Profissional Supervisionado, inclusive no cumprimento da carga horária obrigatória”. Portanto, o discente que cumprir esses pré-requisitos deverá manifestar o interesse em aproveitar tal atividade como Estágio Profissional Supervisionado, ficando proibido, se for o caso, de aproveitá-la como horas para atividades complementares. Além disso, estará submetidos aos mesmos procedimentos avaliativos do Estágio Profissional Supervisionado, incluindo a redação e defesa de um relatório final.

Todo assunto relacionado ao Estágio Profissional Supervisionado, relatados ou não nesse plano de curso, deverão estar de acordo com a Lei Nº 11.788/2008, as Resoluções Nº 94 e 96 CONSUP/IFAM ou as legislações que venham substituí-las.

6.7.2.1 *Aproveitamento Profissional*

A atividade profissional registrada em carteira de trabalho ou outro documento oficial que comprove o vínculo, além de atividades de trabalho autônomo, poderão ser aproveitadas como Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório, desde que sejam comprovadas e estejam diretamente relacionada à habilitação profissional do Curso Técnico de Nível Médio por meio da avaliação da Coordenação de Eixo Tecnológico. Além disso, estas atividades

devem ter sido desempenhadas por um período mínimo de 06 (seis) meses anteriores a solicitação de aproveitamento.

Após aprovação, terá carga horária de 300 horas e será avaliado por meio do Relatório Final e apresentação em banca examinadora conforme as normas estabelecidas pela instituição. O discente/estagiário será aprovado ao atingir nota igual ou superior a 6,0 (seis), atribuída na totalidade pela banca examinadora.

6.7.3 Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT

A elaboração do Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT é uma alternativa para o discente substituir a atividade de Estágio Profissional Supervisionado Obrigatório. Os projetos de natureza prática ou teórica serão desenvolvidos a partir de temas relacionados com a formação profissional do discente e de acordo com as normas estabelecidas pelo IFAM campus Manaus Centro. Poderão ser inovadores em que pese a coleta e a aplicação de dados, bem como suas execuções ou ainda constituir-se de ampliações de trabalhos já existentes. Assim como o estágio, poderá ser realizado a partir do 4º módulo do curso e tem como finalidade complementar o processo de ensino aprendizagem e habilitar legalmente o discente a conclusão do curso.

A regulamentação dessa atividade visa orientar a operacionalização dos Projetos de Conclusão de Curso de Nível Médio, considerando sua natureza, área de atuação, limites de participação, orientação, normas técnicas, recursos financeiros, defesa e publicação. Após a conclusão do Projeto, os dados deverão ser dispostos em um relatório científico e apresentados em banca examinadora para atribuição da nota e aprovação desta atividade. Seguindo assim, o disposto no artigo 173 da Resolução Nº 94 - CONSUP/IFAM, onde o PCCT principia-se da construção de um projeto, do seu desenvolvimento e da sistematização dos resultados sob a forma de um relatório científico de acordo com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Serão aceitos até 03 (três) discentes como autores do projeto, com participação efetiva de todos, comprovadas por meio de aferições do professor orientador. Além disso, as atividades do projeto deverão cumprir carga horária

de 300 horas, podendo ser aplicadas da seguinte forma: 200 (duzentas) horas presenciais e 100 (cem) horas dedicadas à livre pesquisa.

A avaliação do PCCT será realizada em uma apresentação pública do trabalho, perante banca examinadora composta por 03 (três) membros, sendo presidida pelo professor orientador. Os alunos terão 20 (vinte) minutos para apresentação, os examinadores até 30 (trinta) minutos e mais 10 (dez) minutos para comentários e divulgação do resultado. Cada examinador atribuirá uma nota de 0 (zero) a 10 (dez) ao aluno, considerando o trabalho escrito e a defesa oral, sendo aprovado os discentes que atingirem nota igual ou superior a 6,0 (seis), calculada pela média aritmética das notas atribuídas pelos examinadores, e cumprimento da carga horária exigida.

A partir da nota, a banca examinadora atribuirá conceitos de Aprovado e Recomendado para Ajustes, quando a nota for igual ou superior a 6,0 (seis), ou Reprovado, em caso de nota inferior a 6,0 (seis). Se Recomendado para Ajustes, o aluno deverá reapresentar o relatório de PCCT com as recomendações da banca examinadora, em um prazo de até 30 (trinta) dias após a data de defesa. Se considerado Reprovado, o discente deverá efetuar nova matrícula no componente curricular de PCCT ou Estágio Profissional Supervisionado. Em todos os casos os discentes aprovados deverão apresentar uma via do relatório final pós-defesa num prazo máximo de 30 (trinta) dias para arquivo na pasta do aluno e disponibilização para consulta na biblioteca do *Campus*.

O IFAM Campus Manaus Centro não é obrigado oferecer nenhuma contrapartida pecuniária aos discentes, orientadores ou co-orientadores, mas fica comprometido a disponibilizar a estrutura existente, conforme a demanda, para o desenvolvimento das atividades do projeto. Do mesmo modo, quando houver necessidade de atividades externas, essas deverão ser apresentadas e justificadas no pré-projeto, cabendo ao IFAM campus Manaus Centro disponibilizar transporte para esse fim conforme disponibilidade.

7 CRITÉRIOS DE APROVEITAMENTO DE CONHECIMENTOS E EXPERIÊNCIAS ANTERIORES

O aproveitamento dar-se-á de conforme a Resolução CEB/CNE Nº 6 DE 20/09/2012, para prosseguimento de estudos, a instituição de ensino pode promover o aproveitamento de conhecimentos e experiências anteriores do estudante, desde que diretamente relacionados com o perfil profissional de conclusão da respectiva qualificação ou habilitação profissional, que tenham sido desenvolvidos:

- I - em qualificações profissionais e etapas ou módulos de nível técnico regularmente concluídos em outros cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio;
- II - em cursos destinados à formação inicial e continuada ou qualificação profissional de, no mínimo, 160 horas de duração, mediante avaliação do estudante;
- III - em outros cursos de Educação Profissional e Tecnológica, inclusive no trabalho, por outros meios informais ou até mesmo em cursos superiores de graduação, mediante avaliação do estudante;
- IV- por reconhecimento, em processos formais de certificação profissional, realizado em instituição devidamente credenciada pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino ou no âmbito de sistemas nacionais de certificação profissional.

Segundo o estabelecido no Regulamento da Organização Didático – Acadêmica do IFAM, o aproveitamento de estudos é o processo de reconhecimento de componentes curriculares/disciplinas, em que haja correspondência de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) de conteúdos e cargas horárias, cursados com aprovação:

I – num período de até 07 (sete) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Superior; e

II – num período de até 05 (cinco) anos antecedentes ao pedido dessa solicitação, para os Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O aproveitamento de estudos permite a dispensa de disciplinas realizadas em cursos de mesmo nível reconhecidos pelo Ministério da Educação. O aproveitamento dar-se-á de acordo com o

estabelecido na Organização Didático-Acadêmica vigente no IFAM no período em que o curso estiver sendo ofertado.

Vale ressaltar que, com exceção de discentes oriundos de Transferência, Reopção de Curso e/ou de opção por mudança de Matriz Curricular, o aproveitamento de estudos deverá ocorrer somente para componentes curriculares/disciplinas oriundos de cursos integralizados da Educação Superior e nos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente.

Em adição, para que seja concedido o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas, os cursos devem ser equivalentes, no mesmo nível de ensino e área de conhecimento/eixo tecnológico.

Em caso de retorno de um discente à Instituição, por meio de novo processo seletivo, poderá ser solicitado o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas da Educação Superior e dos Cursos Técnicos de Nível Médio Forma Subsequente não integralizados, desde que em consonância com os critérios estabelecidos.

Faz-se importante esclarecer também que poderá ser aproveitado 01 (um) componente curricular/disciplina do IFAM com base em 02 (dois) ou mais componentes curriculares/disciplinas, cursados na Instituição de origem ou vice-versa. Em outras palavras, se o mínimo de 75% de correspondência de conteúdos e cargas horárias só for alcançado com a união de mais de um componente curricular/disciplina cursado anteriormente, assim poderá ser feito pelo discente solicitante. O contrário também é possível, se um componente curricular/disciplina cursado anteriormente possuir conteúdos e cargas horárias suficientes para aproveitar dois componentes curriculares/disciplinas no IFAM, assim poderá ser realizado.

Adicionamos que o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas obedecerá a um limite de até 30% (trinta por cento) da carga horária total do curso em que estiver matriculado o discente interessado, excetuando-se aquela destinada ao Estágio Profissional Supervisionado, ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico – PCCT e/ou Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.

7.1 PROCEDIMENTOS PARA SOLICITAÇÃO

Ainda conforme a Resolução, o discente deverá requerer à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, o aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas feito anteriormente, via protocolo, com os seguintes documentos, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico:

- I – Histórico Escolar, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- II – Ementário referente aos estudos, carimbado e assinado pela Instituição de origem;
- III – Indicação, no formulário mencionado, de quais componentes curriculares/disciplinas o discente pretende aproveitar.

Após a solicitação, os documentos serão analisados, e o parecer conclusivo sobre o aproveitamento de estudos componentes curriculares/disciplinas deverá ser emitido por:

- I – Coordenação de Curso da Área/Eixo Tecnológico correspondente e docente, quando se tratar dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente;
- II – Colegiado de Curso, quando se tratar dos Cursos de Graduação.

O resultado do parecer conclusivo de aproveitamento deverá ser publicado pela Diretoria de Ensino, ou equivalente no *campus*, no prazo estabelecido pelo Calendário Acadêmico.

Em caso de componentes curriculares/disciplinas oriundas de Instituição estrangeira, a solicitação de aproveitamento de estudos de componentes curriculares/disciplinas com documentação comprobatória deverá ser acompanhada da respectiva tradução oficial e devidamente autenticada pela autoridade consular brasileira, no país de origem.

8 CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

A avaliação pode ser de dois tipos: da aprendizagem e do sistema educacional. Esta seção apresentará a avaliação da aprendizagem, que é responsável em qualificar a aprendizagem individual de cada aluno.

Conforme o artigo 34º da Resolução Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a avaliação da aprendizagem dos estudantes visa à sua progressão para o alcance do perfil profissional de conclusão, sendo contínua e cumulativa, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como dos resultados ao longo do processo sobre os de eventuais provas finais.

Nesse sentido, a Resolução Nº 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, em seu artigo 133, assinala que a avaliação dos aspectos qualitativos compreende o diagnóstico e a orientação e reorientação do processo ensino e aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos, à aquisição e desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos discentes e à ressignificação do trabalho pedagógico.

O procedimento de avaliação no Curso Técnico de Nível Médio em Edificações segue o que preconiza a Resolução Nº 94 – CONSUP/IFAM de 23 de dezembro de 2015 - Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM, procurando avaliar o aluno de forma contínua e cumulativa, de maneira que os aspectos qualitativos se sobressaiam aos quantitativos.

A avaliação do rendimento acadêmico deve ser feita por componente curricular/disciplina, abrangendo simultaneamente os aspectos de frequência e de aproveitamento de conhecimentos.

No IFAM, há avaliações diagnósticas, formativas e somativas, estabelecidas previamente nos Planos e Projetos Pedagógicos de Cursos e nos Planos de Ensino, os quais devem contemplar os princípios e finalidades do Projeto Político Pedagógico Institucional.

A avaliação do desempenho escolar no Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente é feita por componente curricular/disciplina a cada semestre, considerando aspectos de assiduidade e aproveitamento de conhecimentos, conforme as diretrizes da LDB, Lei nº.

9.394/96. A assiduidade diz respeito à frequência às aulas e atividades previstas no Planejamento de Ensino da disciplina. O aproveitamento escolar é avaliado por meio de acompanhamento contínuo dos estudantes e dos resultados por eles obtidos nas atividades avaliativas.

As atividades avaliativas deverão ser diversificadas e serão de livre escolha do professor da disciplina, desde que as mesmas sejam inclusiva, diversificada e flexível na maneira de avaliar o discente, para que não se torne um processo de exclusão, distante da realidade social e cultural destes discentes, e que considere no processo de avaliação, as dimensões cognitivas, afetivas e psicomotoras do aluno, respeitando os ritmos de aprendizagem individual.

A literatura corrente apresenta uma diversidade de instrumentos utilizados para avaliar o aluno, tais como: Provas escritas ou práticas; Trabalhos; Exercícios orais ou escritos ou práticos; Artigos técnico-científicos; Produtos e processos; Pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos; Oficinas pedagógicas; Aulas práticas laboratoriais; Seminários; Portfólio; Memorial; Relatório; Mapa Conceitual e/ou mental; Produção artística, cultural e/ou esportiva. Convém ressaltar que esses instrumentos elencados não são os únicos que poderão ser adotados no curso, cada professor terá a liberdade de definir quais critérios e instrumentos serão utilizados em seu componente/disciplina, bem como definir se a natureza da avaliação da aprendizagem será teórica, prática ou a combinação das duas formas, e se a avaliação será realizada de modo individual ou em grupo.

Todavia, os critérios, instrumentos e natureza deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, e devem ser descritos nos Planos de Ensino. Recomenda-se ainda, que os Planos de Ensino possam ser disponibilizados online por meio do sistema acadêmico (Q-Acadêmico ou outro vigente), possibilitando assim, que os alunos e/ou responsáveis conheçam os critérios e procedimentos de avaliação adotado em um determinado componente curricular/disciplina.

Também deve ser observado que apesar de ser da livre escolha do professor a definição da quantidade de instrumentos a serem aplicados, deve-se seguir a organização didática do IFAM de modo a garantir que o quantitativo

mínimo seja cumprido. No presente momento de elaboração deste projeto, a resolução vigente é N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015, e em seu artigo 138, estabelece o mínimo 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Subsequente.

O docente deverá divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, bem como sua divulgação ocorrerá ao fim de cada bimestre com o registro no sistema acadêmico. E a cada fim de bimestre, os pais ou responsáveis legais deverão ser informados sobre o rendimento escolar do estudante.

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em nota e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção seguirá os critérios estabelecidos na organização didática do IFAM. Atualmente, conforme a Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/2015 a pontuação mínima é de 6,0 (seis) por disciplina.

Ao discente que faltar a uma avaliação por motivo justo, será concedida uma nova oportunidade por meio de uma avaliação de segunda chamada. Para obter o direito de realizar a avaliação de segunda chamada o aluno deverá protocolar sua solicitação e encaminhá-la a Coordenação do Curso. Critérios e prazos para solicitação de segunda chamada deverão seguir as recomendações da organização didática do IFAM vigente.

Ao discente que não atingir o objetivo proposto, ou seja, que tiver um baixo rendimento escolar, será proporcionado estudos de recuperação paralela no período letivo.

A recuperação paralela está prevista durante todo o itinerário formativo e tem como objetivo recuperar processos de formação relativos a determinados conteúdos, a fim de suprimir algumas falhas de aprendizagem. Esses estudos de recuperação da aprendizagem ocorrerão de acordo com o disposto na organização didática do IFAM e orientações normativas da PROEN.

Além disso, haverá um Conselho de Classe estabelecido de acordo com as diretrizes definidas na organização didática do IFAM, com poder deliberativo que, reunir-se-á sempre que necessário para avaliação do processo ensino aprendizagem. Maior detalhamento sobre os critérios e procedimentos de

avaliação, exame final, recuperação da aprendizagem, regime de dependência e revisão de avaliação são tratados pela organização didática vigente (Resolução N° 94 CONSUP/IFAM de 23/12/201).

8.1 CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

Conforme a Resolução N. 94, os critérios de avaliação da aprendizagem serão estabelecidos pelos docentes nos Planos de Ensino e deverão ser discutidos com os discentes no início do semestre letivo, destacando-se o desenvolvimento:

- I – do raciocínio;
- II – do senso crítico;
- III – da capacidade de relacionar conceitos e fatos;
- IV – de associar causa e efeito;
- V – de analisar e tomar decisões;
- VI – de inferir; e
- VII – de síntese.

A Avaliação deverá ser diversificada, podendo ser realizada, dentre outros instrumentos, por meio de:

- I – provas escritas;
- II – trabalhos individuais ou em equipe;
- III – exercícios orais ou escritos;
- IV – artigos técnico-científicos;
- V – produtos e processos;
- VI – pesquisa de campo, elaboração e execução de projetos;
- VII – oficinas pedagógicas;
- VIII – aulas práticas laboratoriais;
- IX – seminários; e
- X – auto-avaliação.

A natureza da avaliação da aprendizagem poderá ser teórica, prática ou a combinação das duas formas, utilizando-se quantos instrumentos forem necessários ao processo ensino e aprendizagem, estabelecidos nos Planos de Ensino, respeitando-se, **por disciplina**, a aplicação mínima de:

I – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por etapa para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio na Forma Integrada;

II – 03 (três) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por módulo letivo para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante, e na Forma Integrada à Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA/EPT;

III – 02 (dois) instrumentos avaliativos, sendo 01 (um) escrito por período letivo, para os Cursos de Graduação.

Ainda segundo a Resolução, compete ao docente divulgar o resultado de cada avaliação aos discentes, antes da avaliação seguinte, podendo utilizar-se de listagem para a ciência dos mesmos.

No que tange à Educação a Distância, o processo de avaliação da aprendizagem será contínuo, numa dinâmica interativa, envolvendo todas as atividades propostas no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem e nos encontros presenciais. Nessa modalidade, o docente deverá informar o resultado de cada avaliação, postando no Ambiente Virtual de Ensino e Aprendizagem o instrumento de avaliação presencial com seu respectivo gabarito.

8.2 NOTAS

O registro da avaliação da aprendizagem deverá ser expresso em notas e obedecerá a uma escala de valores de 0 a 10 (zero a dez), cuja pontuação mínima para promoção será 6,0 (seis) por disciplina, admitindo-se a fração de apenas 0,5 (cinco décimos). Os arredondamentos se darão de acordo com os critérios:

I – as frações de 0,1 e 0,2 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,1 ou 8,2, o arredondamento será para 8,0.

II – as frações de 0,3; 0,4; 0,6 e 0,7 arredondam-se para a fração 0,5. Por exemplo, se a nota for 8,3 ou 8,7, o arredondamento será para 8,5.

III – as frações de 0,8 e 0,9 arredondam-se para o número natural mais próximo. Por exemplo, se a nota for 8,8 ou 8,9, o arredondamento será para 9,0.

A divulgação de notas ocorrerá por meio de Atas que deverão ser publicadas pela Direção de Ensino, ou equivalente do campus, considerando:

I – Atas Parciais, apresentadas ao final de cada etapa dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada;

II – Atas Finais, apresentadas ao final do semestre/ano letivo dos cursos ofertados.

Deverá constar a data de publicação nas Atas, visto que o corpo discente terá um prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para solicitação de correção, via protocolo, devidamente justificado e comprovado.

8.3 AVALIAÇÃO EM SEGUNDA CHAMADA

A avaliação de segunda chamada configura-se como uma nova oportunidade ao discente que não se fez presente em um dado momento avaliativo, tendo assegurado o direito de solicitá-la, via protocolo, à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, por motivo devidamente justificado.

Vale ressaltar que, nos cursos na modalidade da Educação a Distância, será permitida somente para avaliação presencial.

A solicitação de avaliação de segunda chamada será analisada com base nas seguintes situações:

- I – estado de gravidez, a partir do oitavo mês de gestação e durante a licença maternidade, comprovada por meio de atestado médico do Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou atestado médico do Sistema de Saúde Público ou Privado, endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- II – casos de doenças infectocontagiosas e outras, comprovadas por meio de atestado médico endossado pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver;
- III – doença comprovada por meio de atestado médico, fornecido ou endossado, pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, ou pelos Sistemas de Saúde Públicos ou Privados;
- IV – inscrição e apresentação em serviço militar obrigatório;
- V – serviço à Justiça Eleitoral;
- VI – participação em atividades acadêmicas, esportivas, culturais, de ensino, pesquisa e extensão, representando o IFAM, emitida pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*;
- VII – condição de militar nas Forças Armadas e Forças Auxiliares, como Policiais Militares, Bombeiros Militares, Guardas Municipais e de Trânsito, Policiais Federais, Policiais Civis, encontrar-se, comprovadamente no exercício da função, apresentando documento oficial oriundo do órgão ao qual esteja vinculado administrativamente;

- VIII – licença paternidade devidamente comprovada;
- IX – doação de sangue;
- X – prestação de serviço, emitida por meio de declaração oficial de empresa ou repartição;
- XI – convocação do Poder Judiciário ou da Justiça Eleitoral;
- XII – doença de familiares, em primeiro grau, para tratamento de saúde, comprovada por meio de atestado médico fornecido pelo Setor de Saúde do *campus*, quando houver, dos Sistemas de Saúde Público ou Privado endossado pelo Setor de Saúde;
- XIII – óbito de familiares, em primeiro grau; e
- XIV – casamento civil.

Os casos omissos deverão ser analisados pela Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, com apoio da Equipe Pedagógica e demais profissionais de apoio ao discente.

De acordo com a Resolução, compete à Coordenação de Ensino/Curso/Área/Polo ou equivalente, após a análise, autorizar ou não, a avaliação de segunda chamada, ouvido o docente da disciplina, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a solicitação do discente.

Além do que já fora mencionado sobre avaliações no IFAM, há algumas especificidades nos Cursos Técnicos de Nível Médio nas Formas Subsequente e Concomitante e na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos. Seguem:

- Ao discente que não comparecer à avaliação deverá ser registrada a nota 0,0 (zero).
- A nota final de cada componente curricular/disciplina será a média aritmética obtida na(s) etapa(s) /semestre(s).

Para efeito de promoção e retenção, serão aplicados os critérios abaixo especificados, por componente curricular/disciplina:

I – O discente que obtiver, no mínimo, Média da Disciplina (MD) igual ou superior a 6,0 (seis) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

II – O discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Concomitante que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

III – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Subsequente que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 03 (três) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

IV – o discente dos Cursos Técnicos de Nível Médio na Forma Integrada à Modalidade EJA que obtiver Média da Disciplina (MD) no intervalo $2,0 \leq MD < 6,0$ em no máximo 05 (cinco) componentes curriculares/disciplinas e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecidos no semestre letivo, terá assegurado o direito de realizar o Exame Final nos mesmos.

V – o discente que obtiver Média Semestral (MS) $< 2,0$ e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, estará retido por nota nos mesmos.

VI – será submetido ao Conselho de Classe Final o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) no intervalo $4,0 \leq MFD < 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo.

VII – o discente que obtiver Média Final da Disciplina (MFD) $\geq 5,0$ nas disciplinas em que realizou o Exame Final e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado promovido.

VIII – após o Conselho de Classe Final, o discente que permanecer com Média Final da Disciplina (MFD) $< 5,0$ e com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina oferecido no cada semestre letivo, será considerado retido por nota.

IX – o discente que obtiver Média da Disciplina (MD) $\geq 6,0$ e frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente curricular/disciplina, oferecido no semestre letivo, será considerado retido por falta.

Parágrafo único. O Conselho de Classe Final atribuirá, se julgar pertinente, Média Final da Disciplina (MFD) igual a 5,0 (cinco) à componente curricular/disciplina, para a promoção do discente.

Para efeito de cálculo da Média da Disciplina (MD), bem como da Média Final da Disciplina (MFD) serão consideradas, respectivamente, as seguintes expressões:

$$MD = \frac{\sum NA}{N} \geq 6,0$$

Onde:

MD = Média da Disciplina;
NA = Notas das Avaliações;
N = Número de Avaliações.

$$MFD = \frac{MD + EF}{2} \geq 5,0$$

Onde:

MFD = Média Final da Disciplina;
MD = Média da Disciplina;
EF = Exame Final.

8.4 REVISÃO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

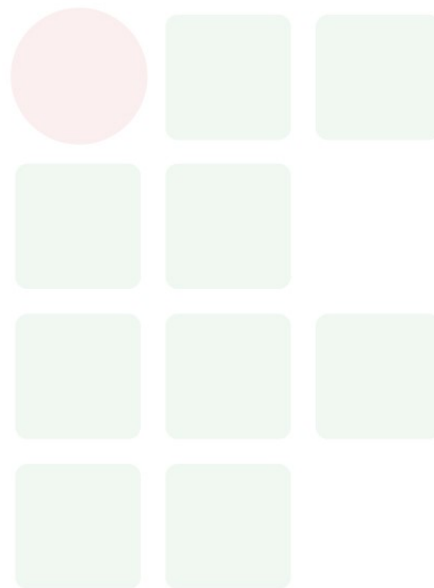
O discente que discordar dos resultados obtidos nos instrumentos de aferição da aprendizagem poderá requerer revisão dos procedimentos avaliativos do componente curricular/disciplina.

O pedido de revisão deverá ser realizado, via protocolo, à Diretoria de Ensino, ou equivalente do campus, especificando quais itens ou questões deverão ser submetidos à reavaliação, com suas respectivas justificativas, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, considerando os dias úteis, após a divulgação do resultado da avaliação.

Cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente, do *campus*, com apoio do Coordenador de Ensino/Curso/Área/Polo, quando houver, dar ciência ao docente da disciplina para emissão de parecer.

Caso o docente seja contrário à revisão do instrumento avaliativo, cabe à Diretoria de Ensino, ou equivalente do *campus*, designar uma comissão

composta por 02 (dois) docentes do curso ou área e 01 (um/uma) Pedagogo (a), quando houver, para deliberação sobre o assunto no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da manifestação docente, considerando os dias úteis.



9 DIPLOMAS E CERTIFICADOS

9.1 Diplomas

Conforme a Resolução CNE/CEB Nº 6 de 20 de setembro de 2012, a certificação profissional abrange a avaliação do itinerário profissional e de vida do estudante, visando ao seu aproveitamento para prosseguimento de estudos ou reconhecimento para fins de certificação para exercício profissional, de estudos não formais, e experiência no trabalho, bem como de orientação para continuidade de estudos, segundos itinerários formativos coerentes com os históricos profissionais dos cidadãos, para valorização da experiência extraescolar.

O discente receberá o diploma de **Técnico de Nível Médio em Edificações** pelo IFAM, após a integralização de todos os componentes curriculares estabelecidos neste Projeto Pedagógico de Curso, integralização do Estágio Profissional Supervisionado ou Projeto de Conclusão de Curso Técnico - PCCT e a integralização das Atividades Complementares.

A solicitação de emissão do diploma deverá ser protocolada no *campus* pelo discente e/ou responsável legal, e todas as normativas para emissão do diploma seguirão a Organização Didático-Acadêmica do IFAM, e pela regulamentação própria a ser definida pela Pró-Reitoria de Ensino, apreciada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e aprovada pelo Conselho Superior do IFAM.

9.2 Certificados

9.2.1 Certificação de Especialização Técnica de Nível Medio

Aos detentores de diploma de curso técnico, do eixo tecnológico de infraestrutura que concluírem, com aproveitamento, os cursos de especialização técnica de nível médio será conferido certificado de especialização técnica de nível médio em:

- Certificação de Especialização Técnica de Nível Medio em Análises Laboratoriais de Solos

10 BIBLIOTECA, INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

10.1 BIBLIOTECA

Com objetivo de dar apoio ao ensino, pesquisa e extensão, a Biblioteca Paulo Sarmiento disponibiliza à comunidade acervo em meio físico e meio eletrônico. O acervo está arranjado por assunto de acordo com a classificação decimal de Dewey 21ªed, e catalogado de forma descritiva, obedecendo ao código de catalogação Anglo-American.

Para atender a comunidade acadêmica, a Biblioteca conta com total de 16 pessoas, sendo 5 bibliotecários, 4 auxiliares de biblioteca e 7 servidores de apoio.

A quantidade de itens do acervo:

Livros:

Títulos: 11.116 distribuídos nos títulos por áreas de conhecimento: Generalidades, Exatas e da Terra, Biológicas, Engenharias, Saúde, Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Linguística, Letras Artes e outras.

Exemplares: 29.848 ou 30049

Periódicos: 4.481 exemplares

Produção Acadêmica: 924 ou 945

Normas Técnicas: 61

Material em Mídia: 871

Total de itens do Acervo :36.185

Estrutura e Estatística

Área construída : 2.563,64 m²

Área destinada ao acervo:520,32 m²

Área destinada ao usuário: 360,80 m²

No. De estantes :75

Cabines individuais para estudos :17

Sala para estudo em grupo :05

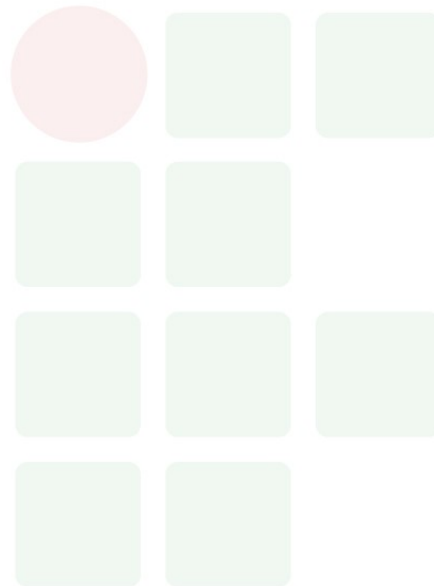
No. De assentos para usuários: 274

No. de computadores para consulta ao acervo físico e online: 42

Número de empréstimo domiciliares:30.367

10.2 INSTALAÇÕES E EQUIPAMENTOS

Vale mencionar que os equipamentos e materiais devem ser especificados, indicando inclusive as quantidades por item, atentando para a atualização tecnológica dos mesmos.



11 PERFIL DO CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO

11.1 CORPO DOCENTE

O *campus* Manaus Centro conta com servidores técnicos administrativos em educação e pessoal terceirizado que colaboram nas rotinas administrativas, bem como de serviços gerais. O *campus* também possui profissionais docentes com formação em áreas variadas que possibilitam a implementação do Curso Técnico de Nível Médio em Edificações na Forma Subsequente.

O quadro 3 apresenta o corpo docente que compõe o curso.

Quadro 3. Corpo Docente

Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Titulação	R.T
ALBERTO FÁBIO DA SILVA TAVEIRA	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	20h
ANA MARIA DIAS DA SILVA	ENGENHARIA CIVIL	DOCTORA	DE
ANTÔNIO CARLOS LAPA BEZERRA	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	40h
CÉLIA REGINA GARRIDO	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	20h
CRISTIANE BARBOSA COSTA	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
CRISTIANE PEREIRA DE AGUIAR	ARQUITETA	ESPECIALISTA	DE
ELCILENE COSTA DA SILVA	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	DE
FABIO MARTINS DA SILVA	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	DE
FELIPE WILSON LEÃO DA SILVA	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	DE
FRANCISCO ANTONIO S. LACERDA	AGRONOMIA	MESTRE	DE
FRANCISCO JOSÉ R.FERNANDES	ENGENHARIA CIVIL	ESPECIALISTA	DE
INALDA TEREZA SALES DE LIMA	ARTES	ESPECIALISTA	DE
JOSÉ COSTA FEITOZA	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
JOSÉ EVANGELINO SIMÕES MOTA	PEDAGOGIA	ESPECIALISTA	DE
LAERTE MELO BARROS	ENGENHARIA CIVIL	DOCTOR	DE
LILIANE BRITO DE MELO	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
LUIZ EDUARDO M. DOS SANTOS	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
LUZ MARINA ANDRADE MARUOKA	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
MARCELO DUARTE DA SILVA	DESENHO INDUSTRIAL	ESPECIALISTA	DE
MÁRCIA FERREIRA DA SILVA	ARQUITETA	ESPECIALISTA	DE
MAURO NUNES DE MELO MARQUES	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	DE
PAULO CÉSAR CORREA VIEIRA	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	20h
RAIMUNDO NONATO BELO SOARES	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	20h
ROSEMBERG MENDES ZOGAHIB	TECNOLOGO	MESTRE	DE
SÁVIO RAIDER DE MATOS SARKIS	ENGENHARIA CIVIL	MESTRE	40h

11.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

Quadro 4. Corpo Técnico Administrativo

Cargo/Função	Nome do Servidor	Formação Acadêmica	Regime de Trabalho
Assistente de Aluno	Rafaela Di Paula Lira Paulo Leopoldo Nunes da Cunha Helton José Barbosa Cláudio Nascimento Macedo David Gonçalves Neto Flávio Gonçalves de Oliveira Junior	Ensino Médio ou equivalente	40h
Pedagogas	Jaqueline de Cássia Vaz Núbia Lira Cintrão	Licenciatura em Pedagogia	40h
Técnico em assuntos Educacionais	Allan Negreiros Cardoso	Licenciatura	40h
Bibliotecária	Felipe Magno Silva Pires Mirlândia Regina Amazonas Passos Odimar José Ferreira Porto	Graduação em Biblioteconomia	40h
Auxiliar de Biblioteca	Bruno de Lima Barbosa Helaine Helena Silva Cavalcante Lucas da Costa Santos Luna Príncipe	Ensino Médio ou equivalente	40h
Assistente em Administração	Mauro Gomes Maciel dos Santos	Ensino Médio ou equivalente	40h
Auxiliar em Administração	Denise Beatriz Magalhães de Figueiredo Carvalho	Ensino Médio ou equivalente	40h
Técnico em Informática	Adriano Reis Praia	Técnico de nível Medio em Informática	40h
Enfermeiro	Patrícia Mendes Braga	Graduação em Enfermagem	30h
Técnica em Enfermagem	Dieny da Silva Lira Jean Harraquian B. Kiss	Técnico em Enfermagem	40h
Nutricionista	Roberta Flores Marquezini Fragas	Graduação em Nutrição	40h

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em dezembro de 2015.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 01/2000** - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos.

_____. **Decreto Nº 5.154**, de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art.36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília/DF: 2004.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio**. Documento Base. Brasília, 2007.

_____. Lei nº 11.788/2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em 30 de janeiro de 2017.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília-DF, 2012.

_____. CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução Nº 06/2012** - Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer de homologação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Parecer nº 11 de 09 de maio de 2013.

_____. Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos. MEC/SETEC/DPEPT. 3ª edição. Brasília-DF, 2014.

CONSELHO NACIONAL DAS INSTITUIÇÕES DA REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL, CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA. Documento Base para a promoção da formação integral, fortalecimento do ensino médio integrado e implementação do currículo no âmbito das Instituições da Rede EPCT, conforme Lei Federal nº 11892/2008. FDE/CONIF. Brasília, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 25ªed. São Paulo, Ed. Paz e Terra, 2002.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS. Resolução N° 94 -CONSUP/IFAM, de 23 de dezembro de 2015. Que altera o inteiro teor da Resolução nº 28-CONSUP/IFAM, de 22 de agosto de 2012, que trata do Regulamento da Organização Didático-Acadêmica do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM.

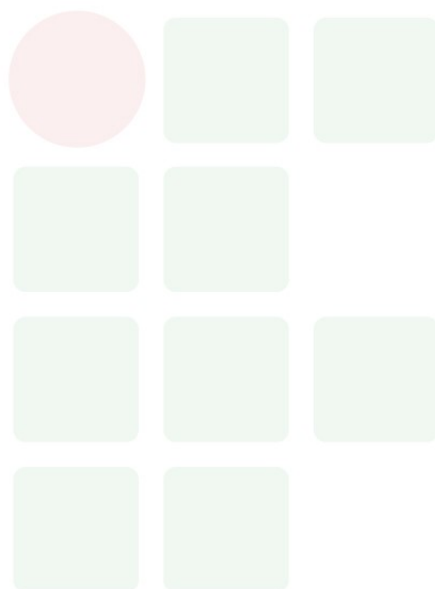
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS. Pró-Reitoria de Ensino. Portaria n. 18, de 1 de fevereiro de 2017. Diretrizes Curriculares para Avaliação, Elaboração e/ou Revisão dos Projetos Pedagógicos dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia interdisciplinar**: fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes, 1994.

VASCONCELLOS, Celso dos S. Metodologia dialética em sala de aula. In: **Revista de Educação AEC**. Brasília, 1992 (n. 83).

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES



APÊNDICE A – PROGRAMA DE DISCIPLINAS DO CURSO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO EM EDIFICAÇÕES

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Desenho Técnico					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
1º	20	40	00	03	60	
EMENTA						
Generalidades do desenho; Histórico; Instrumentos e materiais; Caligrafia Técnica; Conceitos, aplicação de noções de desenho geométrico (Estudos do ponto, da reta e do plano); Paralelismo e perpendicularismo entre retas e pontos. vistas ortográficas, cortes e seções de um objeto e suas representações; Desenho Projetivo; Perspectiva isométrica; Compreensão (leitura e interpretação) e elaboração de desenho técnico; Folhas e formato de Papel e Carimbo; Escalas, escalímetro, cálculos aplicativos, circunferência, exercícios práticos; Perspectiva isométricas; Projeção Ortogonal – Plantas, Elevações e Perfis. Projeções ortogonais, vistas ortográficas. Cotagem do desenho, Cortes e hachuras; Uso da representação técnica com obediência às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Arquitetura, Desenho Industrial, Engenheiro Civil ou áreas afins com Pós-Graduação.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Desenho Arquitetônico, Matemática, Topografia						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Ler, interpretar e desenvolver o desenho técnico utilizando a metodologia, medidas e escalas adequadamente de acordo com as Normas Técnicas.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Utilização dos instrumentos de forma adequada. • Desenvolver o desenho técnico de acordo com as especificidades. • Aplicação das normas de acordo com a atividade do desenho. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> ▪ Generalidades ▪ Instrumentos e materiais; ▪ Caligrafia Técnica; ▪ Aplicação de linhas em desenho; ▪ Folhas e formatos de Desenho; ▪ Construções geométricas; ▪ Perspectivas Isométricas; Vistas Ortográficas; Escala / uso do escalímetro; ▪ Cotagem de Desenho técnico. 						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
ABBOTT, W. Fundamentos do Desenho Técnico. RJ. Tecnoprint, 1960. BACHMANN, Albert; RICHARD, Forberg. Desenhos Técnicos. 3ª ed. Porto Alegre: Globo, 1977.						


SUBSEQUENTE

FRENCH, Thomas Ewing. *Desenho Técnico e Tecnologia Gráfica*. Porto Alegre: Globo, 1985.
 MAGUIRE, D. E.; SIMMONS, C. H. **Desenho Técnico: Problemas e soluções gerais de desenho**. São Paulo: Hemus, 2004. **5 ex. de 2004**
 Silva, Arlindo. **Desenho Técnico Moderno**. Rio de Janeiro; LTC, 2014. **5 ex. da 4 ed. de 2012**
 Carvalho, Benjamim de A. **Desenho Geométrico**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008. **5 ex. de 2008**


BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ALFREDO DOS REIS PRINCIPE JUNIOR. **Noções de Geometria Descritiva**. Rio de Janeiro. 23. ed.. NOBEL S.A 1976. V. 1. **4 ex. de 1970**
 PIZA, J.T. **Desenho Técnico Para Construção Civil 2**, Editora Epu, 2010. **NT**
 FRENCH, T. VIERCK, C. **Desenho técnico e tecnologia gráfica**. SP: Ed. Globo S.A., 2002. **3 ex. da 5 ed. de 1995**
 MANFÉ, G. **Desenho Técnico Mecânico**. São Paulo: Editora Hemus, 1997. **9 ex. da 1 ed. de 1990**
 LEAKE, James M.; Borgerson, Jacob L. **Manual de Desenho Técnico para Engenharia - Desenho, Modelagem e Visualização**, 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015. **NT**
 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR8402: Execução de caractere para escrita em desenho técnico**. Rio de Janeiro, 1994. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR8403: Aplicação de linhas em desenhos, tipos de linhas, largura de linhas**. Rio de Janeiro, 1984. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR10067: Princípios gerais de representação em desenho técnico**. Rio de Janeiro, 1995. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR10068: Folha de desenho, leiaute e dimensões, padronização**.. Rio de Janeiro, 1987. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR10126: Cotagem em desenho técnico, procedimento**. Rio de Janeiro, 1998. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR10582: Apresentação da folha para desenho técnico**. Rio de Janeiro, 1988. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR12298: Representação de área de corte por meio de hachuras em desenho técnico, procedimento**. Rio de Janeiro, 1995. **Disponível no site da ABNT**
 _____. **NBR13142: Desenho técnico – Dobramento de cópia**. Rio de Janeiro, 1999. **Disponível no site da ABNT**

ELABORADO POR: Cristiane Pereira de Aguiar

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Infraestrutura		
Disciplina:	Física Aplicada				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:
1º	30	10	00	02	40
EMENTA					
Estática do ponto material e do corpo extenso, Momento de uma força, Pressão, Densidade, Teoremas de Stevin, Pascal e Arquimedes; Corrente Elétrica; Tensão elétrica; Potência Elétrica; Resistores; Efeito Joule; Associação em Série; Associação em Paralelo; Associação Mista; Lei de Ohm;					
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE					
Licenciatura Plena em Física ou em Ciências com habilitação em Matemática e Física					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Disciplinas de Resistência dos Materiais, Instalações Elétricas e Instalações Hidro-sanitárias.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Conhecer e utilizar conceitos de Física para aplicação na área Construção Civil. Utilizar e compreender enunciados que envolvam, códigos, símbolos físicos, tabelas, gráficos, relações matemáticas e fenômenos físicos presentes no mundo vivenciais e nos equipamentos e procedimentos tecnológicos.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Redescobrir os valores significativos do conhecimento e obter uma visão moderna da física atual. • Formular algoritmos que permitam uma visão informatizada dos conteúdos ministrados. • Solucionar problemas que envolvam as teorias físicas com o cotidiano. • Elaborar relatórios com objetividade e clareza. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> • ESTÁTICA - Grandezas Vetoriais – Operações Vetoriais; Centro de massa, Equilíbrio do ponto material e do corpo extenso; • HIDROSTÁTICA - Pressão, densidade e massa específica. Teoremas de Stevin, Pascal e Arquimedes. • ELETROLOGIA – Eletrização, Lei de Coulomb; Corrente Elétrica, Resistência Elétrica - 1º e 2º Lei de OHM, Potência Elétrica - Consumo de energia elétrica, Circuitos Elétricos - Associação de resistores em série, paralela e mista, Análise de circuitos elétricos residenciais. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
FERRARO, Nicolau Gilberto; RAMALHO JUNIOR, Francisco; SOARES, Paulo Toledo. Os Fundamentos da Física . 9ª. ed. vol. I, II, III. São Paulo: Moderna Plus, 2009. RAMOS, Clinton Márcico; BONJORNIO, José Roberto; ALVES, Luís Augusto. Física . vol. I, II, III. São Paulo: FTD, 2010.					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
CALÇADA, Caio S. – Física Clássica – Ed. Atual, Vol. 1, 2 e 3 – São Paulo, 2000. GASPAS, Alberto – Física – Ed. Ática, Vol. 1, 2 e 3 – São Paulo, 2000. NUSSENZVEIG, H. Moisés e Edgar Blucher – Física Básica – Ed. Edgar Blucher, Vol.1, 2 e 3 – Rio de Janeiro.					
ELABORADO POR: Kleber da Luz Bastos					

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Infraestrutura			
Disciplina:	Matemática Aplicada					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
1º	32	08	00	02	40	
EMENTA						
Operações com números decimais; Sistemas de unidades de medidas; Conversões de métricas; Cálculo de áreas e volumes sólidos; Porcentagem; Regra de três simples e composta; Potenciação; Equação do 1º. E 2º. Grau; Ângulos; Relações métricas no triângulo retângulo; Trigonometria; Projeção de vetores; Noções de derivadas e integrais.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Licenciatura Plena em Matemática ou em Ciências com habilitação em Matemática e Física						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Todas as disciplinas específicas						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> Conhecer e utilizar conceitos de Matemática para aplicação na área da Construção Civil. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> Ler, interpretar e utilizar representações matemáticas (tabelas, gráficos, expressões, etc), identificando e solucionando estratégias de resolução de problemas com a aplicabilidade em situações reais. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> Grandezas Físicas; Sistema métrico decimal e não decimal; Potenciação de dez (notações científicas); Razão; Proporção; Regras de três; Porcentagem e Médias; Estudo do Triângulo (trigonometria e relações métricas); Áreas principais figuras planas; Geometria Espacial; Noções de Derivada e Integral. 						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
EZZE, GERSON – Matemática , volume: 1, 2 e 3. 2º grau. IEZZE, GERSON – Matemática , 5ª, 6ª, 7ª e 8ª Séries.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
Netto, Scipione Di Pierrô. Matemática . Vol 7ª e 8ª Série, São Paulo, Ed. Scipione.1999.						
ELABORADO POR: Roquelane Batista Siqueira						

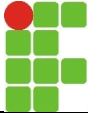
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Infraestrutura			

Disciplina:	Português Instrumental				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:
1º	48	12	00	03	60
EMENTA					
<p>Conceituação: caracterização, componentes e funções da comunicação oral e escrita. Elementos coesivos na estruturação do parágrafo. Composição de textos técnicos e comerciais. Conceituação, estruturação e produção de projetos acadêmicos diferenciados.</p>					
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE					
Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Todas as disciplinas específicas					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver técnicas de produção textual apropriadas à composição de textos diferenciados ao registro técnico, acadêmico e científico.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar estratégias de composição próprias à elaboração de textos acadêmicos diferenciados; • Produzir textos diferenciados de planejamento e projetos acadêmicos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ul style="list-style-type: none"> • COMUNICAÇÃO: Conceituação, características, composição e funções. Componentes da comunicação oral e escrita. • APLICAÇÃO: Uso e aplicação dos elementos de coesão e coerência textual. Utilização dos componentes, aplicando a acentuação e pontuação para a devida estruturação dos parágrafos. Redação de textos técnicos (minutas, relatórios, ofícios, cartas comerciais, laudos técnicos, pré-projetos, memorial descritivo, projetos de empreendimentos) • ESTRUTURAÇÃO DE PROJETOS. • Conceituação e planejamentos de projetos. Elaboração de projetos acadêmicos utilizando técnicas de projetos de pesquisa. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
<p>COSTA, Rosa Maria Cardoso Dalla. Teoria da Comunicação na América Latina. Curitiba. Editora UFPR, 2006.</p> <p>SARMENTO, Leila Luar. Oficina de Redação. São Paulo: Moderna, 2003.</p> <p>MARTINS, Dileta Silveira. Português Instrumental. São Paulo: Atlas, 2010.</p> <p>NBR10719: Unformação e documentação, Relatório Técnico e/ou científico, apresentação. Rio de Janeiro, 2015.</p>					
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:					
<p>CASTRO, Claudio de Moura. Como redigir e apresentar um trabalho científico. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.</p> <p>MARQUES, Mario Osório. Escrever é preciso. São Paulo: Editora Vozes, 2011.</p>					
ELABORADO POR: Darcília Dias Penha					

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Informática Básica					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
1º	10	30	00	02	40	
EMENTA						
Introdução à informática; iniciando o Word; iniciando o Excel – planilha eletrônica; utilizando o Power point. Plataforma Moodle.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Informática.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Projetos em CAD						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer o funcionamento dos componentes do SISTEMA DE COMPUTAÇÃO e suas funções a fim de compreender as relações entre hardware, software e peopleware. 						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Definir os fundamentos do sistema operacional Windows. • Fazer uso do sistema operacional windows; • Compreender os conceitos básicos de Interatividade e Comunicação. • Demonstrar a distribuição da informação eletrônica tradicional versus os canais baseados na Internet. • Fundamentos sobre a internet: Mecanismo de busca e correio eletrônico. • Utilizar a internet. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Fundamentos						
<ul style="list-style-type: none"> • Aplicações do computador: Na sociedade: Educação, na área da construção civil etc. • Evolução histórica • Conceito de hardware e software • Gerações de computadores • Componentes do Sistema de Computação (hardware, software, e peopleware) 						
Sistema Operacional						
<ul style="list-style-type: none"> • O que é sistema Operacional? • O que é o Windows e o Linux? • Como ligar corretamente o Computador. • O que há na tela do Windows: • Meus Documentos. • Meu Computador. • Meus Locais de Rede. <ul style="list-style-type: none"> ○ Barra de Tarefa. 						

SUBSEQUENTE

<ul style="list-style-type: none"> ○ Botão Iniciar. • Como utilizar o Mouse. • Como desligar corretamente o Computador • Windows Explorer. <ul style="list-style-type: none"> ○ Criando pasta. ○ Copiar, recortar, apagar e colar. ○ Renomear. • Organizando ícones • Calculadora Científica • Pesquisar Arquivos • Paint • Salvar Arquivos • Teclado e Mouse • WordPad:Formatar Texto. • Lixeira. <p>Introdução à Internet</p> <ul style="list-style-type: none"> • Histórico • Estrutura • Sistema de endereços URL <p>Correio Eletrônico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Envio e recebimento de mensagens • Catálogo de endereços • Cópia carbono, cópia carbono oculta. <p>Mecanismo de busca</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tipos de mecanismo: árvore de diretório ou robô • Uso do google. <p>Ferramentas de comunicação</p> <ul style="list-style-type: none"> • Menssager • facebook <p>Plataforma Moodle</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>VELLOSO, Fernando de Castro. Informática: Conceitos Básicos. 7.^a ed., RJ, Editora Campus, 2005.</p> <p>NORTON, Peter. Introdução à Informática. MAKRON Books. São Paulo, 1996.</p> <p>VIANA, M.M., Fundamentos da Informática para universitários, RJ, Ed.Brasport (1996).</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>FARIAS, M. A. A. Microsoft PowerPoint 2007. Rondônia: Editora Senac Rondônia, 2008.</p> <p>MARÇULA, Marcelo; BRNINI FILHO, Pio Armando. Informática: conceitos e aplicações. 3.ed.São Paulo: Érica, 2008.</p> <p>MORIMOTO, Carlos. Entendendo e Dominando o Linux. São Paulo: Digerati Books, 2004</p>
ELABORADO POR: Marcia Pimenta

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Materiais de Construção					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
1º	40	40	00	04	80	
EMENTA						
Introdução à cadeira de materiais de construção: rochas, agregados e ensaios, pastas e argamassas e ensaios, concreto simples ou hidráulico e ensaios, aditivos, materiais cerâmicos e ensaios, madeiras e ensaios, tintas e vernizes, plásticos e borrachas, materiais metálicos, vidros, materiais betuminosos e impermeabilizantes, materiais isolantes, térmicos e acústicos.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou em Tecnologia em Construção Civil ou em Tecnologia em Construção de Edifícios.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Disciplinas específicas do curso						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver estudos acerca dos Materiais de Construção Civil, observando sua importância, características e aplicações, utilizando os recursos tecnológicos nos ensaios e controle bem como na definição dos métodos e equipamentos adequados.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer a importância dos vários tipos de concretos, identificando suas características e aplicações nas obras de construção civil. • Utilizar os recursos da tecnologia do concreto selecionando e executando ensaios de controle tecnológico, identificando métodos e definindo equipamentos. • Definir e calcular uma dosagem de concreto conforme as características dos materiais. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
I – INTRODUÇÃO A MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO Definição e classificação dos materiais de construção. Aspectos técnicos, econômicos e estéticos dos materiais de construção. Propriedades gerais dos corpos. Propriedades físicas, químicas e mecânicas dos materiais de construção.						
II – ROCHAS Definição das rochas. Classificação das rochas quanto à origem e segundo seus elementos químicos Propriedades das pedras. Características das rochas usadas na construção civil.						
III – AGREGADOS E ENSAIOS Definição dos agregados miúdos e graúdos Classificação dos agregados quanto à granulometria, quanto à origem de fragmentação, quanto à origem do material em si e quanto à massa unitária Índices de qualidades, constantes físicas dos agregados e ensaios						
IV – AGLOMERANTES Definição de aglomerantes Classificação dos aglomerantes quanto ao tipo de pega e quanto à composição						

SUBSEQUENTE

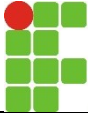
Tipos de aglomerantes – Cal aérea, Cal hidratada, gesso, cimento Portland e ensaios Propriedades e aplicação
V – PASTAS E ARGAMASSAS
Definição de Pastas e Argamassas
Classificação quanto ao emprego, quanto ao número de elementos ativos, quanto à dosagem e quanto à consistência
Traços de Argamassa
VI – CONCRETOS SIMPLES OU HIDRÁULICO
Definição de Concreto Simples ou Hidráulico
Tipos de Dosagens
Fatores que influenciam na resistência do concreto
Produção do Concreto – mistura, transporte, lançamento, adensamento e cura
Ensaio para a determinação da consistência e resistência à compressão do concreto
VII – ADITIVOS
Histórico, introdução e definição dos aditivos
Efeitos genéricos dos aditivos
VII – MADEIRA
Classificação, Corte, Transporte
Tipos de madeira, compensada, Aglomerada, Prensada
VIII – VIDRO
Tipos, Fabricação
IX – PLÁSTICO E BORRACHA
Definição e tipos.
X – MATERIAIS CERÂMICOS
Telhas, tijolos, ladrilhos
XI – MATERIAIS FERROSOS
Tipos e classes
XII – IMPERMEABILIZANTES
Tipos, classes e ação.

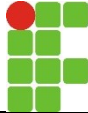
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

- BERTOLINI, L. Materiais de Construção. São Paulo: Oficina de Textos, 2010..
 PETRUCCI, E. G. Concreto de cimento Portland. 14. ed. São Paulo: Globo, 2005.
 BAUER, L.A. F. Materiais de construção. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 1.
 BAUER, L.A. F. Materiais de construção. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PETRUCCI, E.G. **Material de construção**. 11ª edição. São Paulo:Globo. 1998.
 ALVES, J. D. Materiais de construção. 7. ed. Goiânia: UFG/CEFET-GO,1999.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Desenho Arquitetônico					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	20	40	00	03	60	
EMENTA						
Generalidades do Desenho Arquitetônico – Conceitos, histórico, Desenho Arquitetônico: Conceito e convenções de desenho arquitetônico; Legislação de Edificações; Desenho de projeto de arquitetura básico e complementares; Escadas; Técnicas de apresentação gráfica; Projetos de instalações hidro-sanitárias e elétricas.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou em Desenho Industrial ou áreas afins, com pós-graduação						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Desenho Técnico, Topografia e Matemática						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o técnico a interpretar e desenvolver projeto arquitetônico básico e complementares de uma obra de edificações.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Promover conhecimento da legislação vigente.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Generalidades • Legislação de Edificações • Projeto Arquitetônico de uma edificação (Planta baixa, corte, cobertura, fachada, planta de situação e locação) • Projeto de Instalações Hidráulicas (esquema geral em planta, esquema vertical e isometria); • Projeto de Instalações Sanitárias (Esquema geral em planta, esquema vertical em corte e detalhes); • Projeto de Instalações Elétricas. • Escalas • Cálculo de Escadas 						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
OBERG, L. Desenho Arquitetônico . 22ª ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979. MONTENEGRO, Gildo A. Desenho de Projeto Arquitetônico . 4ª ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2001. BORGES, Ruth Silveira; BORGES, Wellington Luiz. Projeto de Instalações Hidro Sanitárias Prediais . São Paulo: Pini, 2000.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
ABNT. Coletânea de Normas para desenho Técnico. São Paulo, Senai, 1993 ABBOTT, W. Fundamentos do Desenho Técnico . RJ. Tecnoprint. 1960						
ELABORADO POR: Raimundo Nonato Belo						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Topografia					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	30	30	00	03	60	
EMENTA						
Introdução a topografia, conceitos e definições; Introdução a planimetria; Cálculo de rumos e azimutes, levantamento de uma poligonal fechada através de ângulos internos e externos; Introdução a altimetria; Nivelamento geométrico composto, levantamento trigonométrico, cálculo de cotas; Interpretação de curvas de nível.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia cartográfica e/ou agrimensura, ou em engenharia civil, ou curso superior em tecnologia, ou em agrimensura, ou em geoprocessamento.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Desenho Técnico, Topografia e Matemática						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Execução de levantamentos topográficos, identificar e selecionar equipamentos para levantamentos , interpretação e execução de projetos.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Conhecer os equipamentos e técnicas empregadas para a determinação de ângulos e distâncias em levantamentos topográficos; • Conhecer as referências espaciais e normas técnicas empregadas em levantamentos topográficos; • Aplicar conceitos de volumetria para a determinação do volume de solos, rochas, corpos d'água, etc; • Conhecer as normas técnicas e softwares empregados na execução de desenhos topográficos; • Executar levantamentos planimétricos e altimétricos. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
A - AULAS TEÓRICAS						
1 – Topografia: definição, objetivos, divisões e unidades						
2- Escalas						
3 – Uso de Teodolitos em Medições Angulares						
4 – Equipamentos auxiliares da topografia						
5 – Métodos de medição de distâncias horizontais						
6 – Rumos e Azimutes						
7 – Correção de rumos e azimutes						
8 – Cálculo de coordenadas parciais e fechamento de poligonais						
9 – Métodos de Nivelamento Planimétrico						
10 – Desenho da Planta Topográfica						
11 – Cálculo de áreas						
12 – Métodos de medição de ângulos						

- 13 – Altimetria e nivelamento geométrico
- 14 – Curvas de nível
- 15 – Perfil Longitudinal
- 16 – Curvas Horizontais e Verticais de Estradas de Rodagem

B - AULAS PRÁTICAS

- 1 - Instalação e nivelamento de equipamentos topográficos (nível, teodolito e estação total)
- 2 - Leituras de ângulos horizontais e verticais
- 3- Levantamento de áreas em poligonais abertas e poligonais fechadas
- 4 - Nivelamento de áreas
- 5 - Cálculo de cortes e aterros.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES. A. C. Topografia: aplicada à Engenharia civil V.1 2ª ed. São Paulo. Edgard Blucher, 2011.
BORGES. A. C. Topografia: aplicada à Engenharia civil V.2 2ª ed. São Paulo. Edgard Blucher, 2010.
TULER, M. Fundamentos de Topografia. Porto Alegre. Bookman, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BORGES. A. C. Exercícios de Topografia 3ª ed. São Paulo. Edgard Blucher, 1981.

ELABORADO POR: Laerte Melo Barros.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Infraestrutura			
Disciplina:	Resistência dos Materiais					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	48	12	00	03	60	
EMENTA						
Cargas. Tensões e Deformações. Análise de tensões. Solicitações simples. Tração, compressão, cisalhamento, torção e flexão. Flambagem.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Naval ou áreas afins.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Física, matemática e estrutura						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Capacitar o aluno do curso de Edificações no campo da Resistência dos Materiais, tornando-o apto a resolver problemas de dimensionamento relativos aos esforços estudados para elementos estruturais, com o posterior entendimento dos princípios básicos da análise de tensões e metodologia para o cálculo deformações e esforços.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Identificar as propriedades mecânicas dos materiais que influenciam no comportamento estrutural; • Calcular as tensões e deformações decorrentes dos esforços atuantes, analisar o caminhamento dos esforços nas estruturas e traçar diagramas solicitantes; • Introduzir o conceito de dimensionamento, determinando dimensões em elementos estruturais. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
A - AULAS TEÓRICAS						
<u>UNIDADE 01 - Sistemas de Unidades e Resultante de Forças</u>						
Sistema de Unidades;						
Sistema Internacional de Unidades						
Outras Unidades						
Grafia dos Nomes de Unidades						
Unidades Fundamentais e Derivadas						
Sistema CGS, MKS e Sistema Técnico.						
Equilíbrio de Forças						
Resultante de Forças						
Resultante de Momentos						
Equações Fundamentais da Estática						
<u>UNIDADE 02 - Vigas Simples Isostáticas</u>						
Pórticos e Arcos Treliçados Esforços Solicitantes						
Conceituação						
Força Cortante e Momento Fletor						
Conversão de Sinais						
Vigas Horizontais e Verticais						
Determinação Prática dos Esforços Solicitantes						

Diagramas de Esforços Solicitantes

UNIDADE 03 - Tração e Compressão

Tração e Compressão

Força Normal ou Axial

Lei de Hooke

Materiais Dúcteis e Frágeis

Coefficiente de Segurança

Carga Estática, Intermitente e Alternada

Tensão Admissível

Aço e sua Classificação

UNIDADE 04 - Características Geométricas das Superfícies Planas Momento Estático de um Elemento de Superfície e de uma Superfície Plana

Centro de Gravidade de uma Superfície Plana

Geometria das massas

Centro de massa.

Módulo de Resistência Cálculo de Reações de Apoio

Generalidades

Parâmetros a Determinar

UNIDADE 05 - Análise de Estruturas em Treliças

Definição

Método dos Nós

Cálculo dos Esforços Equilíbrio de Forças

Resultante de Forças

Resultante de Momentos

Equações Fundamentais da Estática

Tração e Compressão

Ligação ou Nó

Método das Projeções

Método do Polígono de Forças

Momento de uma Força

B - AULAS PRÁTICAS

Ensaio de compressão em corpos de prova de concreto em várias idades

Ensaio de flexão em barras de concreto simples e em barras de concreto armado

Ensaio de tração em barras de aço.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

MELCONIAN, S. Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. 13ª ed. São Paulo. Érica, 2004.

HIBBILLER, R. C. Estática: Mecânica para Engenharia. 12ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2011.

HIBBILLER, R. C. Resistência dos Materiais. 7ª ed. São Paulo. Pearson Prentice Hall, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

CALISTER JR., W. D. Fundamentos da Ciência e Engenharia de Materiais: Uma abordagem Integrada. 2ª ed. Rio de Janeiro. L. T. C., 2006.

ASKELAND, D. R. & WRIGHT, W. J. Ciência e Engenharia dos Materiais. São Paulo. Cengage Learning, 2008.

BEER, F. P. Mecânica Vetorial para Engenheiros. 3ª ed. São Paulo. Mcgraw-Hill, 1980.

ARRIVABENE, V. Resistência dos Materiais. 1ª ed. São Paulo. Makron Books. 1994.

NASH. W. A. Resistência dos Materiais. 2ª ed. São Paulo. Mcgraw-Hill, 1980.

ELABORADO POR: . Laerte Melo Barros

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Mecânica dos Solos					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	30	30	00	03	60	
EMENTA						
<p>Aplicação da mecânica dos solos; Origem e formação dos solos; Propriedades e índices físicos; Estrutura dos solos; Planejamento do Estudo Geotécnico; Tipos de Estruturas; Condições Geológicas da Área; Programas de Investigação do Subsolo; (Etapas de investigação; Custos de investigação; Sondagem), Plasticidade e consistência dos solos; Fenômenos de Capilaridade; Permeabilidade do solo; Classificação dos solos; Compressibilidade do Solo, Ensaios de laboratórios. Noções de fundação.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou Engenharia Geotécnica.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Materiais de construção e tecnologia das construções						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver estudos sobre o solo como material de construção e de suporte para obras de engenharia, capacitando os alunos nos ensaios tecnológicos por meio do uso de equipamentos laborais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Estudar o solo como material de construção e de suporte para obras de engenharia; • Consolidar metodologias de caracterização e de comportamento mecânico dos solos; • Capacitar os alunos nos ensaios tecnológicos por meio do uso de equipamentos laborais 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<p>Aplicação da mecânica dos solos; Origem e formação dos solos; Propriedades das partículas sólidas do solo; Índices Físicos; Estrutura dos Solos; Plasticidade e Consistência dos solos; Fenômenos Capilares e Permeabilidade dos solos; Compressibilidade dos solos; Resistência ao Cisalhamento dos solos; Compactação dos solos; Classificação dos solos; Investigação do Subsolo; (Etapas de investigação; Custos de investigação; Tipos de Sondagens); Tensões nos solos; Noções de Fundações; Ensaios de Mecânica dos Solos (Laboratório).</p>						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
<p>ORTIGÃO, J. A. R. INTRODUÇÃO À MECÂNICA DE SOLOS DOS ESTADOS CRÍTICOS. 2ª ED. RIO DE JANEIRO. LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA. 1995.</p> <p>CAPUTO, H. P. MECÂNICA DE SOLOS. VOLUMES I, II, III. 2ª ED. RIO DE JANEIRO. LIVROS TÉCNICOS E CIENTÍFICOS EDITORA. 1995.</p> <p>PINTO, C. S. CURSO BÁSICO DE MECÂNICA DOS SOLOS COM EXERCÍCIOS RESOLVIDOS. 2ª ED. SÃO PAULO. EDITORA OFICINA DE TEXTOS. 2006.</p>						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
<p>CHIOSSI, Nilton. GEOLOGIA APLICADA À ENGENHARIA. SÃO PAULO. GRÊMIO POLITÉCNICO DA USP. 1983.</p> <p>ALONSO, U. R. EXERCÍCIOS DE FUNDAÇÕES. 2ª ED. SÃO PAULO. EDITORA EDGAR BLUCHER. 2010.</p>						
ELABORADO POR: <i>Engº Civil José Costa Feitoza</i>						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Tecnologia do Concreto					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	20	20	00	02	40	
EMENTA						
Química dos Aglomerantes, Cimento: Composição Química, Hidratação do Cimento; Fabricação, Adições Minerais. Tipos e classes de Cimento e suas Propriedades. Propriedades dos agregados. Aditivos. Resistência do Concreto. Durabilidade do Concreto. Dosagem do Concreto. Preparo do Concreto. Resistência a Compressão do Concreto Controle de Aceitação e Controle de Produção.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Materiais de Construção e Tecnologia das Construções						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer a importância dos vários tipos de concretos, identificando suas características e aplicações nas obras de construção civil						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Utilizar os recursos da tecnologia do concreto selecionando e executando ensaios de controle tecnológico, identificando métodos e definindo equipamentos.						
Definir e calcular uma dosagem de concreto conforme as características dos materiais.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
I – CIMENTO PORTLAND – 6 Horas						
<ul style="list-style-type: none"> - Matérias Primas - Calcário, Argila e Gesso. - Fabricação de Cimento Portland. - Preparo e dosagem da mistura crua. - Homogeneização. - Clinquerização. - Esfriamento. - Adições finais e moagem. - Ensacamento. - Clinquer Portland e seus compostos anidros. - Composição potencial. - Composição química do cimento portland. - Composição potencial do cimento portland. - Exigências das normas. - Hidratação do cimento portland. - Cimentos Portland com adições ativas - Cimento Portland de Alto Forno. - Cimento Portland Pozolânico. 						
II – AGREGADOS PARA CONCRETO – 6 Horas						
<ul style="list-style-type: none"> - Introdução. - Definições. - Classificação dos Agregados. 						

- Obtenção dos Agregados.

III – PROPRIEDADES DO CONCRETO FRESCO – 4 Horas

- Generalidades.
- Mistura de agregado, cimento e água.
- Trabalhabilidade dos concretos.
- Estudo da consistência.

IV – DOSAGEM EXPERIMENTAL DOS CONCRETOS – 8 Horas

- Introdução.
- Fundamentos da dosagem experimental.
- Calculo de Dosagem
- Exemplos de aplicação.

V – PRODUÇÃO DO CONCRETO – 6 Horas

- Mistura.
- Transporte.
- Lançamento.
- Adensamento.
- Cura.

VI – CONTROLE ESTATÍSTICO DO CONCRETO – 4 Horas

- Introdução.
- Propriedades do concreto.
- Métodos de ensaio.
- Análise de dados de Resistência.
- Funções estatísticas.
- Variações de resistência.
- Critérios de requisitos de resistência.
- Informação complementar.
- Ábacos de controle de qualidade.
- Ensaio e corpos-de-prova utilizados.
- Rejeição de corpos-de-prova duvidosos.

VII – ADITIVOS – 6 Horas

- Histórico, introdução e definição dos aditivos
- Efeitos genéricos dos aditivos
- Classificação dos aditivos quanto à função principal e quanto a sua ação principal
- Cuidados na utilização dos aditivos.

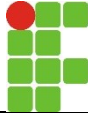
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

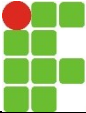
- BERTOLINI, L. Materiais de Construção. São Paulo: Oficina de Textos, 2010..
 PETRUCCI, E. G. Concreto de cimento Portland. 14. ed. São Paulo: Globo, 2005.
 BAUER, L.A. F. Materiais de construção. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 1.
 BAUER, L.A. F. Materiais de construção. 5ª edição. Rio de Janeiro: LTC, 2001. v. 2.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- PETRUCCI, E.G. **Material de construção**. 11ª edição. São Paulo:Globo. 1998.
 ALVES, J. D. Materiais de construção. 7. ed. Goiânia: UFG/CEFET-GO,1999.

ELABORADO POR: Rosemberg Mendes Zogahib

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Empreendedorismo					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
2º	30	10	00	02	40	
EMENTA						
Definições. Fases do processo empreendedor. O que ocorre na prática (Brasil x Mundo). Identificação e avaliação de oportunidades de empreendedorismo.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em administração ou gestão pública com pós graduação em empreendedorismo						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Todas as disciplinas específicas do curso						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver e estimular atitudes empreendedoras que colaborem para a transformação de potencialidades em realidades profissionais e pessoais.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Conhecer as fases do processo empreendedor. Articular conhecimentos do processo de empreender com o contexto social. Identificar e avaliar as oportunidades de empreendedorismo.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Definições de Empreendedorismo. Fases do processo de empreendedor. O que ocorre na prática (Brasil x Mundo). Identificar e avaliar oportunidades.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
DORNELAS, J.C.A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. Rio de Janeiro-RJ: Campus, 2008. – Capítulo 2.						
CHIAVENATO, I. (2008). Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 3. ed. São Paulo: Saraiva.						
SALIM, C. S. (2010). Introdução ao empreendedorismo: despertando a atitude empreendedora. Rio de Janeiro: Elsevier.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
BARON, R. A; SHANE, S. A. (2007). Empreendedorismo: uma visão do processo. São Paulo: Thomson Learning.						
MAXIMIANO, A. C. A. (2006). Administração para Empreendedores: Fundamentos da Criação e da Gestão de Novos Negócios. São Paulo: Prentice-Hall.						
ELABORADO POR: Eltton Ricardo de Lima Carneiro						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Instalações Hidrossanitária					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
3º	40	20	00	03	60	
EMENTA						
<p>Projetos e dimensionamento: instalações prediais de água fria; instalações de esgoto sanitário e águas pluviais. Materiais e dispositivos de sistemas prediais. Disposição final de efluentes sanitários. Instalações de prevenção e combate a incêndios com extintores.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou tecnólogo na área de construção civil.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Física com os tópicos abrangendo HIDROSTÁTICA e HIDRODINÂMICA						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<p>Analisar problemas hidrossanitários, elaborar projetos e especificar materiais e dispositivos conforme recomendações de normas específicas para instalações prediais de água fria, esgotos, águas pluviais e fossa/sumidouro ou fossa/filtro</p>						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> -Elaborar projetos de instalações hidro-sanitárias de acordo com as normas ABNT; -Avaliar diferentes materiais para constituir os sistemas hidro-sanitários -Recomendar técnicas de execução de sistemas prediais a fim de garantir o desempenho -final do sistema; -Interpretar projetos hidro-sanitários e realizar orçamentos quantitativos de insumos; - Dominar a prática de execução de juntas roscáveis, elásticas e soldáveis de tubos e conexões; - Conhecimentos sobre instalações de prevenção e combate a incêndios com extintores. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<p>1. NOÇÕES INTRODUTÓRIAS: Conceitos de Pressão – Vazão – Perda de Carga – Golpe de Aríete e critérios básicos para elaboração de projeto de IPAF</p> <p>2. RESERVATÓRIOS: Tipos de reservatórios, Esquemas construtivos e Dimensionamento.</p> <p>3. INSTALAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA FRIA: Esquemas típicos; Dimensionamento de canalizações de recalque e sucção e Dimensionamento do conjunto Moto-bomba.</p> <p>4. INSTALAÇÃO PREDIAL DE ÁGUA FRIA: Definições e Terminologia; Condições de pressão e velocidade – limites da norma NBR 5626; Etapas do projeto e Dimensionamento de sub-ramais, ramais, Colunas de distribuição e barriletes. materiais e dispositivos</p> <p>5. INSTALAÇÕES PREDIAL DE ESGOTO SANITÁRIO: Importância e exigências estabelecidas pela NBR – 8160; Terminologia / Etapas de projeto; Desconectores e ventilação; materiais e dispositivos</p> <p>6. DIMENSIONAMENTO de: Ramais de descarga, Ramais de esgoto, Ramais de Ventilação, Tubos de queda, Sub coletores, Coletores Prediais, Colunas de Ventilação.</p> <p>7. FOSSAS SÉPTICAS: Definição – Tratamento de Esgoto; Critérios de utilização estabelecidos pela NBR – 7229/ABNT; Esquemas Construtivos e Dimensionamento.</p> <p>DISPOSIÇÃO FINAL DO EFLUENTE LÍQUIDO: Sumidouro – Definição e Critérios de utilização; Esquema Construtivo; Teste de Infiltração e roteiro de execução, análise de gráficos de absorção e</p>						

Dimensionamento.

8. INSTALAÇÕES DE ÁGUA FRIA - : Definições e Terminologia; Norma NBR10844;

Dimensionamento e execução; materiais e dispositivos

9. PREVENÇÃO E COMBATE A INCÊNDIOS – Conhecimento sobre instalações de extintores.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BORGES, R., BORGES, W. **Instalações prediais hidráulico-sanitárias e de gás**. 4ª. Ed. 1990.

CREDER, H. **Instalações hidráulicas e sanitárias**. 6ª ed. Rio de Janeiro: L.T.C, 2015.

AZEVEDO NETO, J.M. **Manual de hidráulica**. 8. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:


ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 5626: Instalação predial de água fria**. Rio de Janeiro, 1998.

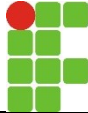
_____. **NBR 7198: Projeto e execução de instalações prediais de água quente**. Rio de Janeiro, 1993.

_____. **NBR 8160: Sistemas prediais de esgoto sanitário - Projeto e execução**. Rio de Janeiro, 1999.

_____. **NBR 10844: Instalações prediais de águas pluviais – Procedimento**. Rio de Janeiro, 1989.

GONÇALVES, O. M. **Execução e manutenção de sistemas hidráulicos prediais**. Editora Pini, 2000.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Instalações Elétricas					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
3º	30	10	00	02	40	
EMENTA						
Conceitos básicos; Noções de procedimento para elaboração de projetos; Simbologia, Divisão de circuitos; Manuseio de tabela; Proteção de circuitos; Chaves disjuntores e interruptores; Luminotécnica; Tipos de lâmpadas; Instalações elétricas práticas; Planta baixa leitura; Diagrama unifilar; Orçamento; Ligação de lâmpadas e tomadas; Prática						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou mecânica ou elétrica ou tecnólogo na área de construção civil ou pós graduação em instalações elétricas.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Física e projetos arquitetônicos						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Dimensionar Instalações elétricas, concebendo projetos técnicos de instalações elétricas						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Dimensionar Instalações elétricas; Conceber projetos técnicos de instalações elétricas						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Conceitos básicos; Noções de procedimento para elaboração de projetos; Simbologia, Divisão de circuitos; Manuseio de tabela; Proteção de circuitos; Chaves disjuntores e interruptores; Luminotécnica; Tipos de lâmpadas; Instalações elétricas práticas; Planta baixa leitura; Diagrama unifilar; Orçamento; Ligação de lâmpadas e tomadas; Prática						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
NISKIER, Júlio; MANCINTYRE, A. Joseph. Instalações Elétricas . 2ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan S. A., 1992. CREDER, Hélio. Instalações Elétricas . 13ª ed. São Paulo: Livros técnicos e científicos Ltda., 1995. NEGRISOLI, Manoel E. M. Instalações Elétricas . 3.ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda., 1987.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
1. Normas técnicas da ABNT. 2. Catálogos de fabricantes.						
ELABORADO POR:						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 <small>INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS</small>
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Avaliações e Perícias					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	30	10	00	02	40	
EMENTA						
<p>Introdução à engenharia de avaliações e perícias; Estrutura da avaliação; Tópicos básicos de matemática financeira; Avaliação de imóveis urbanos; Método Comparativo de Dados de Mercado e Método da Reprodução de Custos; Avaliações Especiais; Perícias na engenharia civil; Perícias em locais de Incêndio; Estudos de casos.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou tecnólogo na área de construção civil.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Patologia das Construções, Segurança do Trabalho						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
<p>Ao final do curso, o aluno deverá ter habilidade e competência para atuar na área de avaliações de imóveis urbanos e perícias, entender as influências do mercado para aplicar as metodologias apropriadas na valoração dos imóveis, bem como conhecer as atividades inerentes aos trabalhos periciais, suas aplicações, atividades típicas de campo e elaboração de laudos e pareceres.</p>						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Fazer vistorias técnicas em imóveis urbanos; • Determinar tecnicamente o valor dos imóveis urbanos; • Definir a metodologia a ser aplicada na valoração de imóveis; • Utilizar material/ferramental em perícias de campo; • Fazer levantamentos de campo e elaborar esquemas gráficos; • Elaborar laudos periciais sob a supervisão do profissional engenheiro. <p>Aplicar as recomendações normativas da ABNT.</p>						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Introdução às Avaliações e Perícias: Importância / Para que serve? / A quem interessa? Como deve ser realizada? Qual o perfil do avaliador? Por quem pode ser praticada? Aplicações; Conceito; Valor e Preço; Mercado de concorrência perfeita; • Método Comparativo de Dados de Mercado: Critérios; Vistoria em imóveis urbanos ; Ficha de imóvel; Homogeneização de amostras; tratamento por fatores Critério de Chauvenet; • Cálculo do valor dos Imóveis urbanos (terrenos); • Método da Reprodução de Custo: Valor de benfeitorias; O que é benfeitoria? Valor do imóvel novo; Depreciação / Critério de Ross-Heidecke; Vantagem da coisa feita Valor final da benfeitoria; • Avaliações Especiais: Método da Renda – Valor locativo de Cinemas e Teatros; Fórmulas de Celso Aprígio e Francisco Alves Gomes Jr; Avaliação de Hotéis e Motéis; • A perícia: Definições; O perito; O Assistente Técnico; Espécies de perícias O laudo pericial – Critérios e recomendações básicas; • Estrutura para elaboração de laudos; • Perícias em locais de incêndio: Conceito de incêndio; Classificação dos incêndios; Foco; Propagação; 						

- **Objetivos da perícia em local de incêndio:** O caminho percorrido pelo fogo; Agentes ígneos; Fontes de calor; Dicas e análise de vestígios;
- **Perícias em Edifícios:** Corrosão de armaduras; Instalações hidro-sanitárias;

Apresentação de CASES.**BIBLIOGRAFIA BÁSICA:**

DANTAS, Rubens Alves – **Engenharia de Avaliações: uma introdução à metodologia científica.** São Paulo: Pini, 1998.

ABUNAHMAN, Sérgio Antônio – **Curso básico de engenharia legal e de avaliações.** São Paulo: Pini, 2006.

FIKER, José – **Avaliação de imóveis: manual de redação de laudos** – São Paulo: Pini, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR-14653: **Avaliação de bens – Parte 1: procedimentos gerais. 2001.** Disponível no site da ABNT;


ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – ABNT. NBR-14653. **Avaliação de bens – Parte 1: imóveis urbanos. 2004.** Disponível no site da ABNT;

FIKER, J. **Manual de Avaliações e Perícias em Imóveis Urbanos.** 1 ed. São Paulo: Pini, 2001. 5 ex. de 2001;

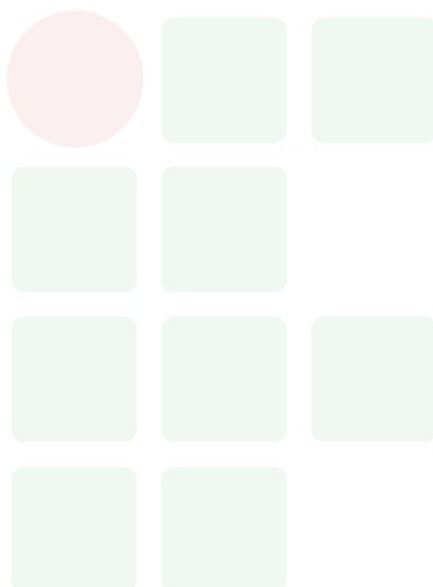
SOARES, S. R.; SOUZA, D. M.; PEREIRA, S. W. **A avaliação do ciclo de vida no contexto da construção civil.** Editores Miguel Aloysio Sattler [e] Fernando Oscar Ruttkay Pereira. — Porto Alegre: ANTAC, 2006. **Disponível em:** http://www.habitare.org.br/ArquivosConteudo/ct_7_cap4.pdf.

IBAPE. **Norma para avaliação de imóveis urbanos.** IBAPE/SP, 2011. **Disponível em:** < www.ibape-sp.org.br/arquivos/norma-de-avaliacoes-de-imoveis-urbanos.pdf.

ELABORADO POR: Paulo Cezar Corrêa Vieira

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:	Infraestrutura			
Disciplina:	Estrutura Metálica e Madeira					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
3º	48	12	00	03	60	
EMENTA						
Introdução ao estudo das estruturas metálicas. Conhecimento básico da normatização para os processos de dimensionamento e fabricação das estruturas. Noções básicas de dimensionamento de peças simples a compressão e a tração. Introdução ao estudo das estruturas de madeira. Conhecimento básico da normatização para os processos de dimensionamento e fabricação das estruturas. Noções básicas de dimensionamento de peças simples a compressão e a tração.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Naval ou áreas afins.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Disciplinas de Resistência dos Materiais, Materiais de Construção, Tecnologia das Construções.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Entender o dimensionamento e detalhamento de um projeto estrutural de material metálico e um projeto estrutural de material proveniente da madeira.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
1) Entender os conceitos, fabricação e fundamentos do dimensionamento de estruturas metálicas. 2) Compreender o dimensionamento de estruturas metálicas a compressão e a tração. 3) Compreender o dimensionamento de ligações metálicas através de parafusos e soldas. 4) Entender os conceitos, aquisição e fundamentos do dimensionamento de estruturas de madeira. 5) Compreender o dimensionamento de estruturas de madeira a compressão e a tração.						
Compreender o dimensionamento de ligações de estruturas de madeira através de pinos e conectores metálicos ,cavilhas e cola.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
ESTRUTURA METÁLICA.						
<ul style="list-style-type: none"> • DEFINIÇÕES , PROCESSO DE FABRICAÇÃO • TIPOS DE AÇOS ESTRUTURAIS, PROPRIEDADES DOS AÇOS, SISTEMASESTRUTURAIS • SISTEMA DE LIGAÇÕES: <ul style="list-style-type: none"> CONECTORES TIPO PARAFUSOS TIPOS DE SOLDA • DIMENSIONAMENTO DE PEÇAS TRACIONADAS E PEÇAS COMPRIMIDAS • DIMENSIONAMENTO DE TRELIÇAS DE COBERTURA 						
ESTRUTURAS DE MADEIRA						
<ul style="list-style-type: none"> • INFORMAÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE MADEIRA • CARACTERÍSTICAS FÍSICAS DA MADEIRA, RELEVANTE PARA PROJETOS ESTRUTURAIS • SISTEMA DE LIGAÇÕES PINOS E CONECTORES METÁLICOS CAVILHAS E COLAS • DIMENSIONAMENTO DE PEÇAS TRACIONADAS E PEÇAS COMPRIMIDAS 						

• DIMENSIONAMENTO DE TRELIÇAS DE COBERTURA
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
MELCONIAN, SARKIS, 1949 – Mecânica Técnica e Resistência dos Materiais. Edição Revisada 2010 – São Paulo REBELLO, Yopanan Conrado Pereira. Estruturas de Aço, Concreto e Madeira . Ed. Maio /2010 – São Paulo.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
PFEIL, WALTER, PFEIL, MICHELE, 2003 – Estruturas de Madeira. Edição 6, Revisado em 2010 – Rio de Janeiro ZACARIAS MARTIN CHAMBERLAIN PRAVIA, RICARDO FICANHA, RICARDO FABEANE, 2013 – Projeto e Cálculo de Estruturas de Aço: Edifício Industrial Detalhado – Elsevier 2013 – Rio de Janeiro.
ELABORADO POR: LUIZ EDUARDO MATEUS DOS SANTOS



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Estrutura de Concreto					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
3º	48	12	00	03	60	
EMENTA						
Introdução ao estudo das estruturas de concreto armado. Conceitos fundamentais e Normas para o dimensionamento de peças de concreto armado. Características e propriedades do concreto e do aço. Cargas que atuam nas estruturas. Critérios de qualidade e durabilidade das estruturas de concreto. Lançamento estrutural; Definições teórico dos vãos; Interpretar e desenhar peças de concreto armado; Desenvolver estudos preliminares de peças de concreto armado, Dimensionar pequenas peças estruturais (laje, viga e pilar).						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em Engenharia Civil ou Engenharia Mecânica ou Engenharia Naval ou áreas afins.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Disciplinas de Resistência dos Materiais, Materiais de Construção, Tecnologia do Concreto.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Entender o dimensionamento e detalhamento de um projeto estrutural de concreto armado						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> • Entender os conceitos e fundamentos do dimensionamento de estruturas de concreto armado. • Compreender o dimensionamento de estruturas a flexão simples. (vigas) Compreender o dimensionamento de estruturas ao esforço cortante e ancoragens. (vigas e lajes).						
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender o dimensionamento pilares curtos. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<ul style="list-style-type: none"> • Conceito de concreto armado, conceito de concreto protendido, fissuração do concreto armado • Agressividade do ambiente , drenagem , qualidade do concreto de cobertura. • Resistência característica, módulo de elasticidade, gráfico de tensão e deformação na compressão, gráfico de tensão e deformação tração, características do aço. • Dimensionamento de estruturas, método clássico, método de cálculo na ruptura, valores característicos, valores de cálculo da resistência do concreto ,coeficientes de ponderação das resistências. • Domínios de deformação • Dimensionamento a flexão simples com o uso da tabela. • Dimensionamento a flexão de vigas duplamente armada. • Lajes maciças, armada em uma direção e em duas direções • Dimensionamento de vigas ao esforço cortante • Dimensionamento de Pilares curtos 						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
BOTELHO, M. H. C. Concreto armado: eu te amo. 6. ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2015. 1 e 2 v. BORGES, A. N. NBR 6118						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
EISNFELD, Ricardo A. Estruturas de concreto para instalações industriais. São Pini, 2015						
ELABORADO POR:Luiz Eduardo Mateus dos Santos						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Tecnologia da Construção Civil					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
3º	40	20	00	03	60	
EMENTA						
Estudos preliminares da construção civil. Plano Diretor do Município, Código de Obras do Município, Serviços Preliminares, Movimentação de terra, Fundações, Estruturas, Vedações, Esquadrias, Cobertura, Vidros, Circulação vertical, Instalações Prediais, Revestimentos de tetos, parede e piso, Pavimentação, Pintura, Impermeabilizações. Novas tecnologias. Acessibilidade.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou tecnólogo na área de construção civil.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Disciplinas de Resistência dos Materiais, Materiais de Construção, Tecnologia do Concreto.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Dimensionar estudos preliminares de projetos, custos e prazos, fazendo layout, locação, conduzindo a implantação infraestrutura física, manutenção e condução de serviços em canteiros de obra.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Acompanhar e executar todas as etapas de uma edificação.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Estudos Preliminares - Definições de Construções, Licenciamento Ambiental, Etapas da construção, Escolha do local, Tipo de terreno, Estudo do terreno, terraplenagem, canteiro de Obra, dimensionamento, instalação. Plano Diretor do Município, Código de Obras do Município. Serviços Preliminares: limpeza do terreno, tapumes, locação da obra; Movimento de terra: corte, aterro, escavação de valas, aterro do caixão. Fundações: tipos de fundações – rasas e profundas. Processos construtivos de alguns tipos de fundações, escavações e aberturas de cavas. Estruturas: tipos de estruturas: concreto (fundação, pilar, viga, Lage). Madeira, metálica. Superestrutura: tipos, fôrmas, ferragens, concreto. Vedações: Alvenaria (tijolo, bloco, etc), pré-fabricados de concreto, vergas e contra vergas, amarração. Cobertura (telhados, estruturas e tipos de telhas) Instalações Prediais: hidráulica, sanitária, elétrica. Acessibilidade. Esquadrias: tipologia, execução. Circulação vertical- escadas, rampas e elevadores. Revestimentos: Tetos – Forros. Paredes – Diferentes tipos de Argamassas (Chapisco, emboço, reboco), Azulejos (execução, rejuntamento), granitos, madeira, etc. Pisos: Tipologia, função, execução de pisos porcelanatos, cerâmicos, vinil, liquido, cimento queimado, madeira, granito, etc. Rodapés e soleiras. Pavimentação. Vidros. Pintura. Impermeabilização. Terraplenagem. Novas tecnologias						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
AZEREDO, H. A. O Edifício até sua cobertura . 2ª edição. São Paulo: Edgard Blucher Ltda., 1977.						
AZEREDO, H. A. O Edifício e o seu acabamento . São Paulo: Edgard Blucher Ltda., 1988.						

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. Volume 1, 9ª edição. São Paulo: Editora Edgard Blucher.

BORGES, Alberto de Campos. **Prática das Pequenas Construções**. Volume 2, 5ª edição. São Paulo: Editora Edgard Blucher.

BELLEI, Ildony H. **Edifícios Industriais em aço**: Projeto e cálculo. São Paulo: Pini, 1994.

CARDÃO, Celso., **Técnica da construção**. vol. II. 3ª ed. Belo Horizonte: Arquitetura Engenharia, 1969.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

PIANCA, J. B. **Manual do construtor**. 17ª ed. vol. I. Porto Alegre: Globo, 1979.

PINI. **Construção Passo a Passo**, 1ª edição, 2009. São Paulo: Editora PINI.

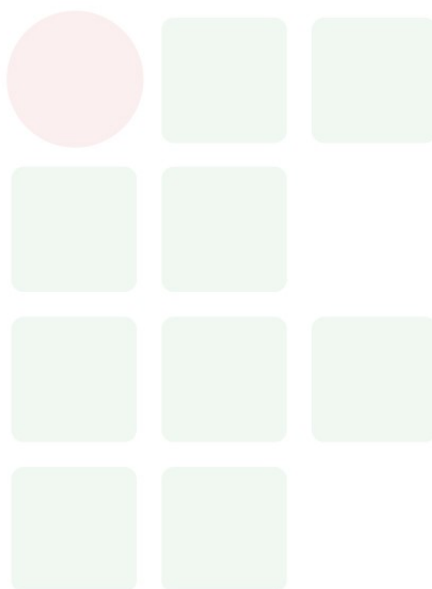
PINI. **Manual de Projeto de Sistemas Drywall**, 1ª edição. Editora PINI.

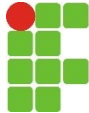
RIPPER, E. **Como evitar erros na construção civil**. 2ª ed. São Paulo: Pini, 1986.

YAZIGI, W. **A técnica de edificar**. 9ª edição. São Paulo: Pini, 2000.

Normas Técnicas.

ELABORADO POR: Ana Maria Dias da Silva Lucena



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em EDIFICAÇÕES					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		INFRAESTRUTURA		
Disciplina:	PROJETOS EM CAD					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Anual:	
4	40	40		4	80	
EMENTA						
Definições da ferramenta CAD; Acesso ao AutoCAD; Configuração do AutoCAD; Introdução ao editor gráfico; Manipulação de arquivos; Parâmetros para iniciar um desenho; Sistemas de coordenadas; Recursos de visualização; Construções de objetos primitivos; edição de desenhos; Alteração de propriedades de objetos; Dimensionamento; Hachuras; Trabalho em camadas; Plotagem; Trabalho com escalas diferentes. Intercambialidade de projetos em CAD Elaboração de projetos arquitetônico e complementares.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia, arquiteto ou design ou desenho industrial.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Desenho Técnico e Arquitetônico e projetos de instalações prediais						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Propor através da manipulação das ferramentas básicas do programa AutoCAD que o aluno desenvolva e estruture habilidades para elaborar desenho arquitetônico no ambiente gráfico computacional com aplicação na área da Construção Civil, de acordo com diretrizes e normas para elaboração de projeto de arquitetura.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Motivar o uso da representação técnica de elementos da arquitetura e engenharia com obediência às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Conceitos do CAD Configurações iniciais do Autocad Introdução ao Autocad Diretrizes: Base de dados de desenhos em Cad Arquivos de desenho Definições de comandos e teclas de atalho Manipulação e acesso aos comandos Sistema de coordenadas Modos de seleção dos elementos Ferramentas de visualização Construção de objetos Criação de desenho Ferramentas de precisão Ferramentas de edição / modificação de objetos Configurações de propriedades de objetos Hachuras Blocos Dimensionamento e tolerância Informações do desenho						

Criação de prancha
Plotagem e impressão
Elaboração de um projeto arquitetônico com suas devidas referências.
Elaboração do desenho dos projetos complementares -Instalações prediais:

- Planta de projeto elétrico;
- Planta de projeto de instalação de água e de esgoto;
- Planta de projeto de combate e proteção a incêndio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:


BALDAM, R. AutoCAD 2014: Utilizando totalmente. São Paulo: Érica, 2013.
Diretrizes Gerais para Intercambialidade de Projetos em CAD: integração entre projetistas, construtoras e clientes / Henrique Cambiaghi. São Paulo: Pini, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

MONTENEGRO, Gildo A. **Desenho arquitetônico**. São Paulo: Editora Edgard Blücher Ltda., 1997.
OBERG, L. **Desenho Arquitetônico**. Rio de Janeiro: Livro Técnico e Científico Editora, 1980.
NBR-6492. **Normas para projetos de arquitetura**. (ABNT — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), 1994.
NBR-10068. **Folha de desenho – Leiute e dimensões**. (ABNT — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), 1987.
NBR-10126. **Cotagem de desenho**. (ABNT — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), 1987.
NBR-8303. **Aplicação de linhas em desenhos - tipos de linhas – largura de linhas**. (ABNT — ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS), 1984.

ELABORADO POR: Cristiane Pereira de Aguiar

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Diretrizes de Projetos em Edificações					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	48	12	00	03	60	
EMENTA						
<p>Concepção de projeto arquitetônico residencial de edificações de pequeno porte, compreendendo partido arquitetônico, estudo preliminar, anteprojeto, estudo de interior e tratamento paisagístico. Ênfase na resolução integrada dos espaços estáticos, simbólicos, construtivos, ambientais e funcionais e no espaço conceitual do projeto. Leitura e interpretação de projetos residenciais através da percepção do espaço construído e sua relação com o entorno. Discussão da relação forma-espaço com produção dos primeiros ensaios propositivos. Aplicação da legislação do código de edificações e da acessibilidade universal ao meio físico.</p>						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Engenheiro Civil que tenha cursado a cadeira de arquitetura e urbanismo ou com pos graduação em planejamento arquitetônico ou arquiteto e urbanista.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Desenho técnico, desenho arquitetônico e disciplinas voltadas para esse fim.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Desenvolver projetos arquitetônicos de pequeno porte, compreendendo as condicionantes do projeto, os elementos de projeto, relacionando a forma e função no espaço arquitetônico aprofundando as noções de técnicas construtivas						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Elaborar projetos arquitetônicos de pequeno porte com base nas diretrizes específicas.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
<p>Concepção de projeto arquitetônico residencial de edificações de pequeno porte, compreendendo partido arquitetônico, estudo preliminar, anteprojeto, estudo de interior e tratamento paisagístico. Ênfase na resolução integrada dos espaços estáticos, simbólicos, construtivos, ambientais e funcionais e no espaço conceitual do projeto. Leitura e interpretação de projetos residenciais através da percepção do espaço construído e sua relação com o entorno. Discussão da relação forma-espaço com produção dos primeiros ensaios propositivos. Aplicação da legislação do código de edificações e da acessibilidade universal ao meio físico.</p>						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
Legislação Urbana de Manaus. Lei Nº 002 de 16/01/2014. BOUTINET, Jean-Pierre. Antropologia do Projeto: (5ªed.) Porto Alegre: Arned, 2002. CHING, F.D.K. Arquitetura-Forma, Espaço e Ordem. São Paulo: Martins Fontes, 2001. SILVA, Elvan. Uma Introdução ao Projeto Arquitetônico. Porto Alegre: UFRGS, 1998. TRATAMENTO, M. Habitação moderna: construção de um conceito. São Carlos: EESC-USP, 1993.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
PANERO, Julius et al. Las Dimensiones Humanas em los Espacios Interiores. Barcelona: Gustavo Gilli, 1999. FARRELLY, Lorraine. Fundamentos da arquitetura, Porto Alegre: Bookman, 2010. MARTINEZ, Alfonso Corona. Ensaio sobre o projeto. Brasília: UNB, 2000. WILSON, Conciani. Habitação social evolutiva: aspectos construtivos, diretrizes para projetos e preposição de arranjos espaciais flexíveis. Cuiabá: CEFETMT, 2006. Caderno Didático – “Introdução ao Estudo da Forma Arquitetônico” (Disponível em: http://nova.fau.ufrj.br/materialdidatico/FAR112-Apresentação%20v2.pdf).						
ELABORADO POR: Francisco José Rodrigues Fernandes						

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Segurança, Meio Ambiente e Saúde					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	32	08	00	02	40	
EMENTA						
Legislação e Normas: Noções básicas de Anatomia e Fisiologia; Acidentes como evitá-los; Atos inseguros; Doenças provocadas por acidente de trabalho. OHSAS – 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) Noções e aplicações; conceitos de confiabilidade humana, erro, falha humana e acidente; tipos de erro; hígienes do trabalho, ocupacional e industrial e seus objetivos; plano de higiene do trabalho; responsabilidades do empregador e do empregado; Programas de Segurança; Normas Regulamentadoras (NR's); Noções de NR-3 Embargo ou Interdição. Fontes de Poluição e formas de controle.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em arquitetura ou engenharias, com pós-graduação em segurança do trabalho						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Todas as disciplinas específicas do curso						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
A disciplina será contextualizada de modo a prevenir riscos por meio de informações e treinamento/capacitações dos trabalhadores, ajudando a reduzir as chances de acidentes ou diminuir suas consequências quando ocorridos, dentro de uma integração entre segurança, projeto e execução de processos produtivos observando às normas de segurança vigentes voltados a seguridade dos operadores em geral.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Contribuir na formação do futuro profissional, fornecendo conhecimentos que possibilitem a orientação dos trabalhadores no que concerne à Segurança do Trabalho.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Legislação e Normas: a) Capítulo V na Consolidação das Leis do Trabalho e Regulamentação; b) Legislação Previdenciária (Lei 8.212 e 8213); O que é ergonomia; Ergonomia e suas Fases de Abrangência; Noções básicas de Anatomia e Fisiologia; Acidentes como evitá-los; Atos inseguros; Doenças provocadas por acidente de trabalho. OHSAS – 18001 (Sistema de Gestão de Segurança e Saúde Ocupacional) Noções e aplicações; conceitos de confiabilidade humana, erro, falha humana e acidente; tipos de erro; hígienes do trabalho, ocupacional e industrial e seus objetivos; plano de higiene do trabalho; responsabilidades do empregador e do empregado; Programas de Segurança; Normas Regulamentadoras (NR's); Noções de NR-3 Embargo ou Interdição; NR – 04 Serviços Especializados em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho; NR-05 CIPA – comissão interna de prevenção de acidentes ; NR-06 EPI – Equipamentos de Proteção Individual /Coletivo; NR-07 – programa de controle médico de saúde ocupacional – PCMSO; NR – 8 Edificações; NR-09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA; Princípio de atuação e padrão internacional (ACGIH) - (AMERICAN CONFERENCE GOVERNMENTAL INDUSTRIAL HYGIENISTS); Conhecimento e aplicação de Normativas voltadas aos quesitos de Edificações; Riscos ambientais e suas classificações; NR-10 Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade; NR – 11 Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais; NR – 15 Atividades e Operações Insalubres; NR-18 Procedimentos de Segurança do Trabalho na Construção						

Civil; Interpretação e Implantação dos Procedimentos do Trabalho na Construção Civil – PCMat.NR 21 - Trabalho a Céu Aberto; NR 23 - Proteção Contra Incêndios; NR 35 - Trabalho em Altura. Primeiros Socorros: Conceitos e objetivos. Iluminação, acústica, poeira e gases. Gestão ambiental: **Outras fontes de poluição:** Radiação, Sonora e por gases; **Formas de Controle:** Produção mais limpa;

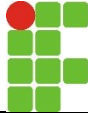
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

1. CARVALHO, Sarti Geraldo Francisco. et al. Perfil do trabalhador na indústria da Construção Civil de Goiânia. São Paulo: FUNDACENTRO, 2000, 173p.
2. LOBATO, ADJANTIS P. Segurança no trabalho com qualidade total.
3. RAMAZZINI, Bernardino. As doenças dos trabalhadores. Tradução de Raimundo Estrela.2.ed. São Paulo: FUNDACENTRO, 1999.272p.
4. NASCIMENTO, Roberto Paulo do. Cartilha do trabalhador: CIPA, Planejando a Prevenção. São Paulo: FUNDACENTRO, 1998, 34p.


BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

1. GALVÃO, Rogério. Dados Estatísticos 1997. Anexos I e II da NR 18. Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção. São Paulo: FUNDACENTRO, 1999. 44p.
2. Rousselet, E.S. A segurança na obra: manual técnico de segurança de trabalho em edificações prediais. Rio de Janeiro. Iterciência: Sobes, 1999.
3. Segurança e Medicina do Trabalho, Lei No 6.514, de 22 de dezembro de 2000. Normas Regulamentadoras (Nrs) aprovadas pela portaria No 3.214, de 8 de julho de 1978. 46a Edição. 1999

ELABORADO POR:

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Gestão da Qualidade na Construção Civil					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	32	08	00	02	40	
EMENTA						
Sistema de gestão da qualidade. Ferramentas da Qualidade. .PBQPh. Implantação e manutenção de sistemas de Gestão de Qualidade baseado na NBR ISO9001 e referencial normativo: SIAC/PBQPh. Noções de Sistema de Gestão a Ambiental, ISO 14000						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou administração ou em gestão pública ou gestão ambiental, com pós-graduação em gestão da qualidade na construção civil.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Materiais de Construção, Tecnologia do Concreto, tecnologia da Construção Civil, Instalações Hidro-Sanitárias.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Dotar os alunos de conhecimentos sobre sistemas gestão de qualidade e noções de sistema de gestão ambiental, visando obter maior qualidade e produtividade nas obras com menor impacto no meio ambiental						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os princípios que regem a qualidade, produtividade - Apresentar as ferramenta da qualidade - Apresentar o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade no Habitat (PBQP-h) Normas: NBR ISO 9001 e SiAC – Sistema de avaliação da conformidade de serviços e obras (SIAC - Discutir sobre métodos de implementação e manutenção de sistemas de gestão - Discorrer sobre noções de sistema de gestão ambiental baseado na ISO14001. 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1.0 1. – Conceitos Construção Civil e seus Paradoxo Conceitos de gestão, qualidade, sistema, SGQ Qualidade e o histórico Produtividade 2.0 2.0 Ferramentas da Qualidade PDCA Espinha de peixe 5 porquês 5w2h Pareto Processo 3.0 Qualidade na construção civil PBQP-h/SIAC						

<p>Norma de desempenho Lean Construction</p> <p>4.Referencial teórico e SIAC</p> <p>Abordagem de processo</p> <p>Mentalidade de risco</p> <p>Termos e definições</p> <p>Contexto da organização</p> <p>Liderança</p> <p>Planejamento</p> <p>Apoio</p> <p>Execução da obra</p> <p>Avaliação de desempenho</p> <p>Melhoria</p> <p>5.0 Noções de Sistemas de Gestão Ambiental</p> <p>ISO14000</p> <p>ISO14001</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>PALADI, Edson Pacheco. Gestão de Qualidade: teoria e prática. 3 ed. –São Paulo: Atlas,2012.</p> <p>SOUZA, Roberto de. Qualidade na aquisição de Materiais e execução de obra. –SP: Pini, 1996.</p> <p>BERNARDES,Claudio. Qualidade e o custo das não-conformidades em de construção civil. 1 ed.. SAO PAULO: Pini, 1998.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR ISO 9001:2015: Sistemas de Gestão da Qualidade – Requisitos. Rio de Janeiro. 2015.</p> <p>___NBR ISO 9001:2015: Sistemas de Gestão da Qualidade – Fundamentos e Vocabulário... Rio de Janeiro. 2015.</p> <p>SIAC – Sistema de Avaliação da Conformidade de Serviços e Obras. Janeiro de 2017. (disponível em www.cidades.gov.br/pbqp-h/.)</p> <p>___NBR ISO 14001:2015: Sistemas da gestão ambiental Requisitos com orientações para uso Rio de Janeiro. 2015.</p> <p>___NBR ISO 14001:2018. Sistemas de gestão ambiental - Diretrizes gerais para a implementação. Rio de Janeiro.2018</p>
ELABORADO POR: Luz Marina Andrade Maruoka

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS 					
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações				
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura	
Disciplina:	Patologia das Construções				
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:
4º	32	08	00	02	40
EMENTA					
Introdução à Engenharia Diagnóstica: Patologia, inspeção e diagnóstico; Patologias das Estruturas de Concreto Armado; Patologias das Fundações; Patologias das Alvenarias; Patologia de Pinturas não Industriais; Patologia de Impermeabilização; Patologia das Instalações Hidráulico – Sanitárias ; Patologia de revestimentos em argamassa inorgânica e placas cerâmicas.					
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE					
Graduação em engenharia civil ou tecnólogo na área de construção civil.					
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO					
Avaliações e Perícias e Segurança do Trabalho.					
PROGRAMA					
OBJETIVO GERAL:					
Desenvolver estudos para diagnósticos e prevenção de patologias; Fazer levantamento por tipologias das patologias; Conduzir e orientar equipes. Analisar a vida útil das construções. Considerar aspectos de concepção e construção com durabilidade.					
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:					
<ul style="list-style-type: none"> • Compreender os aspectos que envolvem as patologias; • Determinar o Diagnóstico completo das patologias; • Analisar a vida útil das construções; • Considerar aspectos de concepção e construção com durabilidade, tanto na etapa de projeto, como na de execução; • Auxiliar o Engenheiro ou Arquiteto na elaboração de Laudos Técnicos. 					
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO					
<ol style="list-style-type: none"> 1. Introdução à Engenharia Diagnóstica, patologia, inspeção, vistoria e perícia; 2. Conceitos e origens das Patologias; Questões Jurídicas e Responsabilidades; Patologias causadas por agentes naturais. 3. Patologias das Fundações: Importância dos estudos geotécnicos; Distribuição de carga; Tipos de Recalques; Estudo de Caso; 4. Patologias do Concreto: Fissuras por retração; Fissuras por Sobrecargas; Carbonatação e Corrosão das Armaduras, materiais utilizados na recuperação e prevenção; 5. Patologias das Alvenarias; Patologia de Pinturas não Industriais; Patologia de Impermeabilização; Patologia de revestimentos em argamassa inorgânica e placas cerâmicas. 6. Patologia das Instalações Hidráulicas – Sanitárias. 					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:					
BERTOLINI, L. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO – Patologia, reabilitação e prevenção . Ed. Oficina de Textos;					

MILITITSKY, J; CONSOLI, N.C. ; SCHNAID, F. **PATOLOGIA DAS FUNDAÇÕES** – Ed. Oficina de Textos;

SOUZA, V. C. ; RIPPER, T. **PATOLOGIA, RECUPERAÇÃO E REFORÇO DE ESTRUTURAS DE CONCRETO**. Ed. PINI;

THOMAZ, E. **TRINCAS EM EDIFÍCIOS** – Causas, Prevenção e Recuperação. Ed. PINI.

ISAIA, G. **CONCRETO - ensino, pesquisa e realizações**. Ed. IBRACON;

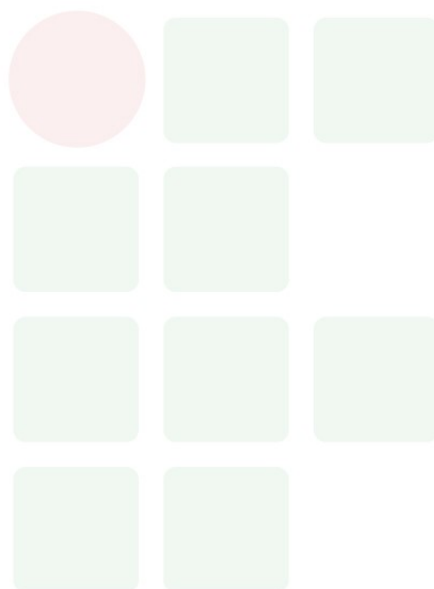
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

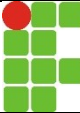
CUNHA, A. J; LIMA, N. A; SOUZA, V. C. **ACIDENTES ESTRUTURAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL – Volume 1**. Ed. PINI;

CUNHA, A. J; LIMA, N. A; SOUZA, V. C. **ACIDENTES ESTRUTURAIS NA CONSTRUÇÃO CIVIL – Volume 2**. Ed. PINI;

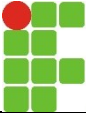
DYER, T. **A DURABILIDADE DO CONCRETO**. Ed. Ciência Moderna;

ELABORADO POR: Felipe Wilson Leão da Silva

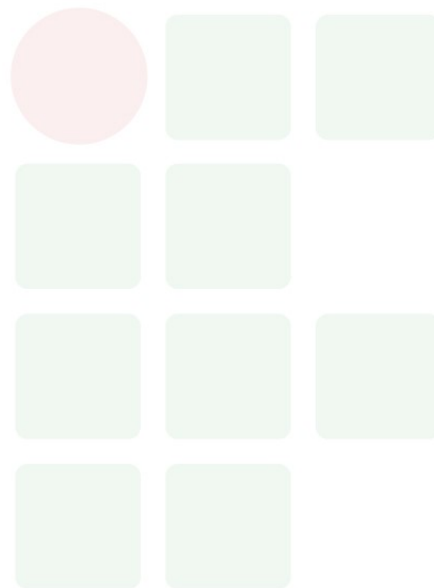


INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA AMAZONAS					 DO	
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:			Infraestrutura	
Disciplina:	Planejamento e Controle da Construção Civil					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	64	16	00	04	80	
EMENTA						
Conceitos de Planejamento e Controle; Especificações e memorial descritivo. Licitações. Leitura de projetos. Orçamentos: levantamentos de quantitativos; composição de custos; preço de venda. Planejamento de obra: determinação de prazos; cronograma físico e financeiro. Noções de gerenciamento.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou tecnólogo na área de construção civil.						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Qualidade, Custos, Tempo, Riscos, Comunicações, Projetos, Socialização de profissionais novos, desenvolver processos intersetoriais.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Empregar conceitos necessários para elaboração de orçamentos e planejamento de obras, visando o seu conhecimento e sua aplicação no gerenciamento das obras de edificações						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
<ul style="list-style-type: none"> - Apresentar os princípios de planejamento de obra; - Apresentar a viabilidade do empreendimento residencial, comercial ou industrial; - Relacionar conteúdos sobre planilhas, orçamentos, listas de materiais e equipamentos, custos unitários; - Discutir sobre cronograma de obra; - Apresentar noções sobre gerenciamento de obras 						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
1.0 Conceitos e definições Conceitos e princípios de planejamento Conceito de Desperdício Conceitos sobre Produtividade 2.0 Projetos Viabilidade do Empreendimento Licitação Projetos e anteprojetos Especificações e Memorial descritivos Leitura e interpretação 3.0 Orçamentos NBR 12.721 Levantamentos e quantitativos de serviços; Discriminação orçamentária Composição de custos BDI Leis Sociais Preço de Venda 4. Planejamento de Obra						

<p>Determinação de tempo de execução de serviços Elaboração de Cronograma físico e financeiro</p> <p>5. Noções de Gerenciamento Conceitos e definições Programação de mão-de-obra, materiais e equipamentos Organização dos serviços Controles (medições, diários de obra, outros) Melhoria contínua Entregada obra</p>
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:
<p>GOLDMAN. Introdução ao planejamento e controle de custos na construção civil brasileira. 4ª ed. São Paulo: Pini, 2004.</p> <p>PARGA, Predo. Cálculo do Preço de venda na Construção Civil. –São Paulo: Pini, 2003.</p> <p>MATTOS, A. D, Como preparar orçamento de obras. 2. ed. São Paulo: PINI, 2014.</p>
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:
<p>VARALLA, Ruy. Planejamento e controle de obras. 1. ed. São Paulo: O nome da Rosa, 2003.</p> <p>HIRSCHFELD, Henrique. A Construção Civil e a Qualidade: Informações e Recomendações para Engenheiros, Arquitetos, Gerenciadores. 1. ed. São Paulo: Atlas, 1996.</p> <p>BERNARDES, Maurício Moreira e Silva. Planejamento e controle da produção para empresas de construção civil. Rio de Janeiro: LTC, 2013</p> <p>LIMMER, Carl Vincente. Planejamento, Orçamento e Controle de Projetos e obras. Editora: LTC, 1997.</p> <p>SOUZA, Ubiraci E. L. Como Reduzir Perdas nos Canteiros: Manual de Gestão do Consumo de Materiais na Construção Civil. 1. ed. São Paulo: Pini, 2005.</p>
ELABORADO POR:
Luz Marina Andrade Maruoka, Elcilne Costa da Silva.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS						 INSTITUTO FEDERAL AMAZONAS
Curso:	Técnico de Nível Médio em Edificações					
Forma:	Subsequente	Eixo Tecnológico:		Infraestrutura		
Disciplina:	Legislação e Ética Profissional Aplicadas a Construção Civil					
Módulo:	CH Teórica:	CH Prática:	CH EAD:	CH Semanal:	CH Sem:	
4º	32	08	00	02	40	
EMENTA						
Ética cidadania e trabalho. Ética profissional na área da construção civil. Sistema CONFEA/CREA. Responsabilidade civil e técnica do profissional da Construção Civil. Código de defesa do consumidor. Consolidação da lei do trabalho - CLT. Licitações e Contratos. Plano Diretor. Código de obras. Política e Legislação Ambiental.						
PERFIL PROFISSIONAL DOCENTE						
Graduação em engenharia civil ou arquiteto ou tecnólogo na área de construção civil						
ÁREAS DE INTEGRAÇÃO						
Todas as disciplinas específicas do curso.						
PROGRAMA						
OBJETIVO GERAL:						
Conhecer as legislações relativas ao conselho de fiscalização do exercício profissional – sistema CONFEA/CREA, bem como os conhecimentos relativos a certames licitatórios, consolidação da lei do trabalho- CLT e o código de defesa do consumidor, para sua aplicação na indústria da construção civil.						
OBJETIVOS ESPECÍFICOS:						
Apresentar e discutir conceitos e noções básicas de filosofia, de modo a estimular a reflexão crítica sobre pressupostos da ética e da cidadania ao longo da história e suas implicações no contexto da sociedade contemporânea, do trabalho e da prática profissional de Edificações.						
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO						
Ética cidadania e trabalho. Ética profissional na área da construção civil. Sistema CONFEA/CREA. Responsabilidade civil e técnica do profissional da Construção Civil. Código de defesa do consumidor. Consolidação da lei do trabalho - CLT. Licitações e Contratos. Plano Diretor. Código de obras. Política e Legislação Ambiental.						
BIBLIOGRAFIA BÁSICA:						
CAMARGO, Marcolino. Fundamentos de ética geral e profissional. Petrópolis: vozes, 1999. BARSANO, Paulo Roberto. Ética e cidadania organizacional: guia prático e didático. São Paulo: Ética, 2012. VALLS, Alvaro. O que é ética. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 2013.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:						
VASQUEZ, Adolfo. Ética . Rio de Janeiro: civilização brasileira, 2002. AGUILAR, Francis J. A ética nas empresas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996. ARANHA, M. et al. (1997). Filosofando: introdução à filosofia. São Paulo: Moderna. CHAUI, M. Convite à Filosofia. 14. Ed. São Paulo: editora Atica, 2012. KHOURI, Paulo. Contratos e responsabilidade civil no CDC. Brasília: Brasília Jurídica, 2002. Leis, decretos e resoluções – CONFEA, Código de defesa do consumidor, Leis de licitações e contratos						
ELABORADO POR: Liliâne Brito de Melo						

ANEXOS





MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

PROJETO POLÍTICO DE CURSO Nº 62/2018 - CPE/REITORIA (11.01.01.04.08.01)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 13 de Agosto de 2018

CMC_PPC_Edificaes_SUB_Verso_FINAL_Ps-CONSEPE.pdf

Total de páginas do documento original: 116

(Assinado digitalmente em 24/08/2018 09:06)

LIVIA DE SOUZA CAMURCA LIMA

PRO-REITOR(A)

268031

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **62**, ano: **2018**, tipo: **PROJETO POLÍTICO DE CURSO**, data de emissão:
13/08/2018 e o código de verificação: **e15316739a**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DO AMAZONAS

RESOLUÇÃO Nº 45/2019 - CONSUP/REITORI (11.01.01.01.02)

Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO

Manaus-AM, 06 de Maio de 2019

Resoluo_n_46_Aut_Ref_CTNM_subsequentes_CSGC_e_CMC_Enfermagem_e_Edificae.pdf

Total de páginas do documento original: 290

(Assinado digitalmente em 06/05/2019 13:24)

ROSIENE BARBOSA SENA

SECRETARIO

1799034

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.ifam.edu.br/documentos/>
informando seu número: **45**, ano: **2019**, tipo: **RESOLUÇÃO**, data de emissão: **06/05/2019** e o código
de verificação: **baad402d28**